

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-42-X

PANORAMA SOCIAL DA BAHIA NOS ANOS 1990



SEI

Informação
a Serviço da
Sociedade

www.sei.ba.gov.br

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-42-X

**PANORAMA SOCIAL
DA BAHIA NOS
ANOS 1990**



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Salvador
2003



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Paulo Ganem Souto

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Armando Avena Filho

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
Diretoria Geral
Cesar Vaz de Carvalho Junior

GERÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS
Angela Franco

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Angela Franco e Marcelo Santana

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

COORDENAÇÃO GRÁFICA
Dadá Marques

REVISÃO DE LINGUAGEM
Regina Martins da Matta

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Panorama Social da Bahia nos anos 1990. Salvador: SEI, 2003
200 p. (Série estudos e pesquisas, 59).

ISBN 85-85976-42-X

1. Aspectos Sociais - Bahia. I. Título. II. Série

CDU 316.334.52(813.8)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
DINÂMICA DEMOGRÁFICA BAIANA NA DÉCADA DE 1990.....	9
<i>Angela de Oliveira Belas</i>	
CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA NA BAHIA NOS ANOS 1990	25
<i>Flávia Santana Rodrigues Suerdieck</i>	
MUDANÇAS NAS FORMAS DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NA BAHIA DOS ANOS 1990	45
<i>Marcelo Santana</i>	
NÍVEIS E PADRÃO DISTRIBUTIVO DE RENDA NA BAHIA NOS ANOS 1990	65
<i>José Ribeiro Soares Guimarães</i>	
QUADRO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA NOS ANOS 1990	97
<i>Marcelo Santana</i>	
PADRÃO HABITACIONAL E INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NA BAHIA NOS ANOS 1990	123
<i>Flávia Suerdieck e Daniel Sobreira</i>	
PERFIL DA MORBI-MORTALIDADE NA BAHIA NA DÉCADA DE 1990	161
<i>Zenaide Calazans Oliveira e Angela Franco</i>	

APRESENTAÇÃO

A década de 90 representou, para a Bahia, a retomada do crescimento econômico¹, após a recessão vivida entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, período em que a crise que vinha atingindo a economia brasileira começa a afetar o desempenho baiano. Apesar disso, a Bahia foi um dos estados de melhor performance naquela que é considerada a “década perdida” em termos nacionais, particularidade local que parece mantida nos tempos mais recentes: entre 1992 e 2000, o PIB baiano cresceu 27,3%, enquanto o PIB nacional aumentou 23,5%.

Dentre os fatores que contribuíram para tal resultado, destaca-se a reestruturação ocorrida nos principais setores do parque industrial, reconhecidamente ainda pouco diversificado e concentrado em segmentos internacionalmente competitivos (química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose). A duplicação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) e da Central de Matérias-Primas do Polo Petroquímico de Camaçari e a consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose, são referências importantes deste movimento que fez a produção voltar a crescer, com impactos positivos sobre o comportamento do PIB. É também a partir dos meados dos anos 1990 que o processo de diversificação na agricultura baiana, iniciado na década precedente, começa a determinar a formação do valor agregado agrícola, no qual pesam, agora, os novos cultivos em lugar dos tradicionais, imersos em profunda crise.

Paralelamente, na sua esfera governamental, a Bahia sofreu ajustes administrativos, fiscais e financeiros, que proporcionaram equilíbrio às finanças públicas estaduais – com a consequente recuperação de crédito junto a órgãos nacionais e internacionais – e aumento da capacidade do estado na geração de poupança, abrindo, assim, possibilidades para novos investimentos e programas de incentivos fiscais e financeiros.

Nesse quadro, foram viabilizados múltiplos investimentos privados em novas áreas da atividade econômica – a exemplo dos segmentos automobilístico, cerâmico, madeireiro/moveleiro e turismo –, os quais apontam para um importante movimento de expansão e de diversificação da economia baiana. Tal movimento, entretanto, embora possa constituir a base de uma nova composição do PIB estadual, não foi suficiente para abalar, na década de 90, a sua excessiva concentração nos setores de bens intermediários, intensivos em tecnologia e pouco absorvedores de mão-de-obra. Mantiveram-se, assim – e agravados pela crise – os problemas relacionados aos níveis de emprego e de renda, associados historicamente à realidade baiana.

¹ Para maior detalhamento do desempenho da economia baiana nos anos 1990, ver SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

O quadro social da Bahia nos anos 1990, objeto desta publicação, reflete, por um lado, as dificuldades estruturais colocadas pelo padrão de desenvolvimento econômico estadual, cujas características, como visto, não foram sensivelmente alteradas na década passada. Por outro lado, esse quadro é marcado pelos ajustes macroeconômicos realizados em nível nacional e por suas conseqüências, notadamente nos níveis de emprego e de renda e no alcance das políticas públicas, subordinadas àqueles ajustes.

Assim é que o mercado de trabalho baiano se caracterizou, na década de 90, não apenas pela vigência de altas taxas de desemprego, como também pelo aumento da proporção de ocupações de tipo precário (emprego sem registro, trabalho doméstico, trabalho por conta-própria e trabalho não-remunerado). Quanto à renda, decerto o estado da Bahia apresentou pequenas melhoras, sobretudo no que diz respeito à sua distribuição (com o índice de Gini caindo 3,8% entre 1992 e 1999) e à evolução dos rendimentos reais da população ocupada. Ainda assim, o nível de concentração permaneceu bastante elevado, com os 10% mais ricos da população em idade ativa se apropriando, em 1999, de 47,1% do total dos rendimentos do trabalho.

No campo educacional, diminuiu significativamente a proporção de analfabetos entre as pessoas com dez anos ou mais de idade, cresceu a média de anos de estudo da população e o número de alunos matriculados elevou-se de maneira notável, sobretudo no nível fundamental de ensino. No entanto, a Bahia continua a ser o estado brasileiro que detém o maior número de analfabetos do país e a sua posição no *ranking* nacional do analfabetismo permaneceu inaceitavelmente elevada ao final da década de 90.

Em semelhante situação encontra-se a saúde. Apesar dos progressos experimentados pelo estado, sérios desafios persistem. Mesmo doenças com incidência declinante situam-se ainda em níveis bastante elevados, não raras vezes superiores àqueles registrados no início da década. Além disso, viveu-se o ressurgimento de doenças já erradicadas, como a cólera e a dengue, enquanto outras, já sob completo controle em países desenvolvidos ou em outras regiões brasileiras, teimam em se manifestar, a exemplo da hanseníase, das leishmanioses, etc. Os coeficientes de mortalidade, em franco declínio, correspondem a uma complexa estrutura de causas de morte, caracterizada pelo avanço das chamadas doenças crônico-degenerativas e das causas externas – agravos atribuídos a estágios mais elevados de desenvolvimento – e pela simultânea persistência das doenças infecciosas e parasitárias, mais relacionadas com precárias condições de vida.

No que se refere aos serviços de infra-estrutura básica, a Bahia registrou significativas melhoras ao longo da década passada, tendo diminuído bastante a proporção de domicílios não-conectados à rede de água, sem esgotamento sanitário ou não-atendidos pela coleta de lixo. Porém, mais de 60% desses domicílios permaneciam, em 1999, sem ligação com a rede geral de

esgoto, sendo que mais da metade das moradias urbanas – alvo principal de cobertura dos serviços em rede – podiam ser consideradas inadequadas sob o ponto de vista das condições sanitárias.

Com este *Panorama social da Bahia nos anos 1990*, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia coloca à disposição do público um conjunto de artigos voltados para aspectos essenciais das condições de vida dos cidadãos baianos, como os aqui sumariamente apresentados.

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA BAIANA NOS ANOS 1990

ANGELA DE OLIVEIRA BELAS*

Sem pretender produzir um novo estudo sobre a dinâmica demográfica baiana dos anos 1990, objeto de projetos em curso na SEI, tão-somente oferece-se aqui um quadro sintético e panorâmico dos principais elementos que a caracterizam, ilustrado com dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, e da Síntese de Indicadores baseada nos microdados da PNAD de 1999.

A apresentação desse quadro faz-se necessária, dadas as relações específicas que as dimensões aqui enfocadas mantêm com a demográfica. Torna-se particularmente importante quando se tem por foco um período marcado por significativas alterações em termos de ritmo e padrões demográficos no país e no estado, o que produz novas circunstâncias cuja consideração é relevante, seja do ponto de vista do entendimento da evolução recente dos indicadores sociais seja para efeitos dos processos de definição das ações de planejamento e de estabelecimento de políticas públicas.

As fortes mudanças processadas na dinâmica populacional brasileira na década de 80 acentuaram-se durante os anos 1990. Perpassando pelos principais componentes da dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade e migração –, essas mudanças levaram à emergência de novos padrões de crescimento populacional e de urbanização intra-regionais e ao aparecimento de novas tendências no tocante aos processos de redistribuição da população no espaço, particularmente em termos de trocas migratórias entre distintas regiões do país.

A Bahia, embora reproduza muitas das tendências do Nordeste, apresenta importantes especificidades em relação aos demais estados integrantes desta região. Além disso, exibe uma enorme heterogeneidade de processos demográficos no seu interior, o que representa uma configuração bastante rica em termos da diversidade de situações demográficas coexistentes em face das numerosas formas possíveis de combinação de ritmos distintos de queda generalizada da fecundidade e da mortalidade, com respostas diversas à dinâmica econômica e às crises dos anos 1980 e 1990.

A deflagração do processo de envelhecimento populacional no estado a partir das mudanças nas tendências da fecundidade e da mortalidade

Em 1980, a taxa de fecundidade e a esperança de vida da Bahia eram de 6,2 filhos por mulher e de 57,8 anos, respectivamente, com base em dados do

* Bolsista da Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social (FAPESB), especialista em estudos demográficos, professora da UNEB/mestranda de Geografia (UFBA) e membro da atual diretoria da ABEP.

censo; em 1991, a taxa de fecundidade caiu para 3,3 filhos por mulher e a esperança de vida aumentou para 64,7 anos. Os dados da PNAD apontam uma tendência à continuidade, na década de 90, do processo de queda dos níveis de fecundidade, expressa numa redução da taxa de 3,2 filhos por mulher, em 1992, a 2,4 filhos por mulher, em 1999, e de melhoria na expectativa de vida da população residente, que aumenta de 65,1 anos, em 1992, para 67,4 anos em 1999 (Tabela 1).

Tabela 1

Bahia, Nordeste e Brasil: Taxas de Fecundidade Total e Esperanças de Vida ao Nascer 1970-1999

Anos	Taxa de Fecundidade Total			Esperança de Vida ao Nascer		
	Bahia	Nordeste	Brasil	Bahia	Nordeste	Brasil
1970 ^(a)	7,5	7,5	5,8	49,2	45,6	57,5
1980 ^(a)	6,2	6,1	4,4	57,8	51,0	60,1
1991 ^(a)	3,3	3,7	2,9	64,7	62,7	66,3
1992 ^(b)	3,2	3,2	2,7	65,1	63,1	66,3
1999 ^(b)	2,4	2,6	2,3	67,4	65,5	68,4

Fontes:

(a) SOUZA, G. A. A. de, MURICY, Ivana Tavares Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na infância na Bahia 1940/1997. Salvador: SEI, 2001. Nota: Estimativas baseadas nos dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991

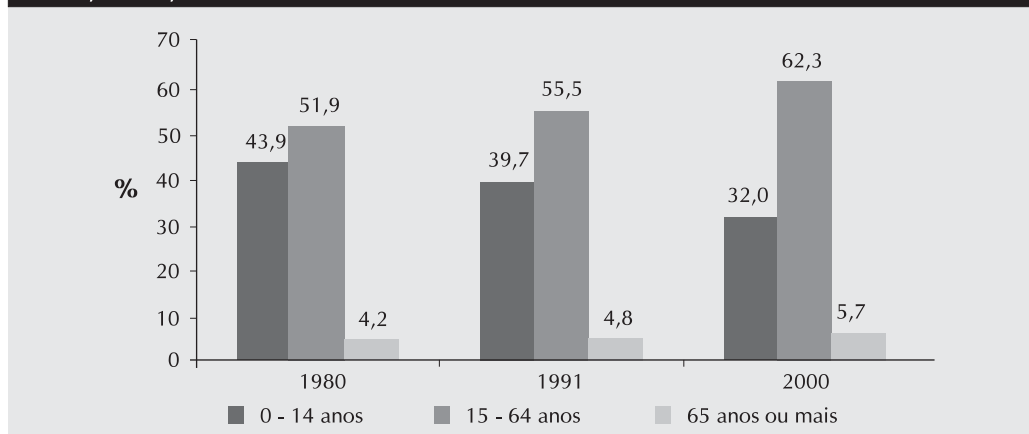
(b) IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000, baseada em microdados das PNADs de 1992 e 1999.

Observe-se que a esperança de vida baiana manteve-se sempre em níveis superiores aos do Nordeste e inferiores aos do país; já os níveis de fecundidade apresentavam-se, antes da década de 90, muito próximos aos da Região. Nos anos 1990, tenderam a ficar abaixo da mesma. Em relação à fecundidade do país, a fecundidade baiana foi, em todo esse período, mais elevada, embora com diferenciais cada vez menores.

O forte declínio verificado no nível de fecundidade no estado, que chega ao final da década de 90 a níveis muito próximos ao do país, vem cumprindo um papel fundamental, seja na determinação da redução do ritmo de crescimento demográfico, no período, seja na deflagração do processo de envelhecimento que passa a ocorrer na estrutura etária de sua população. Tal processo é visível na diminuição do volume e na proporção de crianças na mesma e no aumento da proporção de adultos e idosos no total populacional (Gráfico 1). Contribuem para isso o próprio curso de modernização da sociedade e a difusão, através da mídia, sobretudo da televisão, de padrões modernos de comportamento reprodutivo, prevalecentes em áreas mais desenvolvidas do país, levando à generalização desses novos padrões nos diferentes subespaços nacionais, sem, entretanto, homogeneizar de todo a dinâmica demográfica de regiões, estados e municípios.

Detendo-se um pouco mais nesse processo de envelhecimento populacional, a Tabela 2 decompõe os grandes grupos etários ilustrados no Gráfico anterior, possibilitando um acompanhamento, com maior detalhe, da evolução dos segmentos infantil, adolescente, em idade ativa e idoso, entre 1991-2000. Essa tabela inclui também, além dos percentuais de participação dos grupos etários na população total, as taxas de crescimento para o período.

Gráfico 1

**Proporção de População dos Grandes Grupos Etários
Bahia, 1980, 1991 e 2000**


Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Tabela 2

**Composição Etária da População Residente na Bahia
1991/2000**

Anos	População por Faixa Etária		Distribuição % da População por Idade		Taxa de Crescimento
	1991	2000	1991	2000	1991/2000
00 a 4	1.450.624	1.316.902	12,22	10,08	-1,07
05 a 9	1.641.467	1.367.628	13,83	10,46	-2,01
10 a 14	1.618.130	1.494.442	13,63	11,43	-0,88
00 a 14	4.710.221	4.178.972	39,69	31,97	-1,32
15 a 29	3.315.129	3.918.082	27,93	29,98	1,87
30 a 44	1.935.790	2.461.006	16,31	18,83	2,70
45 a 59	1.089.961	1.434.289	9,18	10,97	3,10
15 a 59	6.340.880	7.813.377	53,43	59,78	2,35
60 e +	816.890	1.077.901	6,88	8,25	3,13
TOTAL	11.867.991	13.070.250	100,00	100,00	1,08

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000

A população infantil e adolescente cai de modo muito acentuado entre 1991 e 2000, apresentando, inclusive, taxa negativa de crescimento (-1,32%). Em 2000 foram recenseadas 4.178.972 crianças e adolescentes no estado. Nove anos antes, essa população totalizava 4.710.221 pessoas, ou seja, a população do segmento com 0 a 14 anos de idade diminuiu em mais de meio milhão de pessoas, reduzindo-se a quase que o mesmo quantitativo levantado pelo censo de 1980 (4.150.668 pessoas). Enfim, entre 1991-2000 a participação de crianças e adolescentes na população residente do estado declina de cerca de 40% para aproximadamente 32%.

Contrariamente, amplia-se a participação de todos os demais grupos etários. A população com 15 a 59 anos chega a atingir, aproximadamente, 60% do total populacional em 2000. Aumenta também o peso do ainda relativamente reduzido contingente idoso.

O resultado desses movimentos tornam-se bastante visíveis nas pirâmides etárias, gráficos de barra que representam a estrutura etária de uma dada população e

em que cada retângulo simboliza a população ou a proporção de população de um dado sexo e de uma dada idade ou grupo de idade no total populacional. O grupo etário mais jovem se situa na base da pirâmide. Os demais grupos vão sendo dispostos, progressivamente, acima dele, de forma que estejam tão mais distantes da base quanto mais avançadas sejam as suas idades. O sinal mais característico do processo de envelhecimento é o estreitamento da base piramidal, que se percebe quando se comparam pirâmides de igual escala no tempo. Em conseqüência, os retângulos superiores vão se alargando à medida que avança, no tempo, o processo. As pirâmides etárias da Bahia para os anos de 1980, 1991 e 2000 são apresentadas ao final deste item (Gráficos 2, 3 e 4).

As gerações com idades entre 30 e 59 anos em 2000, faixa que envolve os segmentos maduro e idoso da força de trabalho, foram volumosas na sua constituição, posto que concebidas entre 1940 e 1970, período em que, ao contrário das tendências que começaram a se firmar a partir dos anos 1970, se verificava um progressivo rejuvenescimento da população baiana, com a produção e sobrevivência de gerações cada vez mais numerosas de crianças, por conta dos efeitos conjuntos da então alta e crescente fecundidade e dos ganhos na esperança de vida.

Entender tal processo é condição básica para se explicar as altas taxas de crescimento dos referidos grupos etários entre 1991-2000. Os que tinham entre 30 e 59 anos em 1991, originavam-se de gerações menos volumosas do que os que tinham tais idades em 2000, pois nasceram em circunstâncias marcadas por uma mais baixa fecundidade e mais alta mortalidade. As taxas de crescimento nesses grupos poderiam inclusive ser maiores, se a incidência, entre eles, de movimentos migratórios de natureza interestadual, ao longo de suas trajetórias de vida, não resultasse em saldos migratórios negativos.

Observe-se como as taxas correspondentes aos grupos etários que integram essa grande faixa de 30-59 anos (2,70% a.a. e 3,10% a.a. para os grupos de 30-44 anos e 45-59 anos, respectivamente) são mais altas do que a correspondente ao grupo de 15-29 anos (1,87% a.a.), que inclui, principalmente entre seus integrantes mais jovens, gerações menos volumosas em sua origem, concebidas na fase de generalização do descenso da fecundidade, que se verifica sobretudo a partir dos anos 1980, com a inversão da tendência anterior e a deflagração do processo de envelhecimento populacional, associado à produção de gerações sucessivas de crianças de dimensões demográficas cada vez menores.

Observe-se, por fim, a elevada taxa de crescimento do grupo idoso (60 anos ou mais de idade). A importância desse grupo, que nos últimos tempos vem despertando a atenção de estudiosos das mais diversas partes do mundo, deverá crescer bastante ao longo dos próximos anos, tal como já se verifica em países que vêm há mais tempo experimentando o processo de envelhecimento populacional. Em tais países, as questões, desafios e problemas que esse processo vem pondo em cena têm ocupado uma posição de centralidade, seja no seio da comunidade intelectual, seja entre as instituições de planejamento e setores definidores de políticas públicas.

Gráfico 2

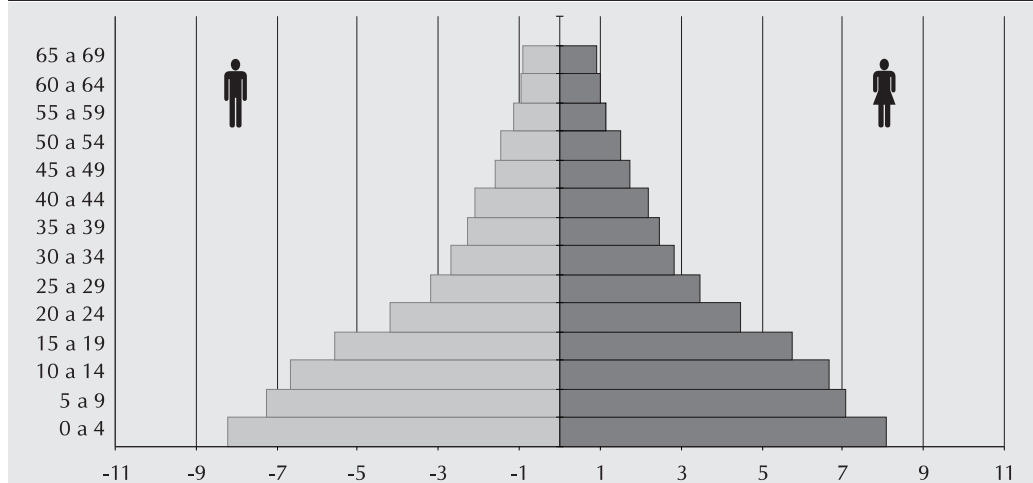
**Pirâmides Etárias da População Total
Bahia, 1980**


Gráfico 3

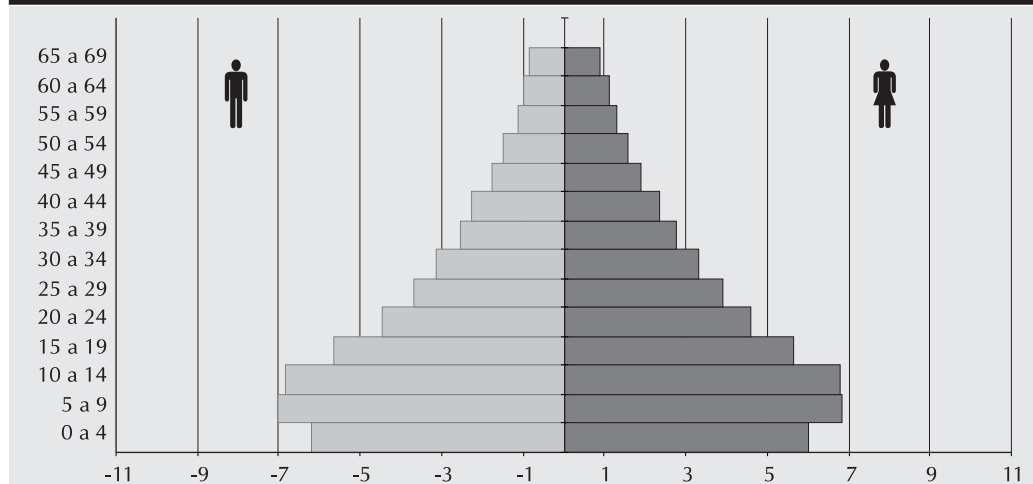
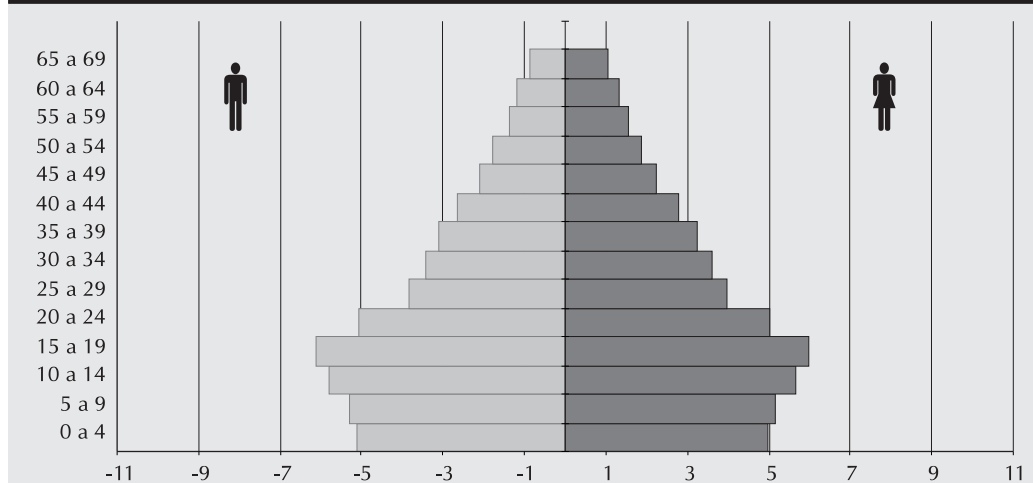
**Pirâmides Etárias da População Total
Bahia, 1991**


Gráfico 4

**Pirâmides Etárias da População Total
Bahia, 2000**


Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Em vista das evidências apontadas, a consideração e acompanhamento desse processo de envelhecimento demográfico reveste-se da maior importância, pelas fortes implicações que acarreta em termos de políticas públicas.

Pelo lado das crianças, apesar da previsível continuidade do processo de diminuição do seu número é um fato concreto que, no presente, tal segmento é ainda bastante expressivo no estado e continua reclamando por atenção especial, pois sua situação social é crítica. Parte significativa do contingente que o integra se compõe de crianças e adolescentes das camadas mais pobres da população, fortemente atingidas por problemas sociais como abandono, desnutrição, mendicância, carência de atendimento médico e de programas específicos de prevenção de doenças infantis, permanecendo ainda forte, embora cada vez menor, a demanda por serviços específicos para essa faixa etária (nutrição, creche, atenção à saúde e vacinação). A tendência futura é de diminuir sensivelmente a pressão por tais serviços.

A pressão sobre o ensino de primeiro grau e pré-escolar também tende a diminuir, embora hoje seja ainda vigorosa, dado o grande volume de crianças na faixa de 5-14 anos demandantes dos mesmos. Tal perspectiva permite se pensar que se avizinha uma certa trégua demográfica em que se possa trabalhar mais no aspecto qualidade dos serviços oferecidos sem a pressão emergencial pela adequação de sua quantidade à demanda existente (BELAS, 1999:223).

Entre jovens e adolescentes, tende a aumentar a demanda por educação de nível médio e superior, assim como de educação supletiva para jovens e adultos que buscam se reintegrar ao sistema de ensino.

A pressão da população em idade ativa sobre o mercado de trabalho deverá fazer-se sentir de modo crescente, mais fortemente pelo lado dos segmentos mais velhos, com mais de 30 anos de idade, que se encontrarão diante de um mercado de trabalho cada vez mais restritivo no tocante não apenas às exigências em termos de qualificação, mas também em relação à idade. São demandantes potenciais de programas de requalificação ou reorientação profissional, ou ainda de apoio a iniciativas no campo das atividades profissionais autônomas. Tal pressão no mercado de trabalho vê-se agravada pelo aumento da idade mínima para se pleitear a aposentadoria.

O grupo de idosos, de 60 anos em diante, público alvo de ações previdenciárias, ainda de pouca expressão no estado, conforme mencionado, deverá continuar crescendo, seja pelo prolongamento da expectativa média de vida, seja por acolhimento das gerações que vão progressivamente atingindo as idades mais avançadas e que, concebidas antes do descenso da fecundidade – numerosas, portanto – vão imprimindo níveis mais altos de participação do segmento no total populacional e taxas de crescimento mais expressivas.

Devem ser focalizados, conseqüentemente, com vistas ao futuro, serviços especialmente direcionados para essa população, particularmente os previdenciários, de saúde, de acolhimento (asilos), lazer, etc.

Por fim, vale considerar que o estágio atual da configuração etária da população do estado, acaba sendo, em termos estritamente demográficos, favorável, no sentido de que contribui para a redução da carga de dependência, pois ainda cresce significativamente a população em idade ativa, decresce o número de crianças, e, embora cresça, ainda tem pouca importância numérica a população de 60 anos ou mais.

Naturalmente que tal "vantagem" provisória tem que ser vista em função do contexto econômico, sobretudo levando em conta os padrões e níveis de absorção da força de trabalho pelo mercado de trabalho formal.

Por outro lado, em termos de como vem descendendo a fecundidade, sua generalização não tem significado, até então, homogeneização. As diferenciações são tanto espaciais, quanto sociais, desse modo, expressam-se, também, quando se consideram mulheres de diferentes segmentos sociais. Estudo recente sobre a fecundidade no estado da Bahia¹ dá conta de que, ao final da vida reprodutiva, as mulheres de menor escolaridade acumulavam, em média, um número de filhos bastante mais elevado do que as de maior escolaridade (Ver Tabela 3, que reúne alguns dos dados do trabalho citado).

Tabela 3

Proporções de Mulheres de 15-49 Anos e Número Médio de Filhos Tidos Nascidos Vivos (FTNV) Bahia, 1980 e 1991

Escolaridade das Mulheres de 15-49 anos	FTNV		% de Mulheres	
	1980	1991	1980	1991
S/instrução e menos de 1 ano de estudos	6,6	6,7	44,18	26,42
1 - 3 anos de estudos	6,6	6,2	20,38	21,43
4 - 7 anos de estudos	5,6	5,2	20,71	27,17
8 e + anos de estudos	3,1	2,8	14,73	24,98

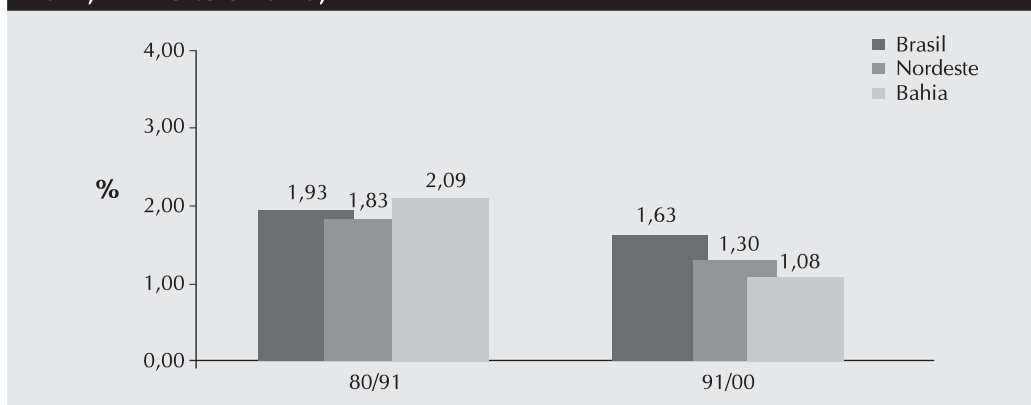
Fonte: SOUZA, G. A. A. de e MURICY, I. T., 1999

Tais diferenciações sociais no que respeita à fecundidade também se expressam em distinções sociais e socioespaciais em termos de velocidade e grau de avanço do processo de envelhecimento populacional

A desaceleração do crescimento e o avanço da urbanização

Com cerca de 13 milhões de habitantes registrados em 2000, a Bahia, quarto estado mais populoso do país, vem experimentando uma considerável desaceleração no seu ritmo de crescimento demográfico, que cai de um patamar de 2,09% a.a. na década de 80 – mais alto do que o das taxas do país e da região Nordeste (1,93 e 1,83% a.a., respectivamente) – para cerca de 1,08% a.a. na década seguinte, taxa menor do que as correspondentes aos outros âmbitos destacados: país, 1,63% a.a. e região, 1,30% a.a. (Gráfico 5).

¹ SEI, Mudança nos Padrões de Fecundidade e Mortalidade na Infância na Bahia

Gráfico 5**Taxas de Crescimento Médio Anual
Brasil, Nordeste e Bahia, 1980-2000**

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Estudos diversos vêm atestando uma redução do fluxo emigratório do estado da Bahia que se teria iniciado a partir dos anos 1970, acentuando-se na década de 80, como resultado da combinação de dois fatores que atuam numa mesma direção, qual seja, na da redução da emigração líquida do estado: a) desintensificação no fluxo de saída de baianos e b) intensificação do ingresso de pessoas no estado, inclusive de migrantes de retorno. De todo modo, na virada da década a Bahia ainda se mantinha na situação de emissor migratório, embora com perdas de população cada vez menores.

O fato é que, apesar da atenuação do ritmo de crescimento nas últimas décadas, a população baiana ainda se mantém crescendo numericamente. Entre 1991-2000 foi acrescida em cerca de 1,2 milhão de pessoas, conforme a Tabela 4.

Tabela 4**População Residente – Bahia, Nordeste e Brasil – e Incremento Absoluto
1980-2000**

Âmbitos Espaciais	População			Incremento Absoluto
	1980	1991	2000	1991/2000
Brasil	119.002.706	146.825.475	169.799.170	22.973.695
Nordeste	34.815.439	42.497.540	47.741.711	5.244.171
Bahia	9.454.346	11.867.991	13.070.250	1.202.259

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Tal incremento populacional positivo – que representa em torno de 23% e 5% dos acréscimos populacionais do Nordeste e do Brasil, respectivamente – proporciona um ligeiro aumento da densidade demográfica², que passa, entre 1991 e 2000, de 21,03 hab/km² para 23,16 hab/km² (Tabela 5), uma densidade, vale dizer, bastante reduzida, num estado onde a população se distribui de maneira muito desigual ao longo do território, de forma mais concentrada nas faixas litorâneas ou próximas das mesmas, e com extensos vazios em todo o semi-árido e na fronteira oeste (Cartograma 1).

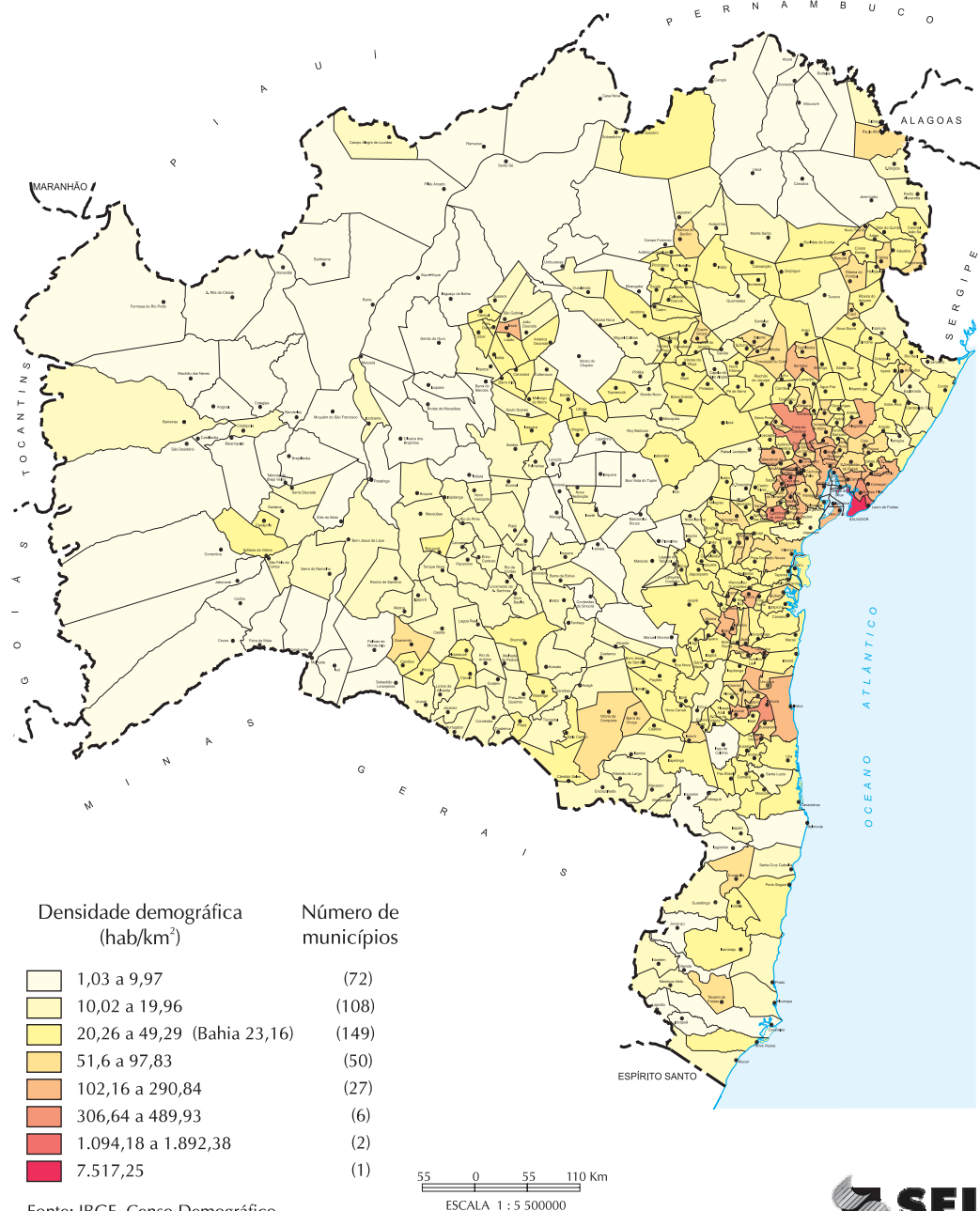
² Índice calculado a partir da relação entre o número de habitantes de uma dada localidade (país, cidade, estado, região, etc.) pelo total de área – no caso, consideram-se apenas as áreas territoriais emersas – em Km².

Tabela 5

Bahia: População, Área e Densidade Demográfica
1991/2000

Anos	População	Densidade Demográfica Hab/Km ²
1991	11.867.991	21,03
2000	13.070.250	23,16
Área (km ²)	564.258	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000

CARTOGRAMA 1
Densidade Demográfica Segundo os Municípios
Bahia, 2000

Além de manter-se como um dos estados do País e da Região Nordeste, de mais baixo percentual de população urbana (67,12%, conforme a Tabela 6), superior apenas aos dos estados nordestinos do Maranhão e Piauí e aos nordestistas, Rondônia, Acre e Pará), a Bahia continua reproduzindo um ritmo de urbanização mais lento, se comparado ao de outros estados. Apenas sete Unidades da Federação (UFs) apresentaram taxas de crescimento de suas respectivas populações urbanas, entre 1991-2000, inferiores à baiana.

Tabela 6

População Urbana, Grau de Urbanização e Taxa de Crescimento 1991/2000					
UFs	População Urbana		Tx. de Crescimento (%)	Grau de Urbanização (%)	
	1991	2000		1991	2000
Brasil	110.990.990	137.953.959	2,45	75,59	81,25
Região Norte	5.922.574	9.014.365	4,78	59,05	69,87
Rondônia	659.327	884.523	3,32	58,21	64,11
Acre	258.520	370.267	4,07	61,89	66,41
Amazonas	1.502.754	2.107.222	3,83	71,45	74,92
Roraima	140.818	247.016	6,44	64,72	76,15
Pará	2.596.388	4.120.693	5,27	52,45	66,55
Amapá	234.131	424.683	6,84	80,90	89,03
Tocantins	530.636	859.961	5,51	57,69	74,32
Região Nordeste	25.776.279	32.975.425	2,77	60,65	69,07
Maranhão	1.972.421	3.364.070	6,11	40,01	59,53
Piauí	1.367.184	1.788.590	3,03	52,95	62,91
Ceará	4.162.007	5.315.318	2,75	65,37	71,53
Rio Grande do Norte	1.669.267	2.036.673	2,23	69,10	73,35
Paraíba	2.052.066	2.447.212	1,98	64,10	71,06
Pernambuco	5.051.654	6.058.249	2,04	70,87	76,51
Alagoas	1.482.033	1.919.739	2,92	58,95	68,01
Sergipe	1.002.877	1.273.226	2,69	67,22	71,35
Bahia	7.016.770	8.772.348	2,51	59,12	67,12
Região Sudeste	55.225.983	65.549.194	1,92	88,02	90,52
Minas Gerais	11.786.893	14.671.828	2,46	74,87	82,00
Espírito Santo	1.924.588	2.463.049	2,78	74,01	79,52
Rio de Janeiro	12.199.641	13.821.466	1,40	95,25	96,04
São Paulo	29.314.861	34.592.851	1,86	92,80	93,41
Região Sul	16.403.032	20.321.999	2,41	74,12	80,94
Paraná	6.197.953	7.786.084	2,57	73,36	81,41
Santa Catarina	3.208.537	4.217.931	3,09	70,64	78,75
Rio Grande do Sul	6.996.542	8.317.984	1,94	76,56	81,65
Região Centro-Oeste	7.663.122	10.092.976	3,11	81,28	86,73
Mato Grosso do Sul	1.414.447	1.747.106	2,37	79,45	84,08
Mato Grosso	1.485.110	1.987.726	3,29	73,26	79,37
Goiás	3.247.676	4.396.645	3,42	80,81	87,88
Distrito Federal	1.515.889	1.961.499	2,90	94,68	95,63

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000

O contingente urbano do estado, entretanto, de quase 9 milhões de pessoas em 2000, o quarto maior do País, vale mencionar, permanece fortemente concentrado em 11 municípios (Tabela 7). Desse modo, Salvador, juntamente com uma dezena de outros municípios, todos com mais de 100 mil habitantes urbanos, retêm, em 2000, cerca de 47% da população urbana do Estado ou algo em torno de 4,2 milhões de pessoas.

Tabela 7

Municípios com as Maiores Populações Urbanas 2000

Município	População Urbana	Distribuição (%)
Salvador	2.442.102	27,84
Feira de Santana	431.730	4,92
Vitória da Conquista	225.545	2,57
Itabuna	191.184	2,18
Ilhéus	162.125	1,85
Camaçari	154.402	1,76
Juazeiro	133.278	1,52
Jequié	130.296	1,49
Barreiras	115.784	1,32
Alagoinhas	112.440	1,28
Lauro de Freitas	108.385	1,24
Subtotal	4.207.271	47,96
Bahia	8.772.348	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

A Bahia abriga 13,50% da população rural do país, com quase 4,3 milhões de habitantes domiciliados, em 2000, em áreas consideradas rurais. Apesar de o campo baiano vir experimentando um processo de esvaziamento, tal como ocorre na maior parte das UFs, visível na diminuição do seu efetivo entre 1991-2000 (Tabela 8), tem-se ainda, na Bahia, estado de uma ampla base demográfica, o maior contingente rural do Brasil.

A população feminina baiana

De maioria feminina, a população residente da Bahia compunha-se, em 2000, de cerca de 6,6 milhões de mulheres, conforme a Tabela 9. O indicador Razão de Sexo (número de homens dividido pelo número de mulheres, expresso em 100) indica que, apesar disso, a desproporcionalidade na relação entre a quantidade de homens e mulheres no estado é menor do que no total do país ou da região. Menor, no sentido de uma maior proximidade de 100, que corresponderia a uma distribuição igualitária em termos de quantitativo de homens e mulheres.

A Tabela 10 apresenta as razões de sexo urbana e rural para o estado em 1991 e 2000. Observe-se o predomínio de homens na população rural em contraposição ao de mulheres na população urbana. As áreas urbanas, mais diversificadas economicamente, são particularmente atrativas para a população feminina, pois nelas vicejam, em maiores proporções, atividades potencialmente mais absorvedoras da força de trabalho feminina, sobretudo no setor de serviços.

Embora, hoje, as cidades regulem em grande medida as atividades do campo, e cada vez mais os trabalhadores agrícolas estabeleçam domicílio em zonas urbanas, no fundamental as atividades do setor primário ocupam, maioritariamente, mão-de-obra masculina, o que acaba por levar o campo a ser um espaço de residência predominantemente masculino.

Tabela 8

População Rural, Proporção de População Rural e Taxa de Crescimento Segundo Unidades da Federação (UFs) 1991/2000

UFs	População Rural		Tx. de Crescimento 1991-2000 (%)	% de População Rural	
	1991	2000		1991	2000
Brasil	35.834.485	31.845.211	-1,30	24,41	18,75
Região Norte	4.107.982	3.886.339	-0,61	40,95	30,13
Rondônia	473.365	495.264	0,50	41,79	35,89
Acre	159.198	187.259	1,82	38,11	33,59
Amazonas	600.489	705.335	1,80	28,55	25,08
Roraima	76.765	77.381	0,09	35,28	23,85
Pará	2.353.672	2.071.614	-1,41	47,55	33,45
Amapá	55.266	52.349	-0,60	19,10	10,97
Tocantins	389.227	297.137	-2,96	42,31	25,68
Região Nordeste	16.721.261	14.766.286	-1,37	39,35	30,93
Maranhão	2.957.832	2.287.405	-2,82	59,99	40,47
Piauí	1.214.953	1.054.688	-1,56	47,05	37,09
Ceará	2.204.640	2.115.343	-0,46	34,63	28,47
Rio Grande do Norte	746.300	740.109	-0,09	30,90	26,65
Paraíba	1.149.048	996.613	-1,57	35,90	28,94
Pernambuco	2.076.201	1.860.095	-1,21	29,13	23,49
Alagoas	1.032.067	902.882	-1,47	41,05	31,99
Sergipe	488.999	511.249	0,50	32,78	28,65
Bahia	4.851.221	4.297.902	-1,34	40,88	32,88
Região Sudeste	7.514.418	6.863.217	-1,00	11,98	9,48
Minas Gerais	3.956.259	3.219.666	-2,26	25,13	18,00
Espírito Santo	676.030	634.183	-0,71	25,99	20,48
Rio de Janeiro	608.065	569.816	-0,72	4,75	3,96
São Paulo	2.274.064	2.439.552	0,78	7,20	6,59
Região Sul	5.726.345	4.785.617	-1,97	25,88	19,06
Paraná	2.250.760	1.777.374	-2,59	26,64	18,59
Santa Catarina	1.333.457	1.138.429	-1,74	29,36	21,25
Rio Grande do Sul	2.142.128	1.869.814	-1,50	23,44	18,35
Região Centro-Oeste	1.764.479	1.543.752	-1,47	18,72	13,27
Mato Grosso do Sul	365.926	330.895	-1,11	20,55	15,92
Mato Grosso	542.121	516.627	-0,53	26,74	20,63
Goiás	771.227	606.583	-2,63	19,19	12,12
Distrito Federal	85.205	89.647	0,57	5,32	4,37

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000

Tabela 9

Populações Masculina e Feminina e Razões de Sexo 1991/2000

Âmbito Espacial	População 1991			População 2000			Razão de Sexo	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
Brasil	146.825.475	72.485.122	74.340.353	169.799.170	83.576.015	86.223.155	96,93	97,50
Região Nordeste	42.497.540	20.783.292	21.714.248	47.741.711	23.413.914	24.327.797	96,24	95,71
Bahia	11.867.991	5.857.907	6.010.084	13.070.250	6.462.033	6.608.217	97,79	97,47

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000

Tabela 10

Razões de Sexo das Populações Urbana e Rural da Bahia 1991/2000

Ano	Razões de Sexo	
	População Urbana	População Rural
1991	92,21	105,61
2000	93,04	108,25

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000

Embora minoritária, a participação de mulheres na chefia dos seus domicílios vem ganhando expressão, sobretudo a partir dos anos 1980, tanto no país quanto na América Latina em geral. Na década de 90, segundo um estudo recentemente concluído pela SEI³, esse fenômeno se intensifica no Brasil, que experimenta, então, um incremento de 37,5% no percentual de domicílios chefiados por mulheres (18,1% e 24,9% em 1991 e 2000, respectivamente). Na Bahia, onde os percentuais de participação foram mais elevados, conforme a Tabela 11 (20,0%, em 1991, e 27,1% em 2000), o incremento foi efetivamente um pouco menor: 35,3%.

Tabela 11

Pessoas Responsáveis Pelo Domicílio e Incremento Relativo das Pessoas Responsáveis pelo Domicílio 1991-2000

Âmbito Espacial	Proporção de Pessoas Responsáveis Pelo Domicílio, Por Sexo (%)				Incremento Relativo (%)	
	Homens		Mulheres		1991/2000	
	1991	2000	1991	2000	Homens	Mulheres
Bahia	80,00	72,90	20,00	27,10	-8,80	35,30
Brasil	81,90	75,10	18,10	24,90	-8,30	37,50

Fonte: SEI, 2002 - Tabela 3.1

O mencionado estudo informa ser a Bahia o estado detentor da sexta maior proporção de domicílios com mulheres por responsáveis, perdendo, neste aspecto, para o Distrito Federal (32,8%) e para os estados de Rio de Janeiro (31,2%), Amapá (28,9%), Pernambuco (28,3%) e Sergipe (27,9%). Ademais, aponta que os fatores responsáveis por tal tendência de aumento do peso de domicílios chefiados por mulheres é de natureza cultural, econômica e sociodemográfica.

As migrações do campo à cidade vêm sendo maioritariamente femininas, o que se relaciona, por um lado, às características que vêm assumindo os processos de modernização e de transformação do campo, em que a expansão de relações capitalistas de produção e o conjunto das atividades emergentes, absorvendo, no processo produtivo, principalmente pessoas do sexo masculino, fazem com que a maior parte do excedente de força de trabalho que se forma com o desdobramento de processos como esses, seja do sexo feminino. Por outro lado, destaca-se o fato de que as migra-

³ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI, Bahia censo 2000: resultados do universo Salvador: SEI, 2002 (CD-Rom)

ções também estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano, e o predomínio de mulheres jovens se relaciona com a expansão dos serviços, tanto em empresas como na residência. (Camarano e Abramovay, 1999, apud SEI, 2002).

Desse modo, é mais fácil compreender tanto o porque de os percentuais de mulheres na chefia dos domicílios, ilustrados na Tabela 12 crescerem de modo mais expressivo no contexto urbano (35,3%) do que no rural (17,7%), quanto a mais alta incidência de domicílios sob responsabilidade feminina nos espaços urbanos do que nos rurais – 31,9% versus 16,2%, respectivamente, conforme extrai-se dos dados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela 12

Pessoas Responsáveis pelo Domicílio e Incremento Relativo, por Sexo, Segundo a Situação do Domicílio 1991-2000

Situação do Domicílio	(% de Responsáveis pelo Domicílio)				Incremento Relativo	
	Homens		Mulheres		1991/2000	
	1991	2000	1991	2000	Homens	Mulheres
Total	80,00	72,90	20,00	27,10	-8,80	35,30
Urbana	76,00	68,10	24,00	31,90	-10,40	32,80
Rural	86,20	83,80	13,80	16,20	-2,80	17,70

Fonte: SEI, 2002 - Tabela 3.1

Outros aspectos de suma importância e que se relacionam ao fenômeno são enfatizados no estudo da SEI:

O crescimento dos domicílios cuja pessoa responsável é do sexo feminino também guarda relação com o incremento das famílias monoparentais chefiadas predominantemente por mulheres jovens ou da terceira idade, e das unipessoais, devido ao processo de envelhecimento da população e à maior longevidade das mulheres – pelo fato de possuírem uma vida mais longa que a dos homens, as mulheres têm mais chances de enviuvar (SEI, 2002).

Aliada a essa tendência, segundo o estudo referido, a maior instabilidade das uniões também acaba influenciando no aumento do número de famílias sob responsabilidade feminina. O fato é que, depois da separação ou perda do cônjuge, as mulheres tendem a formar novas famílias com menor frequência que os homens.

Desse modo, conforme constatado pelo referido estudo, as mulheres responsáveis pelo domicílio são mais freqüentemente divorciadas, viúvas ou solteiras, sendo este arranjo familiar, mulher sem cônjuge com filhos, o segundo principal tipo de arranjo das famílias residentes na Bahia em 1999 (correspondendo a 18,2% do total de famílias), inferior apenas ao tipo nuclear (53,7%).

BELAS, Angela de O. Dinâmica demográfica baiana: tendências gerais e diferenciações internas. In: *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p 213-250

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; MURICY, Ivana Tavares. *Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na Bahia 1940/1997*. Salvador: SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 52).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia censo 2000: resultados do universo*. Salvador: SEI, 2002. (CD-Rom)

_____. *Crescimento populacional 1980-1996*. Salvador: SEI, 1998. 244 p. (Série estudos e pesquisas, 39).

_____. *Projeções de população por sexo e idade: Bahia 1991-2020*. Salvador: SEI/IBGE, 1999. 40 p. (Série estudos e pesquisas, 44).

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA NA BAHIA NOS ANOS 1990¹

FLÁVIA SANTANA RODRIGUES SUERDIECK*

Durante a década de 90, algumas características do mercado de trabalho baiano já observadas nos anos 1980 foram aprofundadas. Tanto a precariedade quanto a informalidade aumentaram significativamente a sua participação, reconfigurando as condições e relações trabalhistas no estado. Associam-se a essas observações diversas análises econômicas, que atestam o fato de que outros traços passam a compor o perfil do mercado de trabalho atualmente. Dessa forma, o desempenho do mercado de trabalho baiano passa também a ser condicionado pelo elevado desemprego, que sofreu mudanças em sua estrutura e em seu tempo de duração; pela redução do emprego formal aliada à perda da capacidade de geração de novos empregos e, finalmente, por uma forma de precarização do trabalho através da queda dos rendimentos.

Com a incorporação desses aspectos, o mercado de trabalho baiano vem refletindo um movimento mais geral, advindo primeiramente de transformações estruturais ocorridas na economia mundial. O rebatimento dessas transformações na economia brasileira é responsável por algumas situações (baixo crescimento econômico, retração das atividades produtivas e diminuição da ação do Estado com o seu desmonte via privatizações) que interferem negativamente no mercado de trabalho, dificultando a implementação de políticas regionais e sociais que fomentem a criação de novas oportunidades de trabalho, aumentem a renda e melhorem as condições de vida da população.

No que concerne ao objetivo, este texto tem o propósito de diagnosticar o mercado de trabalho do estado da Bahia, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O período considerado foi a década de 90, caracterizada em dois momentos: seu início, em 1992, antes da influência do Plano Real, e seu final, já em 1999.

Primeiramente, serão considerados os principais agregados relevantes para a análise do mercado de trabalho: as pessoas em idade de trabalhar (PIA)², as pessoas economicamente ativas (PEA), os ocupados, os desocupados e os inativos. Uma vez delimitado o mercado de trabalho, será examinada sua

* Bacharelada em Ciências Econômicas da UFBA e auxiliar técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

¹ Agradeço à coordenação e incentivo constantes da professora Ângela Maria de Carvalho Borges durante e após o curso de Mercado de Trabalho ministrado na SEI de outubro de 2000 até fevereiro de 2001, que foram de inestimável importância para a confecção deste trabalho.

² A PNAD considera que as pessoas a partir de 10 anos ou mais de idade já estão em idade de trabalhar. Tal definição é estabelecida de acordo com a metodologia adotada por essa pesquisa domiciliar, variando em outras pesquisas que versam sobre o mercado de trabalho.

composição por grupos etários, grupos de anos de estudo, gênero e situação do domicílio. Alguns indicadores serão utilizados de forma a melhor caracterizar o mercado de trabalho baiano: taxas de atividade, de ocupação, de desocupação aberta e de inatividade.

Esta análise³ será realizada considerando a variação em pontos percentuais, que reflete o dinamismo das tendências na maioria dos casos e sempre consegue captar os fenômenos mais relevantes do mercado de trabalho.

A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)

A população em idade ativa (PIA) é o indicador da oferta potencial de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Em 1999, a Bahia contava com uma PIA estimada de 10.425 mil pessoas, conforme se observa na Tabela 1. Entre 1992 e 1999 houve um incremento relativo de 14,3% no número de pessoas na PIA, superior assim ao incremento total da população baiana no período, que foi de 7,4%.

Tabela 1

PIA Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e Situação do Domicílio	1992	1999	
Total (em mil)	9.121	10.425	
Homens	48,5	49,1	
Mulheres	51,5	50,9	
Urbano	61,2	62,5	
Rural	38,8	37,5	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Essa oferta potencial de mão-de-obra para o mercado de trabalho concentra-se cada vez mais nos centros urbanos. Assim, em 1999, 62,5% da PIA estava nas cidades (cerca de 6.514 mil pessoas). Nos anos 1990, o incremento da PIA urbana foi maior que o incremento da PIA rural com, respectivamente, 16,6% e 10,6% do estoque em relação a 1992. A urbanização da PIA resulta de um processo de urbanização crescente no estado. Em um estudo recente sobre o quadro demográfico baiano em 2000, foi observado que “a população urbana da Bahia sofreu um acréscimo de 1,7 milhão de pessoas entre 1991 e 2000, sendo que mais da metade dele (53,6%) ocorreu a partir de 1996” (FRANCO, 2001: 15)

Ao final da década, as mulheres, correspondiam a 50,9 % da PIA, ou 5.310 mil. Entretanto, a participação masculina vem se ampliando, visto que, no início do período, os homens representavam 48,5% e, em 1999, passam a 49,1%. Esse fenômeno é coerente com o estudo recente de Franco (op. cit.) sobre os resultados preliminares do Censo 2000, que aponta o aumento da presença masculina na Bahia.

³ Em algumas situações, utiliza-se a variação percentual entre as taxas com o objetivo de revelar a intensidade das mudanças ocorridas nas variáveis durante o período considerado e assim observar de forma mais específica a natureza dos fenômenos no mercado de trabalho.

Quanto à composição por idade (Tabela 2), em 1999 os grupos etários⁴ que se destacam em participação são formados pelos adolescentes e jovens (15 a 24 anos) e pelas pessoas no auge da idade ativa (25 a 39 anos), os quais somam 52,2% da PIA. Entre 1992 e 1999, esses dois grupos se alternaram em grau de importância. Assim, os jovens e adolescentes mudaram a sua participação de 25,8% para 26,8% e as pessoas de 25 a 39 anos passaram de 26% para 25,4%. Como era de se esperar, dado o perfil ainda jovem da população baiana, o grupo etário de menor representatividade era o de idosos (60 anos ou mais).

Tabela 2

PIA Segundo os Grupos Etários Bahia, 1992-1999			(%)
Grupos Etários	1992	1999	
Total (em mil)	9.121	10.425	
10 A 14 anos	17,7	15,6	
15 a 24 anos	25,8	26,8	
25 a 39 anos	26,0	25,4	
40 a 59 anos	19,3	21,0	
60 anos ou mais	11,1	11,1	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Quanto à escolaridade (Tabela 3), observa-se que, no final do Século XX, a Bahia ainda apresenta uma oferta potencial de mão-de-obra concentrada no grupo dos pouco instruídos. O conjunto das categorias “sem instrução e com menos de um ano”, com “um a três anos de estudo” e de pessoas entre “quatro a sete anos de estudo” somavam 78,6% em 1999, sendo que os “sem instrução e com menos de um ano de estudo” representavam nada menos que 24%. No entanto, já se observa o efeito da universalização do ensino do 1º grau e da expansão dos outros níveis de ensino.

Tabela 3

PIA Segundo os Grupos de Anos de Estudo Bahia, 1992-1999			(%)
Grupos de Anos de Estudo	1992	1999	
Total (em mil)	9.121	10.425	
Sem instrução e menos de 1 ano	36,1	24,0	
1 a 3 anos	25,5	27,0	
4 a 7 anos	22,4	27,6	
8 a 10 anos	6,8	9,2	
11 a 14 anos	7,7	10,4	
15 anos ou mais	1,2	1,6	
Não-determinados e sem-declaração	0,3	0,3	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Com efeito, os dados para o período de 1992 a 1999 já mostram um aumento significativo da escolarização: cai em 12,1 pontos percentuais a participação do grupo “sem instrução e com menos de um ano de estudo”, enquanto

⁴ Os grupos etários escolhidos correspondem a diferentes ciclos de vida: infância (10 a 14 anos); adolescentes e jovens (15 a 24 anos); pessoas no auge da idade produtiva (25 a 39 anos); pessoas de meia idade (40 a 59 anos) e os idosos (60 anos ou mais).

os demais grupos de anos de estudo aumentam a sua participação na PIA. O grupo da PIA a registrar o maior incremento em pontos percentuais, no período, é o de “quatro a sete anos de estudo”, com o aumento de sua porcentagem em 5,2 pontos. Essa distribuição da população baiana de 10 anos ou mais de idade segundo os anos de estudo sinaliza a maior importância dada à educação formal pelo Estado e pelas famílias e a conseqüente escolarização progressiva da PIA baiana ao longo da década de 90.

Em síntese, a Bahia conta com uma oferta potencial de mão-de-obra expressiva, ainda majoritariamente jovem, mas tendendo a um aumento da importância relativa de sua parcela com idade mais elevada, cada vez mais concentrada nas áreas urbanas, porém com um contingente ainda considerável nas áreas rurais, e com escolaridade crescente, mas ainda majoritariamente composta por pessoas com reduzido número de anos de estudo.

A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

A População Economicamente Ativa (PEA) corresponde à parcela da PIA que efetivamente se encontra no mercado de trabalho, ou seja, ocupados e desempregados. De acordo com a Tabela 4, na década de 90, a Bahia registrou um crescimento de 14,8% na PEA, equivalente a um incremento de 828 mil pessoas. No final do período, a PEA baiana era estimada em 6.412 mil pessoas, apresentando uma considerável taxa de crescimento de 2,0% a.a., superior, portanto, às taxas da PIA (1,9% a.a.) e da população total da Bahia (1,0% a.a.).

Tabela 4

PEA Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e Situação do Domicílio	1992	1999	
Total (em mil)	5.583	6.412	
Homens	60,7	59,4	
Mulheres	39,3	40,6	
Urbano	56,6	58,2	
Rural	43,4	41,8	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Em 1999, 56,5% da PEA era urbana, observando-se um grau de urbanização inferior ao da PIA. Entretanto, no período considerado, a PEA urbana apresentou o incremento superior à PEA rural de cerca de 17,9% contra 10,7%, ou mais 568 mil pessoas no meio urbano, em relação a um acréscimo de 260 mil pessoas no meio rural entre 1992 e 1999.

A participação dos homens na PEA baiana é bem maior do que a das mulheres, embora um crescimento mais expressivo da participação feminina tenha sido observado na década de 90. O incremento relativo apresentado pelos homens foi de 12,3% e o das mulheres de 18,6% durante o período. A década terminou com um saldo de cerca de 3.800 mil homens e 2.600 mil mulheres economicamente ativas, respectivamente, 59,4% e 40,6% do total.

Os segmentos representados pelos adolescentes e jovens (15 a 24 anos) merecem destaque na composição da PEA por faixa etária. Segundo a Tabela 5, em 1999, pode-se observar que o peso desse grupo representava 27,5% da PEA total, ou seja, era equivalente a aproximadamente 1.700 mil adolescentes e jovens economicamente ativos no estado. Entretanto, a sua taxa de participação caiu de 66,3% para 63,1%, entre 1992 e 1999. Associando-se a participação dos adolescentes e jovens na PEA ao seu peso na PIA, verifica-se que tanto em 1992 quanto em 1999 a sua proporção na PEA era mais expressiva. No final do período, os adolescentes e jovens eram 27,5% da PEA e 26,8% da PIA. Essa diferença sinaliza a pressão dos adolescentes e jovens sobre o mercado de trabalho baiano. É importante considerar que, dos jovens que não estão no mercado de trabalho, uma parcela considerável – 42,2% – dedica-se somente ao estudo, conforme os dados para 1998⁵. Esse fato, que demonstra o adiamento do ingresso do jovem na vida ativa, pode estar sinalizando dificuldades de inserção devido à maior seletividade atual do mercado de trabalho. Segundo esses mesmos dados, outra parcela considerável – 35,4% – concentra-se nos afazeres domésticos (predominantemente associado às mulheres), enquanto uma parcela menor – 9,7% – não realiza qualquer atividade. Deve-se observar que uma parcela não-quantificada desses jovens é computada como inativa, mas encontra-se, na verdade, em uma situação de desemprego oculto por inatividade.

Tabela 5

PEA Segundo os Grupos Etários Bahia, 1992-1999			(%)
Grupos Etários	1992	1999	
Total (em mil)	5.583	6.412	
10 a 14 anos	8,3	6,1	
15 a 24 anos	28,0	27,5	
25 a 39 anos	33,2	33,4	
40 a 59 anos	23,6	26,0	
60 anos ou mais	6,9	7,0	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

A faixa etária de maior inserção econômica no mercado de trabalho está compreendida entre 25 e 39 anos de idade. Em 1999, 33,4% da PEA baiana era formada por pessoas pertencentes a esse grupo etário, que se manteve estável durante a década de 90.

Outro grupo etário relevante na PEA é formado pelas pessoas de 40 a 59 anos de idade, o qual revela-se como o terceiro mais importante (26% em 1999), apresentando entre 1992 e 1999 um incremento relativo de 2,4 pontos percentuais. Já os idosos e as crianças, por estarem em grande parte na inatividade, constituíam os grupos de menor representatividade na PEA. Essas mudanças no perfil da PEA são determinadas tanto por mudanças demográficas que alteram a magnitude absoluta e relativa de cada grupo etário, como por mudanças nas taxas de atividade específicas por idade.

⁵ Os dados do ano de 1998 pertencem à publicação Síntese de Indicadores Sociais 1999 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também são provenientes da PNAD. Eles são analisados no trabalho realizado por Borges (2000).

Assim como a tendência observada na PIA, os indicadores e variáveis examinados revelam um comportamento similar para a PEA, de aumento dos anos de estudo, e uma conseqüente queda de participação das pessoas sem nenhuma e com o mínimo de instrução. Dessa forma, com base na Tabela 6, na faixa “sem instrução e com menos de um ano” observa-se uma queda de 12 pontos percentuais no período, correspondente a uma redução de 473 mil pessoas, embora, em 1999, 24,1% da PEA ainda pertencesse a esse grupo. Os outros grupos de anos de estudo aumentaram a sua participação na PEA. Desse modo, enquanto 20,9% da PEA encontrava-se na faixa de “quatro a sete anos de estudo” em 1992, esse percentual já atingia 25,2% em 1999, registrando o maior aumento de participação em pontos percentuais no período (4,3 pontos). A faixa de “oito a dez anos de estudo” eleva a sua participação de 7,0% para 9,1% e, por sua vez, o grupo de maior nível de instrução, com “onze anos ou mais anos de estudo” – no qual se encontram as pessoas com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo – representava cerca de 16% da PEA baiana no último ano da década.

Tabela 6

PEA Segundo os Grupos de Anos de Estudo Bahia, 1992-1999		(%)
Grupos de Anos de Estudo	1992	1999
Total (em mil)	5.583	6.412
Sem instrução e menos de 1 ano	36,2	24,1
1 a 3 anos	23,8	25,4
4 a 7 anos	20,9	25,2
8 a 10 anos	7,0	9,1
11 a 14 anos	10,2	13,6
15 anos ou mais	1,7	2,3
Não-determinados e s/ declaração	0,3	0,3

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Observe-se que, na década de 90, os graus mais elevados de instrução são requisito essencial para conseguir um emprego, mesmo que esse seja temporário ou de baixa remuneração e, portanto, precário. Essa tendência ao aumento do grau de escolarização do trabalhador é mais intensa nas áreas urbanas, relacionando-se com o quadro do mercado de trabalho dos anos 1990, ditado pela introdução de novas tecnologias e métodos de gestão/organização do trabalho, integrantes do processo de reestruturação produtiva iniciado com o capitalismo pós-intervencionista ou neoliberal, nos países desenvolvidos, a partir da década de 80.

COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE ATIVIDADE

A taxa de atividade expressa a relação entre a PEA e o total das pessoas em idade ativa (PIA). O exame (Tabela 7) dos dados indicou um aumento de somente 0,3 ponto percentual na taxa global de atividade nos anos 1990, passando de 61,2% para 61,5% entre 1992 e 1999.

No que se refere à taxa de atividade por situação domiciliar, observa-se que a taxa global de atividade é bem mais elevada na zona rural do que nas

áreas urbanas. Entretanto, a taxa de participação rural manteve-se estável nos anos 1990, enquanto se observou o incremento da taxa de participação da população urbana no período.

Tabela 7

Taxas de Atividade Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e Situação do Domicílio	1992	1999	
Total	61,2	61,5	
Homens	76,5	74,4	
Mulheres	46,8	49,1	
Urbano	56,6	57,2	
Rural	68,5	68,6	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

A quase estabilidade da taxa global de participação incorpora, no entanto, mudanças qualitativas importantes nas taxas específicas de participação por idade e sexo. A taxa de participação das mulheres sobe de 46,8%, em 1992, para 49,1% em 1999, atestando a entrada gradativa da mulher no mercado de trabalho. A taxa de participação masculina decresce de 76,5% para 74,4% no mesmo período. Pode-se perceber que, apesar do incremento da taxa feminina ter sido maior no período, foi insuficiente para igualá-la à participação de homens, que permanece consideravelmente superior à das mulheres no mercado de trabalho.

Quanto às faixas etárias (Tabela 8), nota-se que o grupo de idade mais ativo é representado pelas pessoas de 25 a 39 anos, com taxa de atividade de 80,8% em 1999. Essa faixa etária apresentou um aumento de 2,7 pontos percentuais na sua taxa de atividade ao longo dos anos 1990. As pessoas de meia-idade e os adolescentes e jovens também têm grande participação na PEA, embora os adolescentes e jovens registrem uma queda de sua atividade de 3,2 pontos percentuais na década de 90, com uma diminuição da taxa de atividade de 66,3% para 63,1% no período. Por sua vez, as crianças fazem parte de outro grupo a reduzir a sua participação no mercado de trabalho, caindo em 4,5 pontos percentuais sua taxa de participação no período. Mesmo assim, esse grupo ainda apresentava uma taxa de atividade em torno de 24 % em 1999, ou seja, cerca de uma em cada quatro crianças com idade entre 10 e 14 anos era economicamente ativa. Essa informação evidencia que muito ainda deve ser feito para a erradicar o trabalho infantil na Bahia.

Tabela 8

Taxas de Atividade Segundo os Grupos Etários Bahia, 1992-1999			(%)
Grupos Etários	1992	1999	
Total	61,2	61,5	
10 a 14 anos	28,5	24,0	
15 a 24 anos	66,3	63,1	
25 a 39 anos	78,1	80,8	
40 a 59 anos	75,0	76,1	
60 anos ou mais	38,0	38,6	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Finalmente, em 1992 e 1999, a observação das taxas de atividade por faixa etária e sexo (Gráficos 1 e 2) revela a ausência de mudanças significativas no ciclo da vida ativa: da faixa etária das crianças (10 a 14 anos) até o grupo das pessoas no auge da idade ativa (25 a 39 anos) verificava-se aumento nas taxas de participação, enquanto, a partir dos 40 anos ou mais de idade, elas decrescem, aparentemente configurando um movimento de saída do mercado de trabalho para o desemprego oculto por inatividade ou para a inatividade de fato.

Gráfico 1

Taxa de Atividade por Grupos Etários
Bahia, 1992

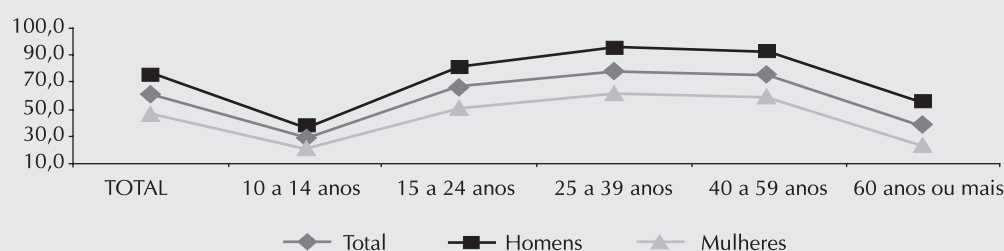
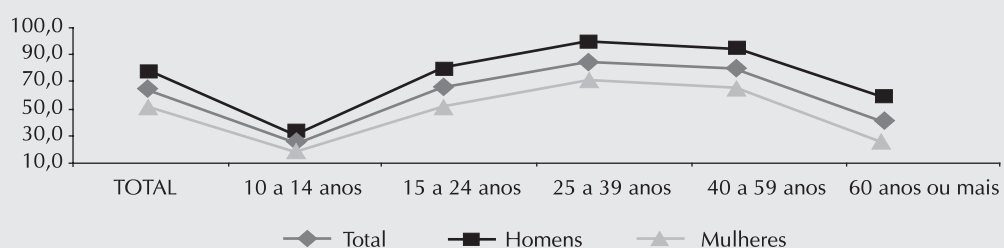


Gráfico 2

Taxa de Atividades por Grupos Etários
Bahia, 1999



EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO

Em termos absolutos, observa-se um crescimento do número de ocupados na Bahia, alcançando um montante em torno de 5.800 mil pessoas no estado em 1999. Ainda assim, entre 1992 e 1999 (Tabela 9) a proporção dos ocupados na PEA cai de 92,5% para 90,9%, refletindo uma elevação do desemprego. As altas taxas de desemprego juntamente com a intensa precarização do emprego, decorrentes da reestruturação em curso do mercado de trabalho, conformam uma situação adversa e distinta da existente na década de 80. O intenso processo de precarização do emprego constitui-se no fenômeno mais relevante nas mudanças do mercado de trabalho nos anos 1990 (já estudados nesta publicação por Santana, M. e Guimarães, J. Ribeiro), conforme se observa, respectivamente, nas análises de qualidade ocupacional e renda.

A queda na taxa de ocupação global no período é determinada pelo declínio da taxa de ocupados urbanos, já que no meio rural o percentual de

ocupados na PEA apresentou um movimento inverso. Assim, enquanto a taxa de ocupação no mercado de trabalho urbano apresentou uma perda de 3,1 pontos percentuais, na zona rural ela subiu 0,7 ponto percentual. Ao final da década de 90, observa-se uma taxa de ocupação urbana de 85,6%, enquanto os ocupados no meio rural representam 98,2% da PEA.

Tabela 9

Taxas de Ocupação Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e Situação do Domicílio	1992	1999	
Total	92,5	90,9	
Homens	93,9	92,6	
Mulheres	90,4	88,3	
Urbano	88,7	85,6	
Rural	97,5	98,2	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Em termos de gênero (Tabela 10), a composição dos ocupados urbanos mostra uma supremacia masculina (59,3% em 1999), embora esse grupo apresente uma queda de 2,0 pontos percentuais no período analisado. Esse movimento configura o aumento da participação feminina no mercado de trabalho urbano, (de 38,6% em 1992 para 40,7% em 1999). Na zona rural, a proporção de homens ocupados também é superior à de mulheres e manteve-se praticamente estabilizada, no período, em respectivamente 62% e 38%.

Tabela 10

Pessoas de 10 Anos ou Mais, Ocupadas, Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e Situação do Domicílio	1992	1999	
Total (em mil)	5.165	5.827	
Homens	61,6	60,5	
Mulheres	38,4	39,5	
Urbano (em mil)	2.802	3.192	
Homens	61,4	59,3	
Mulheres	38,6	40,7	
Rural (em mil)	2.363	2.635	
Homens	61,8	62,0	
Mulheres	38,2	38,0	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Quanto à composição dos ocupados por faixa etária (Tabela 11), observa-se que, nos anos considerados, os grupos de adolescentes e jovens e o de pessoas de meia idade apresentam movimentos distintos em termos de representatividade no total dos ocupados. Enquanto o grupo de 15 a 24 anos reduziu seu peso em 1,1 ponto percentual, a participação das pessoas de 40 a 59 anos na ocupação aumentou em 2,6 pontos percentuais. Em 1999, os adolescentes e jovens e as pessoas de 40 a 59 anos de idade representavam, respectivamente, 25,3% e 27,3% do total dos ocupados.

Por outro lado, os resultados da PNAD revelam estabilidade em cerca de 33,5% da participação das pessoas de 25 a 39 anos entre os ocupados,

durante o período. Cabe ressaltar que, apesar da redução do percentual de adolescentes e jovens na ocupação total, esse grupo de ocupados se expande em termos absolutos no período (8,2%), porém menos que a ocupação total (12,8%), o que é um indicador das dificuldades de inserção desse grupo etário no mercado de trabalho. Observe-se ainda que, caso esse crescimento fosse superior, não necessariamente estaria indicando a incorporação de todos os adolescentes e jovens dispostos a trabalhar. Esse argumento é reforçado pela situação identificada por Borges, em um estudo recente sobre os jovens de 18 a 24 anos de idade, segundo o qual, apesar de o incremento da ocupação juvenil apresentar-se maior⁶ do que o verificado na ocupação total, ainda assim se revelar “(...) insuficiente para garantir a incorporação dos numerosos contingentes de jovens que, cada vez mais, querem (e precisam) trabalhar”, uma vez que “(...) o número de ocupados nessa faixa etária cresce, mas apesar disso o número de desempregados cresce num ritmo ainda maior (...)” (BORGES, 2000: 101-102).

Tabela 11

Pessoas de 10 Anos ou Mais, Ocupadas, Segundo os Grupos Etários Bahia, 1992-1999 (%)		
Grupos Etários	1992	1999
Total (em mil)	5.165	5.827
10 A 14 anos	8,0	6,3
15 a 24 anos	26,4	25,3
25 a 39 anos	33,5	33,5
40 a 59 anos	24,7	27,3
60 anos ou mais	7,4	7,6

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Analisando a distribuição ocupacional segundo os anos de estudo (Tabela 12), confirma-se, nos anos 1990, uma tendência geral à ampliação do nível de escolaridade no mercado de trabalho baiano que está relacionada à dinâmica recente apresentada pela PEA, já observável na década de 80. Embora o grupo dos “sem instrução e com menos de um ano” apresente a maior participação nos ocupados em 1992 (37,4%), no final do período passa para 25,5%. Trata-se da maior queda verificada, correspondente a uma redução de 11,9 pontos percentuais. Paralelamente, o contingente de ocupados que tem acima de um ano de estudo apresentou crescimento, merecendo destaque o grupo dos ocupados com “quatro a sete anos de estudo” que, em 1999, já correspondiam a 24,3% do total de ocupados e registram o maior incremento em pontos percentuais no período considerado (em torno de 4,4 pontos).

⁶ Esse maior incremento na ocupação registrado pelos jovens em relação ao total de ocupados do estado diz respeito ao período compreendido entre 1992 e 1998, diferenciando-se, nesse aspecto, do estudo em questão, que utiliza como referência o período de 1992 a 1999. Apesar de pertencer ao grupo etário de adolescentes e jovens (15 a 24 anos) e possuir um comportamento similar ao mesmo no que tange à inserção no mercado de trabalho, o grupo composto pelos jovens (18 a 24 anos) apresenta uma procura por trabalho mais acentuada.

Tabela 12

Pessoas de 10 Anos ou Mais, Ocupadas, Segundo os Grupos de Anos de Estudo Bahia, 1992-1999			(%)
Grupos de Anos de Estudo	1992	1999	
Total (em mil)	5.165	5.827	
Sem instrução e menos de 1 ano	37,4	25,5	
1 a 3 anos	24,0	26,2	
4 a 7 anos	19,9	24,3	
8 a 10 anos	6,5	8,1	
11 a 14 anos	10,1	13,2	
15 anos ou mais	1,8	2,4	
Não-determinados e s/ declaração	0,3	0,3	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Outro grupo de ocupados que elevou a sua participação na ocupação total, a ser salientado, foi aquele formado pelas pessoas com “onze a catorze anos de estudo”, o qual passou de 10,1% para 13,2% entre 1992 e 1999. Os dados considerados revelam que está havendo uma maior participação das pessoas com maior nível de instrução no mercado de trabalho, o que configura um aumento do nível de qualificação da força de trabalho para atender às exigências dos demandantes de mão-de-obra. Em contrapartida, essa tendência não expressa uma melhoria das condições ocupacionais das pessoas com nível de escolaridade mais elevado, conforme observado por Borges e Druck:

Num mercado de trabalho restrito como o nosso, a elevação do nível de escolaridade da população amplia as alternativas de utilização da força-de-trabalho pelo capital, permitindo, inclusive, a opção por trabalhadores com nível de instrução mais elevado, até mesmo em atividades que não exigem esta formação e que oferecem baixa remuneração, provocando, desta forma, uma “desqualificação” da mão-de-obra com maior escolaridade (BORGES e DRUCK, 1992: 40)

DESEMPREGO: EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO

Nos anos 1980, o mercado de trabalho baiano⁷ caracterizou-se pela presença de alguns fenômenos, como: informalidade; precariedade no vínculo empregatício e baixa absorção da mão-de-obra pela indústria de transformação. Na década de 90, as transformações mais gerais do mercado de trabalho baiano seguem em consonância com as mudanças em curso no mercado de trabalho nacional. Assim, algumas características vigentes na década passada não só estão presentes como se intensificam a partir dos anos 1990. Dentre elas, destacam-se: redução da demanda de mão-de-obra por parte das grandes empresas; perda de rendimentos dos trabalhadores; precariedade dos postos de trabalho gerados e precarização dos já existentes. A essas características adiciona-se o aumento do nível de desemprego na Bahia, cuja taxa salta de 4,0% para 9,1%, em média, entre as décadas de 1980 e 1990. Em 1999, na Bahia, os trabalhadores em situação

⁷ Ver mais a respeito em Borges e Druck (1992).

de desemprego aberto⁸ somavam 584 mil pessoas segundo a PNAD. Apenas entre 1992 e 1999, a taxa de desemprego aberto passou de 7,5% para 9,1%, conforme se verifica na Tabela 13. Esse crescimento foi essencialmente determinado pelo comportamento do mercado de trabalho urbano.

Tabela 13

Taxas de Desemprego, Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e Situação do Domicílio	1992	1999	
Total	7,5	9,1	
Homens	6,1	7,4	
Mulheres	9,6	11,7	
Urbano	11,3	14,4	
Rural	2,5	1,8	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Segundo a situação de domicílio, as taxas de desemprego observadas revelam o crescimento na desocupação em 3,1 pontos percentuais nas áreas urbanas (de 11,3% em 1992 para 14,4% em 1999). A taxa de desemprego no campo registrou uma queda de 0,7 ponto percentual, apresentando uma proporção dos desempregados na zona rural de apenas 1,8% da PEA.

A pequena magnitude da taxa de desemprego rural pode estar relacionada com a ocupação da mão-de-obra rural em atividades que visam complementar a renda agrícola e ajudam na sobrevivência familiar. Essas estratégias (BORGES, 1999), adotadas pelas famílias rurais, são consequência da impossibilidade de manutenção da família apenas com o trabalho agrícola⁹ exercido nos minifúndios, cuja área, muito pequena, inviabiliza o sustento de todos. A presença marcante de minifúndios (maioria na Bahia) decorre da estrutura agrária¹⁰ do estado e é responsável pela retenção da mão-de-obra no campo (em 1999, a Bahia registrou 41,8% da PEA no meio rural), o que se deve ao fato de grande parte desses minifúndios ser explorada pelos proprietários, pequenos produtores. Essa condição de proprietário do pequeno produtor rural permite a conformação de um padrão migratório caracterizado pela fixação de alguns familiares no campo, enquanto os demais adotam estratégias “que incluem a saída, por um período, de alguns membros da família, em busca de trabalho que garanta os recursos necessários à sobrevivência e à manutenção da condição de proprietário” (BORGES, 1993: 64).

⁸ Como desemprego aberto se entende a situação de pessoas não-ocupadas, mas que continuam buscando emprego no mercado de trabalho.

⁹ Mesmo tendo um peso relativo significativo como categoria ocupacional no estado, a atividade agrícola tradicional vem reduzindo a sua participação na mão-de-obra ocupada no espaço rural baiano, em favor do crescimento de atividades não-agrícolas, confirmando a tendência a aproximar-se das atividades rurais e urbanas.

¹⁰ A estrutura agrária do espaço rural baiano é caracterizada por uma alta concentração da propriedade da terra (poucos latifúndios e uma elevada presença de minifúndios). As mudanças em curso no meio rural baiano revelam um processo de modernização, com o crescimento de atividades agropecuárias modernas e atividades não-agrícolas. Contudo, o espaço rural do estado ainda permanece em grande parte atrasado diante da lógica capitalista de produção, fato associado às características da sua estrutura agrária, já assinaladas.

As diversas formas de ocupação presentes nos minifúndios baianos vão desde a produção para o próprio consumo, ao trabalho temporário, ao trabalho por conta-própria, até chegar ao trabalho não-remunerado (categoria ocupacional em que membros da família não são remunerados monetariamente). Essas ocupações representam alternativas de sobrevivência extremamente precárias para as famílias e podem mascarar a situação de desemprego da área rural.

Outro motivo que pode estar contribuindo para o subdimensionamento da taxa de desemprego no meio rural está no fato de muitas microrregiões baianas não terem passado “por processos de modernização da agricultura ou de formação dos Complexos Agroindustriais (CAIS)...; consequentemente, nelas não apareceram os problemas originários desses processos, como o desemprego e a queda da renda agrícola familiar” (COUTO FILHO, CARVALHO JUNIOR e MACHADO, 1999).

Esse caráter particular da estrutura produtiva rural caracteriza um dinamismo totalmente distinto de seu mercado de trabalho, através dos múltiplos arranjos adotados pela população rural, associados à modernização das técnicas agrícolas e à persistência da agricultura realizada em moldes tradicionais (ambos já mencionados anteriormente). Se, por um lado, essa combinação de elementos tem respondido pela maior fixação da população no meio rural, por outro lado é insuficiente para impedir a migração, pois gera excedentes de pessoas sem alternativas ou condições de trabalho que lhes permitam a permanência no campo, impulsionando a saída de parte de sua população. Assim, essas pessoas têm sua situação de desemprego configurada, primordialmente, pelo deslocamento para o meio urbano.

Desse modo, o desemprego mais elevado nos centros urbanos está fortemente associado à migração da população rural do estado que, por não ter condições de trabalho e possuir um baixo nível de renda no campo, vai para as cidades enfrentando dificuldades de inserção no já saturado mercado de trabalho urbano. Essas dificuldades são agravadas pela baixa escolaridade que, em geral, os migrantes possuem. Essa migração para as áreas urbanas do estado faz parte de estratégias de sobrevivência adotadas pelos excedentes de população oriundos daquelas parcelas mais empobrecidas e desprovidas de qualquer meio de subsistência no contexto rural.

Tanto no início como no fim da década, o desemprego é bem maior entre as mulheres do que entre os homens. Em 1992, havia na PEA 6,1% de homens desempregados e em 1999 encontraram-se 7,4%. Quanto às mulheres, o crescimento registrado na sua taxa de desemprego aberto foi de 2,1 pontos percentuais ao longo da década e atingiu 11,7% em 1999, significando que, nesse ano, do total de pessoas que ofertavam, sem sucesso, sua força-de-trabalho, 52,1% eram mulheres.

Quanto à idade (Tabela 14), a taxa de desemprego mais elevada está entre os adolescentes e jovens. Além de ser o grupo etário com maior proporção de

desempregados, registrou o maior incremento em pontos percentuais na taxa de desemprego aberto nos anos 1990 (3,6 pontos). Já no início do período considerado apresentavam um patamar elevado de desemprego (12,8%), o qual se elevou para 16,4% em 1999. A única faixa etária em que diminuiu o desemprego, no período, foi a das crianças (menos 4,2 pontos percentuais), sendo que, em 1999, essa taxa era de 5,9%, cerca de três vezes inferior ao desemprego no grupo dos adolescentes e jovens.

Tabela 14

Taxas de Desemprego, Segundo os Grupos Etários Bahia, 1992-1999 (%)		
Grupos Etários	1992	1999
Total	7,5	9,1
10 A 14 anos	10,1	5,9
15 a 24 anos	12,8	16,4
25 a 39 anos	6,6	8,9
40 a 59 anos	3,3	4,6
60 anos ou mais	1,2	1,4

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Dentre as pessoas desempregadas (Tabela 15), a tendência observada também é de aumento do grau de escolaridade. Analisando a distribuição dos desocupados baianos segundo os anos de estudo, durante a década de 90, observa-se que os desocupados “sem nenhuma instrução e com menos de um ano de estudo” têm a sua participação reduzida de 4,5% para 3,9%. Dessa forma, o desemprego registrou a sua maior queda no grupo com o menor nível de escolaridade, em 0,6 ponto percentual da sua participação no conjunto dos ocupados. Essa queda na taxa de desemprego dos menos instruídos pode estar mais relacionada ao fato de as pessoas com baixa qualificação possuírem um menor suporte financeiro da família para poder investir em sua qualificação/capacitação, não lhes restando assim nenhuma outra alternativa a não ser tentar a inserção no mercado de trabalho. Concomitantemente, os desocupados com “um a três anos de estudo” permaneceram com a mesma taxa de desocupação na década de 90, em torno de 6,4%.

Tabela 15

Taxas de Desemprego, Segundo os Grupos de Anos de Estudo Bahia, 1992-1999 (%)		
Grupos de Anos de Estudo	1992	1999
Total	7,5	9,1
Sem instrução e menos de 1 ano	4,5	3,9
1 a 3 anos	6,5	6,4
4 a 7 anos	11,6	12,3
8 a 10 anos	13,2	18,6
11 a 14 anos	8,9	11,9
15 anos ou mais	3,0	5,4
Não-determinados e s/ declaração	8,3	5,0

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

A desocupação aberta, por outro lado, aumentou entre as pessoas com maior nível de instrução. Enquanto as pessoas com “quatro a sete anos de estudo” apresentavam uma taxa de desocupação aberta de 11,6% em 1992, registrou-se um acréscimo em sua taxa de 0,7 ponto percentual em 1999. As pessoas com “oito a dez anos” e as que possuíam de “onze a catorze anos de estudo” revelaram um ritmo mais acentuado de crescimento do desemprego aberto com, respectivamente, 18,6% e 11,9% em 1999. As pessoas com esses níveis de escolaridade apresentavam, respectivamente, os maiores incrementos nas taxas de desocupação aberta, de 5,4 e 3,0 pontos percentuais, no período. Dessa forma, pode-se afirmar que a desocupação aberta, crescente entre os mais escolarizados, confirma uma característica intimamente relacionada com as novas alterações do mercado de trabalho, as quais configuram o desemprego estrutural, que atinge a todos, embora ocorra de forma diferenciada, de acordo com características socialmente atribuídas (escolaridade) ou próprias ao indivíduo (como cor, idade ou sexo).

OS INATIVOS

Em 1999, os inativos¹¹ somavam cerca de 4.000 mil baianos com 10 anos ou mais de idade (cerca de 38,5% da PIA), segundo os dados da PNAD. A proporção de inativos, na Bahia, aumentou em 14% na década de 90. A taxa global de inatividade¹², no entanto, ficou estável no período considerado (38,6%, em 1992, e 38,5% em 1999).

Analisando a composição da inatividade quanto à sua distribuição nos meios urbano e rural (Tabela 16), observa-se que a taxa de inatividade é maior nos centros urbanos do que no campo. Em 1992, era de, respectivamente, 43,2% contra 31,2%, enquanto em 1999 a taxa urbana de inatividade era 42,8% e a taxa rural era 31,4%. Houve uma redução da taxa de inatividade urbana de 0,4 ponto percentual e um aumento de 0,2 ponto percentual na taxa dos inativos rurais ao longo da década de 90.

Tabela 16

Taxas de Inatividade, Segundo o Sexo e a Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999			(%)
Sexo e a Situação do Domicílio	1992	1999	
Total	38,6	38,5	
Homens	23,2	25,6	
Mulheres	53,0	50,9	
Urbano	43,2	42,8	
Rural	31,2	31,4	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

¹¹ Os inativos compreendem as pessoas que estão fora do mercado de trabalho e não possuem interesse em ingressar/retornar ao mesmo. Alguns grupos etários são caracterizados por tradicionalmente encontrarem-se na inatividade, são eles: as crianças (10 a 14 anos) e os idosos (60 anos ou mais), embora seja possível a pessoas dos demais grupos etários (15 aos 59 anos), em menor proporção, também revelar-se como inativos.

¹² A taxa de inatividade corresponde à relação entre as pessoas em idade ativa que estão fora do mercado de trabalho, isto é, nem estão ocupados nem desempregados, e o total da PIA.

A inatividade é maior entre as mulheres (50,9%) do que entre os homens (25,6%) em 1999. É interessante observar, no entanto, que houve um incremento de 2,4 pontos percentuais na taxa de inatividade masculina e uma queda da taxa de inatividade feminina de 2,1 pontos percentuais na década de 90.

Observando as taxas de inatividade segundo a faixa etária (Tabela 17), percebe-se que as pessoas de 25 a 39 anos são as que, exatamente, possuem menor taxa de inatividade, enquanto as crianças correspondem ao grupo que tem maior inatividade. Em 1999 essas faixas apresentam, respectivamente, 19,2% e 76%. Pode-se perceber que as faixas etárias de 10 a 24 anos são as únicas a aumentar em proporção de inativos em função da PIA: as crianças têm um incremento em sua taxa de inatividade de 5,4 pontos percentuais e os adolescentes e jovens registraram 3,3 pontos percentuais de acréscimo em sua taxa. O grupo das pessoas no auge da idade ativa (25 a 39 anos) é o que tem uma queda mais acentuada na taxa de inatividade: menos 2,7 pontos percentuais.

Tabela 17

Taxas de Inatividade, Segundo os Grupos Etários Bahia, 1992-1999			(%)
Grupos Etários	1992	1999	
Total	38,6	38,5	
10 a 14 anos	70,6	76,0	
15 a 24 anos	33,6	36,9	
25 a 39 anos	21,9	19,2	
40 a 59 anos	24,9	23,9	
60 anos ou mais	61,9	61,4	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Quanto aos anos de estudo dos inativos (Tabela 18), observa-se que: os “sem instrução ou com menos de um ano de estudo”, os com “um a três anos de estudo” e aqueles com “quinze anos ou mais de estudo” são os únicos que apresentaram redução – muito pequena – de sua taxa de inatividade, no período considerado. Em 1999, os inativos sem instrução e com menor nível de escolaridade apresentavam taxas em torno de 38% e 42,1%, respectivamente, enquanto os inativos com “quinze anos ou mais estudo” respondiam apenas por 11,6%, além de apresentarem a maior queda relativa de sua taxa de inatividade (0,7 ponto percentual).

Tabela 18

Taxas de Inatividade, Segundo os Grupos de Anos de Estudo Bahia, 1992-1999			(%)
Anos de Estudo	1992	1999	
Total	38,6	38,5	
Sem instrução e menos de 1 ano	38,4	38,0	
1 a 3 anos	42,7	42,1	
4 a 7 anos	43,0	43,8	
8 a 10 anos	36,7	39,3	
11 a 14 anos	19,1	19,6	
15 anos ou mais	12,3	11,6	
Não-determinados e s/ declaração	28,1	27,9	

FONTE: IBGE/PNAD - Cálculos SEI.

Ainda analisando o último ano da década de 90, percebe-se que os demais inativos, com graus de instrução maiores, registraram crescimento em suas taxas de inatividade. Assim, em 1999, os inativos com “quatro a sete anos de estudo”, com “oito a dez anos de estudo” e com “onze a catorze anos de estudo” revelaram taxas de inatividade de 43,8%, 39,3% e 19,6%, respectivamente. É necessário ressaltar que o crescimento da taxa de inatividade revelou-se mais expressivo entre os inativos com “oito a dez anos de estudo” (2,6 pontos percentuais, no período considerado).

Mais especificamente, ao considerarem-se as taxas de inatividade segundo os anos de estudo, é possível observar que algumas parcelas da PIA que mais se encontram na inatividade situam-se entre as faixas de 4 a 10 anos de estudo, além de registrarem os maiores incrementos em pontos percentuais durante os anos 1990. O fato de a inatividade concentrar-se nessas faixas de anos de estudo está certamente relacionado com o comportamento assumido pelos adolescentes e jovens (15 a 24 anos), de dedicação exclusiva de tempo aos estudos, visando à conclusão do ensino médio¹³. Assim, a entrada no mercado de trabalho é adiada, explicando, parcialmente, a elevada proporção desse grupo etário em relação ao total de inativos do estado (38,4% em 1999), superior às participações relativas das crianças (30,8%) e dos idosos (17,8%), para o mesmo ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos indicadores e variáveis analisados, conclui-se que o mercado de trabalho baiano durante a década de 90 revelou quatro tendências relevantes: a escolarização progressiva dos trabalhadores, o aumento da participação feminina na PEA, a elevação e disseminação do desemprego e o retardamento da inserção no mercado de trabalho.

A ampliação da escolarização na Bahia constitui-se na tendência mais marcante do período, pois generaliza-se em todos os grandes agregados (PEA, PIA, ocupados, desocupados e inativos) e indicadores (taxas de atividade, de ocupação, de desocupação aberta e de inatividade), evidenciando tanto a elevação da escolaridade média da população como uma tendência de modificação do mercado de trabalho em função, dentre outros fatores, do processo de reestruturação produtiva.

A escolaridade da mão-de-obra é um requisito cada vez mais exigido nas contratações, porém não tem sido suficiente para garantir a inserção ou permanência no mercado de trabalho, visto que o desemprego também aumenta entre os mais escolarizados. Esta pode se revelar negativamente quando a sua generalização contribui para aumentar a assimetria de poder em favor dos demandantes de trabalho, sujeitando o ofertante a aceitar ocupações precárias.

¹³ O nível médio de ensino, durante a década de 90, praticamente tornou-se o requisito mínimo exigido, sistematicamente, pelos demandantes de trabalho, e a sua generalização no mercado de trabalho baiano está em consonância com as mudanças desencadeadas pela reestruturação produtiva e pelo novo padrão tecnológico vigentes.

as (sem carteira assinada e de caráter temporário), sem correspondência com o nível de escolaridade que adquiriu. Apesar de registrar elevação dos grupos com maiores níveis de instrução e redução dos grupos com menor escolaridade, 51% da oferta de mão-de-obra baiana, em 1999, ainda era constituída pelo grupo de pessoas com até três anos de estudo, revelando que muitos investimentos ainda são necessários para provocar melhorias nessa área.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho baiano segue uma tendência nacional, com exceção da região Sul, cuja taxa apresentou ligeira tendência de queda no período (-0,1%). Essa região, no entanto, registrou a maior taxa de participação feminina (54,6% em 1999) comparativamente às demais grandes regiões geográficas, inclusive situando-se acima da taxa baiana e da média brasileira. O incremento apresentado pelas taxas de participação feminina ao longo da década de 90 foi de 4,9% para a Bahia e de 3,8% para o total do país. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2000 – IBGE, em 1999 a inserção das mulheres no mercado de trabalho da Bahia (49,1%) foi praticamente igual à média brasileira (49,0%) e mais acentuada do que nas regiões Nordeste (48,8%) e Sudeste (47,1%). A elevação da pressão feminina no mercado de trabalho baiano, na condição de ocupada ou desocupada, implica uma transformação tendencialmente positiva nos anos 1990, pois reduz progressivamente a desigualdade entre gêneros – mas, mesmo assim, em 1999 ainda era bem menor a porcentagem de mulheres com 10 anos ou mais de idade, tanto na condição de ocupada quanto na desocupação aberta.

O desemprego é o fenômeno proveniente da lógica de acumulação do sistema capitalista de produção que vem sendo amplamente estimulado pelo novo paradigma econômico adotado. Esse modelo é implementado mediante mudanças de concepções políticas e ideológicas e, também, socioeconômicas e institucionais nas relações inter e intrapaíses via globalização, reestruturação produtiva e hegemonia do pensamento neoliberal. Os efeitos desse processo sobre o mercado de trabalho e mais especificamente sobre o desemprego se intensificaram durante a década de 90, tanto no Brasil quanto na Bahia, sendo que, no estado baiano, o aumento abrupto das taxas de desemprego associado à sua manutenção refletem o aprofundamento do desemprego urbano, da informalidade e da precarização do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a elevada taxa de desemprego de 9,1%, em 1999, trouxe novas implicações para o mercado de trabalho baiano, uma vez que de cada onze trabalhadores um se encontrava em situação de desocupação aberta. Assim, segundo a PNAD, os aproximadamente 584 mil desocupados concentravam-se mais na área urbana (91,7%), tinham uma maior participação de adolescentes e jovens (49,5%) e de pessoas no auge da idade ativa (32,5%), juntos totalizando 82%; com relação ao gênero, o predomínio era exercido pelas mulheres¹⁴ (52,1%).

¹⁴ As mulheres têm a sua condição de trabalho subestimada na PNAD, pois quando desempenham apenas tarefas domésticas na própria residência não são consideradas como ocupadas e sim como inativas; entretanto, se responderem à pesquisa informando que estão procurando trabalho, entram na estatística como desocupadas.

Durante os sete anos que intercalaram o período de 1992 a 1999, o incremento registrado no número de pessoas desocupadas, de 39,8%, foi 25% superior ao revelado pela PEA. Por outro lado, o montante de ocupados durante o referido período (em torno de 662 mil pessoas) representou um incremento inferior ao da PEA, de 12,8%. Desse modo, evidencia-se que o aumento da PEA foi predominantemente determinado pela elevação dos desempregados. Esse fato denota que o crescimento de oportunidades de trabalho está sendo insuficiente, não só para suprir o crescimento do número de pessoas que estão tentando se inserir no mercado de trabalho como também para fazer frente ao intenso movimento de destruição de postos de trabalho, resultante do processo de reestruturação produtiva.

Finalmente, destaca-se o retardamento da inserção de crianças, adolescentes e jovens no mercado de trabalho baiano. Essa tendência está associada principalmente a dois fatores: I) redução da participação de crianças (10 a 14 anos) e de adolescentes e jovens (15 a 24 anos) na constituição da PEA e na composição da taxa de atividade; II) crescimento apresentado por esses grupos em sua participação nas taxas de inatividade. Esses dois fatores podem estar relacionados à maior permanência na escola devido à ênfase e incentivos dados à educação formal, visando atender às atuais exigências do mercado de trabalho, ou também refletir as maiores dificuldades de absorção por esse mercado de trabalho, que está encolhido em termos de contratações.

Apesar de se configurar em uma tendência positiva, a menor participação dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho não foi suficiente para reduzir significativamente a sua proporção como desempregados no mercado de trabalho; correspondem, assim, ao grupo etário com a maior taxa de desemprego em 1999 (16,4%), inclusive registrando uma elevada variação percentual: 28,1%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. *Bahia Análise & Dados: Retrospectiva 2000 e Perspectivas*. Salvador: SEI, v. 10, n. 3, p. 92-109, dez. 2000.

_____. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 3, n. 1, p. 57-71, jun. 1993.

_____. Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p. 292-320.

_____. DRUCK, Maria da Graça. Força de trabalho e emprego. In: CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Bahia: indicadores sociais na década de 80*. Salvador: CEI, 1992. p.33-61. (Série especiais, CEI, 5).

CARVALHO JUNIOR, César Vaz de; COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano. In: SUPERIN-

TENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p. 23-77.

FRANCO, Ângela. Bahia: quadro demográfico 2000. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, n. 80, p. 15-19, jan. 2001.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, 369 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5).

LEITE, Maria de Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, jan./mar. 1997.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, v. 26, n. 2, p. 119-137, 1998.

MUDANÇAS NAS FORMAS DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NA DÉCADA DE 1990

MARCELO SANTANA*

Altas taxas de desemprego e precarização das condições da ocupação. Essas têm sido as características mais comumente associadas ao mercado de trabalho brasileiro nos últimos tempos. Quanto ao segundo aspecto, diversos estudos¹ têm chamado a atenção para o crescimento relativo – sobretudo a partir do início da década de 90 do Século XX – do emprego informal, do trabalho por conta-própria, do trabalho doméstico e do trabalho não-remunerado, formas de inserção produtiva que, em geral, estão associadas a condições de trabalho inseguras e fragilizadas.

Na Bahia, tanto o desemprego quanto a precarização apresentaram tendências de crescimento semelhantes às aquelas verificadas em nível nacional. Só que, na maioria dos casos, sob ritmos e intensidades mais fortes. Neste texto, tem-se como objetivo analisar alguns aspectos relativos a essas novas condições de absorção da força de trabalho no estado, o que implicará centrar a atenção apenas na parcela ocupada da população economicamente ativa (PEA), deixando de lado, portanto, as questões atinentes ao desemprego (que serão abordadas por F. Suerdieck na presente publicação). Assim, procurar-se-á dar conta de alguns movimentos ocorridos no mercado de trabalho baiano no transcorrer da década passada, sobretudo no que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada, às formas de inserção dessa população nas atividades produtivas e, finalmente, às mudanças no perfil do emprego.

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA POPULAÇÃO OCUPADA

O mercado de trabalho na Bahia apresentou variações na década de 90 que, em grande medida, refletiram as importantes mudanças ocorridas na economia do país a partir de 1990, com a política de abertura econômica e o programa de estabilização dos preços. Tais intervenções produziram efeitos que transcenderam os meros movimentos de conjuntura, ao “induzir um rápido processo de racionalização produtiva em que se associam modernização tecnológica, transferências patrimoniais com crescente internacionalização e especialização da base produtiva” (DEDECCA, 1998). Portanto, ao se falar sobre o mercado de trabalho baiano, deve-se ter em mente esses movimentos da economia, os quais, na maioria dos casos, derivaram de

* Economista e técnico da SEI.

¹ Diversos estudos têm chamado a atenção para essas transformações que vêm afetando – de maneira negativa – o mercado de trabalho brasileiro. Entre outros, Singer (1996), Dedecca (1998), Pochmann (1999) e Mattoso (1998).

processos que ultrapassam em muito os limites estaduais, mas que acabaram afetando, direta ou indiretamente, a geração, a eliminação ou a qualidade dos postos de trabalho do estado.

Em termos concretos, as mudanças econômicas ocorridas na década passada fizeram-se sentir na proporção de pessoas que integram a PEA do estado (aumentando ou diminuindo a taxa de participação) ou na taxa de desemprego vigente nesse período. Em que pese o fato de se assistir, no final da década, a um pequeno recuo da taxa de desemprego, os anos 1990 na Bahia – e no Brasil como um todo – foram marcados pela escassez de postos de trabalho colocados à disposição da população em idade ativa, o que acabou induzindo um número significativo de indivíduos a se deslocarem (por puro desalento) para a inatividade. A própria PEA, portanto, encolheu-se de maneira artificial em vários momentos, em função da insuficiente capacidade de absorção da força de trabalho.

Em tal cenário, a posição relativa dos setores produtivos na absorção da população ocupada apresentou mudanças que, em certa medida, mostraram-se coerentes com os próprios deslocamentos que vêm se dando na composição setorial do PIB estadual. Com efeito, às mudanças ocorridas nessa composição corresponderam variações na absorção da mão-de-obra que, em geral, acompanharam essas mudanças. Assim, o setor primário da economia, cuja posição relativa na estrutura do PIB estadual vem decrescendo ano após ano (caindo de 9,7%, em 1992, para 9,4% em 1999, mas que era de 18,7% em 1985), foi o único que decresceu enquanto gerador de postos de trabalho, já que em 1992 absorvia 47,6% da população ocupada e, em 1999, 44,1%. Já o setor secundário, que no início da década respondia por 36,4% do PIB e por 39,6% no final, elevou sua participação na absorção de mão-de-obra de 12,8% para 13,1%. Finalmente, o terciário manteve a sua posição de liderança, tanto na geração de renda quanto na de postos de trabalho: em 1992, respondia por 54,1% do PIB e por 39,7% dos postos de trabalho; em 1999, esses valores passaram a ser, respectivamente, de 51,1% e 42,8%² (Tabela 1). É importante notar que o terciário, mesmo apresentando uma diminuição na sua participação no PIB (queda de 3 pontos percentuais), ampliou a sua participação na absorção da mão-de-obra (aumento de 3,1 pontos percentuais).

Tabela 1

Participação dos Setores Produtivos no PIB Estadual e na Absorção da Mão-de-Obra Bahia, 1992-1999

Setores	Participação no PIB		Absorção de Mão-de-Obra	
	1992	1999	1992	1999
Primário	9,7	9,4	47,6	44,1
Secundário	36,4	39,6	12,8	13,1
Terciário	54,1	51,1	39,7	42,8

Fonte: SEI e IBGE/PNAD.

² Os dados relativos ao PIB foram calculados pela SEI e estão disponíveis na sua página na internet.

Gráfico 1

Participação no PIB
Bahia, 1992-1999

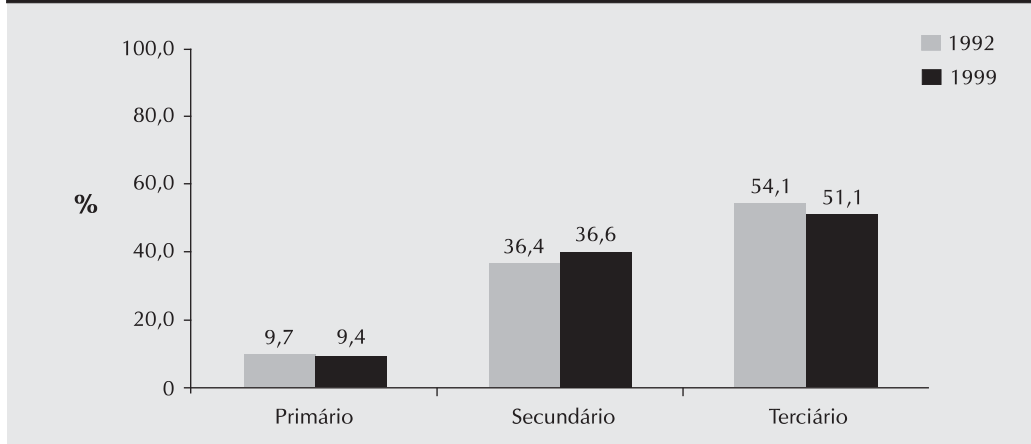
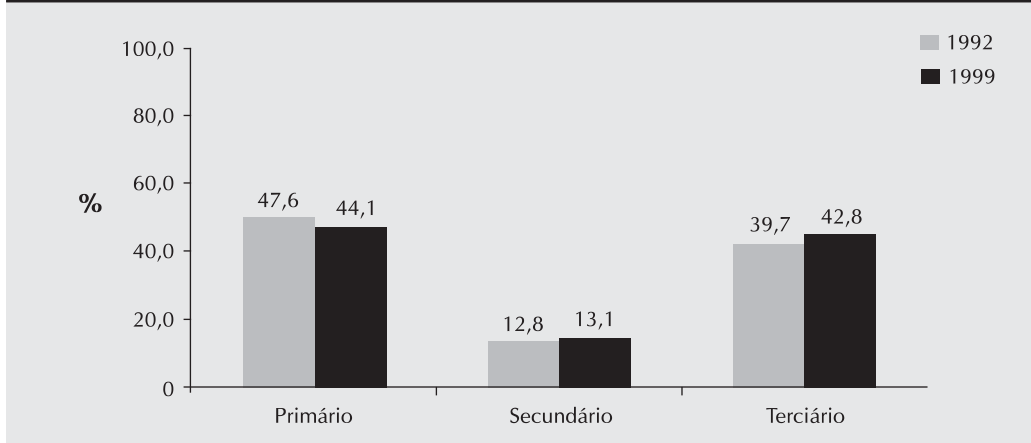


Gráfico 2

Absorção da Mão-de-Obra
Bahia, 1992-1999



O setor primário, portanto, mesmo perdendo importância na sua capacidade de agregar valor ao PIB estadual e de gerar novos postos de trabalho, manteve-se, no final da década, como aquele que mais ocupava produtivamente a população em idade ativa no estado. Tal relevância decorre, certamente, de uma estruturação agrária na qual ainda se mantém uma proporção elevada de pequenas propriedades rurais, nas quais a produção para a subsistência envolve parcela significativa dos indivíduos que nelas vivem³, o que contribui de maneira evidente para inflar o contingente de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (embora à margem do circuito econômico propriamente dito).

Desse modo, ainda que o setor primário tenha apresentado, entre 1992 e 1999, um incremento relativo de postos de trabalho de apenas 4,7% (Tabela 2), em termos absolutos isso significou um acréscimo de mais de 115

³ Em 1995 o Censo Agropecuário do IBGE revelava que 57,5% dos estabelecimentos rurais da Bahia tinham menos de 10 hectares e que 93,5% tinham menos de 100 hectares; nesse mesmo ano, segundo as tabulações especiais do Projeto Urbano da NEA-IE/Unicamp (apud Novos Mundos Rurais Baianos, 1999) 73,1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas em atividades agrícolas, eram trabalhadores por conta-própria (31,6%) e trabalhadores não-remunerados (41,5%).

mil ocupações, superior, portanto, ao incremento verificado no setor secundário como um todo, que foi de 15,6% no mesmo período, ou algo em torno de 102 mil novos postos de trabalho.

Tabela 2

Incremento Absoluto e Relativo da População Ocupada de 10 Anos ou Mais de Idade, Segundo os Ramos de Atividade Bahia, 1992-1999		
Ramos de Atividade	Incremento	
	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	709.589	12,8
Agropecuária	137.997	4,7
Indústria	108.840	15,6
Indústria de transformação	54.963	17,6
Indústria da construção	76.766	27,1
Outras atividades industriais	-22.889	-26,8
Serviços	462.752	21,7
Comércio de mercadorias	103.606	16,7
Prestação de serviços	104.744	13,5
Serviços auxiliares da atividade econômica	47.108	55,0
Transporte e comunicação	43.482	32,8
Social	104.057	32,4
Administração pública	58.881	39,5
Outras atividades, ativ. mal definidas ou não declaradas	874	0,5

Fonte: IBGE/PNAD.

Quanto ao setor secundário, viu-se anteriormente que sua participação na composição do PIB apresentou uma elevação expressiva entre 1992 e 1999, o mesmo não ocorrendo, porém, quanto à sua contribuição para a absorção de mão-de-obra. No que se refere ao primeiro aspecto, há que se levar em consideração que a indústria baiana, centrada principalmente na produção de bens intermediários⁴, sofreu, logo no início da década, os impactos de uma abertura econômica efetivada de maneira muito rápida (a partir de 1989, com o governo Collor, e consolidada nos anos seguintes), que trouxe, como consequência imediata, a entrada no mercado brasileiro de uma grande quantidade de produtos estrangeiros, os quais passaram a competir vantajosamente com o que era aqui (no Brasil e na Bahia) produzido. Assim, a retração da demanda por produtos industrializados nacionais, decorrente dessa abertura, incidiu de forma contundente sobre a indústria de transformação do estado, que decresceu, só em 1991, 8,9%. Nos últimos anos da década, no entanto, a atividade industrial baiana passou a dar sinais de recuperação e voltou a apresentar taxas positivas de crescimento, o que, certamente, contribuiu para que a participação do setor secundário no PIB estadual, mesmo com os percalços do início da década, aumentasse 3,2 pontos percentuais entre 1992 e 1999. Porém, no que se refere à absorção de mão-de-obra, o crescimento foi de apenas 0,3 pontos percentuais.

⁴ A indústria petroquímica, com toda a sua atividade voltada para a produção de bens intermediários, “a partir de 1985 já respondia por mais da metade do Valor Agregado Bruto da (VAB) da indústria de transformação” do estado (TEIXEIRA, F. e GUERRA, O., 2000, p.91).

Registre-se, ademais, que a geração de novos postos de trabalho concentrou-se sobretudo na *indústria da construção* (Tabela 2), que, sozinha, acrescentou ao seu contingente de mão-de-obra mais de 74 mil novas ocupações no período, o que significou um incremento relativo de 27,1%. Foi responsável, portanto, por 58,7% do total das novas ocupações geradas pelo setor secundário. A *indústria de transformação*, por sua vez, acrescentou ao contingente de pessoas ocupadas algo em torno de 52 mil novas ocupações (incremento relativo de 17,6%), o que representou 41,3% do total. A soma dos novos postos de trabalho gerados por esses dois subsetores difere do total do incremento, em razão do decréscimo apresentado pelo terceiro subsetor – *outras atividades industriais* – que perdeu cerca de 23 mil postos de trabalho entre 1992 e 1999 (ou -26,8%).

Deve-se salientar que, nesse último agrupamento, importantes segmentos (energia, água e saneamento) foram privatizados ao longo da década, o que certamente implicou “enxugamentos” nos seus quadros de pessoal (como costuma acontecer em processos de privatização), contribuindo assim para a perda absoluta de ocupações apresentada entre o início e o fim dos anos 1990. A terceirização, por outro lado, ao deslocar para o terciário muitas atividades antes acopladas ao secundário, contribuiu de maneira clara para a diminuição dos postos de trabalho não só nesse subsetor, mas no secundário como um todo (que foi afetado, também, pela introdução de novas tecnologias ou por mudanças na organização da produção, o que, em geral, tende a provocar eliminação de postos de trabalho).

Em apoio ao que se disse a respeito da transferência de ocupações do setor industrial para o terciário, observe-se que, apesar do crescimento do contingente de pessoas ocupadas neste último ter se manifestado, de maneira expressiva, na quase totalidade dos ramos de atividade que o integram, tal crescimento foi maior justamente num segmento que mais se presta à absorção de ocupações que antes apareciam como pertencentes à própria atividade industrial – ou seja, nos *serviços auxiliares da atividade econômica*. Algo semelhante pode ter acontecido, só que em menor medida, em outros dois segmentos, quais sejam, no da *prestação de serviços* e no de *transporte e comunicação*.

Distribuição setorial da população ocupada segundo o sexo

A distribuição desses postos de trabalho, segundo o sexo das pessoas que os ocupam (Tabela 3), permanece fortemente concentrada na população masculina, em que pese ter ocorrido um pequeno decréscimo nessa participação entre 1992 e 1999 (de 61,6% para 60,5%). Setorialmente, os homens eram, em 1992, amplamente majoritários no setor primário (com 64,8% do total das ocupações) e no secundário (com 84,6%); no terciário, dividiam quase igualmente os postos de trabalho com as mulheres (50,3% e 49,7%, respectivamente). Considerados os diversos ramos de atividade que compõem esses setores, a predominância masculina aparece em quase todos eles, exceto no de

prestação de serviços e no *social* (nos quais as mulheres aparecem com 62,3% e 79,6%, respectivamente, dos postos de trabalho). No final da década, em 1999, os homens mantinham-se majoritários no setor primário e no secundário (passando a ocupar 65% e 85,3%, respectivamente, dos postos de trabalho), mas tornavam-se minoritários no terciário (com 48,3%). Neste último setor, as atividades relacionadas à *prestação de serviços* e à *área social* continuam sendo aquelas em que as mulheres são maioria (com 62,2% e 78%, respectivamente), embora tenham ampliado consideravelmente a sua presença em relação aos homens no *comércio de mercadorias* e na *administração pública*, nas quais ultrapassaram a marca dos 40%.

Tabela 3

Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Sexo, Segundo os Setores e os Ramos de Atividade do Trabalho Principal Bahia, 1992-1999

Ramos de Atividade	Total		Distribuição Percentual			
			Homens		Mulheres	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
TOTAL	5.118.035	5.827.624	61,6	60,5	38,4	39,5
Primário (agropecuária)	2.434.464	2.572.461	64,8	65,0	35,2	35,0
Secundário	653.086	761.926	84,6	85,3	15,4	17,3
Indústria de transformação	294.382	349.345	77,7	76,3	22,3	23,7
Indústria da construção	271.176	347.942	96,3	96,0	3,7	4,0
Outras atividades industriais	87.528	64.639	71,6	76,0	28,4	24,0
Terciário	2.030.485	2.493.237	50,3	48,3	49,7	51,7
Comércio de mercadorias	583.085	686.691	65,5	58,5	34,5	41,5
Prestação de serviços	718.672	823.416	37,7	37,8	62,3	62,2
Serv. auxiliares da atividade econômica	83.466	130.574	64,1	64,7	35,9	35,3
Transporte e comunicação	127.643	171.125	92,4	91,3	7,6	8,7
Social	309.874	413.931	20,4	22,0	79,6	78,0
Administração pública	144.314	203.195	65,3	57,2	34,7	42,8
Outras ativ., ativ. mal definidas ou não declaradas	63.431	64.305	62,3	68,5	37,7	31,5

Fonte: IBGE/PNAD.

Essa mesma distribuição das pessoas ocupadas segundo o sexo, mas vista sob outro ângulo (Tabela 4), revela que mais da metade (50,1%) da população ocupada masculina estava concentrada, em 1992, nas atividades do setor primário; quase um terço (32,4%) nas do terciário e o restante (17,5%) nas do secundário. Em 1999, essas proporções sofrem pequenas alterações, sem, contudo, modificar substancialmente a distribuição anterior (tanto nos setores como um todo, quanto nos diversos ramos que os compõem). Quanto às mulheres, o terciário não apenas se manteve como o setor que mais as absorvia, como essa absorção eleva-se significativamente entre 1992 e 1999 (de 51,3% para 56%). Já no secundário, a presença feminina, além de diminuta, decresceu no período considerado (de 5,1% para 4,9%), o mesmo ocorrendo no setor primário, apesar de aí essa participação ser ainda bastante significativa (43,6% em 1992 e 39,1% em 1999).

Tabela 4

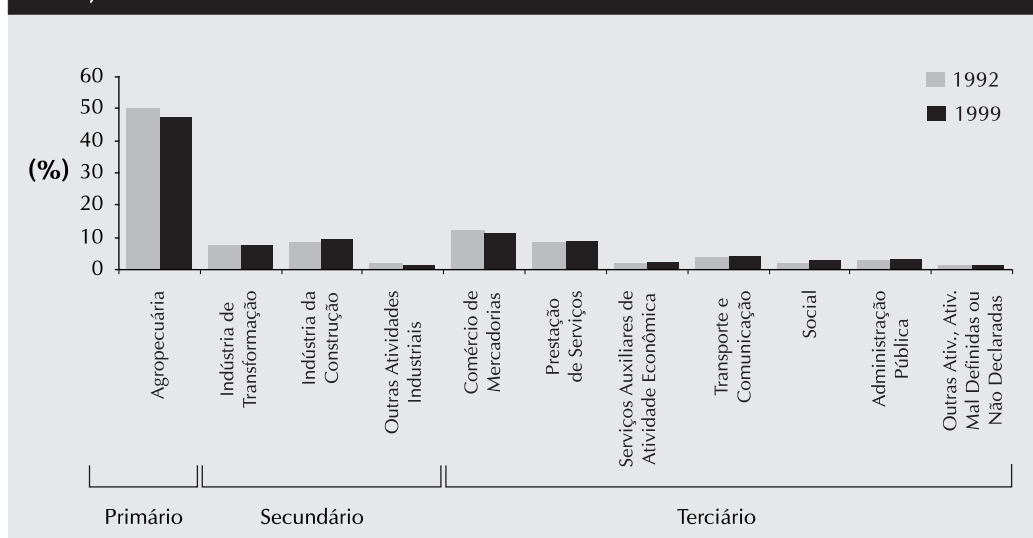
Proporção de Pessoas Ocupadas, de 10 Anos ou Mais de Idade, Ramos de Atividade do Trabalho Principal, Segundo o Sexo Bahia, 1992-1999

Ramos de Atividade	Total		Homens		Mulheres	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário (agropecuária)	47,6	44,1	50,1	47,4	43,6	39,1
Secundário	12,8	13,1	17,5	18,4	5,1	4,9
Indústria de transformação	5,8	6,0	7,3	7,6	3,3	3,6
Indústria da construção	5,3	6,0	8,3	9,5	0,5	0,6
Outras atividades industriais	1,7	1,1	2,0	1,4	1,3	0,7
Terciário	39,7	42,8	32,4	34,2	51,3	56,0
Comércio de mercadorias	11,4	11,8	12,1	11,4	10,2	12,4
Prestação de serviços	14,0	14,1	8,6	8,8	22,8	22,3
Serv. auxiliares da atividade econômica	1,6	2,2	1,7	2,4	1,5	2,0
Transporte e comunicação	2,5	2,9	3,7	4,4	0,5	0,6
Social	6,1	7,1	2,0	2,6	12,5	14,0
Administração pública	2,8	3,5	3,0	3,3	2,5	3,8
Outras ativ., ativ. mal definidas ou não declaradas	1,2	1,1	1,3	1,2	1,2	0,9

Fonte: IBGE/PNAD.

Gráfico 3

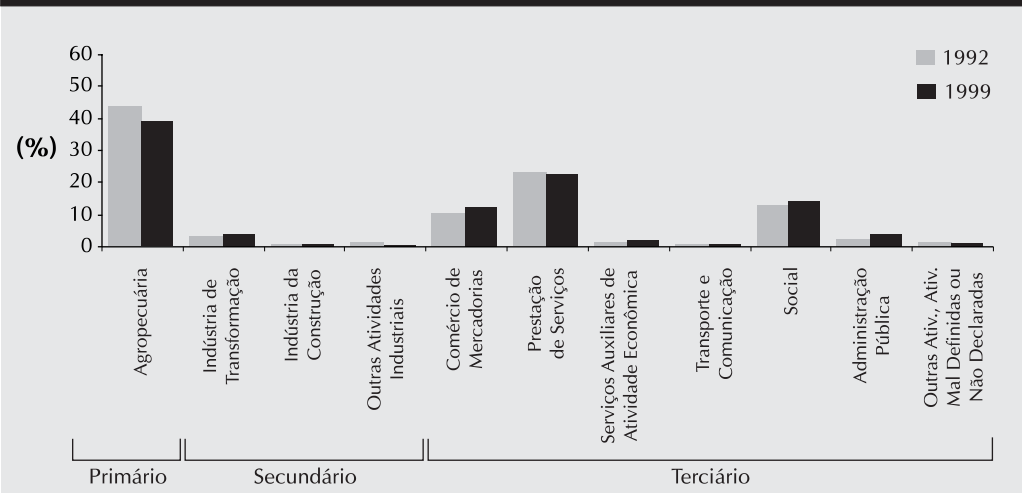
Proporção de Homens, de 10 Anos ou mais de Idade, Ocupados, por Ramos de Atividade do Trabalho Principal Bahia, 1992-1999



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4

Proporção de Mulheres, de 10 Anos ou mais de Idade, Ocupadas, por Ramos de Atividade do Trabalho Principal Bahia, 1992-1999



Fonte: IBGE/PNAD

Formas de inserção nas atividades produtivas e mudanças no perfil do emprego

Paralelamente a esses movimentos intersetoriais da mão-de-obra ocorreram, também, deslocamentos – alguns deles, significativos – nas formas de inserção da população ocupada. Neste caso, pôde-se constatar que na Bahia se reproduziu a tendência, também verificada em nível nacional, de redução dos postos de trabalho regidos pelo regime de assalariamento e, sobretudo, de aumento da informalidade no emprego⁵.

Formas de inserção nas atividades produtivas

Quanto ao primeiro aspecto, o declínio do assalariamento na Bahia foi, de certo, de pequena monta. Aqui, ante um cenário (Tabela 5) em que a PEA cresceu a uma taxa média anual de 2,1%, a população ocupada, a 1,9%, e o emprego assalariado, a 1,9%, a proporção de assalariados entre os ocupados manteve-se razoavelmente estável entre 1992 e 1999 caindo de 41,3%

Tabela 5

Taxas de Crescimento Médio Anual da PEA, da População Ocupada, da Desocupação Aberta e dos Empregados Assalariados Bahia, 1992-1999

Discriminação	Taxas de Crescimento Médio Anual (%)
PEA Total	2,1
População ocupada	1,9
Desocupação aberta	5,0
Empregados assalariados	1,6

Fonte: IBGE/PNAD.

⁵ Referindo-se ao Brasil como um todo, Pochmann (1999) destaca que em 1989 o total de assalariados representava 64% da PEA, enquanto em 1995 essa proporção cai para 58,2%. Já os assalariados com carteira assinada representavam 38,3% em 1989, e 30,9% em 1995.

para 40,9%, (Tabela 6). Ou seja, houve um relativo equilíbrio entre os ritmos de crescimento da ocupação total e os das formas assalariadas de ocupação, num quadro caracterizado pelo aumento da desocupação aberta (que cresceu a uma taxa de 5,0% a.a., no mesmo período).

Tabela 6

**Formas de Inserção no Trabalho Principal
Bahia, 1992-1999**

Formas de Inserção no Trabalho Principal	População Ocupada de 10 anos ou Mais de Idade (%)	
	1992	1999
Total	100,0	100,0
Empregados	41,3	40,9
Trabalhadores domésticos	4,9	5,4
Trab. por conta própria	28,0	28,2
Empregadores	2,3	3,0
Não remunerados	18,8	18,7
Trabalhadores na produção p/ o próprio consumo	4,5	3,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1
Sem declaração	–	0,0

Fonte: IBGE/PNAD.

De todo modo, decresceu a participação dos assalariados entre os ocupados e essa redução incidiu sobre uma posição ocupacional cuja presença relativa é ainda pequena se comparada à média nacional, que era de 51,4% em 1999. Observe-se que essa posição ocupacional, em países desenvolvidos, corresponde, em média, a mais de 80% da população ocupada (de acordo com dados do Banco Mundial, 91,3% do total da população ocupada dos Estados Unidos era, em 1991, constituída por assalariados; no Reino Unido e na França essas proporções eram um pouco menores, mas, mesmo assim, correspondiam a 86,2% e 85,1%, respectivamente).

Ademais, se a variação total foi reduzida, o mesmo não ocorreu em vários e significativos ramos de atividade, nos quais chegou a haver – em alguns casos – acentuada retração da ocupação assalariada, mesmo tendo apresentado acréscimos na ocupação total, como será visto mais à frente.

Preliminarmente, no entanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que, em termos globais, o assalariamento perdeu posição unicamente nas atividades agrícolas, enquanto nas não-agrícolas a sua presença relativa manteve-se praticamente inalterada entre 1992 e 1999 (Tabela 7).

Tabela 7

**Proporção de Pessoas de 10 Anos de Idade, por Setor de Atividade,
Segundo a Posição na Ocupação
Bahia, 1992-1999**

Posição na Ocupação	Agrícolas		Não-Agrícolas	
	1992	1999	1992	1999
Empregados	27,1	23,7	54,3	54,6
Trabalhadores domésticos	–	–	9,4	9,6
Conta própria	28,1	29,8	27,9	27,0
Empregadores	1,4	1,8	3,1	3,9
Não remunerados	34,0	36,3	5,0	4,7
Trabalhadores na produção p/ o próprio consumo	9,4	8,4	–	–
Trabalhadores na construção para o próprio uso	–	–	0,4	0,2

Fonte: IBGE/PNAD.

Nas atividades agrícolas, nas quais a participação do emprego assalariado tem sido, historicamente, menor que a dos trabalhadores por conta-própria e que a dos não-remunerados, o assalariamento sofreu uma retração expressiva entre 1992 e 1999, caindo de 27,1% para 23,7%, respectivamente. Outra posição ocupacional que também perdeu participação foi a dos trabalhadores voltados para a produção de subsistência, os quais tiveram sua presença diminuída no período, caindo de 9,4% para 8,4%. Em contrapartida, elevaram-se as proporções dos empregadores (de 1,4% para 1,8%), dos trabalhadores por conta-própria (de 28,1% para 29,8%) e dos não-remunerados (de 34,0% para 36,3%).

Esses deslocamentos na posição da ocupação dos trabalhadores agrícolas significaram, em termos absolutos, que no meio rural baiano mais de 50 mil postos de trabalho regidos pelo assalariamento deixaram de existir entre 1992 e 1999. Inversamente, no entanto, as ocupações por conta-própria apresentaram incrementos altamente significativos, com cerca de 70 mil novos postos, sobretudo as ocupações não-remuneradas, com incremento absoluto de quase 100 mil pessoas em idade ativa trabalhando sob essa condição. A não-remuneração do trabalho no campo apareceu, assim, não apenas como a posição ocupacional mais significativa proporcionalmente, mas também como a que mais avançou, relativa ou absolutamente.

Tamanha expansão do trabalho não-remunerado – em tese, um fenômeno estranho aos padrões modernos das relações de trabalho – torna possível supor que ele está disseminado por todo o espaço produtivo do campo, porém inserido basicamente nas pequenas propriedades agrícolas e de exploração familiar⁶. Portanto, nessa condição, pode aparecer como forma de inserção de uma determinada parcela da força de trabalho, cuja função precípua é a de viabilizar – por intermédio de trabalho não-pago – as condições materiais de existência de famílias cujo sustento não seria alcançado apenas com a contribuição das ocupações remuneradas dos demais membros.

Já nas atividades não-agrícolas, como seria óbvio esperar, o assalariamento é a posição na ocupação predominante, tendo apresentado um ligeiro crescimento entre 1992 e 1999 (de 54,3% para 54,6%). Considerando-se, porém, o caráter quase totalmente urbano dessas atividades, chama a atenção o peso que outras formas de inserção ainda têm no estado, sobretudo aquelas que denotam precariedade da ocupação (caso do trabalho por conta-própria ou do emprego doméstico) ou as que estão associadas a relações de trabalho inequivocamente anacrônicas (caso do trabalho não-remunerado).

Assim, o emprego assalariado, que apresentou incrementos absolutos em quase todos os ramos de atividade que compõem o secundário e o terciário⁷,

⁶ Hipótese que é corroborada pela própria classificação, pela PNAD, das ocupações não-remuneradas, as quais são definidas como aquelas que envolvem pessoas que trabalham sem remuneração, durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade familiar que estava empregado na produção de bens primários, ou ocupado como conta-própria ou empregador.

⁷ Com incrementos negativos apareceram apenas, entre 1992 e 1999, Outras Atividades Industriais e Outras Atividades Mal Definidas ou Não-Declaradas, com 28.170 e 6.688 postos de trabalho a menos, respectivamente.

decreceu em participação relativa em cinco deles, manteve-se estável em dois e cresceu em apenas três (Tabela 8). No secundário, tão-somente na *construção civil* a proporção de empregados elevou-se entre 1992 e 1999 (de 56,6% para 57,4%); declinou, no entanto, na *indústria de transformação* (de 65,9% para 64,5%) e, principalmente, no segmento *outras atividades industriais*, no qual o assalariamento praticamente imperava em 1992 (com 93% do total dos ocupados) e que apresentou forte retração no final da década (passando a representar 83,5%). No terciário esse declínio manifestou-se de forma mais significativa em *transporte e comunicação* (ramo que apresentava uma proporção de 66,3% dos seus postos de trabalho ocupados por mão-de-obra assalariada em 1992, e de 57,4% em 1999) e, principalmente, nos *serviços auxiliares da atividade econômica*, em que o assalariamento decresceu 12 pontos percentuais (de 71,3% para 59,3%, respectivamente).

Tabela 8

Proporção de Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas em Atividades Não-Agrícolas, por Posição na Ocupação, Segundo os Ramos de Atividade Bahia, 1992-1999

Ramos de Atividade	Empregados		Trabalhadores Domésticos		Conta Própria		Empregadores		Não-Remunerados		Trabalhadores na Prod. p/ Próprio Consumo		Trabalhadores na Const. p/ Próprio Uso	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Não-agrícola	54,3	54,6	9,4	9,6	27,9	27,0	3,1	3,9	5,0	4,7	–	–	0,4	0,2
Ind. Transf.	65,9	64,5	–	–	20,1	24,0	7,6	4,5	6,4	7,1	–	–	–	–
Ind. Construção	56,6	57,4	–	–	35,9	37,0	2,1	2,5	1,5	1,3	–	–	4,0	1,8
Outras Ativ. Ind.	93	83,5	–	–	7,0	11,9	–	1,2	–	3,4	–	–	–	–
Comércio	40,1	43	–	–	43,5	39,9	5,0	6,4	11,4	10,7	–	–	–	–
Prestação Serv.	24,6	24,9	35,0	38,0	32,5	29,4	2,4	3,3	5,4	4,4	–	–	–	–
Serv. Aux. Ativ. Econ.	71,3	59,3	–	–	20,7	29,6	6,6	10,9	1,4	0,2	–	–	–	–
Transp. e Comunic.	66,3	57,4	–	–	33,5	37,1	0,2	4,1	–	1,4	–	–	–	–
Social	91,3	91,3	–	–	6,7	4,4	0,9	2,3	1,1	2,1	–	–	–	–
Administ. Pública	100	100	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras	72,4	61,7	–	–	26,2	34,5	1,4	1,8	–	1,7	–	–	–	–

Fonte: IBGE/PNAD.

Já o trabalho por conta-própria manteve-se como a forma de inserção nas atividades não-agrícolas que mais ocupou produtivamente a população do estado, tanto no início quanto no fim da década passada (27,9% e 27,0%, respectivamente), situando-se abaixo apenas do assalariamento. Além disso, apresentou acréscimos de participação em todos os subsetores do secundário e em três do terciário (*serviços auxiliares da atividade econômica*, *transporte e comunicação* e *outras atividades mal-definidas ou não-declaradas*). Houve, no entanto, redução na proporção de autônomos nos outros três subsetores do terciário (exclusivo, evidentemente, a *administração pública*), entre os quais merecem ser destacados o de *comércio de mercadorias* e o de *prestação de serviços*, não apenas pelo fato de serem os mais significativos na absorção de mão-de-obra, mas, principalmente, pelo fato de ali se concentrarem, tradicionalmente, as ocupações por conta-própria.

Quanto às demais formas de inserção, primeiramente deve-se registrar a elevada participação que o trabalho não-remunerado ainda possui na Bahia, mesmo quando restrito apenas ao segmento não-agrícola: nada menos que 5,0% do total das ocupações existentes no estado, em 1992, pertenciam a essa posição ocupacional, proporção que diminui um pouco em 1999, passando a ser de 4,7%. Desagregado por ramos de atividade, o trabalho sem remuneração aparece concentrado sobretudo naqueles ramos em que é mais comum a presença de microempresas – ou seja, na *indústria de transformação*, no *comércio de mercadorias* e na *prestação de serviços* –, cuja propensão à utilização de mão-de-obra familiar (não-paga) constitui, em muitos casos, um pressuposto importante para a própria viabilização do negócio. Situação análoga, portanto, àquela da pequena propriedade rural, anteriormente comentada.

Resta fazer referência aos empregadores, aos empregados domésticos e aos trabalhadores na construção para o próprio uso. Quanto aos primeiros, registrou-se um aumento de 0,8 pontos percentuais na sua participação entre as demais formas de ocupação (de 3,1% para 3,9% no período considerado), fenômeno que pode estar associado à onda de demissões incentivadas que ocorreram na década de 1990. Ainda que não se possa precisar os quantitativos, é fato conhecido que as indenizações obtidas em decorrência dessas demissões induziram (e propiciaram) a abertura de um número relativamente alto de pequenas firmas, o que, evidentemente, deve ter contribuído para o incremento na proporção de empregadores (mas, certamente, com pequena capacidade de gerarem um número expressivo de novos empregos, haja vista a diminuição relativa do emprego assalariado no estado no período considerado).

O emprego doméstico, por sua vez, manteve-se expressivamente representado no estado, tendo mesmo ampliado sua participação entre os trabalhadores não-agrícolas, passando de 9,4%, em 1992, para 9,6% em 1999. Tão alta e ascendente presença desse tipo de ocupação no mercado de trabalho merece um comentário à parte. Trata-se, com efeito, de uma forma de inserção que, na sua quase totalidade e numa primeira aproximação, inscreve-se na órbita do assalariamento. É, no entanto, um assalariamento de tipo especial, já que os indivíduos que trabalham no âmbito doméstico não contribuem para a valorização de qualquer capital, aparecendo, antes, como prestadores diretos de um tipo difuso de serviço, pelo qual recebem remuneração. Diferentemente, portanto, do que ocorre quando se verifica predomínio do emprego assalariado *stricto sensu*, a alta incidência desse tipo de inserção produtiva aparece como elemento revelador de um mercado de trabalho incipientemente desenvolvido em termos capitalistas.

No caso especificamente baiano, a presença bastante expressiva do emprego doméstico reflete indubitavelmente essa característica. Entretanto, desempenha um importante papel no mercado de trabalho ao contribuir para o arrefecimento das pressões por emprego em outros segmentos ocupacionais, sobretudo aquelas advindas da parcela feminina da PEA, na qual o emprego doméstico respondia, em 1999, por 12,8% da ocupação total das mulheres baianas.

Os parágrafos precedentes apontaram, entre outras coisas, que na década passada o mercado de trabalho baiano apresentou pequenas variações no que se refere às formas de inserção da população ocupada. De todo modo, e independentemente das variações ocorridas, permaneceu elevada a presença de condições ocupacionais que denotam um mercado de trabalho pouco estruturado em termos capitalistas, algo que fica evidenciado quando se constata que, somados, o trabalho por conta-própria, o trabalho doméstico, o trabalho não-remunerado e as atividades ligadas à subsistência e à construção para o próprio uso representavam, em 1999, 56,1% da população ocupada do estado. Mesmo quando se considera apenas a população ocupada em atividades não-agrícolas, essa proporção era de 41,3%.

Todavia, no que se refere especificamente ao emprego assalariado o quadro apresentou mudanças importantes. Não no que concerne ao peso da sua participação em face das demais posições ocupacionais, o que, como já foi visto, permaneceu praticamente inalterado entre o início e o fim da década de 90 do século passado. O fenômeno que se destacou – e que guarda estreita relação com o avanço da precarização das condições de absorção da força de trabalho no estado – foi o crescimento do emprego sem registro (Tabela 9), que aumentou 16,2% em apenas sete anos, passando a representar 52,9% do total do emprego assalariado existente na Bahia em 1999 (em 1992 essa proporção era de 50,0%).

Tabela 9

Pessoas Empregadas, de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Sexo, Segundo a Forma de Inserção no Emprego Bahia, 1992-1999

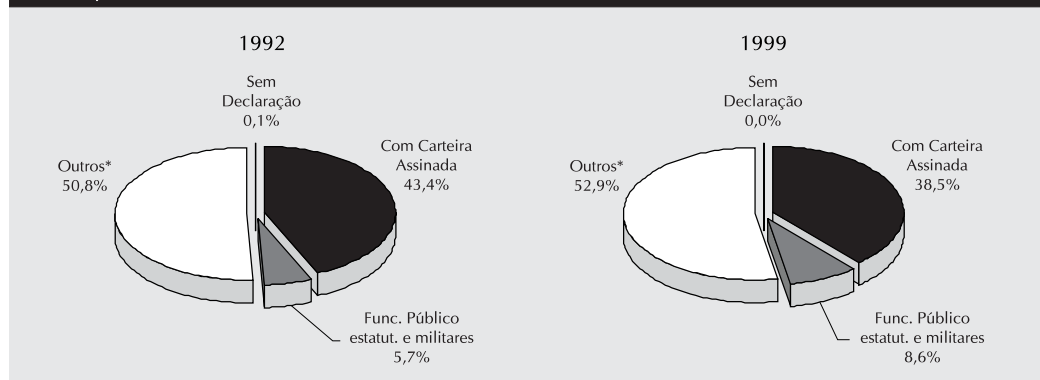
Formas de Inserção	Total		Homens		Mulheres	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Empregados	1.995.059	2.386.198	1.443.597	1.606.637	551.462	779.561
Com carteira assinada	43,4	38,5	39,9	37,1	52,3	41,2
Func. púb. estatut. e militares	5,7	8,6	4,2	5,6	9,5	14,9
Outros*	50,8	52,9	56,0	57,3	38,2	43,9
Sem declaração	0,1	–	–	–	0,3	–

Fonte: IBGE/PNAD.

* Todos aqueles que declararam não possuir vínculo formal no emprego.

Gráfico 5

Pessoas Empregadas, de 10 Anos ou Mais de Idade, Segundo a Forma de Inserção no Emprego Bahia, 1992-1999



O incremento absoluto (Tabela 10) das ocupações assalariadas (algo em torno de 250 mil postos de trabalho) adveio, única e exclusivamente, da expansão do emprego informal (cerca de 175 mil) e dos empregos formais gerados pelo setor público (mais de 80 mil novos funcionários estatutários). No entanto, cerca de 10 mil empregos com registro foram eliminados entre 1992 e 1999. Dito de outro modo: se em 1992, para cada grupo de dez empregados, apenas 4,9 tinham carteira do trabalho assinada, em 1999 essa relação reduz-se para 4,7. Se forem considerados apenas os empregados do setor privado (ou, mais precisamente, aqueles empregos que, em tese, deveriam ser regidos pela CLT⁸), tal relação diminui ainda mais, passando a ser, respectivamente, de 4,6 e de 4,2.

Tabela 10

**Incremento Absoluto e Relativo das Ocupações Assalariadas,
Segundo o Vínculo com o Emprego
Bahia, 1992-1999**

Vínculo com o Emprego	Incremento 1992-1999	
	Absoluto	Relativo (%)
Empregados	250.925	11,8
Com carteira assinada	-9.758	-1,0
Funcionários públicos estatutários e militares	84.415	69,3
Outros*	176.500	61,2

Fonte: IBGE/PNAD.

* Todos aqueles que declararam não possuir vínculo formal no emprego.

Assim, em face de um quadro já marcado pelo amplo predomínio do emprego informal, assistiu-se, na década de 90, a uma expansão desse tipo de vínculo empregatício. Ademais, deve-se salientar que na Bahia, em 1999, a proporção de pessoas empregadas sem carteira assinada (57,9%) – exclusivamente no setor privado da economia – superava em muito a média do país (que era de 38,7%) ou, mesmo, a de regiões onde o fenômeno ocorria de maneira mais intensa, como na região Centro-Oeste (39,1%) e na região Nordeste (56,8%).

Essa presença bastante expressiva do emprego informal no mercado de trabalho baiano não se distribuiu, evidentemente, de maneira uniforme entre os diversos ramos de atividade da economia do estado, não obstante se manifestar em todos eles (Tabela 11). Em 1999, os empregos sem registro concentravam-se sobretudo nas atividades agropecuárias (86,0%) e na *indústria da construção* (68,7%), sendo que nas primeiras houve ligeiro declínio em relação a 1992, enquanto na segunda o aumento foi expressivo. Constituíam, também, mais da metade do total dos empregos na *prestação de serviços* (52,4%) e na *administração pública* (59,5%)⁹. Nos demais ramos, ainda que a informalida-

⁸ Essa ressalva é necessária, pois também o setor público emprega sob o regime da CLT; em 1999, do total dos empregos existentes na Bahia (exclusive funcionários públicos estatutários e militares), 5,1% pertenciam à administração pública.

⁹ A administração pública empregava cerca de 110 mil pessoas em 1999, das quais cerca de 65 mil eram empregados informais. Tamanha presença da informalidade num setor que, em tese, não deveria acolhê-la, pode estar relacionada à expansão de serviços terceirizados acoplados a órgãos públicos. Dessa forma, pessoas vinculadas, formal ou informalmente, a empresas privadas aparecem, numa pesquisa domiciliar como é o caso da PNAD, como sendo diretamente empregadas por órgãos de governo.

de não fosse majoritária, aparecia em alta proporção – e com tendência ascendente – em todos eles, excetuando-se, apenas, *comércio de mercadorias* (queda de 0,8%) e *prestação de serviços* (-3,0%). Resumindo: entre 1992 e 1999, apenas três ramos de atividade apresentaram crescimento na proporção de empregos registrados (*atividades agrícolas*, *prestação de serviços* e *comércio de mercadorias*), caindo em todos os outros. Contudo, os cerca de 55 mil empregos formais que foram acrescentados por esses três ramos, não foram suficientes para contrabalançar a queda nos demais.

Tabela 11

Proporção de Empregados, do Setor Privado, Sem Carteira Assinada, Por Sexo, Segundo os Ramos de Atividade Bahia, 1992-1999

Ramos de Atividade	Empregados sem Carteira Assinada (%)					
	1992			1999		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	53,9	58,4	42,2	57,9	60,7	51,6
Agrícola	87,4	86,2	94,1	86,0	83,8	97,6
Ind. de transformação	37,5	36,9	40,6	44,9	46,0	40,7
Ind. da construção	59,6	61,1	12,4	68,7	67,6	83,9
Outras ativ. industriais	21,5	13,4	41,3	29,1	30,6	24,8
Comércio de mercadorias	42,8	47,8	29,9	42,0	43,9	38,2
Prest. de serviços	55,4	54,2	58,8	52,4	51,9	53,5
Serv. aux. da ativ. econ.	24,8	19,2	32,6	29,8	35,5	21,6
Transporte e comunicação	20,3	22,0	6,6	32,4	33,6	24,4
Social	25,4	32,3	23,9	42,7	45,8	41,8
Adm. pública	27,3	25,4	30,1	59,5	55,0	64,8
Outras ativ., ativ. mal defin. ou não decl.	19,9	21,4	18,2	45,3	46,8	43,1

Fonte: IBGE/PNAD

Outro aspecto que merece ser destacado refere-se à desigual distribuição desses empregos informais entre homens e mulheres. Com efeito, ela é bem mais elevada entre os primeiros, mesmo levando-se em consideração que a informalização tenha crescido muito mais entre as mulheres (Tabela 11). Desse modo, embora a proporção de empregadas sem carteira assinada tenha aumentado 9,4 pontos percentuais entre 1992 e 1999 (de 42,2% para 51,6%), enquanto a dos empregados do sexo masculino cresceu apenas 2,3% (de 58,4% para 60,7%), é indubitável que, mesmo assim, o fenômeno permanece incidindo principalmente sobre os empregados homens¹⁰. Pode-se supor que com a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho (que, como se viu anteriormente, representava apenas 39,5% de toda a população ocupada baiana em 1999 e não mais que 30,4% de todos os empregados do setor privado) a informalidade venha a atingi-las de maneira bastante próxima ao que ocorre hoje em relação à mão-de-obra masculina.

¹⁰ Em 1999, aos homens pertenciam cerca de 1.516 mil postos de trabalho, ou seja, 67,3% do total dos empregos no setor privado existentes no estado; desse contingente, mais de 900 mil não contavam com vínculo formal no emprego. Já as mulheres ficavam com algo em torno de 780 mil postos de trabalho (32,7% do total), dos quais cerca de 340 mil correspondiam a emprego sem carteira assinada. Entre os funcionários públicos estatutários e militares – empregos formais, por definição – as mulheres assumiam a maioria dos postos de trabalho, tanto em 1992 quanto em 1999. Neste último ano, dos 206 mil empregos existentes, cerca de 115 mil (56,2%) eram ocupados por pessoas do sexo feminino.

Atualmente, no entanto, as barreiras – basicamente, socioculturais – que ainda as mantêm afastadas de certos postos de trabalho podem, paradoxalmente, estar contribuindo para aproximá-las de empregos menos submetidos à informalidade.

Gráfico 6

Proporção de Empregados, do Setor Privado, Sem Carteira Assinada, Por Sexo, Segundo os Ramos de Atividade Bahia, 1992



Gráfico 7

Proporção de Empregados, do Setor Privado, Sem Carteira Assinada, Por Sexo, Segundo os Ramos de Atividade Bahia, 1999



Resta mencionar a presença da informalidade entre os empregados domésticos. No que diz respeito a essa categoria de trabalhadores (que representa, como já foi mencionado, cerca de 5,0% do total das ocupações existentes no estado, em 1999, e na qual as mulheres ocupavam 94,0% de todos os

postos de trabalho), os empregos sem registro aparecem numa proporção substancialmente superior à dos empregados do setor privado como um todo (Tabela 12). No entanto, diferentemente do que ocorreu com os assalariados em geral, os trabalhadores domésticos viram decrescer o percentual da informalidade entre eles, que diminuiu 5 pontos percentuais entre 1992 e 1999 (de 90,8% para 85,8%). Tal redução, nada desprezível, pode estar relacionada à conquista de novos direitos – a partir da Constituição de 1988¹¹ – e, como decorrência, ao novo significado que passou a ter, para as partes envolvidas, a formalização dessa tão peculiar relação de trabalho¹². De todo modo, mesmo levando-se em consideração esse fato, é indubitável que permaneceu elevadíssima a presença do emprego sem registro nesse segmento ocupacional (apenas superada pela informalidade nos empregos agrícolas, que era de 86,0% em 1999).

Tabela 12

**Presença da Informalidade no Emprego
Bahia, 1992-1999**

Ano	Empregados no Setor Privado (%)	Trabalhadores Domésticos (%)
1992	53,9	90,8
1999	57,9	85,8

Fonte: IBGE/PNAD

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início deste texto, afirmou-se que uma das características mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos – ao lado da manutenção de altas taxas de desemprego – tem sido a de acentuar os traços de precarização das condições de trabalho da população ocupada, seja no que diz respeito à ampliação da presença de ocupações em si mesmas precárias (trabalho por conta-própria, trabalho doméstico e trabalho não-remunerado), seja pelo aumento da proporção de trabalhadores sem vínculo formal no emprego. Também foi afirmado que, na Bahia, o mercado de trabalho apresentava tendências bastante semelhantes às que se verificavam no país, embora, muitas vezes, com traços mais acentuados.

A análise dos dados relativos à distribuição setorial da população ocupada permitiu verificar que a força de trabalho baiana se mantinha, ao final da década de 90, majoritariamente ocupada em atividades agrícolas, mesmo com o setor primário da economia não representando sequer 10% do PIB estadual. Foi constatado também que o setor secundário, responsável por cerca de 40% da geração de riqueza, ocupava menos de 15% do total da população ocupada, aparecendo assim como o setor com menor capacidade de absorver as pessoas engajadas em atividades produtivas. Quanto ao terciário, ainda que

¹¹ Direitos tais como férias remuneradas anuais, décimo-terceiro salário, folga semanal remunerada, licença maternidade de 120 dias e aposentadoria por invalidez e por tempo de contribuição.

¹² Basta mencionar o fato de que é o único tipo de emprego no qual empregado e empregador se relacionam exclusivamente como pessoas físicas.

aparecesse como o setor que gerava cerca da metade do PIB estadual, absorvia pouco mais de 40% da população ocupada do estado.

Tinha-se, assim, em 1999, um mercado de trabalho caracterizado pela alta participação de pessoas ocupadas em atividades ligadas à agropecuária (quase o dobro da média nacional e mais que o triplo da média da região Sudeste). Por outro lado, a desproporção entre a dimensão do PIB industrial e a sua capacidade de absorção de mão-de-obra era um reflexo claro do perfil da industrialização baiana: concentrada espacialmente, intensiva em capital e pouco diversificada¹³. Não sem razão, portanto, o fato da construção civil ter apresentado uma participação na geração de postos de trabalho igual à da indústria de transformação (ambas com 6%), enquanto na média brasileira a primeira participava com 6,6% e a segunda com 11,6%. Se esses dados, em si mesmos, não são indicativos de uma melhor ou pior condição de absorção da mão-de-obra, eles, no mínimo, dão os contornos de um mercado de trabalho ainda fortemente assentado em atividades econômicas dotadas de baixa ou de nenhuma capitalização e, por isso, mais propensas a se constituírem como o berço natural (mas não o único, evidentemente) das ocupações ditas precárias.

Todavia, traços mais claros de precarização do mercado de trabalho puderam ser constatados quando foram analisados os dados relativos às formas de inserção da população ocupada. Neste caso, com efeito, pôde ser observada uma alta participação (quando não, o crescimento) de posições ocupacionais que, pelas suas próprias características, tendem a aparecer como a manifestação mais evidente de uma enfraquecida inserção produtiva do trabalhador, seja pela ausência de limites à jornada de trabalho, seja pela irregularidade dos rendimentos, seja, enfim, pela inconstância da atividade. E cada um desses aspectos, ou todos eles, estão consensualmente presentes na imensa maioria das ocupações por conta-própria, no trabalho doméstico e no trabalho não-remunerado, formas de ocupação que, juntas, representavam mais da metade (52,3%) dos postos de trabalho existentes na Bahia em 1999. Em sentido inverso, a participação do emprego assalariado – cuja presença é historicamente pequena na Bahia – não apenas permaneceu acaanhada (em face dos padrões vigentes na totalidade dos países de alto desenvolvimento ou, mesmo, da média nacional) como apresentou ligeiro decréscimo entre o início e o final da década de 90. Além disso, e o que é mais grave, aprofundou a sua tendência de apresentar-se, cada vez mais, como emprego informal.

Quanto a este último aspecto, foi visto que entre os assalariados se ampliou significativamente a informalidade no emprego, com a proporção de empregados sem carteira assinada aumentando 16,2% entre 1992 e 1999. Aprofundou-se, assim, uma característica que sempre esteve presente no mercado de trabalho baiano, mas que, no final do Século XX, alcançou níveis

¹³ A indústria de transformação respondia, em 1999, por cerca de 20% do PIB estadual, com a indústria petroquímica sendo responsável, sozinha, por algo em torno de 50% desse total.

dramaticamente altos, passando a atingir quase 60% dos trabalhadores assalariados do setor privado do estado. E tal expansão inscreve-se, sem dúvida, num movimento de precarização generalizada das condições de trabalho dos assalariados, fenômeno que vem ocorrendo em escala planetária, mas que adquire contornos mais dramáticos nos países que compõem a periferia do capitalismo contemporâneo. Isso porque a ausência de registro formal no emprego é, nas condições brasileiras, indício seguro de uma situação na qual o trabalhador fica enfraquecido em face de quem o emprega, já que o sentido evidente da informalidade, neste caso, é a supressão de direitos claramente expressos na legislação trabalhista em vigor. A precarização do emprego, portanto, não é tanto uma questão relativa à vigência de baixos salários (o que, evidentemente, vigora em larga escala no Brasil), mas sim ao desrespeito a regras que, em última instância, buscam estabelecer limites à utilização da força de trabalho sob essa modalidade específica – e fundamental – de inserção produtiva. Neste sentido, e apenas neste, pode-se incluir o empregado informal num mesmo rol de condições ocupacionais tão díspares, como o trabalho por conta-própria, o trabalho doméstico ou o trabalho não-remunerado, assim como, é claro, o trabalho voltado para a própria subsistência ou o trabalho na construção para o próprio uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o trabalhador e o processo de integração mundial*. 1995.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. *Revista de Economia Política*. v. 18, n. 1, São Paulo, SP, p. 99-119, 1998.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. *Economia & Trabalho – Textos Básicos*, Campinas: Unicamp, p. 61-67, 1998.

PORCHMANN, Márcio. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*, Campinas, 1999. (mimeo.).

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. *São Paulo em Perspectiva: mudanças econômicas e desemprego*, São Paulo: Fundação Seade, v. 10, n. 1, p.3-12, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. 86 p. (Série estudos e pesquisas, 42).

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.10, n.1, p.87-98, jul. 2000.

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS NA BAHIA DURANTE A DÉCADA DE 90 DO SÉCULO XX

JOSÉ RIBEIRO SOARES GUIMARÃES*

A política econômica é a mais incapaz de perceber o que não é quantificável, ou seja, as paixões e necessidades humanas. De modo que a economia é, ao mesmo tempo, a ciência mais avançada matematicamente e a mais atrasada humanamente.

Edgar Morin

INTRODUÇÃO

De um modo geral, os estudos sobre a distribuição de renda são elaborados com base em informações predominantemente pertinentes aos rendimentos oriundos do trabalho, incluindo os salários, o rendimento dos trabalhadores por conta-própria e o *pro labore* dos empregadores. Vale ressaltar que tais informações representam apenas uma parcela da renda global da economia (rendimento pessoal), não permitindo análises acerca da distribuição funcional da renda, que relaciona o que é apropriado pelos proprietários – em forma de lucros, juros e aluguéis – e pelos trabalhadores, em forma de salários.

O presente artigo fará uso predominantemente das informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e da *Síntese de Indicadores Sociais 2000* do IBGE¹. Vale ressaltar que as informações levantadas pela PNAD – não obstante sua imensa riqueza e abrangência – também apresentam limitações e não abarcam determinados e importantes tipos de renda, como, por exemplo, os lucros retidos pelas empresas. Desse modo, refletem apenas parte da renda gerada, na medida em que subestimam a parcela apropriada pelos mais ricos que são proprietários dessas empresas. Conforme destacam Almeida Reis e Barros (1991) do “total de renda declarado nos Censos Demográficos e PNADs, algo entre 85% e 90% provém do trabalho, incluindo-se aí os salários, o rendimento dos trabalhadores por conta própria, e o *pro labore* dos empregadores”.

* Bolsista da Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social (FAPES), mestrando em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE e professor da UNYAHNA.

¹A *Síntese de Indicadores Sociais 2000* do IBGE apresenta um conjunto de indicadores baseados, em sua maioria, na PNAD, muitos deles provenientes dos microdados da pesquisa, bem como de outras estatísticas, primárias e secundárias, não só do IBGE, como de outros órgãos que compõem o Sistema Estatístico Nacional. Contendo dados sobre o Brasil, grandes regiões, estados e regiões metropolitanas, a *Síntese* facilita a comparação entre os subespaços nacionais – procedimento recomendável em um país de tão acentuadas desigualdades regionais – além de possibilitar a abordagem de aspectos somente visíveis através do manuseio de microdados, de acessibilidade menos favorecida ao usuário comum (GUIMARÃES, 2001b). Ademais, a *Síntese 2000* apresenta uma série histórica de indicadores com a renda deflacionada, permitindo a comparabilidade e a análise da evolução do rendimento para cada ano no qual foi realizada a PNAD ao longo da década de 90.

Ademais, a PNAD não abarca o valor da produção para autoconsumo, que pode ser um componente importante da renda real e, principalmente, de fornecimento de nutrientes das famílias de pequenos agricultores. Tabulações especiais realizadas pelo Projeto Rurbano² mostraram que 13,5% do total de famílias do país em 1999 tinham alguma indicação de autoconsumo (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2001). Entretanto, a principal causa de subestimação das rendas é a subdeclaração dos rendimentos por parte dos entrevistados, principalmente entre aqueles que os têm elevados.

Diante desse contexto, ao contrário do que se costuma corriqueiramente divulgar e interpretar, afirma-se aqui que os indicadores provenientes dos levantamentos domiciliares refletem apenas parte da concentração de renda existente no país, tendo em vista a subdeclaração de rendas oriundas de outras fontes que, certamente, são ainda mais concentradas que o rendimento do trabalho.

Uma vez que os anos 1990 foram marcados por um expressivo conjunto de transformações com significativas repercussões sobre a esfera produtiva e, conseqüentemente, sobre o trabalho, nível e distribuição de rendimentos, em alguns casos fez-se necessário analisar a evolução dos rendimentos durante todos os anos da década nos quais foi realizada a PNAD³ (1992, 1993, 1995 a 1999), já que os mesmos foram diretamente afetados tanto pelos ciclos de expansão e recessão econômica quanto pelas transformações estruturais ocorridas na economia.

A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO BRASIL

No Brasil, é amplamente disseminada a informação de que o nível de concentração da renda do país é um dos mais elevados do mundo e de que grandes parcelas da população auferem baixos rendimentos. Afinal de contas, a cada pesquisa domiciliar ou relatório internacional divulgado, a notícia de que “o país possui uma das maiores desigualdades de renda do mundo” chega quase a se recebida com foro de normalidade, podendo-se dizer que já faz parte do inconsciente coletivo.

No âmbito da comparação internacional da distribuição da renda ou consumo do conjunto de 105 países “em desenvolvimento” com informações disponíveis, segundo o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001* do Banco Mundial, apenas Serra Leoa (0,629), República Centro-Africana (0,613) e Brasil (0,600) possuíam índices de Gini⁴ no patamar de 0,600. Levando-se em conta alguns outros indicadores des-

² O projeto procura analisar as transformações mais recentes do meio rural brasileiro. Sediado na UNICAMP e composto por pesquisadores de 11 estados, o Rurbano compreende três fases. Nas fases I e II do projeto as pesquisas tentaram esgotar as possibilidades de análise via dados secundários; atualmente, na fase III, procura-se realizar uma série de estudos localizados com dados primários. Para maiores informações, ver www.eco.unicamp.br/atividadesdepesquisa.

³ A PNAD não foi a campo em 1991 em decorrência da realização do censo demográfico e não foi realizada em 1994.

ses dois países africanos que compõem o *podium* mundial da desigualdade de renda juntamente com o Brasil, indubitavelmente poderemos nos considerar os campeões mundiais da desigualdade. Ainda com base no referido relatório do Banco Mundial, em 1999, o Brasil possuía o 8º maior Produto Nacional Bruto (PNB) do mundo; a República Centro-Africana, o 168º; e Serra Leoa, apenas o 179º. Relativizando o PNB pela população, ou seja, considerando-se o *PNB per capita* medido pela paridade do poder aquisitivo, enquanto que no Brasil o mesmo era de US\$ 6.317, na República Centro-Africana perfazia US\$ 1.131 e em Serra Leoa era de apenas US\$ 414.

No contexto latino-americano, com base nas informações levantadas periodicamente pela CEPAL para 17 países, a situação não poderia ser diferente e o Brasil assume a liderança como país detentor da pior distribuição de renda regional. Com efeito, conforme a Tabela 1, levando-se em conta a distribuição do rendimento domiciliar urbano, constata-se que no Brasil, em 1999, os 40% mais pobres se apropriavam de 10,6% da massa total de rendimentos, enquanto que os 10% mais ricos detinham 45,7%, isto é, 4,3 vezes a parcela apropriada pelos mais pobres.

Tabela 1

**Distribuição do Rendimento Domiciliar Urbano
Países Selecionados da América Latina, 1999**

País	Participação % no Rendimento Total		Razão 10% Mais Ricos/ 40% Mais Pobres
	40% Mais Pobres	10% Mais Ricos	
Brasil	10,6	45,7	4,3
Chile	12,3	39,1	3,2
Nicarágua	12,6	38,8	3,1
Colômbia	14,0	39,7	2,8
Guatemala	14,1	36,6	2,6
Argentina	14,7	37,5	2,6
Equador	14,2	35,1	2,5
Rep. Dominicana	15,4	37,0	2,4
Panamá	14,8	35,5	2,4
México	14,3	33,9	2,4
Honduras	15,2	32,7	2,2
Paraguai	17,2	34,8	2,0
Bolívia	16,5	32,8	2,0
El Salvador	17,3	31,7	1,8
Venezuela	16,8	28,4	1,7
Costa Rica	16,2	27,2	1,7
Uruguai	21,6	27,0	1,3

Fonte: CEPAL - Panorama Social de América Latina 2002

⁴ Esse índice mensura a desigualdade de uma distribuição, variando de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (concentração absoluta ou desigualdade máxima). Logo, quanto mais próximo de 1, maior será a concentração. É um dos indicadores sintéticos mais utilizados nas análises estatísticas sobre desigualdade. Sua popularidade é proveniente da sua facilidade de cálculo e interpretação e da constante utilização em relatórios internacionais.

No comparativo com os outros países surgem algumas particularidades que merecem destaque. Primeiramente, a situação brasileira era a pior nos dois sentidos da distribuição, dado que apresentava a menor proporção de renda apropriada pelos 40% mais pobres e a maior apropriada pelos 10% mais ricos do conjunto de países em análise. Considerando-se o número de vezes em que a parcela de renda dos 10% mais ricos é superior àquela correspondente aos dos 40% mais pobres verifica-se que o Chile é o segundo país de pior distribuição de renda (razão de 3,1). Entretanto, a participação dos 40% mais pobres na renda (12,3%) era quase dois pontos percentuais superior à do Brasil (10,6%), e a participação dos 10% mais ricos (39,1%) era cerca de 6,5 pontos percentuais inferior em relação ao Brasil (45,7%). Vale ressaltar ainda que apenas no Brasil os 10% mais ricos se apropriavam de uma parcela de renda superior aos 40%.

Inspirando-se na Parada de Pen⁵, Hoffmann (2001a) ilustra de maneira peculiar a problemática da distribuição dos rendimentos no Brasil:

Imagine uma parada dessas com uma grande amostra de pessoas representando a distribuição da renda na PEA brasileira. Vamos admitir que todo o desfile, do mais pobre ao mais rico, iria durar 100 minutos. Considerando os dados apresentados na Tabela 1, ao final de 10 minutos de parada estaria passando uma pessoa com altura incrivelmente baixa ($100/561 = 0,18$ da média). Ao final de 25 minutos ainda estariam passando pessoas com altura igual a 1/4 da média ($142/561 = 0,25$). No meio do desfile, isto é, após 50 minutos, estariam passando anões com altura igual à metade da média ($280/561 = 0,50$). Só quando já tivessem passado três quartos do desfile é que veríamos pessoas com altura média, pois o 3º quartil é semelhante à renda média. Nos últimos 10 minutos veríamos passar gigantes cada vez mais altos. A pessoa correspondente ao 9º decil teria altura igual a 2,1 vezes a média. No início do último minuto teríamos uma pessoa com altura maior do que 8 vezes a altura média. De acordo com os dados da PNAD de 98, a parada terminaria com uma pessoa cuja altura seria 122 vezes a média. Devido à forte assimetria positiva da distribuição da renda, há muito mais pessoas com renda abaixo da média do que acima da média (HOFFMANN, 2001a:48).

Conforme já mencionado na introdução deste artigo, todos esses indicadores refletem apenas parte da concentração de renda existente no país. Ao considerar-se a distribuição funcional da renda certamente o nível de concentração de renda se manifestaria de forma ainda mais contundente em decorrência do viés anti-salarial da mesma. Uma outra importantíssima dimensão da desigualdade consistiria em analisar a concentração da riqueza (posse de ativos reais e financeiros). Entretanto, são recortes analíticos que fogem ao escopo deste trabalho e serão abordados em outra publicação.⁶

⁵ Para descrever a distribuição de renda na Inglaterra, Pen imaginou uma parada de pessoas ordenadas conforme valores crescentes da renda e admitiu que, num passe de mágica, as pessoas ficassem com altura proporcional à sua renda, de maneira que a altura média correspondesse à pessoa com renda média. Quem assiste à passagem da parada de Pen vê, durante a maior parte do tempo, a passagem de anões. Por isso, Pen afirmou que essa é uma parada de anões, e apenas alguns gigantes (HOFFMANN, 2001a:48).

⁶ Ver GUIMARÃES, José R. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2002 (Série Estudos e Pesquisas, n. 63).

Na Bahia, o quadro de rendimentos reproduz as características estruturais do modelo nacional, com agravantes determinados pela posição periférica da economia baiana e pela concentração espacial e setorial da produção estadual.

Analisando-se a estrutura de renda da População em Idade Ativa (PIA) que incorpora as pessoas de dez anos ou mais de idade, observa-se que a proporção de pessoas sem rendimento na Bahia reduziu de 47,9%, em 1992, para 45,8% em 1999. Vale ressaltar que a existência de uma parcela expressiva da PIA residindo em áreas rurais (35,9%) redonda numa pressão maior sobre o contingente de pessoas declaradas sem rendimento no Estado, uma vez que aí estão incluídas as pessoas que recebem, como contrapartida do trabalho, remuneração indireta sob a forma de benefícios – auxílio para moradia, alimentação, transporte, educação ou creche e saúde ou reabilitação –, situação bastante típica do campo, e também os não-remunerados, geralmente os familiares que trabalham colaborando na pequena produção rural.

Considerando-se o perfil distributivo da PIA com rendimento positivo⁷ observa-se que o índice de Gini sofreu redução ao passar de 0,5534, em 1992, para 0,5378 em 1999, revelando uma ligeira desconcentração dos rendimentos (Tabela 2).

Tabela 2

Indicadores de Concentração dos Rendimentos da População de Dez Anos ou Mais de Idade e Proporção de Pessoas Sem Rendimento Bahia, 1992-1999		
Indicadores Selecionados	1992	1999
Índice de Gini	0,5534	0,5378
10% mais pobres	1,7	1,5
10% mais ricos	46,7	47,1
Razão ricos/pobres	27,5	31,4
% de pessoas sem rendimento	47,9	45,8

Fonte: IBGE - PNAD
Elaboração: GESO/SEI

Já com base nos decis de apropriação dos rendimentos verifica-se uma tendência diferente. Os 10% mais pobres da PIA se apropriavam de 1,7% da massa de rendimento total, em 1992, e reduziram sua participação para 1,5% em 1999. Em outro sentido, os 10% mais ricos ampliaram sua participação de 46,7% para 47,1% durante o mesmo período. Em decorrência dessas tendências opostas, o número de vezes em que a parcela de rendimento total apropriada pelo decil mais rico era maior do que aquela correspondente ao decil mais pobre (razão ricos/pobres) passou de 27,5 para 31,4 entre 1992 e 1999.

⁷ Rendimento de todas as origens (todos os tipos de rendimento do trabalho, pagamentos recebidos dos sistemas de previdência públicos e privados, pensão alimentícia, aluguel, doação, rendimento proveniente de aplicação financeira, etc.).

O conjunto dessas análises reflete uma aparente contradição, uma vez que a tendência evidenciada pelo índice de Gini (ligeira desconcentração dos rendimentos) foi contrária àquela apontada pelos decis de apropriação dos mais pobres e mais ricos (aumento da concentração). Entretanto, procedendo-se a uma análise mais aprofundada do perfil distributivo, constata-se que a explicação para essas tendências divergentes reside, estruturalmente, na própria e brutal intensidade da concentração de rendimentos historicamente vigente na Bahia e no país de um modo geral. Com base nas informações dispostas na Tabela 3, nota-se que, em 1992, 1% das pessoas detentoras dos rendimentos mais elevados (mais ricos) se apropriava de 15,0% do rendimento total, proporção superior à apropriada pelos 50% mais pobres da população (14,5%). Efetuando-se a comparação com o ano de 1999 percebe-se que cresceu 2,3 pontos percentuais a parcela de rendimento apropriada pelos 50% mais pobres, dado que a mesma alcançou 16,8% (crescimento relativo de 15,9%). Entre o 1% dos mais ricos, a proporção foi incrementada ligeiramente (1,3%) e chegou a 15,2%.

Diante desse contexto, é possível constatar que uma expressiva parte da desigualdade dos rendimentos guarda uma relação direta com os rendimentos mais elevados, principalmente no que tange à influência do primeiro percentil – de fato, conforme as análises anteriores, enquanto que os 10% mais ricos se apropriavam de cerca de 47,0% do rendimento total, somente o 1% mais rico respondia por 15,0%, conforme Tabela 3. Diante desse perfil e do fato de a concentração da renda no topo da distribuição ter se mantido praticamente inalterada, mesmo frente a uma expansão do rendimento na base da distribuição o índice de Gini é muito pouco afetado. Ademais, conforme destaca Hoffmann (2001b), o índice de Gini é uma medida de desigualdade especialmente sensível a mudanças em torno da mediana da distribuição.

Tabela 3

**Distribuição do Rendimento dos 50% Mais Pobres e do 1% Mais Rico da População de 10 Anos e Mais de Idade com Rendimento em Relação ao Total de Rendimentos
Bahia e RMS, 1992-1999**

Ano	Bahia		RMS	
	50% Mais Pobres	1% Mais Ricos	50% Mais Pobres	1% Mais Ricos
1992	14,5	15,0	14,0	13,8
1999	16,8	15,2	12,3	14,1
Variação % 1992/1999	15,9	1,3	-12,1	2,2

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

De acordo com Gonçalves (1999), o ganho relativo das camadas mais pobres deveu-se, em grande medida, ao encurtamento da distância entre os grupos de renda baixa e os grupos de renda média. Nesse caso, a concentração da renda no topo da distribuição foi mantida inalterada.

As informações da Tabela 3 ainda apresentam um importante elemento de análise que merece destaque. Levando-se em conta os dados para a Região

Metropolitana de Salvador (RMS), constata-se uma tendência contrária àquela de desconcentração dos rendimentos da PIA verificada para o conjunto do estado da Bahia. Entre 1992 e 1999 a participação dos 50% mais pobres da RMS no rendimento declinou de 14,0% para 12,4%, representando uma contração relativa de 12,3%. Em sentido contrário, os 10% mais ricos ampliaram ligeiramente, de 13,8% para 14,1%, sua participação na massa de rendimentos (incremento de 2,2%).

Essa tendência divergente da distribuição dos rendimentos da PIA entre a Bahia (desconcentração) e a RMS (concentração) indica a necessidade de introduzir esses dois recortes territoriais diferenciados, uma vez que limitar as análises apenas às informações referentes ao conjunto do estado estaria obscurecendo a visualização das tendências de distribuição dos rendimentos no núcleo mais dinâmico e central da economia baiana.

A EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

No processo de análise da evolução e dos níveis de rendimento do mercado de trabalho estadual é preciso levar em conta que a dinâmica do mercado de trabalho baiano e, conseqüentemente, dos níveis de rendimento é fortemente condicionada pelos movimentos da economia mundial e seus respectivos desdobramentos no plano nacional, principalmente no que concerne às transformações estruturais da base produtiva e ao perfil da política econômica. Tratando-se de um Estado subnacional, a Bahia possui limites no que tange à intervenção no mercado de trabalho, uma vez que é a condução da política econômica nacional – principalmente no que concerne à taxa de juros, política cambial e estratégias de competitividade e crescimento econômico – que exerce forte influência no nível de emprego, rendimento e qualidade dos postos de trabalho gerados.

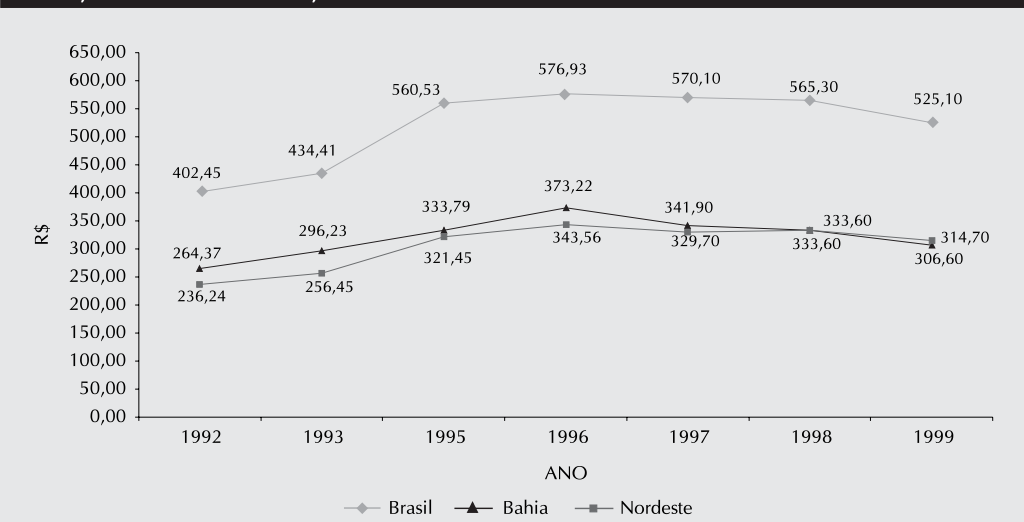
A variação do rendimento médio das pessoas ocupadas durante a década de 1990 esteve bastante associada aos movimentos da conjuntura econômica e às transformações estruturais da economia brasileira, principalmente no que tange à implementação do Plano Real e ao processo de reestruturação produtiva. O Gráfico 1, que apresenta o rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, demonstra que a trajetória de evolução dos rendimentos dos trabalhadores baianos ao longo da década de 90 foi praticamente a mesma que aquela verificada para o conjunto dos trabalhadores brasileiros e nordestinos, ou seja, de crescimento entre 1992 e 1996, e de contração a partir de 1997.

O período 1993/1995 foi marcado por significativas mudanças na economia brasileira, que repercutiram favoravelmente sobre os níveis de rendimentos. A implementação do Plano Real, em julho de 1994, contribuiu positivamente para o nível de rendimento das camadas mais pobres da população. Os efeitos imediatos do plano foram a queda relativamente brusca e rápida da taxa de inflação e o crescimento substancial do PIB, nos primeiros meses após sua implantação, causado pelo crescimento da demanda, principal-

mente pela elevação do consumo das camadas de baixa renda até meados de 1995. Tal processo foi decorrente da drástica redução do chamado *imposto inflacionário* que corroía a renda real das camadas mais pobres da população. Ademais, a valorização cambial e a liberação do comércio exterior também foram determinantes para a estabilização relativa dos preços dos produtos agrícolas.

Gráfico 1

**Rendimento Médio Real das Pessoas Ocupadas de 10 anos e Mais de Idade com Rendimento
Brasil, Nordeste e Bahia, 1992-1999**



Diante desse contexto amplamente favorável, o rendimento médio das pessoas ocupadas, na Bahia, cresceu de R\$ 296,23, em 1993, para R\$ 333,79 em 1995, representando um incremento real de 12,7%. A expansão do rendimento foi ainda mais significativa entre os ocupados brasileiros (cerca de 29,0%, ao passar de R\$ 434,41 para R\$ 560,53) e nordestinos (25,3% ao passar de R\$ 256,45 para R\$ 321,45).

Considerando-se a evolução dos rendimentos dos 40% mais pobres da população ocupada entre 1993 e 1995, observa-se que os efeitos do Plano Real incidiram muito mais fortemente sobre as camadas mais pobres. Com efeito, o rendimento médio dos 40% mais pobres, na Bahia, passou de R\$ 56,54, em 1993, para R\$ 88,00 em 1995, redundando num significativo incremento de 55,6% – bastante superior aos 12,7% verificados para o conjunto da população ocupada. Já na RMS a expansão foi bem menos expressiva e alcançou 12,1%, ao passar de R\$ 102,68 para R\$ 115,10 entre 1993 e 1995.

A partir de 1996, os efeitos distributivos do Plano Real começaram a perder fôlego. O mecanismo de sobrevalorização do câmbio gerou uma deterioração no saldo comercial, ampliando significativamente o déficit em transações correntes e trazendo não só uma perda expressiva de reservas cambiais como uma dependência crescente do capital especulativo de curto prazo, o qual passou a ser atraído fundamentalmente pelas altas taxas de juros.

A elevação das taxas de juros passou a desestimular os investimentos, generalizou a inadimplência, aumentou o desemprego e, sobretudo, o déficit governamental. Diante desse cenário desfavorável, a partir do segundo semestre de 1995 houve redução do ritmo da taxa de crescimento do PIB e aumento da taxa de desemprego, principalmente após 1996. De fato, o crescimento do PIB nacional, que foi de 4,2% em 1995, arrefeceu para 2,7% em 1996; com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a taxa de desemprego⁸ passou de 4,6% para 5,4% durante o mesmo período.

Conforme destaca Gonçalves (1999), a existência de elevadas taxas de juros e o aumento dos impostos no contexto de regressividade têm o efeito de reduzir a renda pessoal disponível, e portanto, de provocar uma redução da renda relativa da população mais pobre.

A conjugação desses fatores passou a condicionar uma tendência de arrefecimento dos ganhos de renda real dos mais pobres que haviam sido obtidos no primeiro ano do plano. Com efeito, as informações da PNAD de 1996 já apontavam essa tendência, dado que o rendimento médio dos ocupados cresceu apenas 2,9% no conjunto do país entre 1995 e 1996 (contra 29,0% observado entre 1993/1995), cerca de 6,9% na região Nordeste e 11,8% na Bahia. Em que pese os trabalhadores baianos terem apresentado um maior nível de incremento em relação ao Brasil e Nordeste, houve um arrefecimento da tendência de crescimento do rendimento em relação ao período 1993/1995 (cujo incremento foi de 12,7%). Tratando-se dos 40% mais pobres da população baiana ocupada, a evolução do rendimento foi de apenas 3,5% ao passar de R\$ 88,00, em 1995, para R\$ 91,08 em 1996.

Após uma aceleração do ritmo de atividade econômica no segundo semestre de 1996, ocorreu uma nova inflexão a partir de julho de 1997. Em resposta à crise dos países asiáticos, o governo elevou as taxas de juros e decretou um novo ajuste fiscal (FILGUEIRAS, 2001). Em decorrência dessa conjuntura desfavorável, o rendimento médio dos ocupados – após apresentar uma trajetória de crescimento ininterrupto desde 1992 – sofreu contração entre 1996 e 1997. A queda do valor do rendimento médio real foi de 1,2% no conjunto do país; de 4,0% no Nordeste; e de 8,4% na Bahia (ao passar de R\$ 373,22 para R\$ 341,90), em que pese o notável crescimento de 6,6% do PIB baiano durante o ano de 1997.

Essa crise financeira internacional, que se prolongou com a crise da Rússia em 1998, contribuiu decisivamente para a desaceleração da expansão da economia nacional. Os impactos da crise afetaram fortemente os países com maior grau de vulnerabilidade. A expansão do PIB brasileiro, que foi da ordem de 3,3% em 1997, sofreu uma forte contração e encerrou o ano de 1998 com uma exígua taxa de crescimento de 0,1%. A taxa de desemprego saltou de 5,7%, em 1997, para 7,6% em 1998. Na Bahia, o PIB cresceu 1,7% e a taxa

⁸ Correspondente às seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife).

de desemprego da RMS passou de 7,7%, em 1997, para 9,3% em 1998. Frente a esse quadro recessivo e do conseqüente aumento do desemprego, o rendimento médio real continuou num ritmo de queda entre 1997 e 1998, sendo de 0,8% no Brasil e de 2,4% na Bahia. Já para o conjunto dos trabalhadores nordestinos ocorreu um ligeiro incremento de 1,2%. Em decorrência desse desempenho, pela primeira vez ao longo da década de 1990, o rendimento médio do Nordeste se equiparou ao da Bahia (R\$ 333,60).

O ano de 1999 foi marcado pelo aprofundamento da crise internacional, que, dessa vez, chegava diretamente ao Brasil. Conforme destaca Filgueiras (2001), no início do ano e do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, a situação macroeconômica do país se agravou sensivelmente, dando continuidade à crise cambial desencadeada a partir da moratória russa em 1998. Ainda no mês de janeiro de 1999 o Real sofreu uma forte desvalorização e ocasionou efeitos negativos nos mais diversos segmentos da economia.

O desemprego cresceu consideravelmente durante o primeiro semestre do ano, mas, apesar da expectativa de recessão, o PIB manteve sua tendência de apresentar baixíssimas taxas de crescimento. Com efeito, impulsionada pelo excelente crescimento do setor agropecuário (7,4%), a economia brasileira encerrou o ano com uma exígua taxa de crescimento de 0,8%. Na Bahia, o desempenho da economia foi mais favorável e o PIB cresceu 2,2%. Apesar de a recessão não se ter materializado, a mudança da política cambial afetou ainda mais os níveis de rendimento, que, além de manterem a trajetória de queda dos últimos dois anos, aumentaram a magnitude da contração. Entre os trabalhadores baianos o valor do rendimento passou de R\$ 333,60, em 1998, para 306,60 em 1999, redundando numa queda real de 8,1%. Para o conjunto dos trabalhadores nordestinos a contração foi 5,7% – de R\$ 333,60 para R\$ 314,70. No Brasil, o rendimento apresentou uma perda de 7,1% ao passar de R\$ 565,30 para R\$ 525,10.

Em geral, as análises sobre a evolução dos indicadores sociais durante a década de 90, com base nas informações da PNAD, costumam comparar o ano de 1992 (primeiro levantamento da década após a realização do censo 1991) com o de 1999. A despeito de disponibilizar toda a série histórica em tabelas à parte (num CD-rom), o próprio corpo básico de tabelas da *Síntese de Indicadores Sociais 2000* do IBGE apresenta os indicadores para os anos de 1992 e 1999. Entretanto, para o caso das análises sobre a evolução e distribuição dos rendimentos, o simples comparativo entre esses anos extremos da década limita bastante a compreensão dos processos, uma vez que não permitir visualizar a variabilidade ocorrida ao longo da década.

Caso fosse considerado apenas esse recorte temporal, seria constatado que o rendimento médio real dos trabalhadores baianos apresentou um incremento de 16,0% ao longo da década de 90, ao passar de R\$ 264,37, em 1992, para R\$ 306,60 em 1999. Para os trabalhadores brasileiros (incremento de 30,5%) e nordestinos (aumento de 33,2%) a evolução foi mais expressiva. Entretanto, se perderiam de vista todas as especificidades e

variabilidades que caracterizaram a década, conforme ficou evidenciado no conjunto das análises realizadas anteriormente, ou seja, o rendimento médio apresentou crescimento significativo entre 1993/1995, arrefecimento entre 1995 e 1996 e declínio entre 1997 e 1999. Em síntese, não seria possível visualizar o esgotamento de grande parte dos efeitos do Plano Real a partir de 1996.

Enfim, considerando a década, observa-se que o rendimento médio real da população ocupada baiana apresentou crescimento, o qual foi inferior ao verificado para o conjunto do país e, sobretudo, à média da região Nordeste, cujo incremento foi o dobro daquele experimentado na Bahia. É interessante destacar que, diante desse desempenho, o rendimento médio dos trabalhadores baianos que, em 1992, era superior ao do Nordeste (R\$ 264,37 *versus* R\$ 236,24) e correspondia a 68,2% do valor correspondente à média nacional (R\$ 402,45), passou a ser inferior em relação à média nordestina (R\$ 306,60 *versus* R\$ 314,70) em 1999 e a representar 58,4% do valor nacional.

Devido a três características estruturais bastante marcantes da economia baiana – a especialização setorial da produção, a concentração espacial do produto gerado e a concentração da propriedade – há uma significativa rigidez no mercado de trabalho baiano em termos de geração de postos de trabalho de qualidade e com maiores níveis de rendimento.

Essa situação perdurou independentemente do dinamismo econômico verificado durante a década de 90. Conforme destaca Borges (1999), na etapa mais recente de expansão da economia brasileira a Bahia se destacou como um dos estados que mais se beneficiaram da desconcentração industrial e passou também a integrar o espaço de expansão da moderna agricultura. Essa dinâmica recente pode ser traduzida nas taxas de crescimento do PIB que, em alguns anos, chegaram a ultrapassar a média nacional, sobretudo a partir de meados da década de 90. Entre 1997 e 1999 a Bahia cresceu 11,0%, enquanto o PIB brasileiro registrou um incremento de apenas 4,3%, ou seja, duas vezes e meia inferior.

O desempenho da indústria baiana de transformação, mensurado pela taxa de crescimento acumulada da produção física entre 1994/1999, também ratificou o dinamismo econômico superior em relação ao país, região Nordeste e vários estados do país. Com efeito, o crescimento na Bahia (18,2%) foi mais do que duas vezes superior aos das médias nacional (6,5%) e nordestina (7,3%) e mais significativo ainda em relação aos Estados de Pernambuco (-10,3%), São Paulo (-1,8%) e Rio de Janeiro (-9,9%). (GUIMARÃES DAMASCENO, 2001).

Diante desse desempenho, a Bahia sustentou a posição de sexta maior economia no *ranking* nacional, abaixo apenas daqueles estados localizados no eixo urbano-industrial do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e dos dois mais desenvolvidos do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), e muito

acima dos demais estados nordestinos – o PIB baiano corresponde a aproximadamente um terço da atividade econômica do Nordeste.

Apesar desse desempenho, os impactos sobre o mercado de trabalho e os níveis de rendimento não foram mais significativos em função de um conjunto de elementos estruturais da economia baiana. Primeiramente, tratando-se da especialização setorial, apenas um gênero industrial (a química) responde por mais da metade do Valor da Transformação Industrial. Além disso, esse gênero é formado basicamente por algumas dezenas de unidades industriais intensivas em capital e localizadas, quase todas, em uma única região do estado (a metropolitana). Seu potencial de geração de empregos indiretos é também relativamente limitado, pelo fato de ser um ramo produtor de bens intermediários cuja articulação na cadeia produtiva dá-se, principalmente, com as economias dos estados do Sudeste e com o exterior.

No âmbito da concentração espacial, com base em estimativas recentes do produto municipal elaboradas pela SEI, um pequeno grupo de quinze municípios respondia por aproximadamente 61,0% de toda a renda gerada pelo estado e somente a RMS por 49,2%.

Outro fator determinante que influencia os níveis de rendimento guarda relação com o fato de que, em 1999, a quase metade da população ocupada no estado (44,0%) desenvolve suas atividades laborais – e conseqüentemente obtêm sua principal fonte de sustento – no setor primário da economia, que é justamente o responsável pela menor parcela de riqueza gerada no estado (apenas 9,4% do PIB baiano). Por outro lado, o setor secundário respondia por 39,6% do PIB e absorvia apenas 13,1% da população ocupada baiana. Ademais, a indústria baiana é predominantemente centrada em ramos capital-intensivo e passou por um intenso processo de reestruturação produtiva ao longo da década de 90, com repercussões fortemente nefastas sobre o nível e qualidade do emprego.

No âmbito da concentração da propriedade, uma ínfima proporção de 1,7% dos imóveis rurais, classificados como *grande propriedade* pelo INCRA, ocupava a metade da área correspondente a todo o conjunto de imóveis rurais cadastrados no estado.

Nesse contexto, as benesses do crescimento econômico atingem uma reduzida parcela da população, limitando bastante a capacidade de gerar empregos de qualidade e que propiciem maiores níveis de remuneração.

GÊNERO E DESIGUALDADE LABORAL DE RENDIMENTO

Conforme destaca Guimarães (2001a), o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres é a forma mais visível da desigualdade de gênero na inserção laboral. O processo de discriminação salarial ocorre quando trabalhadores igualmente produtivos recebem remunerações diferentes devido a seus atributos não-produtivos, a exemplo do sexo e da raça.

Uma grande parte dos estudos sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho procura investigar esse fenômeno do ponto de vista da oferta, analisando as diferenças de capital humano acumulado, ou seja, instrução, experiência, etc., ocasionadas principalmente por fatores alheios ao mercado de trabalho. Quanto a esse ponto, Valenzuela (1997) salienta que essas diferenças explicam somente uma parte das desigualdades de rendimentos e são insuficientes para explicar toda a defasagem, especialmente considerando os maiores níveis de instrução alcançados pelas mulheres. Os padrões de discriminação por gênero mostram que a maior parte do hiato salarial se explica por discriminações no mercado de trabalho, e não por características produtivas. Com efeito, esse hiato persiste apesar do incremento do nível educacional das mulheres em ritmo mais rápido do que a dos homens (GUIMARÃES, 2001a).

As diferenças de rendimento devem-se, em parte, às seguintes tendências:

- concentração das mulheres em trabalhos pouco qualificados e de baixa categoria;
- segmentação do mercado de trabalho em ocupações “femininas” e “masculinas”;
- cumprimento, pelas mulheres, de jornadas de trabalho mais curtas e, em geral, impossibilidade de fazerem horas extras, exercerem algumas atividades noturnas e trabalharem em revezamento de turnos, sobretudo em decorrência de suas responsabilidades familiares;
- diferenças entre os empregos desejados e disponíveis.

Com base nos dados da Tabela 4, que apresenta os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho baiano por classes de rendimento mensal, observam-se algumas tendências que merecem destaque. Considerando-se o rendimento médio total de todos os trabalhos, verifica-se que, a despeito de permanecer elevado, o diferencial de rendimento entre homens e mulheres apresentou redução ao longo da década de 90. Em 1992, as mulheres baianas recebiam, em média, cerca de 48,5% a menos que os homens, e, em 1995, esse diferencial reduziu-se para 47,7%. Ao final da década, ou seja, em 1999, a brecha diminuiu mais ainda e passou a ser de 42,6%. Dito de outra forma, ao final dos anos 1990 a população ocupada feminina auferia, em média, apenas 57,4% do rendimento masculino.

Existe a expectativa de que, em virtude da responsabilidade e qualificação requeridas para a ocupação dos empregos de altos níveis hierárquicos – isto é, nos chamados “postos de decisão e gestão”, como chefias, supervisões, gerências, diretorias e alto comando executivo das grandes empresas – os rendimentos femininos se equiparem aos masculinos.

Contudo, tal expectativa não é captada quando da análise dos dados fornecidos pela Tabela 4, que também apresenta os percentuais de diferença entre os rendimentos médios recebidos pelos homens e aqueles auferidos pelas mulheres por classes de rendimento mensal. Nota-se que durante os anos analisados as disparidades foram reduzindo em todas as classes até 20 salários mínimos (SM), sendo que em algumas delas, a exemplo de 3 a 5 e 5 a 10 SM, as mulheres chegavam a perceber rendimentos até ligeiramente superiores aos dos homens no ano de 1999. Porém, no estrato em que grande parte dos empregados ocupantes de cargos diretivos está enquadrada – mais de 20 SM – os homens possuíam um rendimento médio acentuadamente superior ao das mulheres, sendo que a brecha entre eles aumentou ao longo do período: de -4,3%, em 1992, para -7,4%, em 1995, até alcançar significativos -17,7% em 1999. Dessa maneira, até nas ocupações de alta relevância e mais bem remuneradas ainda prevalece a segregação salarial para com o trabalho feminino.

Tabela 4

Diferenciais de Rendimentos Entre Mulheres e Homens de 10 Anos ou Mais de Idade Ocupados por Classes de Rendimento Mensal Bahia, 1992-1999

Classes de Rendimento Mensal	Diferencial % Mulher/Homem		
	1992	1995	1999
Total	-48,5	-47,7	-42,6
Até 1/2 SM	-16,4	-2,7	-4,4
Mais de 1/2 a 1 SM	2,2	-1,1	0,0
Mais de 1 a 2 SM	-3,1	-1,3	0,5
Mais de 2 a 3 SM	-0,7	-0,4	-1,2
Mais de 3 a 5 SM	1,7	-0,2	0,9
Mais de 5 a 10 SM	0,2	-1,7	2,2
Mais de 10 a 20 SM	-0,1	-6,0	-3,4
Mais de 20 SM	-4,3	-7,4	-17,7

Fonte: IBGE - PNAD

Cabe ainda ressaltar que esse significativo hiato de rendimentos entre homens e mulheres na classe daqueles que recebiam mais de 20 SM mensais, juntamente com o fato de que apenas 0,7% das trabalhadoras se enquadravam nessa classe de rendimento *vis à vis* 1,3% dos trabalhadores (conforme dados da Tabela 5 referentes a 1999), exerce uma influência significativa sobre o diferencial do rendimento médio total existente entre os gêneros. Em outros termos, dado que os diferenciais nas classes até 20 SM são diminutos ou até mesmo inexistentes, é exatamente o hiato de rendimento na classe de mais de 20 SM (-17,7%), desfavorável às mulheres, e a respectiva menor proporção (0,7%) destas nessa classe em relação ao conjunto dos homens (1,3%), que contribuem decisivamente para que a brecha referente ao rendimento médio total seja de 42,6%.

Tabela 5

Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade Ocupadas Por Sexo Segundo as Classes de Rendimento Mensal Bahia, 1999				
Classes de Rendimento Mensal	Homens	%	Mulheres	%
Até 1/2 SM	238.440	8,2	308.466	20,5
Mais de 1/2 a 1 SM	887.812	30,5	543.479	36,0
Mais de 1 a 2 SM	878.543	30,2	348.024	23,1
Mais de 2 a 3 SM	412.688	14,2	128.881	8,5
Mais de 3 a 5 SM	235.016	8,1	84.074	5,6
Mais de 5 a 10 SM	147.516	5,1	56.582	3,8
Mais de 10 a 20 SM	68.333	2,4	28.068	1,9
Mais de 20 SM	38.016	1,3	10.335	0,7
Total	2.906.364	100,0	1.507.909	100,0

Fonte: IBGE - PNAD

A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO OCUPADA

Analisando-se a distribuição dos rendimentos com base na Tabela 6, observa-se que o rendimento médio mensal dos 10% mais ricos da população ocupada brasileira (R\$ 2.397,07), em 1999, era praticamente 19 vezes superior ao do correspondente aos 40% mais pobres (R\$ 127,07). A mesma ten-

Tabela 6

Distribuição dos Rendimentos dos 40% Mais Pobres e dos 10% Mais Ricos da População Ocupada com Rendimento, Seus Respectivos Rendimentos Médios em Reais e em Salários Mínimos e Relação entre Rendimentos Médios Áreas Geográficas Seleccionadas, 1992-1999					
Área Geográfica	40% Mais Pobres da População		10% Mais Ricos da População		Relação Entre Rendimentos Médios 10%+Ricos/ 40%+Pobres
	Rendimento Médio em Reais (R\$)	Rendimento Médio em Salário Mínimo	Rendimento Médio em Reais (R\$)	Rendimento Médio em Salário Mínimo	
1992					
Brasil	95,38	0,70	1.812,35	13,33	19,0
Sudeste	126,61	0,93	2.051,56	15,08	16,2
Nordeste	47,58	0,35	1.143,81	8,41	24,0
Bahia	61,21	0,45	1.249,14	9,18	20,4
RMS	110,30	0,81	2.105,22	15,48	19,1
1999					
Brasil	127,27	0,98	2.397,07	18,44	18,8
Sudeste	175,45	1,35	2.719,35	20,92	15,5
Nordeste	79,28	0,61	1.563,16	12,02	19,7
Bahia	87,75	0,67	1.446,77	11,13	16,5
RMS	116,37	0,90	2.620,79	20,16	22,5
Variação % 1992/1999					
Brasil	33,4	40,0	32,3	38,3	-0,9
Sudeste	38,6	45,2	32,6	38,7	-4,3
Nordeste	66,6	74,3	36,7	42,9	-18,0
Bahia	43,4	48,9	15,8	21,2	-19,2
RMS	5,5	11,1	24,5	30,2	18,0

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

OBS. Os valores do rendimento do ano de 1992 foram inflacionados com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

dência é observada nas regiões Nordeste e Sudeste, onde o rendimento médio dos 10% mais ricos superava o dos 40% mais pobres em 19,7 e 15,5 vezes respectivamente. Na Bahia, enquanto os 10% mais ricos possuíam uma renda média de R\$ 1.446,77, a dos 40% mais pobres (R\$ 87,75) não alcançava sequer um salário mínimo.

Entre 1992 e 1999, diminuiu um pouco a ainda exorbitante brecha entre o rendimento dos 40% mais pobres e 10% mais ricos da população trabalhadora, uma vez que o rendimento médio dos primeiros expandiu-se em níveis superiores aos dos segundos. Na Bahia, a renda dos 40% mais pobres expandiu-se em 43,4%, portanto, acima da média de expansão do Brasil (33,4%) e região Sudeste (38,6%), mas significativamente abaixo em relação ao Nordeste (66,6%). O crescimento da renda auferida pelos 10% mais ricos da Bahia foi de 15,8% e situava-se num patamar inferior ao de todas as demais áreas objeto de comparação. Como consequência desses movimentos, o estado passou a deter, em 1999, a segunda menor relação entre o número de vezes que o rendimento dos 10% mais ricos era superior ao dos 40% mais pobres (16,5) ante o conjunto das Unidades da Federação nordestinas.

Por outro lado, ao se levar em conta a região que concentra cerca da metade do PIB baiano, ou seja, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), observa-se uma tendência totalmente oposta àquela de desconcentração dos rendimentos verificada para o conjunto do estado da Bahia. Desde 1992, a RMS possuía o maior nível de concentração dos rendimentos do trabalho dentre as nove maiores regiões metropolitanas do país, uma vez que o rendimento médio dos 10% mais ricos (R\$ 2.105,22) era 19 vezes superior ao dos 40% mais pobres (R\$ 110,30). Durante o ano de 1999, tal processo de concentração tornou-se ainda mais profundo, já que a relação entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres se elevou para 22,5. Esse nível de desigualdade foi ampliado em virtude do maior crescimento do rendimento dos mais ricos em relação ao dos mais pobres. Com efeito, o rendimento dos 40% mais pobres passou de R\$ 110,30, em 1992, para R\$ 116,37, em 1999, e representou um ínfimo incremento de 5,5%. Já entre os 10% mais ricos, o rendimento médio evoluiu de R\$ 2.105,22 para R\$ 2.620,79 entre 1992 e 1999, representando um crescimento de 24,5% — bastante superior, portanto, ao incremento observado para os 40% mais pobres.

Outra importante tendência que merece ser ressaltada é que a RMS apresentou o menor percentual de crescimento da renda dos 40% mais pobres (5,5%) ante o conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras. Ademais, esse incremento ficou bastante aquém daquele observado nas demais regiões, uma vez que o segundo menor nível de crescimento ocorreu na Região Metropolitana do Recife (21,1%), sendo quase quatro vezes superior ao da RMS.

Ainda que as áreas geográficas analisadas apresentem expressivos diferenciais de rendimentos entre si, a desigualdade interna da distribuição é bastante elevada em todas elas, conforme evidencia o índice de Gini da população ocupada que figura na Tabela 7. Em 1999, a região Nordeste apresentava um

índice de 0,587, sendo esse, inclusive, superior ao correspondente ao da média nacional (0,567) e ao da região Sudeste (0,537). O estado da Bahia destacava-se por possuir o segundo menor nível de concentração da região nordestina (0,558), atrás apenas de Alagoas (0,529). O índice de Gini alcançava valores extremamente elevados nos estados da Paraíba (0,644) e Piauí (0,609).

Tabela 7

**Índice de Gini da População Ocupada de 10 Anos e Mais de Idade
Áreas Geográficas Selecionadas, 1992-1999**

Área Geográfica	Índice de Gini		Variação % 1992/1999
	1992	1999	
Brasil	0,571	0,567	-0,7
Sudeste	0,542	0,537	-0,9
Nordeste	0,597	0,587	-1,7
Maranhão	0,577	0,592	2,6
Piauí	0,630	0,609	-3,3
Ceará	0,607	0,598	-1,5
Rio Grande do Norte	0,618	0,572	-7,4
Paraíba	0,635	0,644	1,4
Pernambuco	0,589	0,586	-0,5
Alagoas	0,581	0,529	-9,0
Sergipe	0,569	0,589	3,5
Bahia	0,580	0,558	-3,8
Regiões Metropolitanas			
Belém	0,567	0,570	0,5
Fortaleza	0,559	0,581	3,9
Recife	0,563	0,594	5,5
Salvador	0,573	0,604	5,4
Belo Horizonte	0,554	0,548	-1,1
Rio de Janeiro	0,534	0,531	-0,6
São Paulo	0,511	0,514	0,6
Curitiba	0,536	0,504	-6,0
Porto Alegre	0,537	0,535	-0,4

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Tais resultados sugerem uma estreita relação entre o nível de desenvolvimento econômico regional e o grau de desigualdade na distribuição de rendimentos, na medida em que as áreas geográficas mais pobres apresentaram índices superiores aos das mais desenvolvidas. Tal fato revela uma face ainda mais perversa das desigualdades brasileiras, uma vez que, nas áreas mais pobres, além dos baixos níveis de rendimentos auferidos, a renda é bastante concentrada (GUIMARÃES, 2001b).

No que concerne à evolução do índice de Gini ao longo da década, merece destaque que o percentual de redução verificado na Bahia (-3,8%) foi mais expressivo do que o da média nordestina (-1,7%), região Sudeste (-0,9%) e Brasil (-0,7%).

Conforme já constatado em diversos outros cortes de análise ao longo deste trabalho, a tendência da distribuição dos rendimentos na RMS caminha em sentido contrário daquela observada para o conjunto do estado. De acordo com as informações da Tabela 7, desde 1992 a RMS apresentava o maior

índice de Gini (0,573) ou, em outras palavras, o maior nível de concentração dos rendimentos do trabalho entre as principais regiões metropolitanas do país. De acordo com a tendência já apontada pelas análises dos rendimentos médios dos 10% mais ricos e 40% mais pobres dos ocupados, entre 1992 e 1999 o grau de concentração dos rendimentos na RMS aumentou ainda mais (de 0,573 para 0,604) e, ao final da década de 90, a RMS era a única região metropolitana brasileira a possuir índice de Gini superior a 0,6000.

Conforme destaca Borges (1999) a elevada concentração da renda na região, ao tornar extremamente restrito o mercado regional consumidor de bens e serviços, limita a expansão de inúmeras atividades urbano-industriais com maior potencial de absorver mão-de-obra e de propiciar níveis de salário/remuneração mais elevados que os auferidos pela maior parte dos trabalhadores da região.

A EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR

A evolução dos níveis da renda familiar também se constitui num importante corte analítico, já que abarca todos os tipos de rendimento percebidos pelos membros da família. Conforme destaca Rocha (2002), a família se constitui numa unidade solidária de consumo e rendimento.

A renda familiar *per capita*⁹ vem sendo um indicador amplamente utilizado para se estabelecer linhas de pobreza no Brasil – em geral, consideram-se como pobres as famílias que possuem renda *per capita* de até meio salário mínimo mensal. Com base nos dados da Tabela 8, observa-se que a parcela das famílias baianas abaixo da linha de pobreza reduziu-se de 46,6% em 1993 para 35,7% em 1996, representando um decréscimo de cerca de 11 pontos percentuais em três anos. Essa expressiva redução da proporção de famílias pobres esteve bastante associada à redução dos preços da cesta básica e ao aumento de renda real durante o período 1993/1995, que contribuíram significativamente para o deslocamento para baixo da linha de pobreza.

Após uma ligeira oscilação para cima da linha de pobreza (37,4%), em 1997, e uma significativa redução para 32,5% em 1998, a Bahia encerrava a década com uma proporção de 36,5% das famílias enquadradas nessa linha de pobreza. Considerando-se a evolução ao longo da década, constata-se que, em que pese a grande limitação dessa forma de mensuração, a proporção de famílias situadas abaixo da linha de pobreza diminuiu de 43,1%, em 1992, para 36,5%, em 1999, e representou uma redução de 6,6 pontos percentuais em sete anos. Por outro lado, a proporção de famílias sem rendimento ao final da década (4,3% em 1999) era praticamente a mesma do início (4,4% em 1992).

⁹ A renda familiar *per capita* é obtida dividindo o rendimento familiar mensal pelo número de componentes da família. Como pessoas da família são incluídas a pessoa de referência, o cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, mas não são incluídos outros moradores do domicílio como pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregado doméstico.

A queda da fecundidade e o processo de diversificação dos arranjos familiares vêm proporcionando a redução do tamanho médio das famílias. De acordo com as informações da PNAD, o número médio de pessoas por família, na Bahia, diminuiu de 4,01, em 1992, para 3,67 em 1999. A conjugação desses elementos tem influência direta sobre a renda familiar *per capita*, uma vez que afeta mais diretamente o denominador do indicador. Conforme destaca Jannuzzi (2000), *ceteris paribus*, a diminuição do arranjo familiar significa, em termos médios, aumento da renda individual disponível.

Tabela 8

Famílias Residentes em Domicílios Particulares e Sua Respectiva Distribuição Percentual Por Classes de Renda Familiar Per Capita em Salário Mínimo Bahia, 1992-1999							
Classes de Renda Familiar Per Capita	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Até 1/2 SM	43,1	46,6	36,2	35,7	37,4	32,5	36,5
Mais de 1/2 a 1 SM	22,6	23,4	26,4	25,0	27,9	26,1	27,9
Mais de 1 a 2 SM	16,5	12,1	17,4	15,4	15,1	20,5	16,2
Mais de 2 a 3 SM	3,7	3,6	4,8	4,3	5,0	5,2	5,3
Mais de 3 a 5 SM	2,7	3,0	3,2	3,7	3,8	3,9	3,3
Mais de 5 SM	2,5	3,6	3,8	4,4	4,0	3,9	3,5
Sem Rendimento	4,4	3,8	4,4	6,4	4,0	4,3	4,3
Sem Declaração	4,5	3,9	3,7	5,1	2,9	3,6	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2000 e PNAD.

Notas:

- 1) No cálculo da renda familiar per capita foram excluídos as pessoas cuja condição na família era de pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.
- 2) Os valores da renda de 1992 a 1998 foram inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

Do ponto de vista da renda média familiar, como não poderia deixar de ser, as informações da Tabela 9 também apontam a existência de elevados níveis de desigualdade de rendimentos. Na Bahia, enquanto a renda média familiar *per capita* das famílias que estão nos 10% mais ricos da distribuição de renda ficou em torno de 6,3 salários mínimos, em 1999, aquela verificada para as famílias que estão nos 10% mais pobres era de apenas 0,15 salário mínimo, ou seja, 43 vezes menor. É importante destacar que essa magnitude de desigualdade não é particular do estado da Bahia, uma vez que esse diferencial era de 53,5 vezes no Brasil e de 51,5 vezes no Nordeste, bastante superiores, portanto, ao existente na Bahia.

Considerando-se os estados nordestinos, o diferencial entre a renda média familiar *per capita* dos 10% mais ricos e mais pobres alcançava proporções alarmantes em alguns estados, a exemplo da Paraíba (73,4 vezes) e Piauí 62,7 (vezes). O Maranhão possuía o menor diferencial (38,9 vezes), seguido por Alagoas (40,3) e pela Bahia (43 vezes).

Se, por um lado, o nível da desigualdade da renda familiar na Bahia se situava entre um dos menores do Nordeste e abaixo da média nacional, o mesmo não ocorre com a RMS. Enquanto que, em 1999, a renda média familiar *per capita* dos 10% mais pobres era de 0,15 salário mínimo, aquela corres-

pondente aos 10% mais ricos era de 12,5 salários mínimos — cerca de 58,5 vezes superior. É importante salientar que esse diferencial existente na RMS era o maior do país, quando comparado com o das outras oito regiões metropolitanas abarcadas pela PNAD.

Um outro elemento que merece destaque emerge de uma desigualdade territorial entre a RMS e o conjunto restante do subespaço estadual. No âmbito das famílias mais pobres, não existem maiores diferenças dado que a renda média familiar *per capita* das famílias baianas (0,15 SM) não se distanciava contundentemente daquela referente às famílias metropolitanas (0,21 SM). Por outro lado, levando-se em conta os 10% mais ricos, o quadro é outro; enquanto que, na Bahia, a renda média familiar *per capita* era de 6,3 SM, na RMS alcançava 12,5 SM, ou seja, era o dobro. Vale enfatizar que esse diferencial de renda das famílias mais ricas metropolitanas em relação às mais ricas do estado, não se verificava em nenhuma outra região metropolitana do país. Para se ter uma idéia dessa particularidade da RMS, a segunda região metropolitana do país detentora do maior diferencial em relação à média estadual era a de Belo Horizonte, com 51,9% – percentual bastante inferior aos 99,5% existentes na RMS.

Tabela 9

Renda Média Familiar Per Capita, em Reais e em Salário Mínimo, dos 10% Mais Ricos e dos 10% e 40% Mais Pobres das Famílias com Rendimento e Relação Entre Médias Bahia e RMS, 1992-1999

Área Geográfica	Renda Média Familiar Per Capita						Relação Entre Rendas Médias	
	Em R\$			Em Salário Mínimo			C/A	C/B
	10% Mais Pobres	40% Mais Pobres	10% Mais Ricos	10% Mais Pobres (A)	40% Mais Pobres (B)	10% Mais Ricos (C)		
BAHIA								
1992	13,17	30,61	674,6	0,10	0,23	4,96	51,23	22,03
1993	12,01	29,51	882,8	0,09	0,22	6,49	73,51	29,91
1995	19,74	41,28	947,1	0,15	0,30	6,96	47,98	22,94
1996	17,51	38,85	1.021,4	0,16	0,35	9,12	58,34	26,29
1997	19,85	41,00	966,5	0,15	0,30	7,11	48,69	23,57
1998	19,98	42,81	936,9	0,15	0,31	6,89	46,89	21,89
1999	19,79	42,07	852,8	0,15	0,31	6,27	43,08	20,27
Variação % 1992/1999	50,3	37,4	26,4	50,0	34,8	26,4	-15,9	-8,0
RMS								
1992	26,10	57,68	1.290,9	0,19	0,42	9,49	49,46	22,38
1993	22,33	52,02	1.828,2	0,16	0,38	13,44	81,87	35,15
1995	30,00	65,18	1.793,9	0,22	0,48	13,19	59,79	27,52
1996	30,60	65,94	1.970,5	0,27	0,59	17,59	64,39	29,88
1997	31,83	67,26	2.016,2	0,23	0,49	14,82	63,35	29,98
1998	32,69	70,92	1.789,3	0,24	0,52	13,16	54,74	25,23
1999	29,05	64,58	1.701,0	0,21	0,47	12,51	58,55	26,34
Variação % 1992/1999	11,3	12,0	31,8	10,5	11,9	31,8	18,4	17,7

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

Nota: entre 1992 e 1998 valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

Transpondo a análise para a evolução da renda familiar ao longo da década de 90, as informações da Tabela 9 indicam que, na Bahia, a renda média *familiar per capita* dos 10% mais pobres passou de R\$ 13,2, em 1992, para R\$ 19,8 em 1999, representando um incremento de 50,3%. Já a renda dos 40% mais pobres evoluiu 37,4%, e a dos 10% mais ricos, cerca de 26,5%. Sendo assim, o número de vezes que a renda familiar dos 10% mais ricos era superior à dos 10% mais pobres reduziu-se de 51, em 1992, para 43 vezes em 1999.

Já na RMS, o crescimento da renda média tanto dos 10% mais pobres (11,3%) quanto dos 40% mais pobres (12,0%) foi bastante menos expressivo em relação ao crescimento observado para o conjunto do estado. Já entre os 10% mais ricos, o incremento da renda média na RMS foi superior ao dos mais pobres e chegou a 31,8%. Diante desse contexto, aumentou ainda mais o grau de desigualdade da renda familiar metropolitana, na medida em que a relação entre a renda média familiar *per capita* dos 10% mais ricos e 10% mais pobres passou de 49,5 vezes, em 1992, para 58,5 vezes em 1999.

RENDIMENTO E DESIGUALDADES RACIAIS

A análise dos níveis de rendimento por cor ou raça da população é de suma importância num país como o Brasil, onde ainda perdura o mito da *democracia racial*. No estado da Bahia, por motivos óbvios, esse recorte analítico torna-se ainda mais relevante.

A Tabela 10 apresenta os níveis de rendimento médio (em salário mínimo) e de anos médios de estudo da população ocupada por cor ou raça¹⁰ para a Bahia e o conjunto das nove principais regiões metropolitanas do país abarcadas pela PNAD. Uma primeira constatação salta aos olhos, quando se procura identificar qual a região metropolitana do país onde a população ocupada de cor ou raça branca auferia maiores níveis de rendimento e possui escolaridade mais elevada.

Considerando-se o histórico e perverso processo de desigualdades regionais – traço estrutural da realidade brasileira – seria de esperar que se encontrassem maiores níveis de rendimento e de estudo em alguma das regiões metropolitanas do eixo Sul-Sudeste. Entretanto, as informações da PNAD apontam que, tanto em 1992 quanto em 1999, era na RMS que os trabalhadores de cor ou raça branca possuíam os maiores níveis de renda e de escolaridade¹¹ do Brasil. De fato, em 1999, o rendimento médio alcançava 8,04 salários

¹⁰ A informação sobre raça ou cor levantada pela PNAD é autodeclarada pelo entrevistado, que presta informações sobre os membros do domicílio. Entretanto, as opções de respostas para essa questão são pré-definidas, possibilitando a escolha entre cinco categorias para o entrevistado classificar-se quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

¹¹ Obviamente, há uma forte correlação entre escolaridade e renda.

mínimos na RMS, ao passo em que era de 7,69 SM na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e 6,53 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A mesma tendência é observada em relação aos níveis de escolaridade. Na RMS, a população ocupada branca apresentava uma média de 10,4 anos de estudo, sendo que esta, além de ser a maior média do país, corresponde à única região metropolitana onde a escolaridade média alcançava o patamar de dez anos de estudos completos. As RMs de Belém (9,3 anos de estudo) e Rio de Janeiro (9,1 anos) detinham a segunda e terceira posição, respectivamente, no que tange à escolaridade da população ocupada branca.

Tabela 10

**População Ocupada, Por Cor ou Raça, Com Indicação do Rendimento Médio em Salário Mínimo e dos Anos Médios de Estudo
Bahia e Regiões Metropolitanas, 1992-1999**

Bahia e Regiões Metropolitanas	População Ocupada, Por Cor ou Raça					
	Branca		Preta		Parda	
	Rendimento Médio em Salário Mínimo	Anos Médios de Estudos	Rendimento Médio em Salário Mínimo	Anos Médios de Estudos	Rendimento Médio em Salário Mínimo	Anos Médios de Estudos
1992						
Bahia	3,30	5,3	1,50	2,9	1,80	3,6
Salvador	6,90	9,8	2,10	5,1	2,80	6,5
Recife	4,20	8,4	1,60	4,7	2,20	5,8
Fortaleza	3,60	7,4	1,00	2,6	1,90	5,0
Belém	4,60	8,8	3,10	5,5	2,70	6,9
Belo Horizonte	4,90	8,0	1,90	4,8	2,70	5,6
Rio de Janeiro	5,40	8,4	2,50	5,8	2,70	6,3
São Paulo	5,60	7,8	3,00	5,5	3,00	5,3
Curitiba	4,20	7,4	2,10	5,0	2,60	5,1
Porto Alegre	4,30	7,4	2,50	5,5	2,20	5,1
1999						
Bahia	3,65	5,7	1,71	4,1	2,09	4,4
Salvador	8,04	10,4	2,33	6,6	3,30	7,3
Recife	5,56	8,7	2,48	5,9	2,62	6,6
Fortaleza	4,95	8,2	1,57	4,5	2,67	6,0
Belém	5,85	9,3	4,47	7,5	3,44	7,7
Belo Horizonte	6,25	8,7	2,83	5,9	2,95	6,4
Rio de Janeiro	6,53	9,1	3,27	6,4	3,62	6,9
São Paulo	7,69	9,0	3,81	6,7	3,90	6,5
Curitiba	6,07	8,4	3,54	7,0	3,08	6,0
Porto Alegre	5,88	8,3	2,95	6,7	2,84	6,1
Variação % 1992-1999						
Bahia	10,6	7,5	14,0	41,4	16,1	22,2
Salvador	16,5	6,5	11,0	28,8	17,9	12,2
Recife	32,4	3,5	55,0	26,0	19,1	13,8
Fortaleza	37,5	11,4	57,0	72,7	40,5	20,0
Belém	27,2	5,1	44,2	35,5	27,4	11,7
Belo Horizonte	27,6	8,3	48,9	23,8	9,3	14,1
Rio de Janeiro	20,9	8,1	30,8	10,5	34,1	9,5
São Paulo	37,3	15,3	27,0	22,5	30,0	22,6
Curitiba	44,5	13,6	68,6	39,4	18,5	18,0
Porto Alegre	36,7	11,9	18,0	22,4	29,1	18,6

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

Nota: em 1992, valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

Por outro lado, considerando-se a população ocupada por cor ou raça preta a tendência se reverte. Com efeito, os trabalhadores da RMS de cor ou raça preta apresentavam o segundo menor nível de rendimento (2,33 SM) dentre as principais RMs do país em 1999, à frente apenas da região metropolitana de Fortaleza (1,57 SM). Já no âmbito da escolaridade, a situação era um pouco mais favorável, já que os trabalhadores da RMS de cor ou raça preta possuíam 6,6 anos médios de estudo e situavam-se numa posição intermediária, figurando atrás das RMs de Belém (7,5 anos de estudo), Curitiba (7,0), São Paulo e Porto Alegre (6,7), e à frente de Fortaleza (4,5), Recife e Belo Horizonte (5,9).

As informações referentes aos trabalhadores da RMS de cor ou raça parda apontam para uma situação mais favorável em relação aos de cor preta, mas ainda bastante distante na comparação com os de cor branca. O rendimento médio (3,30 SM) era o quarto maior dentre as nove RMs em análise, ao passo em que a escolaridade (7,3 anos médios de estudo) era a segunda maior, atrás apenas da RM de Belém (7,7 anos).

Se, por um lado, a situação de rendimento e escolaridade dos trabalhadores da RMS de cor ou raça branca se destaca favoravelmente no cenário nacional, de outro, a dos trabalhadores pretos causa grande inquietação. Esse cenário, diametralmente oposto, faz com que a RMS apresente o pior quadro de desigualdade racial dentre as principais regiões metropolitanas do país. A Tabela 11, que apresenta os diferenciais de rendimento médio e de anos médios de estudo entre a população ocupada branca e a preta e parda (elaborados com base nas informações da Tabela 10), ratifica tal afirmação. Na RMS, o rendimento médio da população ocupada branca era três vezes e meio mais elevado do que o da população preta e situava-se como o maior diferencial do Brasil. Tratando-se da escolaridade, o diferencial era de 1,6 entre trabalhadores brancos e pretos (10,4 anos médios de estudo *versus* 6,6) e o segundo maior dentre o das RMs – atrás apenas da RM de Fortaleza, cujo diferencial era de 1,8.

O diferencial de rendimento médio entre os trabalhadores brancos e pardos da RMS (cerca de duas vezes e meia) era também bastante expressivo, ainda que se situando num patamar inferior àquele verificado entre brancos e pretos. Já em relação à escolaridade, o diferencial de 1,4 aparecia como um dos mais elevados, mas era o mesmo prevalecente em diversas outras RMs.

No que concerne à evolução dos rendimentos durante a década de 90, a desigualdade racial novamente se manifesta. Enquanto que entre os trabalhadores brancos da RMS o rendimento médio cresceu 16,5% entre 1992 e 1999, entre os pretos o incremento foi de apenas 11,0% – a menor variação do país. Vale ressaltar que, mesmo nas demais regiões metropolitanas nordestinas, a evolução do rendimento real dos trabalhadores pretos foi sensivelmente mais significativa, sendo de 55,0% em Recife e 57,0% em Fortaleza.

Tabela 11

Diferenciais de Rendimento Médio Real em Salário Mínimo e de Anos Médios de Estudo Entre a População Ocupada Branca e a Preta e Parda Bahia e Regiões Metropolitanas, 1999

Bahia e Regiões Metropolitanas	População Ocupada Por Cor ou Raça			
	Relação Entre Branca e Preta B/P		Relação entre Branca e Parda B/P	
	Rendimento Médio em Salário Mínimo	Anos Médios de Estudos	Rendimento Médio em Salário Mínimo	Anos Médios de Estudos
Bahia	2,13	1,4	1,75	1,3
Salvador	3,45	1,6	2,44	1,4
Recife	2,24	1,5	2,12	1,3
Fortaleza	3,15	1,8	1,85	1,4
Belém	1,31	1,2	1,70	1,2
Belo Horizonte	2,21	1,5	2,12	1,4
Rio de Janeiro	2,00	1,4	1,80	1,3
São Paulo	2,02	1,3	1,97	1,4
Curitiba	1,71	1,2	1,97	1,4
Porto Alegre	1,99	1,2	2,07	1,4

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Uma outra constatação importante é que esse nível de desigualdade racial presente na RMS não se manifesta com a mesma intensidade no conjunto do estado da Bahia. Obviamente, independentemente da cor ou raça, os níveis de rendimento e escolaridade referentes ao total estadual são inferiores àqueles observados na RMS. Entretanto, de acordo com as informações da Tabela 11, os diferenciais inter-raciais, em que pese serem também contundentes, são menores na média estadual. Enquanto nas informações referentes ao conjunto do estado o rendimento médio dos ocupados de cor ou raça branca era 2,13 vezes superior ao rendimento daqueles de cor ou raça preta em 1999, na RMS, conforme mencionado anteriormente, o diferencial era de 3,45 vezes.

O conjunto dessas análises de rendimento e desigualdades raciais elucida mais uma particularidade da RMS em relação ao conjunto do estado, que se manifesta em um quadro de graves desigualdades raciais. Dado que os trabalhadores brancos da RMS possuem o maior nível de rendimento e escolaridade dentre todas aquelas da mesma raça ou cor nas demais regiões metropolitanas do país, poderia aventar-se, supondo-se que as populações da RMS e do estado da Bahia fossem compostas apenas por brancos da RMS, que não somente não existiriam desigualdades regionais (em termos de renda e escolaridade) como seríamos a metrópole e o estado mais ricos e desenvolvidos do país! Por outro lado, caso a população fosse composta somente pelos pretos da RMS, nos enquadraríamos entre os dois territórios (metrópole ou estado) menos desenvolvidos do país!

A gravidade dessa situação assume uma magnitude ainda maior pelo fato de a população de cor ou raça branca ser minoritária tanto na RMS (19,6%) quanto na Bahia (22,1%) em relação à de cor ou raça preta ou parda (79,8% na RMS e 77,5% no conjunto do estado).

As informações concernentes aos Resultados do Universo do Censo 2000 do IBGE também permitem analisar a evolução dos níveis dos rendimentos durante a década de 90 sob um outro importante recorte: os rendimentos das pessoas responsáveis pelos domicílios.

De acordo com os recém-divulgados resultados do Censo Demográfico, os rendimentos das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares (anteriormente reconhecidos como “chefes”) apresentaram ganhos reais em todas as Unidades da Federação entre 1991 e 2000.

No estado da Bahia, o rendimento real médio das pessoas responsáveis pelos domicílios elevou-se em 44,7% ao passar de R\$ 318,00, em 1991, para R\$ 460,00 em 2000. Tal incremento foi superior ao verificado para o conjunto do país (41,9%) e região Sudeste (37,0%), e inferior ao correspondente à média nordestina (48,8%), conforme Tabela 12.

Vale ressaltar que em 1991 o país passava por um processo recessivo, tendo ocorrido processos, até 2000, que, apesar de serem de naturezas distintas — saída da recessão, efeitos advindos da implementação do Plano Real, consequências das crises econômicas internacionais e nova retomada do crescimento — propiciaram a evolução dos rendimentos entre os levantamentos censitários.

Tabela 12

Valor do Rendimento Real Médio Mensal das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Com Rendimento, Responsáveis Pelos Domicílios Brasil, Sudeste, Nordeste e Estados Nordestinos, 1991-2000									
Áreas Seleccionadas	1991*			2000			Variação % 1991/2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	542,00	633,00	215,00	769,00	854,00	328,00	41,9	34,9	52,6
Sudeste	690,00	741,00	262,00	945,00	993,00	428,00	37,0	34,0	63,4
Nordeste	301,00	396,00	143,00	448,00	549,00	186,00	48,8	38,6	30,1
Maranhão	227,00	265,00	201,00	343,00	441,00	187,00	51,1	66,4	-7,0
Piauí	236,00	343,00	108,00	363,00	470,00	160,00	53,8	37,0	48,1
Ceará	289,00	376,00	113,00	448,00	545,00	167,00	55,0	44,9	47,8
Rio G. do Norte	322,00	394,00	144,00	513,00	595,00	233,00	59,3	51,0	61,8
Paraíba	260,00	335,00	114,00	423,00	507,00	181,00	62,7	51,3	58,8
Pernambuco	362,00	445,00	141,00	517,00	597,00	199,00	42,8	34,2	41,1
Alagoas	300,00	394,00	154,00	454,00	552,00	195,00	51,3	40,1	26,6
Sergipe	330,00	413,00	148,00	462,00	564,00	183,00	40,0	36,6	23,6
Bahia	318,00	434,00	137,00	460,00	574,00	190,00	44,7	32,3	38,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

* Valores inflacionados pelo INPC com base em julho de 2000.

Tratando-se da evolução dos rendimentos por situação do domicílio, observa-se que na Bahia, entre 1991 e 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios residentes em área rural cresceu 38,7%, ao

¹² Essa parte do artigo foi predominantemente baseada num trabalho elaborado pelo autor para a publicação da SEI intitulada *Bahia Censo 2000: resultados do universo*. (Ver SEI, 2002).

passo em que entre aquelas residentes em áreas urbanas a variação foi de 32,3%. Apesar disso, em 2000, o valor do rendimento médio rural (R\$ 190,00) correspondia a cerca de um terço daquele correspondente à área urbana (R\$ 574,00).

Em 2000, o rendimento mediano das pessoas responsáveis pelos domicílios ficou em menos da metade (cerca de 45,5%) do rendimento médio no país (R\$ 769,00), significando que metade dos chefes de domicílios brasileiros ganhava até R\$ 350,00 por mês (Tabela 13). Na região Sudeste, o rendimento mediano (R\$ 460,00) correspondia a 48,7% do total (R\$ 945,00). Já na região Nordeste e na Bahia, o rendimento mediano (R\$ 151,00) representava apenas um terço do total, significando que metade dos chefes de domicílios nordestinos e baianos auferia até um salário mínimo mensal em julho de 2000.

Tabela 13

Valor do Rendimento Nominal Mediano Mensal das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Com Rendimento, Responsáveis Pelos Domicílios Brasil, Sudeste, Nordeste e Estados Nordestinos, 2000			
Áreas Selecionadas	2000		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	350,00	400,00	151,00
Sudeste	460,00	500,00	225,00
Nordeste	151,00	200,00	151,00
Maranhão	151,00	151,00	150,00
Piauí	151,00	180,00	150,00
Ceará	151,00	200,00	150,00
Rio G. do Norte	200,00	240,00	151,00
Paraíba	151,00	200,00	151,00
Pernambuco	200,00	240,00	151,00
Alagoas	151,00	200,00	150,00
Sergipe	167,00	222,00	151,00
Bahia	151,00	230,00	151,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Tais diferenças entre os valores do rendimento mediano e do rendimento médio são decorrentes da influência dos valores mais altos no resultado da média que, por sua vez, guardam relação direta com o contundente processo de desigualdade de renda existente no Brasil.

Tal influência dos valores mais elevados no resultado da média também se manifesta na análise dos níveis de rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios em nível municipal. Na Bahia, em 2000, apesar de o rendimento médio situar-se em torno de R\$ 460,00, apenas em 18 municípios (exígua proporção de 4,3% de um total de 415) os chefes de domicílio estavam enquadrados nesse patamar de rendimento (ou acima), conforme as informações da Tabela 14. Por outro lado, em 225 municípios (54,2% do total) o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio era inferior a R\$ 250,00.

Tabela 14

Distribuição dos Municípios Por Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Com Rendimento, Responsáveis Pelos Domicílios Particulares Permanentes Bahia, 2000

Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal (em R\$)	Número de Municípios	%
152,70 a 199,99	69	16,6
200,00 a 249,99	156	37,6
250,00 a 299,99	93	22,4
300,00 a 349,99	39	9,4
350,00 a 455,00	40	9,6
459,97 a 977,50	18	4,3
Total	415	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

A consideração dessa problemática, envolvendo as análises restritas à média estadual, assim como a necessidade de se levar em conta a heterogeneidade de processos existentes nos subespaços do estado, é de suma importância na elaboração de políticas direcionadas para o combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Dentre os municípios do estado que apresentavam, em 2000, os maiores níveis de rendimento das pessoas responsáveis pelos domicílios, destacam-se Lauro de Freitas (R\$ 977,50), Salvador (R\$ 893,89) e Barreiras (R\$ 777,34). No outro extremo, figuram os municípios de Matina (R\$ 152,70), Novo Triunfo (R\$ 155,47) e Mirangaba (R\$ 155,78), como detentores dos menores níveis de rendimento dentre os 415 municípios baianos, conforme Tabela 1 do Anexo.

Cabe ressaltar que mesmo nos municípios cujos patamares de rendimento eram os mais elevados do estado, o rendimento mediano era bastante inferior ao médio, conforme ilustram os casos de Lauro de Freitas (R\$ 300,00 *versus* R\$ 977,50) e Salvador (R\$ 380,00 *versus* R\$ 893,89).

Já no concernente à evolução dos rendimentos nos municípios no período intercensitário, observou-se que em apenas um exíguo contingente de sete municípios¹³ o rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios apresentou redução entre 1991 e 2000.

Por outro lado, um conjunto de 234 municípios (56,4%) apresentou crescimento do rendimento dos chefes de domicílio do patamar para cima daquele correspondente à média estadual, ou seja, superior a 44,7%. Em 15 municípios o rendimento médio dobrou, com destaque para Irajuba (com incremento de 232,3%), Lagoa Real (178,1%) e Ibicoara (125,8%), conforme Tabela 2 do Anexo. Em Salvador, o rendimento variou 26,9% ao passar de R\$ 704,28, em 1991, para 893,89 em 2000.

¹³ Nova Fátima, Urandi, Teolândia, Gavião, Coribe, Malhada de Pedras e São José do Jacuípe.

No âmbito da concentração dos rendimentos, a despeito de ainda persistirem elevados níveis, observou-se uma ligeira melhoria na distribuição dos rendimentos das pessoas responsáveis pelos domicílios durante o período intercensitário. De 1991 para 2000, o índice de Gini nacional passou de 0,6366 para 0,6090, representando uma redução relativa de 4,34%. A mesma tendência foi observada nas regiões Sudeste e Nordeste, cujas reduções foram de 4,36% e 4,67% respectivamente, conforme Tabela 15.

Tabela 15

**Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Com Rendimento, Responsáveis Pelos Domicílios
Brasil, Sudeste, Nordeste e Estados Nordestinos, 1991 e 2000**

Áreas Selecionadas	Índice de Gini		Variação Percentual 1991/2000
	1991	2000	
Brasil	0,6366	0,6090	-4,34
Sudeste	0,6127	0,5860	-4,36
Nordeste	0,6472	0,6170	-4,67
Maranhão	0,6012	0,6080	1,13
Piauí	0,6298	0,6120	-2,83
Ceará	0,6474	0,6280	-3,00
Rio G. do Norte	0,6459	0,6080	-5,87
Paraíba	0,6381	0,5990	-6,13
Pernambuco	0,6597	0,6180	-6,32
Alagoas	0,6316	0,6180	-2,15
Sergipe	0,6321	0,6080	-3,81
Bahia	0,6533	0,6120	-6,32

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

Na Bahia, o índice de Gini sofreu uma redução ainda mais significativa (6,32%) entre 1991 e 2000, ao passar de 0,6533 para 0,6120. Vale ressaltar que ante o conjunto dos estados nordestinos, a Bahia, juntamente com Pernambuco, obteve o maior percentual de desconcentração dos rendimentos das pessoas responsáveis pelos domicílios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a trajetória já observada para o conjunto do país, a evolução dos rendimentos na Bahia durante a década de 90 esteve bastante condicionada aos movimentos da economia internacional e nacional, assim como às transformações estruturais ocorridas na economia brasileira ao longo desse período. Diante desse contexto, observou-se uma significativa evolução real dos rendimentos entre 1993 e 1995 – decorrente dos efeitos da implementação do Plano Real em 1994 – e uma tendência de esgotamento dos efeitos do Plano Real a partir de 1996. Entre 1997 e 1999, em que pese o favorável desempenho da economia baiana, os rendimentos passaram a entrar numa trajetória de declínio em função das crises internacionais, do desaquecimento da economia nacional e do aumento do desemprego e da desvalorização cambial em 1999.

Uma importante constatação desse trabalho guarda relação com as tendências contrárias verificadas entre o conjunto do estado e a RMS no que concerne

aos processos distributivos de renda. Nos diversos recortes de análise, constatou-se que o estado apresentou uma ligeira melhoria da desigualdade de renda – marcado sobretudo por uma maior participação dos mais pobres na renda *vis à vis* uma ligeira redução da participação dos mais ricos.

Por outro lado, na RMS, a contração dos rendimentos – que já era elevada – foi ainda mais acirrada em decorrência da reduzida expansão da renda dos mais pobres em detrimento de um crescimento mais do que proporcional da renda dos mais abastados. Esse processo leva a crer que, provavelmente, a melhoria na distribuição de renda do interior do estado tenha sido até mais expressiva, uma vez que as tendências da RMS influenciam de forma significativa as médias estaduais.

Considerando-se que a RMS responde pela metade do PIB estadual, as análises sobre a evolução e distribuição dos rendimentos no estado não podem prescindir do recorte analítico da RMS. Ademais, as ações de políticas voltadas para a geração de emprego e renda no estado devem levar em conta esse mais elevado perfil concentrador da metrópole estadual.

Ainda no âmbito da RMS, também ficou constatado um agudo quadro de desigualdades raciais, cuja magnitude não encontra precedentes em âmbito nacional. Nesse sentido, as pesquisas voltadas para o planejamento e ações de políticas públicas não podem prescindir do recorte racial.

A despeito de o estado da Bahia ter apresentando, de um modo geral, uma ligeira melhoria na distribuição da renda e de os rendimentos reais terem evoluído ao longo da década, as médias estaduais (principalmente no âmbito dos rendimentos do trabalho) ainda continuam refletindo um descompasso entre o dinamismo da economia baiana e seus respectivos impactos sociais, principalmente sobre os níveis de rendimento da maioria da população.

Desse modo, é necessário primar por um projeto de desenvolvimento econômico voltado para uma maior ênfase no atendimento das demandas sociais com vistas à redução das desigualdades, ou seja, um projeto que possa efetivamente atuar sobre a histórica dívida social que vem marcando a sociedade baiana. Partindo-se desse posicionamento, as estratégias de desenvolvimento devem ser capazes de, concomitantemente ao crescimento da economia, ampliar os direitos de cidadania e qualidade de vida da população, buscando a promoção da equidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA REIS, José Guilherme; BARROS, Ricardo Paes de. Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORGES, Ângela. Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p.292-320.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo. (Org.). *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUIMARÃES DAMASCENO, Luanara Rocha. *O dinamismo da economia baiana durante a década de 90: crescimento e desigualdade social*. Salvador: FCE/UFBA, 2001. Monografia de graduação. (mimeo).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Participação feminina no mercado de trabalho: expansão e iniquidade. *Bahia Análise & Dados: população, meio ambiente e desenvolvimento*. Salvador, v. 7, n. 4, p.154-176, mar. 2001 (a).

_____. Trabalho, rendimento e desigualdades regionais. *Cadernos CEAS*. n. 191, Salvador, jan./fev. 2001 (b).

HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição da renda no Brasil no período 1993/1999. Campinas: Unicamp/IE, 2001a. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/atividadesdespesquisa>>. Acesso em: 15 maio 2002b.

_____. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muito com poucos. In: DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel. (Orgs.). *Economia social no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001b.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 2001.

INSTITUTO DA CIDADANIA (SP). *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de combate à fome no Brasil*. São Paulo: IC, 2001. Versão para discussão.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Renda e pobreza na Grande São Paulo nos anos 90. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 12, n. 2, p.14-43, 2000.

ROCHA, Sônia. *A investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestão à pesquisa nos anos 2000*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 899).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *BAHIA Censo 2000: resultados do universo*. Salvador: SEI, 2002. CD-rom.

VALENZUELA, Maria. Equidad de género y trabajo de la mujer en América Latina. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA INTEGRACIÓN DE LA MUJER EN EL DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL DE AMÉRICA LATINA Y CARIBE, 7., Santiago de Chile, [Anais...]. Santiago de Chile: OIT/ETM, 1997.

Tabela 1

**Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal, Valor do Rendimento Nominal Mediano Mensal das Pessoas Com Rendimento, Responsáveis Pelos Domicílios Particulares Permanentes
Bahia, Municípios Selecionados, 2000**

Municípios	Valor do Rendimento (R\$)		Ranking Rendimento Nominal Médio Mensal
	Rendimento Nominal Médio Mensal	Rendimento Nominal Mediano Mensal	
Os 15 Municípios Com Maior Nível de Rendimento			
Lauro de Freitas	977,50	300,00	1
Salvador	893,89	380,00	2
Barreiras	777,34	300,00	3
Itabuna	589,30	250,00	4
Mucuri	565,73	200,00	5
Feira de Santana	561,86	280,00	6
Porto Seguro	556,21	300,00	7
Eunápolis	555,67	240,00	8
Teixeira de Freitas	544,08	250,00	9
Paulo Afonso	539,11	250,00	10
Vitória da Conquista	533,13	200,00	11
Alagoinhas	520,37	250,00	12
Madre de Deus	517,29	300,00	13
Dias d'Ávila	495,69	300,00	14
Ilhéus	486,62	196,00	15
Os 15 Municípios Com Menor Nível de Rendimento			
Caraíbas	172,54	150,0	401
Ipecaetá	172,25	151,0	402
Sátiro Dias	172,18	150,0	403
Mulungu do Morro	171,41	150,0	404
Umburanas	171,30	120,0	405
Lajedinho	169,67	151,0	406
Rafael Jambeiro	167,29	150,0	407
Lafayette Coutinho	166,18	151,0	408
Maetinga	160,47	151,0	409
Itapicuru	157,85	120,0	410
Bom Jesus da Serra	157,59	150,0	411
Monte Santo	157,57	150,0	412
Mirangaba	155,78	150,0	413
Novo Triunfo	155,47	130,0	414
Matina	152,70	150,0	415

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Tabela 2

**Variação do Rendimento Médio Real das Pessoas Responsáveis
Pelos Domicílios
Municípios Seleccionados, 2000**

Municípios	Valor do Rendimento Médio (R\$)		Variação (%) 1991/2000
	1991*	2000	
Os Dez Municípios Com Maior Incremento do Rendimento Médio			
Irajuba	108,74	361,29	232,3
Lagoa Real	69,95	194,51	178,1
Ibicoara	146,60	330,94	125,8
Tanque Novo	104,68	235,49	125,0
Ubaíra	136,80	304,77	122,8
Jucuruçu	153,99	334,79	117,4
Pilão Arcado	108,57	230,79	112,6
Paramirim	152,68	323,48	111,9
Santa Rita de Cássia	143,65	303,92	111,6
Pindaí	117,95	242,32	105,4
Os Dez Municípios Com Menor Incremento do Rendimento Médio			
Aratuípe	199,85	208,08	4,1
Biritinga	179,61	186,85	4,0
Mirante	173,14	176,07	1,7
São José do Jacuípe	178,93	172,77	-3,4
Malhada de Pedras	242,77	229,41	-5,5
Coribe	252,00	222,69	-11,6
Gavião	222,77	191,72	-13,9
Teolândia	234,32	193,04	-17,6
Urandi	364,40	264,24	-27,5
Nova Fátima	364,79	258,37	-29,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000.

* Valores inflacionados pelo INPC com base em julho de 2000.

UM QUADRO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA NOS ANOS 1990

MARCELO SANTANA*

Entre o início e o final da década de 90 do Século XX, o quadro educacional baiano apresentou uma clara evolução no que diz respeito a vários e importantes aspectos. Com efeito, a escolaridade média da população elevou-se, o analfabetismo decresceu, as matrículas apresentaram aumento expressivo em todos os níveis de ensino e, sobretudo, o atendimento escolar à população de 7 a 14 anos de idade aproximou-se da universalização.

Problemas graves, no entanto, ainda persistem. Não só persistem, como também não apresentaram tendência significativamente declinante ao longo do período considerado. Assim, uma ampla parcela do corpo docente – principalmente do Ensino Fundamental, mas também dos outros níveis de ensino – permaneceu defasada em relação ao que está prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996; as taxas de repetência, abandono e evasão mantiveram-se elevadas, mesmo considerando-se que esses indicadores apresentaram alguma melhora no período, e a distorção idade/série permaneceu significativamente alta.

Trata-se, portanto, de um quadro complexo, que combina nítidos elementos de avanço com outros que relativizam essas conquistas. Neste texto, procuraremos analisar os principais indicadores educacionais do estado da Bahia, tomando por base o amplo conjunto de dados disponibilizados pelo INEP/MEC, mais aqueles que nos são fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – IBGE. Os primeiros, por constituírem base indispensável para uma avaliação do desempenho do nosso sistema de ensino, em todos os seus níveis ou dependências administrativas; os segundos, por possibilitarem uma aferição, de caráter abrangente, da evolução das condições gerais da educação em nosso estado.

ENSINO BÁSICO

Evolução da matrícula

O nível básico de ensino abrange a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) e o Ensino Médio (1ª à 3ª série). Assim, uma pessoa para completar a educação básica despenderá, no mínimo, 14 anos de sua vida, desconsiderando-se aí uma possível passagem por uma creche (o que, segundo a LDB, fica restrito ao atendimento de crianças até três anos de idade). Em termos ideais, portanto, todas essas etapas deveriam

* Economista e técnico da SEI.

ser percorridas pelo indivíduo entre os 4 e os 17 anos de idade, assim divididos: 4 a 6 anos de idade, Pré-Escola; 7 a 14, Ensino Fundamental; 15 a 17, Ensino Médio. Desses níveis de ensino, apenas o fundamental é considerado, em lei, como obrigatório, cabendo ao Poder Público oferecê-lo gratuitamente a todos que queiram frequentá-lo, ficando ainda estabelecida a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio” (LDB, 1996, Art. 4º).

Na Bahia, como foi dito inicialmente, os níveis de cobertura da educação básica vêm se ampliando ao longo das últimas décadas, sobretudo no que diz respeito ao Ensino Fundamental, mas, também, no Ensino Médio (que registrou uma expansão significativa na década de 90, bem acima daquela que se verificou no Fundamental). A Educação Infantil, por sua vez, foi o único nível de ensino a sofrer retração no número de alunos na década passada, fenômeno que pode estar associado à incorporação quase total das classes de alfabetização¹ – que compunham a pré-escola até 1997 – ao Fundamental, o que contribuiu, evidentemente, para uma elevação igualmente expressiva, em 1998, do número de alunos nesse nível de ensino.

As Tabelas 1 e 2 ilustram bem o movimento das matrículas ao longo da década de 90. A Pré-Escola, pelo motivo apontado acima, teve um decréscimo de aproximadamente 73 mil alunos entre 1996 e 2000, o que representou uma variação negativa de 21,3% no período ou uma taxa de crescimento médio anual de -4,7%. O Fundamental, por sua vez, apresentou – durante todo o transcorrer da década passada – um aumento continuado no número de alunos matriculados. Entre 1991 e 2000, mais de 1.470 mil alunos foram incorporados às suas redes de ensino, o que representou um crescimento de 65,9%

Tabela 1

**Matrícula Inicial no Ensino Básico, Por Nível de Ensino
Bahia, 1991-2000**

Ano	Pré-Escola	Fundamental	Médio
1991	...	2.238.193	212.746
1992	...	...	...
1993	...	2.466.053	230.274
1994	...	2.792.095	279.219
1995	...	2.877.072	298.770
1996	345.306	2.887.940	319.045
1997	337.513	3.076.801	370.256
1998	251.221	3.553.446	429.294
1999	260.122	3.702.727	504.554
2000	271.607	3.712.673	586.812

Fonte: MEC/INEP

¹ Segundo estudo do INEP, a transferência de jovens e adultos para o Ensino Fundamental foi bastante expressiva na Bahia, onde foi registrado, entre 1997 e 1998, um declínio de mais de 90% de alunos nas classes de alfabetização, o que teria implicado a incorporação de aproximadamente 153 mil matrículas ao Fundamental. Ainda de acordo com esse estudo, a implantação do FUNDEF, em 1998, teria influenciado decisivamente esse deslocamento, ao vincular a distribuição dos seus recursos para estados e municípios ao número de alunos matriculados no nível fundamental de ensino. Há que se registrar, também, que mesmo na Pré-Escola propriamente dita houve um certo enxugamento, haja vista o abrupto declínio no número de alunos matriculados, entre os anos de 1997 e 1998 (de 337 mil para 251 mil, respectivamente).

no período e um crescimento médio anual de 5,2%. No que se refere ao Ensino Médio, o crescimento foi ainda mais expressivo: o número de matrículas quase triplicou entre 1991 e 2000, tendo havido um acréscimo de mais de 370 mil alunos nesse período, o que significou um aumento de 175,8% entre o início e o final da década e um crescimento médio anual de 10,7%.

Tabela 2

Evolução da Educação Básica Bahia, 1991-2000	
Nível de Ensino/Crescimento	(%)
Pré-Escola	
Crescimento 1996-2000	-21,3
Taxa de cresc. médio anual 1996-2000	-4,7
Ensino Fundamental	
Crescimento 1991-2000	65,9
Taxa de cresc. médio anual 1991-2000	5,2
Ensino Médio	
Crescimento 1991-2000	175,8
Taxa de cresc. médio anual 1991-2000	10,7

Fonte: MEC/INEP

Nesse mesmo espaço de tempo, a Bahia teve a sua população aumentada em 10,1% (cerca de 1.200 mil habitantes a mais). Esse modesto crescimento demográfico – em face das médias históricas do estado – decorreu, basicamente, das baixas taxas de fecundidade que passaram a vigorar em meados da década de 80, com a taxa média de crescimento anual da população caindo de 2,1%, no período 1980-1991, para 1,1%, no período 1991-2000. Para os propósitos deste trabalho, importa sublinhar que tal retração no ritmo de crescimento populacional incidiu preponderantemente sobre os grupos de idade que integram a base da pirâmide etária do estado, ou seja, sobre os grupos constituídos por pessoas com idades entre 0 e 14 anos. Afeitou, assim, a parcela da população que vem a ser a parcela majoritária da demanda potencial do Ensino Básico.

Tabela 3

População e Taxas de Crescimento Demográfico, Segundo Grupos Seleccionados de Idade Bahia, 1991-2000				
Grupos Etários	População		Crescimento no Período	Crescimento Médio Anual (%)
	1991	2000		
Total	11.867.991	13.070.250	10,1	1,08
4 a 6 anos	969.129	825.946	-14,8	-1,76
7 a 14 anos	2.609.014	2.304.032	-11,7	-1,37
15 a 17 anos	846.962	956.100	12,9	1,36

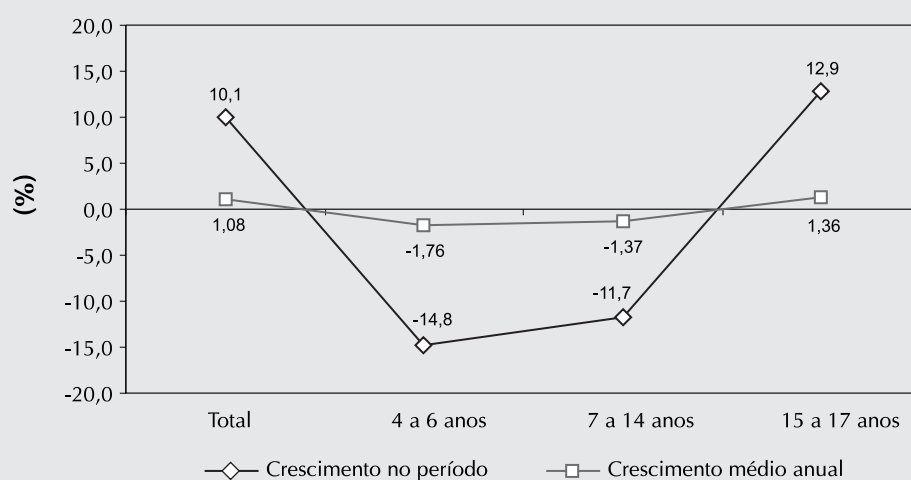
Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Como pode ser visto na Tabela 3, os grupos etários constituídos por crianças de 4 a 6 anos (Pré-Escola) e de 7 a 14 anos (Ensino Fundamental) viram-se reduzidos em mais de 440 mil pessoas entre 1991 e 2000, o que significou um decréscimo relativo de 12,5%. Já o grupo etário constituído por adolescentes de 15 a 17 anos de idade (Ensino Médio) – justamente aquele que

ainda não tinha sido afetado de maneira significativa pela referida queda da fecundidade – apresentou crescimento positivo no período considerado, com cerca de 110 mil pessoas a mais no mesmo período (12,8%). No entanto, e por razões óbvias, também esse grupo etário decrescerá – absoluta e relativamente – ao final da década que se inicia.

Gráfico 1

**Crescimento da População Segundo Grupos Etários Seleccionados
Bahia, 1991-2000**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Portanto, o aumento do número de alunos matriculados no Ensino Básico ocorreu sob um cenário demográfico que, diferentemente de épocas passadas, não se apresentou como um importante fator de pressão sobre o sistema de ensino do estado. Grande parte dessa expansão das matrículas deve ser creditada, assim, ao afluxo de pessoas em idade escolar que, por diversas razões², passaram a demandar efetivamente as diversas redes de ensino do estado na década de 90.

Essa melhora dos níveis de cobertura no Ensino Básico ganha um contorno mais nítido quando se observa a evolução de alguns indicadores que, sob ângulos diversos, procuram medir com mais precisão o atendimento escolar no estado. No Ensino Fundamental, a taxa de escolarização bruta, por exemplo, aumentou 75,1 pontos percentuais em dez anos, passando de 84,7%, em 1991, para 159,8% em 2000 (Tabela 4). O que isso quer dizer? Que a Bahia saiu de uma situação na qual o total de alunos matriculados no nível fundamental de ensino era inferior ao número de pessoas com idades entre 7 e 14 anos, para uma outra, na qual o número de alunos superava em quase 60% a citada faixa etária. Tal crescimento revela não só uma saudável afluência de pessoas, das mais variadas idades, à escola, como também a existência de uma oferta de vagas, no Fundamental, bastante superior àquela que, em tese, deveria ter. No entanto, a expressividade do crescimento não

² Entre as quais, pode-se fazer referência ao aumento do número de vagas nas redes de ensino (resultante, principalmente, da melhora do fluxo escolar) e à eficácia de programas que têm incentivado a matrícula de crianças de 7 a 14 anos no Ensino Fundamental.

deve obscurecer o fato de que, se havia no ano 2000 tão alto percentual de alunos matriculados no Fundamental, isso se devia à permanência nesse nível de ensino de uma elevada proporção de pessoas com idade superior à recomendada, ou seja, acima de 14 anos, tratando-se, portanto, de uma distorção concernente ao nível de ensino em seu conjunto³ e não a séries específicas (o que será abordado adiante).

Tabela 4

**Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Pré-Escola, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio
Bahia, 1991-2000**

Nível de Ensino	Bruta ⁽¹⁾		Líquida ⁽²⁾	
	1991	2000	1991	2000
Pré-Escola	79,8	32,9	29,5	–
Fundamental	84,7	159,8	62,9	93,6
Médio	19,2	62,3	8,3	15,5

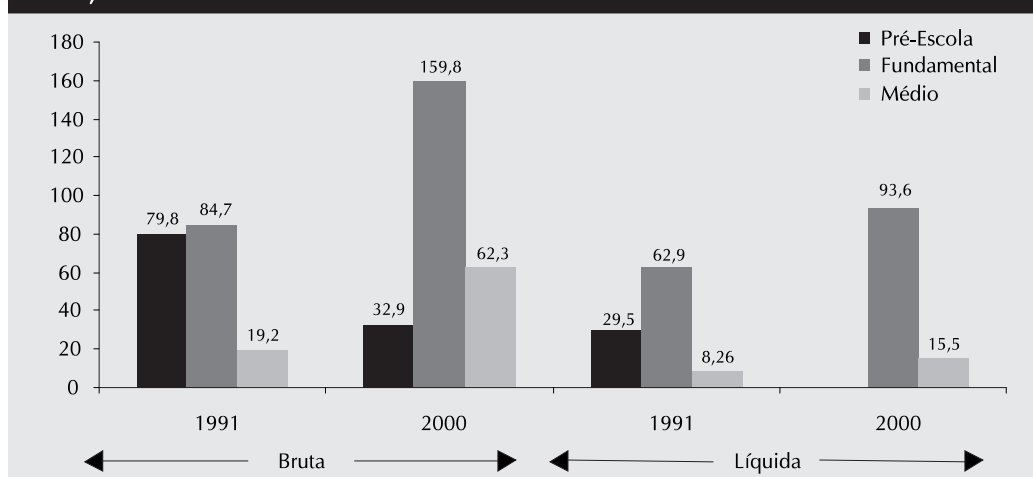
Fonte: MEC/INEP

(1) A taxa de escolarização bruta mostra a relação entre o total de alunos matriculados num determinado nível de ensino, independentemente da idade desses alunos, e o total da população com idade correspondente ao nível de ensino.

(2) A taxa de escolarização líquida indica o percentual de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade adequada a esse nível de ensino, em relação ao total da população da faixa etária correspondente.

Gráfico 2

**Taxas de Escolarização Bruta e Líquida por Nível de Ensino
Bahia, 1991-2000**



De todo modo, se há um aspecto negativo no fato de o Ensino Fundamental do estado abrigar, no ano 2000, apenas 58,0% de pessoas com idades entre 7 e 14 anos, não se deve esquecer que a taxa de escolarização líquida era de 93,6% (tendo aumentado, em relação a 1991, 30,7 pontos percentuais). Em termos absolutos isso implica dizer que, do total da população de 7 a 14 anos, apenas 147 mil pessoas (ou 6,7%), aproximadamente, permaneciam fora do Ensino Fundamental no ano 2000 (o que não quer dizer que todo esse contingente não estivesse estudando, pois, como se sabe, existem pessoas dessa faixa etária freqüentando a Pré-Escola numa proporção estatisticamente relevante).

³ Cotejando-se as taxas de escolarização bruta e líquida pode-se inferir que havia, no ano 2000, mais de 1,5 milhão de alunos, com mais de 14 anos de idade, matriculados no Ensino Fundamental do estado.

Outra é a situação do Ensino Médio. Aí, os avanços obtidos nos níveis de cobertura não se mostraram suficientes para colocar os déficits existentes em patamares minimamente aceitáveis. É verdade que, como foi visto anteriormente, a matrícula total nesse nível de ensino cresceu 175,8% entre 1991 e 2000 e que isso implicou um aumento da taxa de escolarização bruta de 19,2% para 62,3%. No entanto, mesmo levando-se em consideração essa evolução, deve-se chamar a atenção para o fato de que a taxa de escolarização bruta do ano 2000 não atinge sequer dois terços da população de 15 a 17 anos. E isso, para um indicador que abarca o total de estudantes do nível médio de ensino, não levando em conta, portanto, a idade dessas pessoas. Quando esse aspecto passa a ser considerado o quadro mostra-se ainda mais grave: a taxa de escolarização líquida, que era de apenas 8,3% em 1991, quase dobra ao final da década, mas, mesmo assim, mantém-se muito baixa, revelando que não mais que 15,5% dos estudantes do Ensino Médio baiano tinham idades compatíveis com esse nível de ensino. Ou seja, dos 586 mil alunos matriculados, apenas 91 mil tinham entre 15 e 17 anos de idade no ano 2000.

Na Pré-Escola, pelo motivo mencionado anteriormente, houve queda acentuada no número de alunos matriculados, o que implicou, evidentemente, a redução dos principais indicadores de cobertura desse nível de ensino. Os dados disponíveis, entretanto, não possibilitam o cálculo da taxa de escolaridade líquida no ano 2000, o que certamente dificulta uma análise mais precisa da real evolução do ensino pré-escolar na década de 90. Pode-se contar, assim, apenas com a taxa de escolarização bruta de 1991 e 2000 e a taxa de escolarização líquida de 1991. Todavia, se se admite que o principal motivo da diminuição das matrículas foi a absorção, pelo Ensino Fundamental, das pessoas com idade acima dos 6 anos, pode-se supor, com alguma segurança, que a Pré-Escola baiana passou a ser freqüentada, predominantemente, por alunos com idade adequada (4 a 6 anos). Sendo verdadeiro esse raciocínio, as duas taxas de escolarização, ao final da década – diferentemente do que ocorre no Ensino Fundamental e no Médio – tenderiam a apresentar valores bastante próximos.

Isto posto, pode-se observar que a taxa de escolarização bruta da Pré-Escola se reduziu bastante entre 1991 e 2000, caindo de 79,8% para 32,9%. A taxa de escolarização líquida, por sua vez, era, em 1991, de 29,5%. Chama a atenção, em primeiro lugar, a enorme discrepância que havia, em 1991, entre a taxa de escolarização bruta e a líquida, o que revelava, a um só tempo, não só a existência de uma elevada distorção idade/nível de ensino, como também o quão pequena era a matrícula de crianças com idade adequada. No ano 2000, a dita distorção recuou bastante, podendo-se mesmo admitir que ela passou a ser inexpressiva; manteve-se escassa, porém, a presença de crianças de 4 a 6 anos de idade na Pré-Escola do estado, mesmo aceitando-se a hipótese de que a totalidade das pessoas que a freqüentavam (o que, certamente, não acontece) possuía idade correspondente a esse nível de ensino.

Resta analisar a taxa de atendimento às pessoas com idades correspondentes a esses níveis de ensino. Neste caso, porém, o que estará em foco será a presença (ou a ausência) dessas pessoas nas diversas redes de ensino do estado, independentemente do fato de haver adequação de idade ao nível de ensino freqüentado.

Para o grupo etário de 7 a 14 anos o atendimento escolar cresceu sob um ritmo tão forte que, em dez anos, entre 1991 e 2000, a proporção de pessoas dessa faixa etária passou de 81,0% para 96,1% (Tabela 5). Isso quer dizer que, nesses dez anos, saiu-se de uma situação em que quase 20% das crianças baianas de 7 a 14 anos estavam fora da escola (independentemente do grau freqüentado) para uma outra, na qual esse percentual caiu para menos de 4,0%. Trata-se, evidentemente, de uma proporção nada desprezível, já que envolve um número aproximado de 89 mil crianças e, sobretudo, crianças que estariam legalmente obrigadas a freqüentar escola. Se se considera, todavia, que em 1980 a taxa de atendimento no estado era de 66,2%, ou seja, que cerca de um terço das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam fora da escola, pode-se perceber que esse problema está próximo de ser plenamente resolvido no estado. Ademais, deve-se chamar a atenção para um outro aspecto importante: entre 1991 e 2000 houve uma clara aproximação entre a taxa de escolarização líquida e a de atendimento (em 1991 elas eram, respectivamente, de 62,9% e de 81,0% e no ano 2000 de 93,6% e de 96,1%), demonstração óbvia de que o Fundamental é, cada vez mais, o nível de ensino freqüentado pelas pessoas que ali deveriam estar.

Tabela 5

Taxas de Atendimento Bahia, 1991-2000		
Grupos de Idade	Taxa de Atendimento (%)	
	1991	2000
4 a 6 anos	33,0	—
7 a 14 anos	81,0	96,1
15 a 17 anos	56,9	87,5

Fonte: MEC/INEP

Para o grupo etário de 15 a 17 anos o atendimento escolar também evoluiu de maneira significativa (de 56,9% em 1991 para 87,5% em 2000). Só que, neste caso, tal evolução não conseguiu diminuir de maneira importante graves distorções, sobretudo aquelas atinentes à maciça presença de jovens cursando séries ou graus de ensino defasados, algo que já pôde ser vislumbrado quando se constatou a existência de altíssima taxa de escolarização bruta no Fundamental. Assim, se fica claro que a grande maioria das pessoas da faixa etária considerada passou a freqüentar escola no ano 2000, fica evidente, também, que dos aproximadamente 586 mil alunos matriculados no Ensino Médio, nesse ano, apenas cerca de 91 mil possuíam idades compatíveis com esse nível de ensino. O restante continuava a inchar, de maneira desmedida, o Fundamental.

Finalmente, para o grupo composto por crianças de 4 a 6 anos de idade, a taxa de atendimento era de 33,0% em 1991. Admitindo-se que, no ano 2000, essa taxa tenha apresentado pequena alteração – em razão do que foi comentado anteriormente – pode-se inferir que algo em torno de 260 mil crianças de 4 a 6 anos de idade estavam freqüentando escola naquele ano, ficando de fora, portanto, cerca de 560 mil. Número decerto bastante elevado, sobretudo quando se sabe da importância decisiva desse nível de ensino para a formação ulterior do indivíduo⁴.

Distribuição das matrículas entre as diversas redes de ensino

No que se refere à Pré-Escola (Tabela 6), houve uma retirada quase total da rede estadual desse nível de ensino. Suas escolas abrigavam, em 1996, 26,9% do total das matrículas do estado (algo em torno de 93 mil alunos), proporção que, no ano 2000, vê-se reduzida a ínfimos 1,6% (ou cerca de 5 mil alunos). A rede municipal, por sua vez, amplia sua participação de 54,1% para 72,5%; tal ampliação, no entanto, ocorreu sob um quadro de diminuição geral das matrículas na Pré-Escola, o que trouxe como resultado um crescimento absoluto bastante pequeno (de apenas 10 mil novos alunos, em cinco anos). Algo parecido aconteceu com as matrículas da rede particular, que apresentaram um crescimento relativo expressivo (de 19,0% em 1996 para 25,6% em 2000), mas que, em termos absolutos, significou um acréscimo de menos de 4 mil novos alunos. Vale salientar, todavia, que a Pré-Escola foi o único nível do Ensino Básico a apresentar aumento de participação da rede particular nas matrículas totais (mesmo levando-se em conta a queda havida entre 1999 e 2000), fato que, certamente, aponta para uma insuficiente oferta de vagas por parte da rede pública.

Tabela 6

**Proporção de Alunos Matriculados na Pré-Escola,
Por Dependência Administrativa⁵
Bahia, 1996-2000**

	1996	1997	1998	1999	2000
Total	345.306	337.513	251.221	260.122	271.607
Federal	0,04	0,06	0,01	0,01	0,02
Estadual	26,89	26,08	4,48	2,54	1,95
Municipal	54,09	53,54	67,95	69,12	72,47
Particular	18,98	20,32	27,57	28,33	25,56

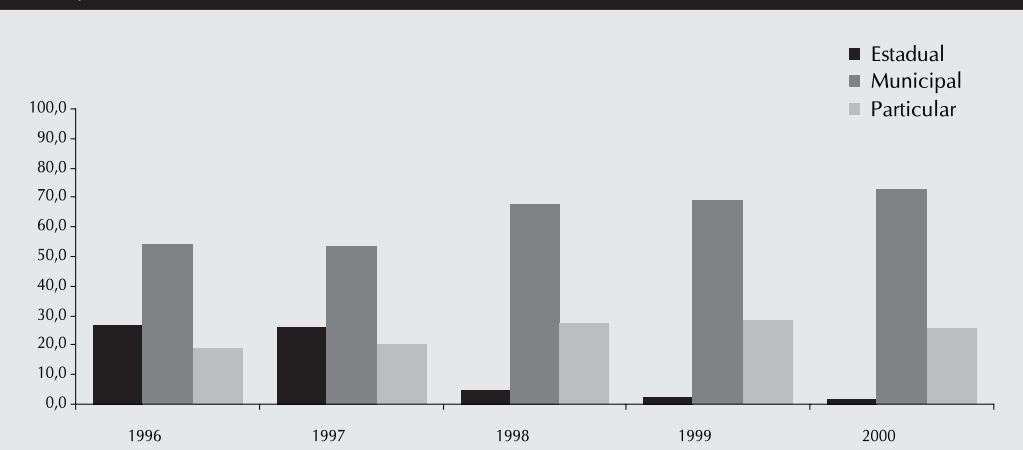
Fonte: MEC/INEP

⁴ A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, assinala em seu Art. 29 que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

⁵ Ao longo deste texto as escolas da rede federal de ensino não serão incorporadas aos comentários, dada a sua pequena presença nos três níveis do Ensino Básico baiano.

Gráfico 3

Proporção de Alunos Matriculados na Pré-Escola, Por Dependência Administrativa Bahia, 1996-2000



Fonte: MEC/INEP

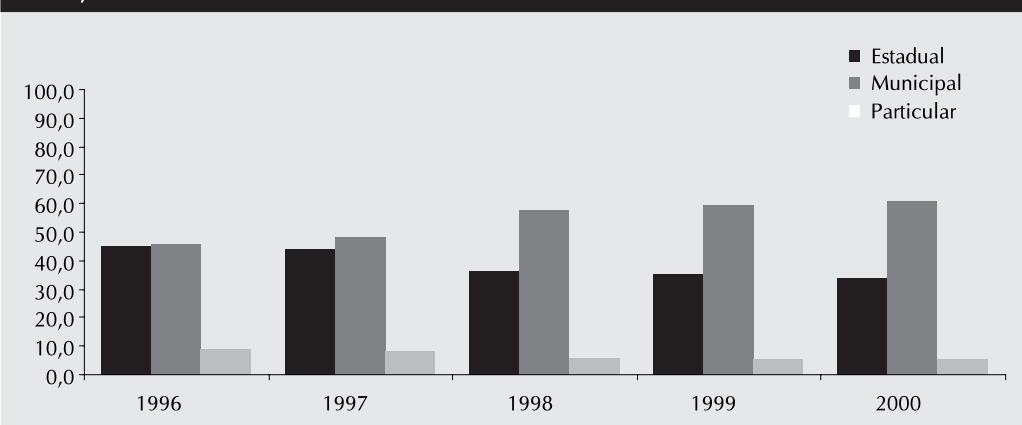
No Ensino Fundamental (Tabela 7) houve um indiscutível avanço da municipalização, algo que, de resto, vem ocorrendo no país como um todo. Enquanto as matrículas totais cresceram 28,6% entre 1996 e 2000, as matrículas da rede municipal aumentaram 71,4%. Com isso, as escolas municipais tornaram-se, sozinhas, responsáveis pela absorção de todo o crescimento havido nesses cinco anos, já que as demais redes apresentaram crescimento negativo (a federal, quase inexistente, diminuiu 58,4%; a estadual, 3,4%; e a particular, 27,5%). Acrescente-se ainda que esse redirecionamento das matrículas fez com que a rede pública municipal passasse a responder, no ano 2000, por quase dois terços (60,9%) de todo o atendimento escolar no Fundamental (em 1996 esse percentual era de 45,6%, quase igual ao da rede estadual, que era de 45,3%) ou por 64,1% do atendimento gratuito do estado. A rede privada, por seu lado, teve reduzida a sua participação, caindo de 9,0% para 5,1%, respectivamente. Assim, dos 3.700 mil alunos matriculados no Ensino Fundamental da Bahia, no ano 2000, 2.259 mil estudavam na rede pública municipal, 1.264 mil na estadual e não mais que 187 mil pertenciam à rede particular. Trata-se, portanto, de um atendimento prestado fundamentalmente pela esfera governamental e, muito pouco, por estabelecimentos privados.

Tabela 7

Matrícula Inicial no Ensino Fundamental – Participação Percentual das Redes de Ensino, Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1996-2000

Dependência Administrativa	1996	1997	1998	1999	2000
Total	2.887.940	3.076.801	3.553.446	3.702.727	3.712.673
Federal	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	45,30	43,80	36,10	34,90	34,10
Municipal	45,60	48,00	57,80	59,70	60,90
Particular	9,00	8,20	6,10	5,40	5,10

Fonte: MEC/INEP

Gráfico 4**Proporção de Matrículas no Ensino Fundamental, Por Dependência Administrativa Bahia, 1996-2000**

Fonte: MEC/INEP

Quanto ao Ensino Médio, pode-se observar na Tabela 8 que, também nesse nível de ensino, houve um movimento semelhante no que se refere ao encolhimento da participação da rede particular, não se verificando, contudo, um redirecionamento das matrículas no interior da rede pública. Ocorreu, ao contrário, uma concentração maior das matrículas na rede estadual, a qual viu crescer sua participação em 11,7 pontos percentuais entre 1996 e 2000 (de 65,8% para 77,5%), o que significou um crescimento da matrícula superior a 100%. A rede municipal, por sua vez, diminuiu a sua participação, caindo 2,5 pontos percentuais (de 14,9% para 12,4%), embora ainda tenha apresentado crescimento positivo no mesmo período (de 53,2%). Dessa forma, dos 586 mil alunos matriculados no Ensino Médio do estado no ano 2000, 454 mil estavam na rede estadual, 73 mil na municipal e 52 mil na particular.

Tabela 8**Matrícula Inicial no Ensino Médio Por Dependência Administrativa Bahia, 1996-2000**

Dependência Administrativa	1996	1997	1998	1999	2000
Total	319.045	370.256	429.294	504.554	586.812
Federal	1,20	1,60	1,20	1,10	1,10
Estadual	65,80	66,80	71,40	75,10	77,50
Municipal	14,90	15,40	14,90	13,00	12,40
Particular	18,10	16,20	12,50	10,80	9,00

Fonte: MEC/INEP

Indicadores de Transição

A análise da evolução dos indicadores de transição do sistema de ensino baiano, seja no Ensino Fundamental, seja no Médio, evidencia algumas melhoras significativas, embora também deixe claro que ainda persistem fortes distorções de fluxo.

Tabela 9

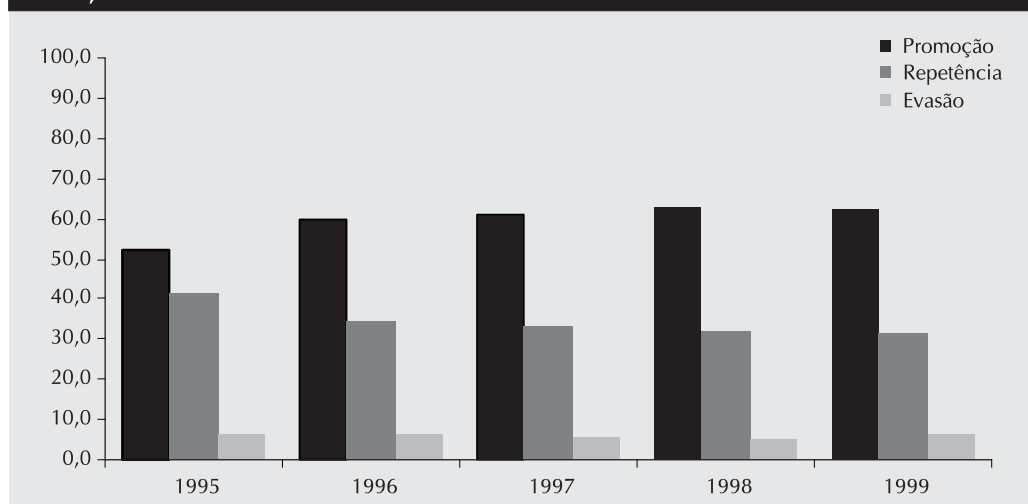
Taxas de Promoção, Repetência e Evasão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio Bahia, 1995-2000

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Promoção	Repetência	Evasão	Promoção	Repetência	Evasão
1995	52,3	41,4	6,3	62,4	27,7	9,8
1996	59,6	34,4	6,0	71,0	21,0	8,0
1997	61,3	33,2	5,5	71,6	22,9	5,5
1998	62,9	32,1	5,0	75,0	18,6	6,4
1999	62,3	31,6	6,1	71,8	21,3	6,9

Fonte: SEC, MEC/INEP

No que diz respeito à taxa de promoção, o avanço foi significativo: em 1995, do total de alunos matriculados no Ensino Fundamental, 52,3% foram promovidos; 41,4% ficaram na condição de repetentes; e 6,3% não voltaram a se matricular; em 1999, os promovidos representaram 62,3% do total (aumento de 10 pontos percentuais); os repetentes, 31,6% (diminuição de 9,8 pontos percentuais) e os evadidos, 6,1% (diminuição de 0,2 pontos percentuais). No Ensino Médio houve avanço semelhante, embora partindo de patamares de eficiência superiores⁶ (no que concerne às taxas de promoção e de repetência, mas não à de evasão). Assim, do total de alunos matriculados em 1995, 62,4% foram promovidos; 27,7% repetiram a série que cursaram no ano anterior e 9,8% evadiram-se; em 1999 os promovidos passaram a representar 71,8% do total (aumento de 9,4 pontos percentuais); os repetentes, 21,3% (queda de 6,4 pontos percentuais) e os evadidos, 6,4% (diminuição de 2,8 pontos percentuais).

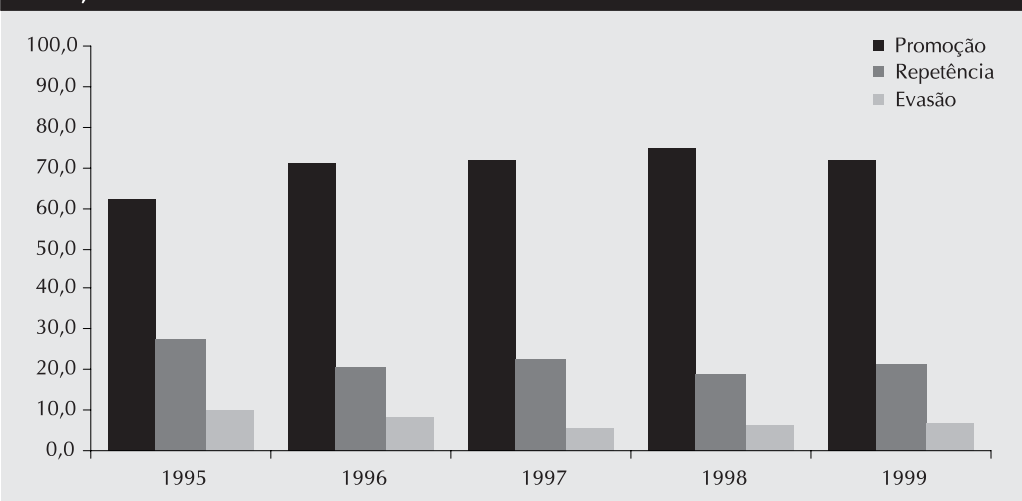
Gráfico 5

Taxas de Promoção, Repetência e Evasão no Ensino Fundamental Bahia, 1995-2000


Fonte: SEC, MEC/INEP

⁶ O que, certamente, decorre, da maior seletividade desse nível de ensino: os que aí chegam já foram submetidos a filtros sucessivos (não necessariamente vinculados a mérito), sendo assim aumentadas as chances de serem promovidos ao final de cada ano letivo. Quanto à evasão, mais alta do que no Fundamental, não se pode esquecer que as pressões do mercado de trabalho recaem muito mais fortemente sobre um jovem estudante de nível médio.

Gráfico 6

Taxas de Promoção, Repetência e Evasão no Ensino Médio
Bahia, 1995-2000

Fonte: SEC, MEC/INEP

Essa evidente melhora, no entanto, não está isenta de problemas. Em primeiro lugar, quando são examinadas as taxas de aprovação e de abandono⁷ por série (Tabela 10), no ano de 1999, pode-se observar que as séries iniciais mantêm-se como os grandes gargalos do Ensino Básico, com baixas taxas de aprovação e altas taxas de abandono (na 1ª e 5ª séries do Fundamental e na 1ª do Médio). A existência de tais gargalos, exatamente nas séries iniciais, pode sugerir que as exigências pedagógicas para a progressão dentro de um ciclo determinado não se ajustam às do ciclo seguinte ou, no mínimo, que os critérios para a progressão de um e outro não são semelhantes. Independentemente dos motivos, contudo, o fato é que o fluxo escolar fica comprometido e, conseqüentemente, as taxas de distorção idade/série tornam-se ainda mais elevadas.

Tabela 10

Taxas de Aprovação e de Abandono, Por Série, no Ensino Fundamental e no Médio
Bahia, 1999

Nível de Ensino/ Indicador	Total	Séries							
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Fundamental									
Taxa de aprovação	67,5	61,3	64,9	69,3	78,5	62,3	72,5	65,7	81,9
Taxa de abandono	18,7	22,1	15,4	18,3	12,9	23,9	15,0	24,7	11,1
Médio									
Taxa de aprovação	72,9	64,2	76,6	84,8					
Taxa de abandono	18,8	25,0	15,6	11,1					

Fonte: MEC/INEP

E isso fica evidenciado quando se constata que, no ano 2000, a distorção idade/série nas redes de ensino da Bahia era de 64,9 % no Ensino Fundamental e de 75,1% no Ensino Médio (Tabela 11). Ou seja, dos 3.712 mil

⁷ Indicadores que, evidentemente, guardam estreita relação com as taxas de promoção e de evasão, mas que não coincidem com elas: um aluno pode ser aprovado e, por algum motivo, não ser promovido, assim como pode abandonar uma determinada série ao longo de um ano letivo, sem, contudo, evadir-se do sistema de ensino.

alunos matriculados no Fundamental, 2.409 mil têm idade superior à adequada, e dos 586 mil matriculados no Médio, 440 estão na mesma condição. Trata-se, todavia, de um fenômeno que afeta principalmente a rede pública de ensino, na qual o percentual de alunos defasados em relação à série é de 67,7% no Fundamental e de altíssimos 79,6% no Médio. Na rede privada o indicador melhora bastante, caindo para 13,1% e 32,7%, respectivamente, mas tal resultado não altera significativamente a taxa total em razão da pequena participação dessa rede de ensino no cômputo geral das matrículas.

A idade mediana de conclusão (Tabela 11) é outro indicador importante para se aferir a inadequação da idade dos alunos às séries cursadas. Neste caso, mesmo fazendo-se a ressalva de que se trata de uma idade relativa à conclusão⁸ de um nível de ensino, ainda assim pode-se perceber que metade dos alunos chega ao final do nível Fundamental ou do Médio com idades que superam em três anos aquelas que seriam as adequadas, ou seja, 14 anos para o primeiro e 17 para o segundo. Na rede privada, contudo, a idade mediana de conclusão aproxima-se bastante da ideal, o que, de resto, mostra-se coerente com a menor distorção idade/série verificada nessa dependência administrativa.

Tabela 11

Taxa de Distorção Idade-Série e Idade Mediana de Conclusão no Ensino Fundamental e no Médio, por Dependência Administrativa Bahia, 2000

Nível de Ensino/ Indicador	Taxa de Distorção Idade/Série (%)	Idade Mediana de Conclusão
Fundamental		
Total	64,9	17
Pública	67,7	17
Privada	13,1	15
Médio		
Total	75,1	20
Pública	79,6	20
Privada	32,7	18

Fonte: MEC/INEP

Corpo docente

Entre 1995 e 2000, o número de funções docentes no Ensino Fundamental e no Médio apresentou um crescimento que, em linhas gerais, acompanhou a trajetória de expansão das matrículas, ainda que não na mesma proporção. No Ensino Fundamental as funções docentes cresceram 23,6%, mas tal crescimento ocorreu exclusivamente nas escolas da rede municipal de ensino (66,0%), enquanto nas redes estadual e particular houve diminuição significativa (-12,4% e -10,8%, respectivamente). Já no Ensino Médio o aumento foi de 26,8%, sendo 45,4% na rede estadual e 13,2% na municipal; na rede particular, entretanto, houve decréscimo de 3,6% (Tabela 12).

⁸ O que, evidentemente, favorece o indicador, já que parte significativa dos alunos defasados em relação à série evade-se do sistema de ensino antes de concluir algum dos seus níveis.

Tabela 12

Número de Funções Docentes* em Exercício no Ensino Fundamental e no Médio, Por Dependência Administrativa Bahia, 1996-2000

Nível de Ensino/ Ano	Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Fundamental					
1996	109.675	76	43.659	50.125	15.815
2000	135.617	66	38.255	83.193	14.103
Cresc. 1995-2000 (%)	23,6	-13,2	-12,4	66	-10,8
Médio					
1996	19.089	391	10.154	3.444	5.100
2000	24.210	635	14.761	3.897	4.917
Cresc. 1995-2000 (%)	26,8	62,4	45,4	13,2	-3,6

Fonte: MEC/INEP

* O número de funções docentes não é igual ao número de professores porque um mesmo professor pode atuar em mais de um nível ou modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Quanto ao grau de formação desse corpo docente, se é verdade que os dados dos Censos Escolares de 1996 e 2000 revelaram alguma evolução, é também verdade que, nesse caso, o que mais se destaca é a presença ainda bastante elevada de professores com formação inferior àquela definida em lei como a adequada. Com efeito, a LDB de 1996 estipula que o grau de escolaridade mínima para um professor da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental é o nível médio completo, na modalidade Normal; já para os professores dos níveis subsequentes (ou seja, da 5ª à 8ª série do Fundamental e da 1ª à 3ª série do Médio) a formação exigida é a superior completa. Docentes com formação inferior a esse mínimo são considerados leigos. Além disso, estabelece que, até 2007, todos os docentes do país, independentemente do nível de ensino, deverão possuir escolaridade de nível superior.

Observando-se os dados da Tabela 13, fica evidente que, para atender a esses requerimentos formais, o Ensino Básico baiano tem ainda um longo caminho a trilhar. Houve, decerto, alguma melhora, sobretudo no que diz

Tabela 13

Grau de Formação das Funções Docentes Atuando no Ensino Fundamental e no Médio Bahia, 1996/2000

Grau de Formação	Ensino Fundamental						Ensino Médio	
	1996			2000				
	Total	1ª à 4ª Série	5ª à 8ª Série	Total	1ª à 4ª Série	5ª à 8ª Série	1996	2000
Total	109.675	70.691	38.984	135.617	81.345	54.272	19.089	24.210
Fundamental	14,8	22,3	1,3	8,2	12,7	1,5	1,5	0,6
Incompleto	8,9	13,7	0,1	3,2	5,2	0,2	—	0,1
Completo	6,0	8,6	1,2	5,0	7,5	1,3	1,5	0,5
Médio completo	67,7	74,2	55,9	73,3	83,3	58,2	37,3	29,9
Superior completo	17,5	3,5	42,8	18,5	4,0	40,2	61,2	69,5

Fonte: MEC/INEP

⁹ Foram considerados leigos todos os docentes do Fundamental que possuíam apenas esse nível de ensino como formação, mais os que possuíam apenas o nível médio e ensinavam a alunos da 5ª à 8ª série.

respeito à diminuição da presença de professores leigos, já que, em 1996, eles representavam 34,7% do total das funções docentes atuando no Fundamental⁹ e 38,8% no Médio, enquanto no ano 2000 tais percentuais caíram para 31,5% e 30,5%, respectivamente. Porém, mesmo com esses avanços, é desnecessário dizer que eles permanecem excessivamente altos, representando, em números absolutos, a presença de 42.745 funções docentes com grau de formação inferior à adequada, no Ensino Fundamental, e de 7.383, no Ensino Médio.

Ou seja, considerando-se a formação considerada a mínima necessária para a prática do magistério, tinha-se, no ano 2000, o seguinte quadro: no 1º ciclo do Ensino Fundamental, 83,3% das funções docentes possuíam formação equivalente ao nível Médio completo; para os níveis seguintes, que exigem formação superior completa, os percentuais passam a ser de 40,2% no 2º ciclo do Ensino Fundamental e de 69,5% no Ensino Médio. Essa proporção de funções docentes com nível superior, alcançada pelo Ensino Médio da Bahia no ano 2000, fica bem abaixo da média nacional, que era de 88,4%, ou da maioria dos demais estados brasileiros (no Paraná, tal proporção era de 96,8% – a mais alta do Brasil – e em Pernambuco de 94,9%).

No que diz respeito apenas ao Ensino Fundamental, e considerando-se a meta estabelecida pela LDB para o ano de 2007, não mais que 18,5% do total das funções docentes da Bahia possuíam formação superior completa no ano 2000, o que dá uma exata dimensão do desafio que o sistema de ensino deste estado tem pela frente.

Na Tabela 14 são mostrados os percentuais de funções docentes com formação superior completa, segundo a dependência administrativa em que atuam. Por aí pode se ver que o problema não se distribui de maneira uniforme entre essas dependências, estando presente em todas elas, mas sendo bem mais significativo na esfera municipal. Observe-se, ademais, que as escolas municipais foram as únicas nas quais o problema se acentuou entre 1996 e 2000, decrescendo em 3,1 pontos percentuais a proporção de funções docentes da 5ª à 8ª série com formação superior. As escolas particulares, por sua vez, apesar de apresentarem déficits em geral inferiores ao das escolas da rede pública, foram superadas, no ano 2000, pelas escolas da rede estadual de Nível Médio (75,9% e 73,6%, respectivamente).

Tabela 14

Distribuição Percentual das Funções Docentes com Formação Superior, Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1996-2000

Grau de Formação	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	1ª à 4ª Série		5ª à 8ª Série		1996	2000
	1996	2000	1996	2000		
Total	3,5	4,0	42,8	40,2	61,2	69,5
Federal	28,6	–	100,0	91,5	94,4	90,6
Estadual	4,9	5,6	44,9	50,2	62,3	75,9
Municipal	1,0	2,2	26,8	23,7	46,8	36,5
Particular	12,4	15,9	57,3	60,8	66,1	73,6

Fonte: MEC/INEP

ENSINO SUPERIOR

A evolução das matrículas

No transcorrer da década de 90, foi grande a expansão do Ensino Superior na Bahia. Entre 1995 e 2000, o número de alunos matriculados nas suas diversas redes de ensino cresceu 60%, o que significou um incremento absoluto de 33.464 alunos, em apenas cinco anos. Para se ter uma idéia da rapidez dessa expansão é suficiente registrar que durante todo o período que vai de 1981 a 1995 o crescimento foi de apenas 46%. O número de instituições de ensino superior, por sua vez, mais que dobrou entre 1995-2000, passando de 20 para 49, e o número de funções docentes, no mesmo intervalo de tempo, cresceu 32,4%.

Todavia, esse significativo crescimento não se distribuiu de forma linear entre as três dependências administrativas responsáveis pelo ensino superior no estado. Os dados da Tabela 15 deixam claro que, se as matrículas totais cresceram 60%, tal crescimento concentrou-se de forma notável no sistema privado de ensino (cujas matrículas tiveram uma expansão de 92,7% no período), embora as matrículas no sistema público também tenham crescido, só que numa escala bem menor (41,2%) e, além do mais, de modo quase totalmente concentrado na esfera estadual (que apresentou crescimento de 77,4%). As escolas federais, por sua vez, tiveram um crescimento das matrículas bastante modesto (de apenas 6,4%), o que, evidentemente, acabou produzindo um forte recuo da sua participação no cômputo geral das matrículas. Com efeito, se em 1995 a rede federal era ainda responsável por 32,3% do total de alunos matriculados em cursos superiores, no ano 2000 essa proporção cai para 21,5%, sendo ultrapassada, assim, pelas escolas estaduais (que passaram de 31,1% para 34,5%, respectivamente) e, sobretudo, pelas escolas da rede privada, que já a superavam em 1995 (com 36,5%) e que ampliaram essa vantagem no ano 2000 (com 44,0%).

Tabela 15

Número e Percentual de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação e Crescimento Relativo das Matrículas, Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1981, 1995, 2000

Dependência Administrativa	Alunos Matriculados						Crescimento (%)	
	1981		1995		2000		1981-1995	1995-2000
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%		
Total	37.956	100,0	55.727	100,0	89.191	100,0	46,8	60,0
Pública	18.205	48,0	35.368	63,5	49.952	56,0	94,3	41,2
Federal	14.171	37,3	18.012	32,3	19.170	21,5	27,1	6,4
Estadual	4.034	10,6	17.356	31,1	30.782	34,5	330,2	77,4
Privada	19.751	52,0	20.359	36,5	39.239	44,0	3,1	92,7

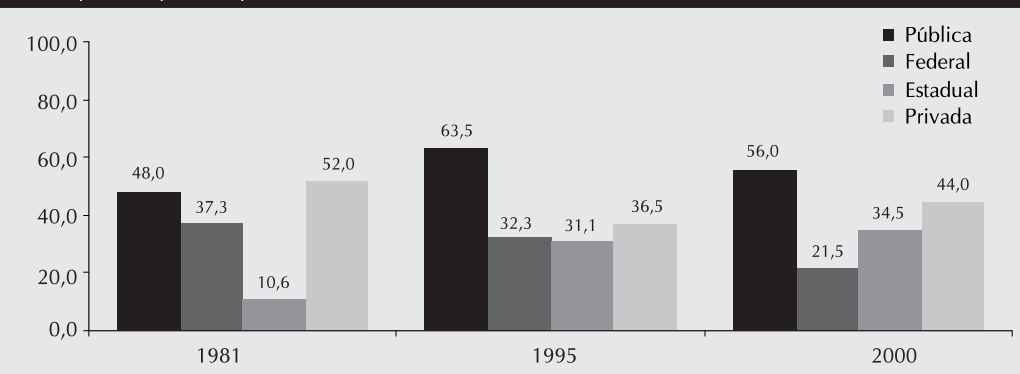
Fonte: MEC/INEP, Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1995 e 2000

Registre-se, porém, que essa preeminência das escolas privadas no Ensino Superior não é um fenômeno dos anos 1990. Ao contrário, já em 1981 (Tabela 15) elas eram responsáveis por mais da metade (52,0%) das matrículas existentes no estado, ficando o restante distribuído entre as escolas federais

(37,3%) e estaduais (10,6%). Quatorze anos após, em 1995, o quadro se modifica, com a rede pública voltando a absorver a maior parte (63,5%) das matrículas, embora a rede privada ainda permanecesse à frente das demais, quando vistas isoladamente. Nesse período, todavia, a mudança mais importante foi o avanço das instituições estaduais, que tiveram um crescimento de 330,2% entre 1981 e 1995, com o que, praticamente, alcançaram o nível de participação das instituições federais (31,1% e 32,3%, respectivamente). Entre 1995 e 2000, como foi visto, manteve-se a tendência de os alunos das instituições públicas concentrarem-se cada vez mais nas escolas estaduais, caindo, conseqüentemente, a participação das federais; voltou a crescer, entretanto, a participação das instituições privadas na absorção das matrículas, o que as fazem se aproximar, novamente, da posição que ostentavam no início da década de 80.

Gráfico 7

Proporção de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1981, 1995, 2000



Fonte: MEC/INEP, Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1995 e 2000.

Porém, e independentemente do fato do crescimento das matrículas não ter se dado de maneira uniforme entre as três dependências administrativas, importa realçar o próprio crescimento, que foi, como se viu, bastante alto e concentrado no tempo. Resultou, sobretudo, do aumento do número de concluintes do Nível Médio e, simultaneamente, do fato de parte crescente desse contingente estar sendo forçada – em razão de um mercado de trabalho que se encolhe e que é, por isso, cada vez mais seletivo – a se apresentar como uma demanda efetiva dos cursos de nível superior.

Corpo docente

Essa acelerada expansão das matrículas foi, obviamente, acompanhada por um expressivo crescimento do número de professores (ainda que não na mesma proporção): em 1995 havia 5.786 funções docentes (em exercício e afastadas) nas instituições de ensino superior do estado, número que se eleva para 7.661 no ano 2000, o que significou um crescimento de 32,4% no período. Tal crescimento, todavia, ocorreu de forma desigual entre as três dependências administrativas, o que, de resto, guardou estreita relação com o crescimento do número de alunos de cada uma delas. Assim, enquanto nas escolas pertencentes à esfera federal o número de funções docentes per-

maneceu praticamente inalterado (crescimento de apenas 0,2%), nas instituições estaduais e nas particulares o crescimento registrado foi significativo (de 54,8% e de 50,9%, respectivamente), embora inferior ao crescimento das matrículas. Esse último aspecto fez com que a relação alunos/docentes em exercício se tenha mantido, no ano 2000, bem mais favorável às instituições federais que às demais, já que para uma média de 9,6 alunos por função docente nas federais, registrou-se uma média de 12,9 nas estaduais e de 16,9 nas instituições privadas. Vale salientar, ademais, que todas as esferas administrativas viram aumentar essa média entre 1995 e 2000, tal como pode ser observado na Tabela 16.

Tabela 16

Funções Docentes, Crescimento e Relação Alunos/Docentes, Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1995-2000

Dependência Administrativa	Funções Docentes ⁽¹⁾		Crescimento (%)	Alunos/Docentes ⁽²⁾	
	1995	2000	1995/2000	1995	2000
Total	5.786	7.661	32,4	10,6	13,3
Pública	4.089	5.101	24,7	9,6	11,2
Federal	2.248	2.252	0,2	8,8	9,6
Estadual	1.841	2.849	54,8	10,7	12,9
Privada	1.697	2.560	50,9	13,1	16,9

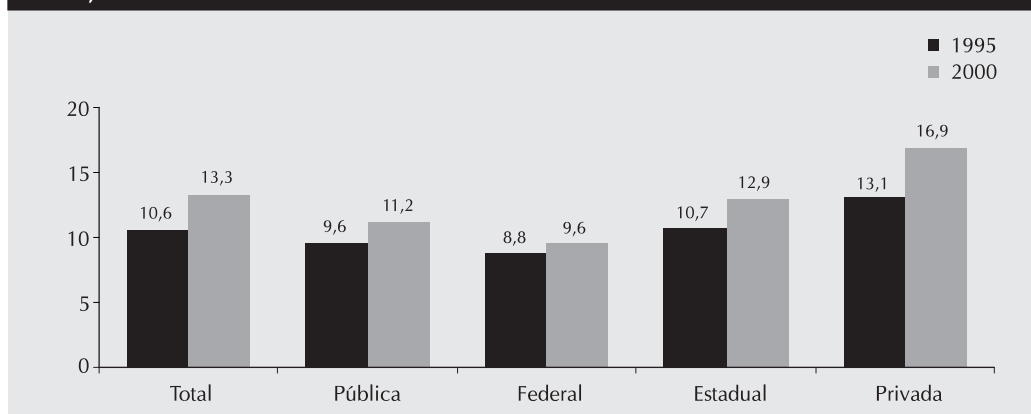
Fonte: MEC/INEP

(1) Inclui funções docentes em exercício e afastadas.

(2) Apenas funções docentes em exercício.

Gráfico 8

Relação Alunos/Docentes, Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1995-2000



Fonte: MEC/INEP, Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1995 e 2000.

Outro aspecto importante dessa ampliação do número de funções docentes é que ela não se deu em detrimento da qualificação dos professores. Ao contrário, se em 1995 quase um terço (31,3%) do total das funções docentes só possuía a graduação como grau de formação, em 2000 essa proporção vê-se reduzida quase à metade (16,9%), enquanto aquelas com mestrado elevam-se de 24,9% para 33,8% e as com doutorado passam de 7,8% para 12,9%. Com isso, o percentual de professores com mestrado e doutorado chegava a 46,7% no ano 2000, o que colocava a Bahia numa

situação razoavelmente confortável em relação à meta estabelecida pela LDB para o ano de 2004¹⁰. Não se pode esquecer, no entanto, que mesmo tendo melhorado a qualificação do seu corpo docente, as instituições de ensino superior do estado ainda contavam, no ano 2000, com um percentual bastante elevado de professores apenas com especialização (36,4%), e que esse contingente, quando somado àquele constituído por professores com graduação, ainda representava mais da metade (53,3%) das funções docentes existentes (Tabela 17).

Tabela 17

Grau de Formação das Funções Docentes, Segundo a Dependência Administrativa Bahia, 1995-2000

Dependência Administrativa	Grau de formação (%)							
	Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado	
	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾
Total	31,3	16,9	36,1	36,4	24,9	33,8	7,8	12,9
Pública	25,9	18,7	35,5	30,2	28,9	35,6	9,7	15,4
Federal	26,1	25,2	24,7	15,8	33,8	34,8	15,4	24,2
Estadual	25,7	13,5	49,1	41,7	22,7	36,3	2,5	8,5
Privada	43,8	13,3	37,7	48,7	15,2	30,1	3,3	7,9

Fonte: MEC/INEP

(1) Apenas as funções docentes em exercício.

(2) Total das funções docentes, em exercício e afastadas.

Além disso, é baixa ainda a presença de professores que trabalham em tempo integral: no ano 2000 eles representavam pouco mais da metade (52,7%) do total das funções docentes existentes no estado, proporção que, como pode ser visto na Tabela 18, caiu um ponto percentual em relação ao ano de 1995. Houve, decerto, aumento absoluto de funções docentes em regime de trabalho em tempo integral nesse período; só que isso se deu numa proporção inferior ao crescimento daquelas que atuavam em tempo parcial, o que acabou gerando o referido decréscimo. De todo modo, há que se considerar que essa redução incidiu exclusivamente sobre as escolas da rede estadual, embora essa rede já possuísse, no ano 2000, o maior contingente de professores em tempo integral (75,3%), o que as colocava – juntamente com as escolas federais – numa posição bastante à frente da meta estabelecida pela LDB (ou seja, que um terço das funções docentes estivessem enquadradas nesse regime de trabalho no ano de 2004). O mesmo não pode ser dito, contudo, das escolas privadas, nas quais a quase totalidade do professorado ainda trabalhava sob regime de tempo parcial (99,4%, em 1995, e 91,9% em 2000) – isso na rede que mais se expandiu na década que passou. Diga-se, de passagem, que a mera expansão não pode ser apresentada como justificativa para essa deficiência, haja vista a situação das escolas estaduais – incomparavelmente melhor – que também cresceram bastante no período.

¹⁰ O artigo 52 da LDB, no seu inciso II, estabelece para o ano de 2004 o prazo para que “um terço do corpo docente, pelo menos, [possua] titulação acadêmica de mestrado ou doutorado”.

Tabela 18

Proporção de Funções Docentes, Por Dependência Administrativa, Segundo o Regime de Trabalho Bahia, 1995-2000

Regime de Trabalho	Total		Federais		Estaduais		Privadas	
	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾	1995 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tempo integral	53,7	52,7	71,7	74,8	81,8	75,3	0,6	8,1
Tempo parcial	46,3	47,3	28,3	25,2	18,2	24,7	99,4	91,9

Fonte: MEC/INEP

(1) Apenas as funções docentes em exercício.

(2) Total das funções docentes, em exercício e afastadas.

Outras características do ensino superior baiano na década de 90

Além dos aspectos até aqui abordados, deve-se destacar ainda:

- a) Na década de 90 registrou-se um deslocamento expressivo do ensino superior em direção ao interior do estado. No final dessa década, mais de um terço (36,8%) dos estudantes baianos já freqüentava cursos localizados fora da capital, algo impensável nas décadas anteriores. Vale salientar que em apenas um ano, entre 1999 e 2000, houve um crescimento de 12,0% na proporção de alunos do interior, o que bem indica a magnitude do processo ora em curso, cabendo às escolas estaduais – de longe – o papel principal nesse redirecionamento espacial das matrículas (Tabela 19).

Tabela 19

Distribuição Percentual das Matrículas em Cursos de Graduação, Por Dependência Administrativa, Segundo a Localização (Capital e Interior) Bahia, 1999-2000

Localização	1999					2000				
	Total	Rede Pública			Rede Privada	Total	Rede Pública			Rede Privada
		Total	Federal	Estadual			Total	Federal	Estadual	
Total	73.785	43.846	18.937	24.909	29.939	89.191	49.952	19.170	30.782	39.939
Capital	65,6	47,4	96,8	9,9	92,3	63,2	43,1	96,9	9,6	87,2
Interior	34,4	52,6	3,2	90,1	7,7	36,8	56,9	3,1	90,4	11,1

Fonte: MEC/INEP, Sinopses Estatísticas do Ensino Superior, 1999 e 2000.

- b) No ano 2000, as mulheres constituíam a maioria (57,2%) dos estudantes de nível superior do estado (Tabela 20). É interessante notar que apenas nas escolas federais os homens e as mulheres praticamente ocupavam a mesma proporção de vagas (50,4% e 49,6% respectivamente); todavia, nas demais redes o predomínio feminino era alto nas escolas estaduais (nas quais as mulheres constituíam 66,2% do total de alunos) e significativo nas escolas privadas (53,9%). Tal como em outros níveis de ensino, o fato de as mulheres ocuparem o maior número de vagas resulta, certa – em maior medida – sobre os homens. Se nas instituições de ensino federais a presença de pessoas de ambos os sexos é equilibrada, isso pode sugerir que ali o público estudantil é mais homogêneo, sobretudo nos aspectos etário e social.

Tabela 20

**Distribuição Percentual das Matrículas em Cursos de Graduação,
Por Sexo, Segundo a Dependência Administrativa
Bahia, 1999-2000**

Total/Sexo	Total	Dependência Administrativa			
		Pública	Federal	Estadual	Privada
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	42,8	40,2	50,4	33,8	46,1
Mulheres	57,2	59,8	49,6	66,2	53,9

Fonte: MEC/INEP. Sinopses Estatísticas do Ensino Superior.

- c) Como decorrência da rápida expansão das matrículas passou-se de uma situação na qual havia, em 1991, apenas 390 alunos para cada grupo de 100 mil pessoas, para outra, em 2000, na qual essa relação é de 682,4, o que significou um aumento de 75% em dez anos. Em que pese, contudo, a expressividade do crescimento desse importante indicador, é inegável que a situação da Bahia ainda está longe de ser satisfatória, sobretudo quando comparada àquela que vige no país como um todo, à da região Nordeste ou, mais ainda, à de estados mais desenvolvidos, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais¹¹ (Tabela 21).

Tabela 21

**Número de Estudantes de Nível Superior Por Grupo de 100 Mil Habitantes
Brasil, São Paulo e Bahia, 1991-2000**

Brasil e Unidades da Federação	1991	2000
Brasil	1.067,9	1.586,7
São Paulo	1.600,8	2.209,7
Rio de Janeiro	1.642,4	2.056,8
Minas Gerais	925,4	1.338,4
Nordeste	581,6	866,6
Bahia	390,0	682,4

Fonte: MEC/INEP e IBGE.

- d) O Ensino Superior da Bahia tampouco se revelou capaz de atingir graus de cobertura capazes de atender a um público que, efetiva ou potencialmente, apresenta-se como demandante dos seus cursos. Tomando-se os dados relativos a concluintes do ensino médio – o que, obviamente, constitui apenas uma parcela dessa demanda¹² – tem-se que eles somavam, no ano 2000, um total de 120.703 pessoas, enquanto as vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior – via vestibular – não passavam de 34.966. Do total dessas vagas, apenas 35,9% eram oferecidas por instituições públicas (11,1% das escolas federais e 24,8% das estaduais) e 64,1% por instituições privadas. Evidencia-se, assim, não apenas um quadro

¹¹ Diga-se de passagem que mesmo no estado mais rico da Federação e que apresentava uma proporção mais alta de alunos por 100 mil habitantes, tal indicador é significativamente inferior àqueles registrados em países como Argentina (3.117), França (3.600) ou Estados Unidos (5.339), em 1994 (Unesco/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras/Capes, 1999).

¹² Basta considerar que o número de inscritos nos vestibulares do ano 2000 foi de 212.430 estudantes. Mesmo levando-se em conta que nesse contingente há uma quantidade nada desprezível de casos de uma mesma pessoa com duas ou mais inscrições, é indubitável que a demanda por vagas nas escolas de nível superior é bastante superior àquela que decorreria da simples conclusão do ensino médio.

marcado pela pequenez da oferta, como também o fato de que tem cabido principalmente ao setor privado o atendimento de uma demanda em rápida expansão. Contudo, a preferência por vagas em instituições públicas fica mais que clara quando se observa que, de um total de 212.430 pessoas inscritas nos vestibulares do ano 2000, uma maioria significativa buscava o acesso às escolas federais ou estaduais (22,8% e 46,7%, respectivamente, ou seja, quase 70% do total).

MUDANÇAS NA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO

Como pôde ser visto até aqui, foram significativos os avanços obtidos pelo sistema de ensino da Bahia na década que passou. Ao mesmo tempo, no que concerne especificamente ao sistema de ensino, verificou-se também que tais avanços incidiram sobre uma base insuficientemente desenvolvida – seja do ponto de vista quantitativo, seja do qualitativo – o que, evidentemente, contribuiu para que grandes problemas permaneçam presentes e em escala bastante expressiva. Quanto ao quadro educacional em geral, ou seja, àquele que se refere aos níveis de alfabetização e à média de anos de estudo alcançados pela população do estado, os dados da PNAD de 1992 e de 1999 dão conta de uma realidade que também apresentou avanços, sem dúvida expressivos, embora ainda revelem a vigência de déficits inaceitáveis, sobretudo para um estado do porte da Bahia.

Tome-se, em primeiro lugar, a taxa de analfabetismo. Em 1991, os analfabetos constituíam 31,3% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, proporção que diminuiu para 24,7% em 1999. Uma queda, portanto, de expressivos 6,6 pontos percentuais no período (Tabela 22).

Tabela 22

**Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade,
Por Sexo, Segundo a Situação do Domicílio
Bahia, 1992-1999**

Situação do Domicílio	Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade (%)					
	1992			1999		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	31,3	30,8	31,3	24,7	25,4	24,1
Urbana	19,9	18,9	20,8	15,8	15,7	15,9
Rural	49,0	48,7	49,3	40,2	40,4	40,0

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

Mesmo com essa melhora do indicador, no entanto, havia na Bahia um total de 2.170 mil pessoas que, ao final do século XX, não sabiam ler ou escrever, o que colocava o estado na desconfortável situação de possuir o maior contingente de analfabetos do país. Em termos relativos, apenas seis estados, todos eles nordestinos,¹³ apresentavam taxas de analfabetismo superiores às baianas. Com isso, a Bahia passou a ocupar, juntamente com Pernambuco,

¹³ Alagoas (com 32,8%), Piauí (com 31,6%), Maranhão (com 28,8%), Ceará (com 27,8%), Paraíba (com 25,9%) e Rio Grande do Norte (com 25,5%).

o 20º lugar no *ranking* nacional do analfabetismo, melhorando um pouco a sua posição em relação a 1992, quando ocupava o 22º lugar; permaneceu, no entanto, bastante distante da média brasileira, que era de 13,3% em 1999, e, mais ainda, das médias das diversas regiões do país, com exceção apenas da região Nordeste.

A Tabela 22 permite observar ainda que o analfabetismo na Bahia afeta de maneira quase idêntica a homens e mulheres, em que pese ter havido uma pequena inversão entre 1992 e 1999. No entanto, distribui-se de maneira bastante desigual entre a população rural e a urbana. Neste caso, o que se percebe é que mesmo o analfabetismo sendo bastante elevado entre a população urbana (15,8% em 1999, ou seja, acima da média global brasileira), entre a população rural ele assume contornos dramáticos, atingindo 40,2% do total das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ou seja, pessoas pertencentes a uma faixa etária que – excluindo-se as exceções que sempre existem – dificilmente voltarão a ter oportunidade de adquirir uma capacidade que constitui um pré-requisito mínimo da cidadania.

Falou-se até aqui do analfabetismo puro e simples, o qual, pelos critérios do IBGE, consiste na incapacidade de ler ou de escrever um bilhete simples no idioma que se conhece. Em geral, pertencem a essa categoria pessoas sem instrução formal ou com menos de um ano completo de estudo. Há, no entanto, uma outra caracterização do analfabetismo, que amplia os requisitos para que o indivíduo possa ser considerado alfabetizado. Tais requisitos seriam não apenas ler e escrever, mas também ler e entender, entre outras coisas, um edital de concurso, uma bula de remédio ou uma ficha de inscrição. Todos aqueles que não se mostrem capazes de dar conta dessas tarefas serão classificados como analfabetos funcionais. Nos números apresentados pela *Síntese de Indicadores Sociais* do IBGE, no ano 2000, foram incluídos nessa categoria todos os indivíduos com menos de quatro anos de estudo, dada a imensa dificuldade de se mensurar o contingente de analfabetos funcionais por uma via qualitativa.

Em 1999, segundo esse critério, quase metade (48,3%) dos baianos com 15 anos ou mais de idade eram analfabetos funcionais (Tabela 23), tendo havido uma queda de 9,4 pontos percentuais em relação a 1992 (quando essa proporção era de 57,7%).

Tabela 23

**Taxa de Analfabetismo Funcional das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Por Sexo, Segundo a Situação do Domicílio
Bahia, 1992/1999**

Situação do Domicílio	Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade (%)					
	1992			1999		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	57,7	59,5	56,0	48,3	51,6	45,2
Urbana	42,0	42,6	41,4	34,4	36,3	32,3
Rural	83,1	85,0	81,2	72,6	75,8	69,1

Fonte: IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais*, 2000.

No entanto, mesmo com essa melhora, a Bahia manteve-se na 25ª posição no *ranking* nacional do analfabetismo funcional, só sendo superada pelo Maranhão (52,8%) e pelo Piauí (53,1%). Outro aspecto que merece ser destacado refere-se ao fato de que, diferentemente do que foi registrado no caso do analfabetismo em sentido amplo, o analfabetismo funcional afeta mais fortemente a população masculina que a feminina (51,6% e 45,2%, respectivamente), o que, mais uma vez, pode ser explicado pela tendência dos homens a se evadirem mais cedo do sistema de ensino, na busca precoce de uma ocupação que lhes proporcione algum rendimento.

No que se refere à média de anos de estudo da população do estado – outro indicador da mais alta relevância – tem-se um quadro que apresentou alguma melhora no transcorrer da década passada, mas que, tal como quase tudo que foi visto até aqui, apresenta-se ainda muito distante do que seria desejável. Observando-se a Tabela 24, que mostra a média de anos de estudo por grupos de idade, pode-se constatar que, em todos eles, verificou-se evolução positiva, resultado óbvio do aumento das taxas de escolarização e da concomitante diminuição das taxas de reprovação e de abandono. Ainda assim, no entanto, os déficits permaneceram elevados. Mesmo nos grupos etários mais jovens – em princípio, aqueles que mais deveriam refletir os avanços verificados nos últimos anos – a média de anos de estudo que eles ostentam fica bastante abaixo daquela que se aproximaria de uma média ideal ou, mesmo, da média registrada no país.

Tabela 24

**Média de Anos de Estudo da População de 7 Anos ou Mais de Idade, Por Grupos de Idade
Bahia, 1992-1999**

Ano	Média de Anos de Estudo da População de 7 Anos ou Mais de Idade, por Grupos de Idade					
	7 a 10 Anos	11 a 14 Anos	15 a 17 Anos	18 e 19 Anos	20 a 24 Anos	25 Anos e Mais
1992	0,2	2,1	3,7	4,2	4,7	3,3
1999	0,9	3,1	4,7	5,7	5,8	4,0

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

Considerando-se, finalmente, o total da população com 10 anos ou mais de idade, a média de anos de estudo dos baianos era de apenas 4,2 anos em 1999 (3,3 em 1992). Surpreendentemente, a parcela ocupada da população apresentava uma média de anos de estudo praticamente igual à da população total (Tabela 25), o que, de certa forma, contradiz o lugar-comum – abusivamente repetido – de que o mercado de trabalho dos tempos atuais, qualquer que seja ele, coloca exigências crescentes de escolaridade para aqueles que nele querem ingressar. Se um mercado de trabalho específico colocar à disposição das pessoas postos de trabalho – na sua maioria – de baixa qualidade, é evidente que os níveis de instrução formal requeridos não serão elevados. E este é o caso do mercado de trabalho da Bahia.

Tabela 25

Média de Anos de Estudo da População de 10 Anos ou Mais de Idade, Total e Ocupada, Por Sexo Bahia, 1992-1999

Anos	Média de Anos de Estudo da População de 10 Anos ou Mais de Idade, Por Sexo					
	Total			Ocupada		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	3,3	3,1	3,4	3,4	3,2	3,9
1999	4,2	3,9	4,5	4,3	3,9	4,9

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Perspectivas Estatísticas Mundiais do Ensino Superior: 1980-1995. In: ANAIS DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. 1998, Paris. Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999, p. 233-289.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, 369 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5).

PADRÃO HABITACIONAL E INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NA BAHIA DOS ANOS 1990¹

FLÁVIA SANTANA RODRIGUES SUERDIECK*
DANIEL SOBREIRA DE MAGALHÃES**

Neste trabalho caracterizam-se os domicílios baianos de acordo com alguns dados selecionados das PNADS de 1992 e 1999, tendo sido utilizadas outras fontes para descrever o déficit habitacional do estado e/ou estabelecer comparações com outras unidades da federação, quando isto foi necessário e possível. Composto de quatro partes, inicia-se com a caracterização do padrão habitacional em termos de: distribuição dos domicílios segundo a situação (urbana e rural) e as classes de rendimento médio mensal; tipologia habitacional; padrão construtivo; condição de ocupação e incidência de alguns bens de consumo duráveis nos domicílios. A segunda parte agrega informações referentes à infra-estrutura básica domiciliar, compreendendo: abastecimento de água, instalação e esgotamento sanitários, destino do lixo e iluminação elétrica. Na terceira parte apresenta-se, com base em trabalho da Fundação João Pinheiro, a composição e os quantitativos do déficit habitacional baiano para o ano 2000. Com considerações resgatando os principais traços da questão habitacional na Bahia, nos anos 1990, finaliza-se este artigo.

PADRÃO HABITACIONAL: INDICADORES GERAIS

Uma primeira caracterização do padrão habitacional envolve, fundamentalmente, duas variáveis: a situação (urbana e rural) dos domicílios e a sua distribuição segundo classes de rendimento mensal domiciliar.

Os dados da PNAD para a década de 1990 evidenciam o avanço do processo de urbanização do estado, embora num ritmo menor em relação à década precedente. Observando-se a Tabela 1, vê-se que de um total de 2.775 mil domicílios, em 1992, cerca de 60,9% estavam localizados na zona urbana, enquanto que, em 1999, dos 3.241 mil domicílios existentes, eram 63% os que se encontravam nessa situação. Ocorreu um aumento percentual menos intenso, portanto, que o verificado entre 1981 e 1989, quando esses domicílios passaram, respectivamente, de 52,8% a 58,3% do total (CEI, 1992)².

¹ Agradecemos à professora Ângela Maria de Almeida Franco (gerente de Estudos Sociais da SEI) pelas constantes contribuições, fundamentais para a realização deste texto.

* Bacharelada em Ciências Econômicas da UFBA e auxiliar técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

** Bacharel em Urbanismo pela UNEB e bolsista da Fundação de Administração e Pesquisas Econômico-Social (FAPES).

² De fato, as duas últimas décadas apresentaram, para a população urbana, ritmo de crescimento declinante, nos âmbitos nacional, nordestino ou baiano. Neste último caso, as taxas passaram de 3,79% a.a, em 1980-1991, para 2,51% a.a em 1991-2000.

Tabela 1

Domicílios Particulares por Situação do Domicílio Bahia, 1992-1999				
Situação do Domicílio	1992		1999	
	Valor Absoluto (Em mil)	%	Valor Absoluto (Em mil)	%
Total	2.775	100,0	3.241	100,0
Urbano	1.691	60,9	2.043	63,0
Rural	1.084	39,1	1.199	40,0

Fonte: IBGE/PNAD

Quanto à distribuição dos domicílios por classes de rendimento e sua evolução nos anos 1990 – vistas na Tabela 2, a seguir – devem-se levar em conta os problemas com relação a análises envolvendo rendimento mensal domiciliar expresso em classes de salário mínimo nominal, num período inicialmente marcado pela corrosão do poder aquisitivo do salário e, a partir de meados da década, pela estabilização monetária operada com o Plano Real. De fato, a passagem de domicílios de uma classe de renda para outra imediatamente superior pode não refletir apenas melhoria nos rendimentos da família, mas também a tentativa de recompor o poder de compra anterior, diante do fenômeno inflacionário que volta a acontecer, embora em baixos patamares, no final da década.

Tabela 2

Domicílios Particulares Por Situação do Domicílio, Segundo Classes de Rendimento Médio Mensal Bahia, 1992-1999						(%)
Classes de Rendimento	1992			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	26,8	19,2	38,7	19,0	15,6	24,8
Mais de 1 a 2 SM	27,7	25,0	31,9	25,3	20,3	33,9
Mais de 2 a 3 SM	14,0	15,8	11,2	16,6	16,2	17,4
Mais de 3 a 5 SM	11,2	15,0	5,3	16,2	18,1	13,1
Mais de 5 a 10 SM	8,2	11,6	2,8	10,5	14,4	3,9
Mais de 10 a 20 SM	3,3	5,2	0,5	4,6	7,0	0,5
Mais de 20 SM	1,6	2,6	0,1	2,7	4,0	0,3
Sem rendimento	2,4	2,2	2,6	1,7	2,0	1,1
Sem declaração	4,8	3,4	7,1	3,3	2,3	5,0

Fonte: IBGE/PNAD

Um primeiro aspecto a destacar é a grande concentração dos domicílios nos estratos mais inferiores de renda. Em 1992, cerca de 68,5% dos domicílios baianos tinham um rendimento mensal de até 3 Salários Mínimos, sendo que para 26,80% deles tais rendimentos atingiam até 1 Salário Mínimo. A concentração de domicílios em estratos inferiores de renda era muito maior na zona rural que na zona urbana. A primeira contava com 81,8% de seus domicílios na faixa de renda de até 3 SM, enquanto a segunda contabilizava cerca de 60%.

O ano de 1999 vai refletir mudanças ocorridas ao longo da década: a proporção dos domicílios com até 3 SM passa a ser de 61%. A concentração

nessa faixa de rendimento continua a ser muito maior na zona rural que na zona urbana – 76,1% e 52,1% – respectivamente. Nota-se que, em relação a 1992, houve uma redução percentual dos domicílios nas duas primeiras classes de rendimento: aquela que correspondia a um rendimento de até 1 SM passou a representar 19% do total dos domicílios baianos, enquanto que a de mais de 1 até 2 SM atingiu 25% do total, no final de década. Assim, mesmo com a referida redução, continuou existindo uma grande concentração dos domicílios nesses estratos inferiores de renda (44% do total).

Um segundo aspecto diz respeito ao aumento percentual – ainda que pequeno – dos domicílios em todas as classes de rendimento domiciliar a partir de mais de 2 SM, entre 1992 e 1999. Na zona rural, entretanto, esse aumento passou a ocorrer já a partir da classe de 1 a 2 SM.

Observe-se que essa mobilidade de domicílios nas faixas de renda no sentido ascendente, não implica, automaticamente, a melhoria do padrão habitacional. De fato, rendimentos familiares tão baixos estão, primordialmente, comprometidos com outros itens de subsistência cotidiana das famílias, impedindo-as de se constituir como demanda para programas convencionais de produção de habitação popular e colocando-as como reféns dos programas oficiais que, na década, retraíram-se como consequência da crise do Estado e dos ajustes macroeconômicos. A saída, historicamente desenvolvida pela maioria absoluta das famílias mais empobrecidas – cerca de 60% com renda domiciliar de até 3 SM, como visto – tem sido a apropriação de terrenos (através de loteamentos populares, clandestinos ou não, e/ou pela via das chamadas invasões) combinada com a autoconstrução de moradias, processo que tem resultado num padrão habitacional precário, como se verá a seguir.

Tipologia habitacional e padrões construtivos

No que diz respeito à tipologia habitacional, a PNAD classifica os domicílios como casa, apartamento ou cômodo³. O que se pode perceber, a partir da Tabela 3, é a esmagadora presença de casas na tipologia habitacional do estado. Isso pode ser explicado por dois motivos principais. Primeiro, que o tipo “casa” tem se mostrado o mais viável para grande parte da população baiana – seja para os que vivem na zona rural, seja para os que vivem na zona urbana – que, dispondo de baixos rendimentos, não se constitui em mercado para a produção convencional (pública ou privada) de edificações pluridomiciliares e, praticamente, “autopromove” sua própria moradia, nos moldes já comentados.

³ As tabulações básicas da PNAD dos anos 1990 não apresentam esses dados da década de 90 segundo a situação do domicílio (urbana ou rural) ou em relação às classes de rendimento. Tais cruzamentos somente são possíveis a partir dos microdados da pesquisa, que não foram utilizados neste trabalho.

Tabela 3

Domicílios Particulares Permanentes Por Tipo Bahia, 1992-1999			(%)
Tipo	1992	1999	
Total	100,0	100,0	
Casa	93,3	92,4	
Apartamento	5,6	7,2	
Cômodo	1,1	0,4	

Fonte: IBGE/PNAD

O porte demográfico das cidades baianas seria o segundo fator para a predominância de casas. É que a existência de apartamentos, salvo raras exceções, restringe-se às zonas urbanas e, mais especificamente, às cidades, onde um maior adensamento demográfico induz ao processo de verticalização – a construção de edifícios. A Bahia, que em 2000 contava com apenas 21 cidades acima de 50 mil habitantes, não podia, dessa maneira, contar com número relativamente muito expressivo de apartamentos. Ademais, sendo a verticalização resultante também do processo de valorização do solo urbano e, portanto, de sua escassez relativa, ela não apenas pressupõe a constituição de um setor capacitado tecnologicamente e empresarialmente como, sobretudo, a existência de mercado para as unidades produzidas, mercado este encontrado em segmentos populacionais de renda mais elevada, proporcionalmente reduzidos e espacialmente concentrados em poucas cidades baianas, cujo exemplo maior é Salvador, terceira cidade mais populosa do país.

Quanto ao padrão construtivo, a PNAD apresenta os tipos de domicílio (casa, apartamento e cômodo) de acordo com os materiais empregados nas paredes e coberturas, por sua vez classificados como duráveis e não-duráveis. Essas informações, entretanto, não são suficientes para determinar a precariedade dos domicílios baianos, já que materiais duráveis (como blocos cerâmicos e tijolos, telha de cimento amianto, laje de concreto) vêm sendo generalizadamente empregados nos assentamentos populacionais de baixa renda, sem que isso implique adequados padrões de moradia. Na década de 1990, na Bahia, foram empregados materiais duráveis na construção da quase totalidade dos domicílios (mais de 90% deles), e esse percentual inclui, portanto, aqueles situados em áreas de invasões e favelas. A confirmação estatística dessa afirmação seria possível mediante o cruzamento da variável material empregado com a classe de rendimento, informação não divulgada nas tabulações básicas da PNAD. Em razão disso, a precariedade dos domicílios é avaliada a partir dos “serviços de infra-estrutura básica”, analisados mais adiante.

Apropriação da moradia

As PNADs de 1992 e 1999 tratam da condição de ocupação (próprios, alugados e cedidos) para o total dos domicílios, não disponibilizando, nas tabulações básicas, as informações por situação de residência – urbana ou rural – e nem possibilitando o cruzamento da condição de ocupação com a classe de rendimento⁴.

⁴ Tais cruzamentos são possíveis a partir dos microdados da pesquisa, que não foram utilizados neste trabalho.

A análise da Tabela 4 evidencia a quase total predominância de domicílios próprios na Bahia, bem como o seu incremento na década (79,3%, em 1992, e 82,4% em 1999) verificado à custa do decréscimo nas proporções de “alugados” e “cedidos”, condições de ocupação que, no final dos anos 1990, não atingiram, cada qual, a marca dos 10% das moradias baianas.

Tabela 4

Domicílios Particulares Permanentes Por Condição de Ocupação		
Bahia, 1992-1999		(%)
Condição de Ocupação	1992	1999
Próprio	79,3	82,4
Alugados	9,8	8,2
Cedidos ou outra	10,8	9,4
Sem declaração	0,1	0,0

Fonte: IBGE/PNAD

Proporção tão elevada de domicílios próprios, paralelamente à grande concentração de habitações nas faixas inferiores de renda, como demonstrado anteriormente, indica que, mesmo dentro dessas classes, a moradia própria constitui maioria absoluta. Aqui surge um grave viés na compreensão da questão habitacional, resultante do conceito de domicílio próprio adotado na PNAD⁵, que não faz referências à condição de ocupação do terreno e às formas empreendidas para a aquisição/produção da casa própria. Com efeito, diante de tão baixos rendimentos, que impossibilitam a constituição de uma demanda efetiva para o mercado de moradias, e em face da oferta oficial insuficiente de habitações – ainda mais fragilizada com a crise do Estado dos anos 90 – a casa própria não pode resultar senão do processo que combina a apropriação de terrenos de terceiros e a autoconstrução. Isto é, a propriedade da moradia não pressupõe, para as parcelas mais pobres da população, a propriedade do terreno. Esta tem sido a realidade dos grandes centros urbanos sobretudo, mas também das periferias das cidades de pequeno e médio portes, onde o fenômeno das invasões de terras públicas e particulares tem sido por demais vivenciado e estudado.

Presença de bens duráveis nos domicílios

A Tabela 5 evidencia que, em 1999, os bens fogão, rádio e televisão, nessa ordem, eram os mais presentes nos domicílios baianos. Com efeito, tais bens podiam ser encontrados em mais de 70% das moradias superando, de longe, a incidência de geladeira, existente em cerca de 56% delas⁶. Pouco menos de 2/3 das habitações dispunham de filtro de água, apenas 20% utilizavam telefone e menos de 10% possuíam máquina de lavar ou freezer.

⁵ A PNAD considera como domicílio próprio aquele de propriedade, total ou parcial, do morador, estando integralmente quitado ou não, e independentemente da condição de ocupação do terreno onde está localizado o domicílio.

⁶ As proporções de domicílios baianos dispondo desses bens são bem inferiores às médias nacionais, no mesmo ano de 1999, conforme evidenciam os seguintes dados referentes ao Brasil: fogão (97,4%); geladeira (82,8%); televisão (87,7%) e rádio (89,8%).

Tabela 5

Domicílios Particulares Permanentes Por Situação do Domicílio, Segundo Bens Duráveis Existentes no Domicílio Bahia, 1992-1999 (%)						
Bens	1992			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Fogão	88,8	93,4	81,8	93,8	96,9	88,5
Rádio	74,8	79,3	67,9	83,2	86,4	77,6
Televisão	48,3	69,8	14,9	70,6	86,6	43,3
Geladeira	61,8	71,1	47,2	62,0	67,8	52,3
Filtro de água	43,2	63,3	11,8	56,2	75,0	24,1
Freezer	9,6	15,8	0,1	19,9	30,8	1,4
Máquina de lavar	4,2	6,8	0,2	9,2	13,9	1,3
Fogão	3,7	5,8	0,4	7,7	11,3	1,6

Fonte: IBGE/PNAD

Esse quadro resulta da disseminação cada vez mais acentuada de bens duráveis nos domicílios do estado, ocorrida ao longo dos anos 1990, sem maiores alterações na hierarquia apresentada no início da década, a não ser pela maior importância assumida pela televisão, que “ultrapassa” o filtro de água na escalada de consumo dos lares baianos. Tal reversão foi motivada tanto porque o filtro de água manteve-se com a mesma presença nos domicílios – contrariando a tendência dos demais bens que aumentaram sua incidência – como pelo expressivo aumento da proporção de moradias portadoras de televisão (de 48,3%, em 1992, para 70,6% em 1999). Para se ter uma dimensão dessa transformação, observe-se que em 1992 televisão e geladeira correspondiam a valores percentuais bem próximos, o que já não acontece em 1999, quando a proporção de moradias “telespectadoras” é 1,3 vezes maior que a daquelas com geladeira.

Quanto aos bens telefone, máquina de lavar e freezer, embora tenham sido os que mais aumentaram sua presença no período – mais do que a dobraram – mantêm-se, em 1999, como privilégio de uma minoria de famílias.

Como seria de esperar, a generalização de bens de consumo duráveis é mais marcante no meio urbano, embora tenha se verificado também nas áreas rurais. Nelas, a proporção de lares com televisão quase que triplica, enquanto o percentual de habitações com geladeira praticamente duplica, ao longo da década, e, bem mais que no contexto urbano, as moradias rurais priorizam a televisão em detrimento da geladeira.

A Tabela 6, a seguir, apresenta a distribuição dos domicílios, por bens duráveis, agregados segundo classes selecionadas de rendimentos, para o ano de 1999. Salienta-se que, nesse ano, cerca de 61% dos domicílios baianos perfaziam uma renda mensal de até 3 salários mínimos (SM), enquanto apenas 7,3% deles ultrapassavam os 10 SM.

Pode-se notar que, apesar de mais enfático nos domicílios mais ricos (acima de 10 SM de renda mensal), o uso de fogão e rádio é generalizado nas moradias mais pobres (até 3 SM). As diferenças de consumo aparecem, contudo, com relação

aos demais bens listados: os menos disseminados, como o freezer e a máquina de lavar, estão presentes em torno de metade dos domicílios mais ricos e em apenas 2% dos mais pobres; o filtro de água, bem que responde pela potabilidade da água em 88,6% dos lares mais abastados, somente é encontrado em pouco mais de 50% dos mais empobrecidos; e a televisão e a geladeira, consumidos, praticamente, pela totalidade das famílias de maior renda, são utilizados, respectivamente, em 60,6% e 41,4% das moradias com renda até 3 SM.

Tabela 6

Domicílios Particulares Permanentes Por Bens Duráveis Existentes no Domicílio, Segundo Grandes Classes de Rendimento Bahia, 1999 (%)		
Bens	Classes de Rendimento	
	Até 3 SM	Mais de 10 SM
Fogão	91,7	99,7
Rádio	78,7	96,9
Televisão	60,6	99,5
Geladeira	41,4	99,2
Filtro de água	54,4	88,6
Freezer	2,2	46,6
Máquina de lavar	2,3	55,7

Fonte: IBGE/PNAD

Chama-se a atenção para a primazia dada, nas classes de menor renda, à televisão, em relação à geladeira, por exemplo. Trata-se de um fenômeno observável em nível nacional (embora sem o grau de prioridade revelado no caso baiano), que não deve ser atribuído apenas ao menor custo de um aparelho de televisão. Na verdade, a TV acabou por se constituir como um dos principais instrumentos de lazer dessas famílias e de socialização dos seus membros, habilitando-os para a vida moderna: seja através de informações, que sinalizam o acesso ao mercado de trabalho, seja através da assimilação de novos padrões comportamentais, por exemplo.

No que diz respeito à disseminação desses bens duráveis nas classes mais pobres ao longo da década, devem-se considerar ainda alguns fatores. Ao lado da estabilização dos preços obtida com o Plano Real, tem-se a “popularização” do crediário que, mediante parcelas reduzidas e acessíveis às pequenas rendas, facilita a aquisição dos bens ainda que a juros exorbitantes e, via de regra, ignorados por esses clientes. Ademais, não convém descartar, embora não se tenha como mensurá-lo, o papel representado pelo mecanismo de “doação” desses bens, que lhe “alargam” a vida útil nas mãos de outros usuários que não os adquirentes originais⁷.

PADRÃO HABITACIONAL: INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

Este item tem por objetivo caracterizar os domicílios particulares permanentes na Bahia, na década de 1990, em termos de infra-estrutura básica, segundo a

⁷ A PNAD investiga a existência ou não de determinado bem no domicílio e não a sua forma de aquisição.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Dessa forma, as condições de saneamento serão avaliadas através dos seguintes serviços: abastecimento de água, esgotamento sanitário (e existência de banheiro ou sanitário) e disposição do lixo doméstico. Em paralelo, busca-se também demonstrar a trajetória da iluminação elétrica, importante componente da infra-estrutura básica domiciliar. Todas essas características serão analisadas segundo a situação do domicílio (urbana e rural), sempre observando-se o impacto da renda sobre a sua disponibilização nos domicílios por meio das classes de rendimento mensal em salários mínimos. A partir desse quadro, será possível ter noção das condições de vida da população baiana na última década do Século XX, o que pode contribuir para a identificação de deficiências na provisão de serviços públicos essenciais que auxiliem na formulação, execução e avaliação de políticas públicas nos setores social e econômico.

Os serviços de saneamento básico são estratégicos para qualquer governo, pois têm conseqüências diretas sobre a saúde e a qualidade de vida da população. Eles representam uma importante medida das condições sanitárias e de saúde, pois existe uma forte relação entre a infra-estrutura de saneamento e o padrão da morbidade e mortalidade populacional. Existe uma série de doenças redutíveis conforme se verifica o progresso sanitário nos domicílios, segundo um estudo da Cosan, Geohidro e Ecodit (1997). Algumas doenças diagnosticadas como a Hepatite, a Febre Tifóide, a Cólera, a Dengue, a Esquistossomose, a Leptospirose e as Doenças Diarréicas têm as suas incidências relacionadas com a qualidade sanitária, podendo ser consideravelmente reduzidas por meio do saneamento básico. A relevância desses serviços está, pois, no seu caráter imprescindível para o saudável convívio em sociedade. Em razão disso, a falta de investimentos nessa área é problemática, podendo contribuir para a deterioração do sistema físico e operacional existente e para o comprometimento de suas condições de manutenção e ampliação.

Abastecimento de água

As informações referentes ao abastecimento de água⁸ nos domicílios particulares permanentes baianos, segundo a PNAD, dizem respeito à existência ou não de canalização interna⁹ e às formas de abastecimento possíveis nos domicílios (Tabela 7).

Durante a década de 90, houve uma relativa melhoria das condições de distribuição de água na Bahia. Em 1992, apenas 49% dos domicílios baianos pos-

⁸ As informações de abastecimento de água são detalhadamente abordadas na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE/2000. Uma caracterização qualitativa desse serviço, por exemplo, consiste no tratamento dado à água segundo o total de distritos abastecidos. Na Bahia, dos 750 distritos abastecidos, 531 (70,8%) tratavam a água e apenas 219 (29,2%) não dispunham de qualquer tratamento (convencional, não-convencional e simples desinfecção ou cloração).

⁹ A PNAD considera que o abastecimento de água com canalização interna se refere à existência de um ponto de água em pelo menos um cômodo do domicílio, enquanto que a ausência de canalização interna ocorre nos domicílios que não possuem distribuição de água em nenhum cômodo.

suam canalização interna para o abastecimento de água; em 1999 essa proporção aumenta para 62%, devido ao acréscimo de 48% dos domicílios com canalização em pelo menos um cômodo. A presença de canalização interna nos domicílios é amplamente registrada na zona urbana: em mais de 70% deles, no início dos anos 90, aumentando para 83% no final da década.

Tabela 7

Domicílios Particulares Permanentes Segundo o Abastecimento de Água Bahia, 1992-1999 (%)						
Abastecimento	1992			1999		
D'água	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total de domicílios (em mil)	2.767	1.686	1.081	3.236	2.039	1.197
Com canalização interna	49,4	72,9	12,7	62,5	83,2	27,1
Rede geral	46,4	71,0	8,1	58,3	81,9	18,2
Outro	3,0	1,9	4,7	4,1	1,3	8,9
Sem canalização interna	50,5	27,0	87,2	37,5	16,8	72,8
Rede geral	7,9	10,1	4,3	9,8	8,8	11,5
Outro	42,7	16,9	82,8	27,7	8,0	61,3

Fonte: IBGE/PNAD

Diferentemente do que ocorre na área urbana, o espaço rural é caracterizado por concentrar a maioria dos domicílios baianos sem canalização interna para o abastecimento de água. Em 1992, 87% dos domicílios rurais não tinham canalização interna. Embora essa proporção tenha sido reduzida em 7% no período, o elevado percentual de 73%, em 1999, denota um quadro habitacional precário nessas áreas. Mesmo os percentuais registrados, em 1999, para o total do estado (38%), assim como para a sua área urbana (17%), ainda são elevados.

A ausência de água canalizada no domicílio configura uma situação comprometidora da higiene e perigosa para a saúde da população a ela submetida. Essa situação é agravada com o adensamento populacional típico dos centros urbanos, comprometendo a saúde pública pela alta incidência de doenças causadas com o uso de água sem tratamento, obtida fora do domicílio, e ou com a prática da higiene pessoal e doméstica reduzida pela inexistência de acesso imediato à água para atividades básicas como: lavar as mãos, os alimentos e realizar o asseio geral das pessoas e dos utensílios.

Existem duas formas distintas de obtenção da água utilizada nos domicílios: a *rede geral*¹⁰, que diz respeito ao abastecimento através de uma rede geral de distribuição de água; e *outra forma*, que é o abastecimento d'água através de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência.

Os domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água estão predominantemente associados à presença de canalização interna. Como a rede geral é um serviço que depende fundamentalmente de densidade demográfica que justifique sua estruturação em rede, maior é a presença

¹⁰ Representa uma forma de condução/distribuição da água aos domicílios que assegura que a água utilizada seja canalizada, no mínimo, até o terreno ou propriedade onde o domicílio está situado.

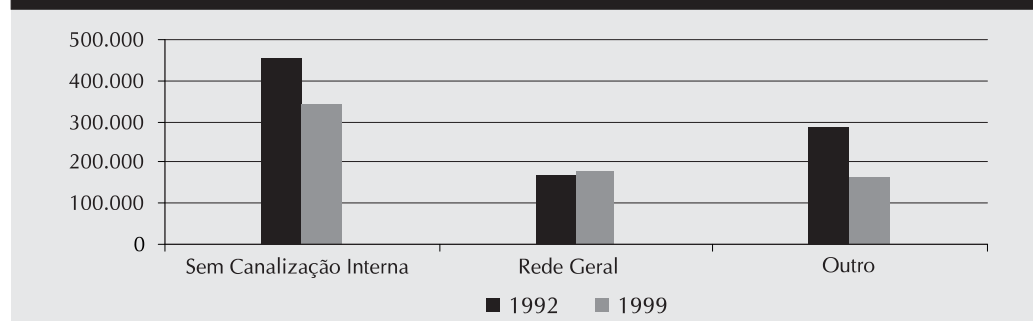
dessa combinação nos domicílios urbanos do estado. Assim, em 1992, 97% dos domicílios urbanos com canalização interna estavam ligados à rede, sendo que ao final do período essa proporção foi elevada para 99%¹¹, correspondendo, praticamente, a todos os domicílios urbanos canalizados internamente.

Outro movimento registrado entre os domicílios urbanos ligados à rede geral foi o de crescimento absoluto entre os que não possuíam canalização. Assim como nos anos 1980¹² (quando ocorreu aumento do abastecimento por rede geral sem canalização interna na área urbana), nos anos 1990 os domicílios nessa situação também registraram um incremento de 5% nos valores absolutos.

O crescimento da rede geral nos domicílios urbanos sem canalização interna demonstra que a parcela da população que não tinha condições de instalar um ponto de água em pelo menos um cômodo de sua residência elevou-se na década de 90. Esse fenômeno evidencia que o inquestionável avanço de cobertura do serviço em rede (esfera de atuação do poder público) não corresponde, automaticamente, à melhoria do serviço no interior desses domicílios (esfera de atuação do morador). Tal descompasso se explica, em grande parte, pelo baixo nível de renda dessas famílias, que as incapacita para investimentos na infra-estruturação da moradia e revela os limites das políticas públicas – calcadas no fornecimento de serviços em rede – na efetiva melhoria das condições de habitabilidade. Conforme se observa no Gráfico 1, a estratégia predominantemente utilizada pelos domicílios urbanos sem canalização interna parece estar sendo a substituição da *outra forma* de abastecimento pela rede geral de distribuição, uma vez que houve diminuição dos domicílios (43%) com outro tipo de abastecimento no período.

Gráfico 1

Domicílios Urbanos Sem Canalização Interna Por Formas de Provimento de Água Bahia, 1992-1999



Fonte: IBGE/PNAD

Por outro lado, os domicílios do meio rural, caracterizados sobretudo pela inexistência de canalização interna para o abastecimento d'água, têm uma menor participação em rede geral de abastecimento (30% em 1999), que se

¹¹ A participação percentual, nesse caso, está submetida ao total dos domicílios com canalização interna para o abastecimento de água.

¹² Ver Franco e Serra, 1992.

constitui em forma atípica para as áreas rurais dada a sua característica de ocupação rarefeita. Assim, o quadro precário dos domicílios rurais baianos é marcado pela elevada proporção de domicílios sem canalização interna (73% em 1999), sendo que, destes, 84% ou cerca de 733 mil domicílios tinham *outra forma* de abastecimento. Entretanto, a categoria *outra forma* de obtenção de água nos domicílios rurais sem canalização interna foi reduzida em 18% entre 1992 e 1999, sendo, praticamente, a responsável pela diminuição de 24% registrada no agregado total do estado. Apesar da melhoria na qualidade do abastecimento de água no meio rural ocorrida nos anos 1990, o percentual de moradias sem canalização interna e dependentes de poço/nascente e de reservatório alimentado por carro-pipa, água de chuva, etc. registrado, em 1999 (61%), é muito elevado.

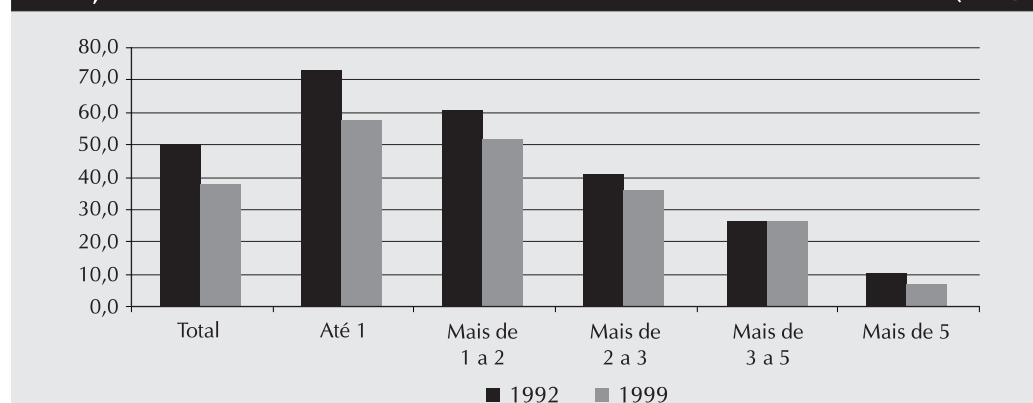
Uma vez que a inexistência de canalização interna no domicílio pode ocasionar danos à saúde da população, a probabilidade de incidência de doenças se intensifica quando, a esta deficiência, associa-se a aquisição de água, que, geralmente, não passou por qualquer tipo de tratamento para o consumo. A deterioração das condições de saúde das pessoas que residem em domicílios com essas características contribui certamente para a persistência das doenças infecciosas e parasitárias, muitas delas redutíveis por saneamento básico, no quadro de morbi-mortalidade do estado.

Observando-se o Gráfico 2, nota-se que a proporção de domicílios sem canalização interna, na Bahia, está inversamente relacionada com as classes de renda nos anos 1990. Mesmo em 1999, nas classes de rendimento mais baixas localizam-se as mais elevadas proporções de domicílios sem canalização interna: até 1 salário mínimo (57%) e mais de 1 a 2 salários mínimos (51%); isso demonstra que quanto mais pobre é a população mais precárias tendem a ser as condições de infra-estrutura domiciliar para o abastecimento de água. Essas duas classes de renda juntas representam 63% de todos os domicílios sem canalização interna do estado em 1999. A pequena participação de domicílios sem canalização interna nos estratos maiores de renda corresponde, como seria de esperar, a um número relativamente pequeno

Gráfico 2

Domicílios Sem Canalização Interna Para o Abastecimento D'água Por Classe de Renda (Em Salários Mínimos) Bahia, 1992-1999

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD

de domicílios nestes níveis de rendimento e sem água canalizada em pelo menos um cômodo.

Durante a década, houve uma diminuição relativa na ausência de canalização nos domicílios em relação ao total (exceto nas classes de 3 a 5 salários mínimos), mas tal diminuição se produziu por meio de perdas absolutas em apenas duas classes de renda: até 1 salário mínimo (-35%) e de 1 a 2 salários mínimos (-8%). Nas demais, houve aumento absoluto do número de domicílios sem canalização interna para o abastecimento de água, conforme se verifica na Tabela 8.

Tabela 8

Domicílios Particulares Permanentes Segundo a Inexistência de Canalização Interna Para o Abastecimento de Água Por Classes de Renda
Bahia, 1992/1999

Classes de Rendimento Domiciliar (Salário Mínimo)	Total de Domicílios (Em Mil)			Domicílios Sem Canalização Interna (Em Mil)		
	1992	1999	Incremento (1992/1999) %	1992	1999	Incremento (1992/1999) %
Total	2.767	3.236	17	1.397	1.214	-13
Até 1	742	614	-17	541	351	-35
Mais de 1 a 2	765	820	7	456	419	-8
Mais de 2 a 3	386	538	39	159	194	22
Mais de 3 a 5	311	525	69	81	137	69
Mais de 5	363	577	59	37	39	8

Fonte: IBGE/PNAD

Assim, dois aspectos do abastecimento na Bahia são evidenciados na Tabela 8: o primeiro é positivo e está associado à diminuição do número de domicílios mais pobres sem canalização interna; o segundo é intrigante, referindo-se ao aumento do quantitativo de domicílios das classes de rendimento de 2 salários mínimos em diante, nessa situação. Dessa forma, a progressiva diminuição de participação dos domicílios sem canalização nos estratos maiores de renda, mostrada no Gráfico 2, não indica que tal precarização do serviço esteja sendo reduzida entre os domicílios de maior renda¹³.

Nos domicílios urbanos há uma maior incidência de canalização interna para o abastecimento de água, como pode ser visto na Tabela 9. Em todas as classes de renda existe uma proporção elevada de domicílios atendidos em relação ao total de domicílios urbanos com igual renda, até mesmo na faixa de até 1 salário mínimo, que contava com 65% em 1999. O aumento de cobertura também se efetiva mais rapidamente de acordo com a progressão salarial: as duas classes de renda imediatamente superiores à de menor ganho salarial, mais de 1 a 2 e mais de 2 a 3 salários mínimos, já registravam uma participação de 74% e 84%, respectivamente, no último ano do período.

¹³ A presença de domicílios sem canalização interna para o abastecimento de água nos estratos superiores de renda é também verificada em outros estados, em 1999. No Nordeste, esta tendência se dá sobretudo nas áreas rurais (cerca de 2/3 dos domicílios na classe de mais de 5 salários mínimos e sem canalização interna são rurais, como nos casos de Pernambuco e Bahia). No caso de São Paulo, esta ocorrência é sobretudo urbana, com cerca de 20% dos domicílios mais abastados (mais de 5 salários mínimos) sem canalização interna com essa situação.

Tabela 9

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com Canalização Interna e Rede Geral de Abastecimento de Água, Segundo as Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Com Canalização Interna e Rede Geral (%)	Ranking
São Paulo	9.355	97,8	1
Paraná	2.133	96,4	2
Espírito Santo	615	95,5	3
Sergipe	307	94,4	4
Minas Gerais	3.618	94,3	5
Roraima	48	93,6	6
Rio Grande do Sul	2.411	93,1	7
Distrito Federal	487	92,4	8
Paraíba	588	92,0	9
Santa Catarina	1.077	90,7	10
Mato Grosso do Sul	462	88,8	11
Rio de Janeiro	3.994	88,7	12
Rio Grande do Norte	428	88,5	13
Pernambuco	1.485	83,1	14
Bahia	2.039	81,9	15

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE)

O meio rural se notabiliza por apresentar características domiciliares distintas – e muitas vezes inadequadas – do contexto urbano. Portanto, a distribuição dos domicílios com canalização interna segundo as classes de rendimento vai refletir essa propriedade. Assim, diferentemente do meio urbano, a ausência de canalização interna para o abastecimento de água nos domicílios rurais generaliza-se em todas as classes de rendimento, mesmo entre aquelas de maior rendimento: a classe de mais de 5 salários mínimos registrou 47% dos domicílios que a compreendem como desprovidos de canalização interna em 1999.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2000), a Bahia classificou-se como o 15º estado no Brasil em termos de existência de canalização interna e rede geral de abastecimento de água nos domicílios urbanos (81,9%). Dentre os estados mais bem posicionados que a Bahia, podem-se ressaltar, em primeiro lugar, São Paulo (97,8%), e quatro estados nordestinos, quais sejam, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que ocupam, respectivamente, as 4ª, 9ª, 13ª e 14ª posições. Dessa forma, a Bahia se apresenta como o quinto estado da Região Nordeste em termos de um abastecimento adequado de água no meio urbano. Esse desempenho é inferior às médias do Brasil (89,2%) e da região Sudeste (94,9%). A Bahia conseguiu, contudo, ficar acima das médias das regiões Nordeste (80,9%) e Norte (61,1%).

Esgotamento e instalação sanitários

As informações da PNAD relativas à instalação e ao esgotamento sanitários dos domicílios particulares permanentes dizem respeito à existência desses serviços no espaço que se estende desde o domicílio até o terreno ou propriedade onde este se situa. Uma vez confirmada a presença de banheiro ou sanitário, passa-se à sua caracterização segundo duas formas de uso: exclusivo dos moradores do domicílio e comum aos moradores de mais de um

domicílio. Existem algumas limitações impostas pela pesquisa, pois, no que se refere ao esgotamento, não há informações sobre o tratamento dado ao esgoto coletado e, quanto à instalação sanitária, não são diferenciados os diversos tipos de banheiro ou sanitário, desde os que são mais bem estruturados (possuem vaso sanitário, local para o banho e todos os outros recursos e espaço que propiciam maior conforto e higiene) até aqueles que se restringem a um cômodo com um buraco para dejeções¹⁴.

O escoadouro do banheiro ou sanitário foi classificado, quanto ao tipo, em *rede coletora*, *fossa séptica* e *outro*. A rede coletora e a fossa séptica representam os tipos adequados de destinação do esgoto por propiciar uma condução para as águas servidas e os dejetos domésticos. A *rede coletora* ocorre quando a canalização dos esgotos domésticos é ligada a um sistema de coleta que os conduz para um desaguadouro geral da área, região ou município, não necessariamente dispondo de uma estação de tratamento dos dejetos. A *fossa séptica* diferencia-se pelo processo de tratamento ou decantação a que submete os dejetos, sendo a sua parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município.

O *outro* tipo de esgotamento sanitário concentra todas as formas inadequadas de destinação dos dejetos domiciliares, representando tentativas precárias de escoamento dos dejetos domésticos por meio de fossa rudimentar¹⁵, e para vala, rio, lago ou o mar.

Na Bahia, entre os serviços de saneamento básico, a instalação e o esgotamento sanitários destacam-se historicamente pela maior precariedade. Em 1984 (último ano da década de 80 para o qual tais informações foram divulgadas¹⁶), somente pouco mais da metade (54%) dos domicílios existentes tinham esgoto e instalação sanitários, com os dejetos escoados principalmente através de “fossa rudimentar” e “outro” (36%). Em 1999, os avanços obtidos elevaram para 73% a proporção dos domicílios com escoadouro e com banheiro ou sanitário. Entretanto, esse crescimento novamente foi acompanhado pela significativa proporção de domicílios com tipo de esgoto mais precário “outro”, que passou para 48% em 1999, comprovando que a ampliação de cobertura não implica, automaticamente, ganhos qualitativos do serviço.

¹⁴ As informações da PNAD quanto ao esgotamento sanitário podem ser complementadas pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE/2000, que conceitua este serviço considerando, além da coleta, o transporte, afastamento, tratamento e disposição final das águas residuárias da comunidade, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário. Do total de distritos baianos (812), apenas 51 (6,3%) possuíam tratamento de esgoto, ao passo que 761 (93,7%) não tinham nenhum tipo de tratamento (desinfecção, remoção de nutrientes e outros).

¹⁵ Na comparação dos dados de esgotamento sanitário da PNAD entre a década de 80 e os anos 1990, uma das modificações introduzidas foi a não-discriminação da fossa rudimentar nas tabulações divulgadas. Esta vem agregada a “outro” e distingue-se da fossa séptica por não submeter os dejetos a nenhum tratamento, restringindo-se somente a armazenar o material esgotado no terreno. A fossa rudimentar é também conhecida como fossa negra, poço ou buraco.

¹⁶ Para maiores informações, ver Franco e Serra, 1992.

Especificamente, durante a década de 90, foi registrado o aumento significativo na cobertura dos serviços de esgotamento e instalação sanitários na Bahia com o incremento de 40% nos domicílios assim dotados e a redução em 20% do número de domicílios sem escoadouro e instalação sanitária.

Com base nas Tabelas 10 e 11, verifica-se que, em 1999, 73% ou cerca de 2.376 mil domicílios particulares permanentes tinham esgoto e banheiro ou sanitário, ao passo que 27% dos mesmos eram desprovidos desses itens na Bahia. Apesar da redução ocorrida na década, a proporção de domicílios sem esgotamento e instalação sanitária no estado ainda é bastante significativa, pois esse percentual representa cerca de 860 mil domicílios baianos sem qualquer infra-estrutura que possibilite o escoamento dos dejetos e o atendimento às necessidades básicas de higiene.

Tabela 10

Domicílios Particulares Permanentes Segundo o Esgotamento Sanitário* Bahia, 1992-1999 (%)						
Esgotamento Sanitário	1992			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total de domicílios (em mil)	2.767	1.686	1.081	3.236	2.039	1.197
Tinham	61,2	82,7	27,8	73,4	90,9	43,7
Rede coletora	25,7	30,4	3,8	33,1	41,7	2,6
Fossa séptica	21,9	24,1	11,5	18,9	21,8	8,4
Outro	52,4	45,4	84,7	48,0	36,5	89,0
Não tinham	38,7	17,2	72,1	26,6	9,1	56,3
Sem declaração	—	—	—	—	—	—

Fonte: IBGE/PNAD.

(*) Os percentuais correspondentes aos tipos de esgotamento sanitário foram calculados em relação ao total de domicílios que tinham esgotamento sanitário.

Tabela 11

Domicílios Particulares Permanentes Segundo a Existência de Banheiro ou Sanitário Bahia, 1992-1999 (%)						
Banheiro ou Sanitário	1992			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total de domicílios (em mil)	2.767	1.686	1.081	3.236	2.039	1.197
Tinham	61,2	82,7	27,8	73,4	90,9	43,7
De uso exclusivo	59,5	79,9	27,6	72,1	89,0	43,3
Comum a mais de um	1,7	2,7	0,2	1,3	1,9	0,3
Sem declaração	—	—	—	—	—	—
Não tinham	38,7	17,2	72,1	26,6	9,1	56,3
Sem declaração	—	—	—	—	—	—

Fonte: IBGE/PNAD.

A falta de escoadouro nos domicílios é extremamente prejudicial para a convivência dos moradores, pois, não havendo uma drenagem correta dos dejetos domésticos, é aumentada a possibilidade de contaminação do ambiente, o que compromete a qualidade dos lençóis freáticos do entorno e, por conseguinte, as condições de higiene familiar e de saúde da coletividade próxima.

Com relação à situação domiciliar no estado, conforme se observa nas Tabelas 10 e 11, os resultados revelam um quadro de profundas desigualdades entre as áreas urbana e rural. Tais diferenças se tornam evidentes pela presença marcante de esgoto e instalação sanitária na zona urbana (91% dos domicílios) e pela sua reduzida proporção no meio rural (44%), em 1999. Apesar da considerável redução de 14% nos domicílios rurais sem esgotamento entre 1992 e 1999, mais da metade desses, cerca de 674 mil domicílios rurais, ainda se encontravam nessa situação em 1999, acentuando o atraso na qualidade de vida das pessoas residentes no meio rural em relação aos centros urbanos. Dessa forma, o significativo aumento desse serviço na zona rural baiana (74%) ainda se configura insuficiente para aproximá-la das condições na área urbana, pois, em 1999, a cobertura com algum tipo de esgotamento sanitário atingia menos da metade dos domicílios rurais da Bahia.

Uma vez observada a existência de esgoto e instalação sanitários, procedeu-se à caracterização do serviço por tipos de esgotamento sanitário (rede coletora, fossa séptica e outro) e das formas usadas de instalação sanitária (banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio e comum a mais de um domicílio).

De um modo geral, na Bahia, os domicílios inverteram sua participação, passando do tipo de esgotamento mais precário “outro” para formas adequadas de destinação dos dejetos tipificadas na “rede coletora”: cai, de 52% para 48%, a proporção de domicílios que escoavam os seus dejetos de forma precária entre 1992 e 1999, enquanto os domicílios com rede coletora seguem um movimento inverso (26% para 33%).

Embora a proporção dos domicílios baianos com outro tipo de esgotamento tenha caído durante a década de 90, houve crescimento de 29% no número absoluto de domicílios com essa característica. Esse aumento não é facilmente percebido, pois o incremento registrado nos domicílios com algum tipo de esgoto foi bastante superior (40%). Assim, conclui-se que a melhoria da qualidade do serviço de esgotamento sanitário na Bahia mantém-se como desafio, em razão do montante ainda elevado, em torno de 1.141 mil domicílios, com formas precárias de esgotamento.

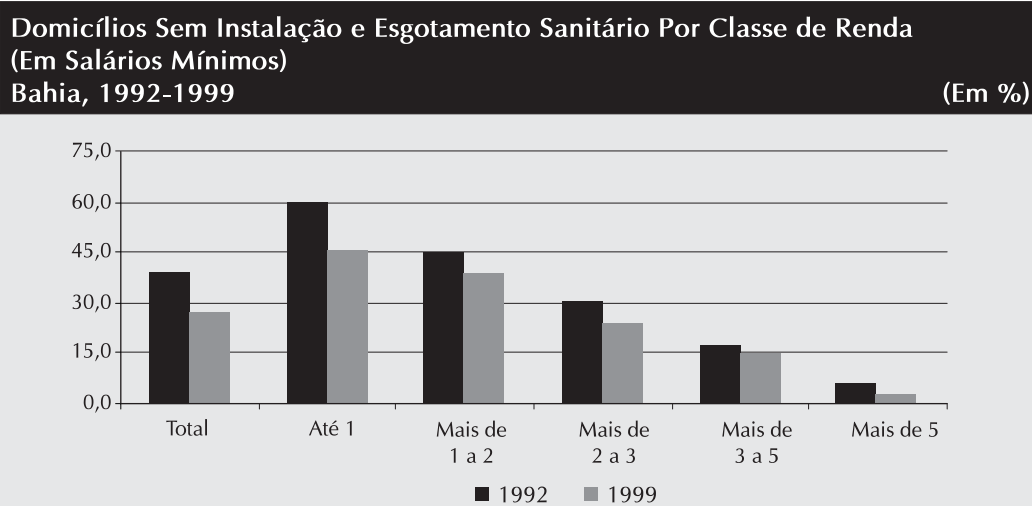
Na área urbana, os tipos de esgotamento típicos são a rede coletora, sobretudo a fossa séptica. No período, houve um aumento da proporção dos domicílios que realizavam seu esgotamento por rede coletora ou fossa séptica, os quais, juntos (64%), continuam superando as formas precárias (36% dos domicílios) em 1999. Contudo, o esgotamento deficiente registrado pelos domicílios urbanos no último ano da década ainda se dá em índices muito elevados constituindo um problema a ser enfrentado. De fato, nas áreas urbanas, a consequência desse tipo de destinação dos dejetos domésticos pode ser dimensionada pela degradação ambiental, com o comprometimento inclusive do abastecimento de água, devido à poluição causada pelo adensamento populacional e crescimento do volume de dejetos produzidos sem tratamento minimamente satisfatório.

No meio rural, por sua vez, o esgotamento precário é realizado na maioria absoluta dos domicílios pois, nesse espaço, a infra-estrutura é caracteristicamente muito restrita, com reduzidíssima presença de rede coletora. Mas chama a atenção o fato de que, até a fossa séptica, por representar uma alternativa individual, comparece no contexto rural baiano em tão reduzida incidência (8% dos domicílios com algum tipo de esgotamento sanitário), em 1999. Assim, nesse mesmo ano, apenas 11% dos domicílios rurais na Bahia escoavam seus dejetos adequadamente, enquanto a esmagadora maioria (89%) o fazia inadequadamente.

Quanto às diferentes formas de utilização do banheiro ou sanitário nos domicílios baianos, observa-se na Tabela 11 que o uso exclusivo pelos moradores era generalizado tanto nos domicílios urbanos quanto rurais. O uso do banheiro ou sanitário comum aos moradores de mais de um domicílio era inexpressivo, sendo observável apenas na área urbana. O destaque, negativo, comentado anteriormente, é que, no último ano da década de 90, 27% do total de domicílios baianos ainda não dispunham de banheiro ou sanitário, sendo que isso ocorria em 56% dos domicílios rurais.

Quanto à distribuição de domicílios sem instalação e esgotamento sanitários por classes de rendimento, nota-se que a renda tem um papel fundamental na acessibilidade a esses serviços, pois a proporção dos domicílios desprovidos de escoadouro e banheiro ou sanitário diminui com a progressão das classes de rendimento (Gráfico 3).

Gráfico 3



Fonte: IBGE/PNAD

Dentre as formas de escoamento sanitário, percebe-se, na Tabela 12, que o tipo precário de condução de esgotos está diretamente relacionado com as menores classes de renda. Em 1999, 80% dos domicílios baianos na classe de até 1 salário mínimo de renda nominal não possuíam esgotamento sanitário ou escoavam os seus dejetos precariamente. Já a utilização de rede coletora está diretamente relacionada com os estratos mais elevados de renda, pois 52% dos domicílios baianos com mais de 5 salários mínimos eram por ela atendidos em 1999. Apesar de a fossa séptica apresentar uma corre-

lação positiva com o nível de renda nos domicílios, a sua participação é inferior à rede coletora em todas as classes de rendimento, estando presente em 21% dos domicílios baianos com mais de 5 salários mínimos ao final da década.

Tabela 12

Domicílios Particulares Permanentes Segundo o Tipo de Esgotamento Sanitário Por Classes de Rendimento*
Bahia, 1992-1999 (%)

Esgotamento Sanitário	Classes de Rendimento Mensal Domiciliar (Salário Mínimo)					
	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
1992						
Total (em mil)	2.767	742	765	386	311	363
Tinham	61,2	40,6	55,1	69,9	82,5	94,5
Rede coletora	15,7	6,1	10,5	16,1	22,7	41,7
Fossa séptica	13,4	6,3	9,7	15,0	21,7	28,3
Outro	32,1	28,2	34,9	38,8	38,0	24,6
Não tinham	38,7	59,3	44,8	30,1	17,3	5,3
1999						
Total (em mil)	3.236	614	820	538	525	576
Tinham	73,4	55,1	62,4	76,3	85,7	97,3
Rede coletora	24,3	10,4	13,6	22,9	28,4	52,4
Fossa séptica	13,9	9,9	10,9	14,6	15,9	20,8
Outro	35,3	34,7	37,9	38,8	41,3	24,2
Não tinham	26,6	44,9	37,6	23,6	14,3	2,7

Fonte: IBGE/PNAD.

(*) Na tabela 12, os percentuais correspondentes aos tipos de esgotamento sanitário foram calculados em relação ao total de domicílios que tinham esgotamento sanitário.

No meio urbano, o impacto da renda sobre a disponibilidade de instalação e esgotamento sanitários nos domicílios é arrefecido pela difusão desses serviços em todas as classes de rendimento. Na Bahia, em 1999, 75% dos domicílios urbanos dentro do mais baixo nível de renda (até 1 salário mínimo) tinham escoadouro e instalação sanitários e esse percentual crescia, gradativamente, nas classes de rendimento superiores nesse mesmo ano, sendo que, a partir da faixa de renda de mais de 5 salários, a cobertura desses itens já correspondia a 100%.

Quanto aos domicílios rurais, a estratificação por renda demonstra que é maior a participação daqueles sem esgoto e instalação sanitária em correspondência com os menores ganhos e vice-versa: na Bahia, em 1999, enquanto 66% de domicílios rurais que auferiam até 1 salário mínimo não tinham esses serviços, foram registrados 23% de domicílios em igual situação entre os que obtinham um rendimento de mais de 5 salários.

Com base no tipo de esgotamento sanitário adequado na área urbana, como mostram as Tabelas 13 e 14, a Bahia ficou com a 16ª posição no Brasil em termos de domicílios que escoam os seus dejetos através de rede coletora e fossa séptica (57,8%), em 1999, situando-se após o Distrito Federal (97,3%), que é o primeiro do *ranking*, e abaixo dos estados das regiões Sudeste e Sul. A comparação por unidades da Federação revelou também que a qualidade

do esgotamento sanitário na Bahia precisa melhorar muito, pois o seu desempenho, além de estar abaixo daquele de outros estados com menores potencialidades, foi inferior inclusive ao registrado por estados de menor expressão como Roraima, Rondônia, Amazonas e Acre (na região Norte) e de Piauí, Paraíba e Sergipe (na região Nordeste). Assim, no final da década de 90, a Bahia apresentou-se como o 4º estado nordestino em termos de esgotamento sanitário por rede coletora e fossa séptica, ficando abaixo das médias brasileira (75,6%) e do Sudeste (90,9%), mas acima da média nordestina (51,6%). Outro aspecto que reforça o quadro ainda deficiente de esgotamento sanitário na Bahia refere-se aos 13,2% de domicílios urbanos, em 1999, que não tinham esgotamento ou destinavam os seus dejetos precariamente, contribuindo para a degradação do meio ambiente e da saúde da população. De acordo com esse percentual, a Bahia integra o sexto lugar em condução inadequada dada ao esgoto residencial frente às demais unidades federativas e a terceira posição dentre os estados nordestinos, perdendo somente para o Maranhão (28,8%) e para o Piauí (21,2%). Até mesmo em relação às médias das regiões Nordeste (12,6%) e Norte (10%), as maiores entre as grandes regiões geográficas, a Bahia consegue destacar-se, demonstrando estar atrasada na resolução desse problema.

Tabela 13

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com Esgotamento Sanitário Por Rede Coletora e Fossa Séptica, Segundo as Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Rede Coletora e Fossa Séptica (%)	Ranking
Distrito Federal	487	97,3	1
São Paulo	9.355	94,7	2
Roraima	48	90,3	3
Santa Catarina	1.077	89,7	4
Rio de Janeiro	3.994	88,4	5
Minas Gerais	3.618	85,6	6
Rio Grande do Sul	2.411	83,6	7
Espírito Santo	615	82,0	8
Rondônia	216	79,9	9
Piauí	378	67,3	10
Paraná	2.133	66,1	11
Paraíba	588	64,3	12
Amazonas	426	63,7	13
Sergipe	307	62,5	14
Acre	88	59,8	15
Bahia	2.039	57,8	16

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

Tabela 14

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com Outro Tipo e Sem Esgotamento Sanitário, Segundo as Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Outro e Não Tinha (%)	Ranking
Maranhão	558	28,8	1
Acre	88	21,9	2
Piauí	378	21,2	3
Amapá	82	18,6	4
Tocantins	182	15,4	5
Bahia	2.039	13,2	6

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

Destino do lixo

Os dados da PNAD referentes à destinação do lixo domiciliar informam sobre como este é coletado (direta ou indiretamente), assim como todas as demais possibilidades de disposição, nos meios urbano e rural (Tabela 15). As informações da pesquisa, contudo, não abrangem outros tipos de atividades de limpeza urbana, como: varrição, reciclagem, remoção de entulhos, tratamento e disposição final do lixo domiciliar. Mesmo quando se trata da coleta, único serviço da limpeza urbana observado pela PNAD, não se considera, por exemplo, a possibilidade de realização de coleta seletiva, dificultando-se uma visão mais completa da disposição do lixo, uma vez que não são identificados vários aspectos qualitativos¹⁷.

Tabela 15

Domicílios Particulares Permanentes Segundo o Destino do Lixo Bahia, 1992-1999 (%)						
Destino do Lixo	1992			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total de domicílios (em mil)	2.767	1.686	1.081	3.236	2.039	1.197
Coletado diretamente	32,8	51,8	3,2	41,9	62,3	7,3
Coletado indiretamente	9,1	14,4	0,7	16,5	24,4	2,9
Outro	58,0	33,7	96,0	41,6	13,3	89,8
Sem declaração	0,1	0,1	0,1	—	—	—

Fonte: IBGE/PNAD.

Durante a década de 90, houve uma relativa melhoria na disposição do lixo doméstico na Bahia. O número de domicílios baianos que tinham formas adequadas de destino do lixo¹⁸ aumentou significativamente no período. Essa mudança revelou-se na ampliação das formas de coleta direta e indireta do lixo¹⁹, que se elevaram tanto nas áreas urbanas quanto rurais. De acordo com essas duas possibilidades de coleta, 58% dos domicílios baianos tiveram o lixo recolhido corretamente em 1999, ao passo que a “outra forma de destinação do lixo”²⁰ reduziu consideravelmente a sua presença nos domicílios baianos durante os anos 1990. A “outra disposição dada ao lixo” envolve todas as formas precárias em termos de descarte do lixo doméstico que interferem negativamente na qualidade do meio-ambiente, podendo comprometer a saúde

¹⁷ A natureza qualitativa dos serviços ligados à limpeza urbana e/ou coleta de lixo estão disponíveis na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE, para o ano de 2000, onde: dos 415 municípios baianos, apenas 12 (2,8%) realizavam coleta seletiva; 7 (1,6%) submetiam o lixo à reciclagem; 401 (96,6%) removiam os entulhos e 291 (70,1%) faziam coleta de lixo especial (provenientes de indústrias, de unidades de saúde, radioativos, etc...). Comparativamente às médias do Brasil e das regiões Sudeste e Nordeste, a Bahia só conseguiu posicionar-se melhor que a última, cuja coleta seletiva tinha uma representação de apenas 1,5% e a reciclagem, 1,3%.

¹⁸ Considera-se como um destino adequado as coletas de lixo realizadas direta e indiretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada.

¹⁹ Há uma diferença entre os dois tipos de coleta: enquanto na direta o lixo é coletado diretamente pela empresa/serviço de limpeza no logradouro onde se situa o domicílio, na indireta o lixo é primeiramente depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço/empresa de limpeza e só posteriormente é recolhido pela empresa/serviço responsável.

²⁰ Segundo a PNAD, a categoria de destino do lixo “outro” consiste em todo destino alternativo dado ao lixo, que não o realizado através de coletas. Compreende, portanto, todo o lixo que é queimado ou enterrado na propriedade ou nas proximidades do domicílio, além de outras formas precárias de disposição em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar.

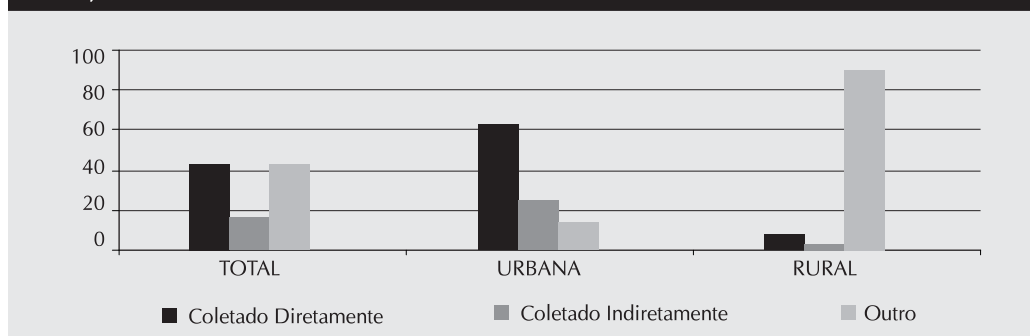
da população. Na Bahia, 42% dos domicílios ainda registram essa forma em 1999. Dentre as formas de destinação do lixo, a coleta indireta destacou-se, registrando o maior crescimento (112%) da década de 90.

Esses três tipos de destinação do lixo residencial se caracterizam por serem utilizados distintamente nas áreas urbana e rural. Conforme se observa no Gráfico 4, a maior incidência de lixo coletado direta e indiretamente verifica-se na área urbana, devido à densidade demográfica mais intensa e à maior disponibilidade de infra-estrutura básica, que justificam e facilitam a implementação do serviço de coleta de lixo. Quanto à categoria “outro” de disposição final de lixo, esta é, tipicamente, realizada na área rural. Tal distribuição dos tipos de destinação do lixo segundo a situação domiciliar, em 1999, revelada pelo Gráfico 4, permanece similar ao que foi verificado em 1992.

Gráfico 4

**Total de Domicílios Segundo a Forma de Destino do Lixo
Bahia, 1999**

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD

Entre os destinos do lixo, o tipo “outro” é predominante no início dos anos 1990 (quando adotado por mais de metade dos domicílios baianos) e, mesmo sendo reduzido (em 16%) na década, ainda permanece bastante relevante no descarte do lixo residencial. Dessa forma, igualou-se à forma de coleta direta de lixo em 1999, com cerca de 42% ou 1.346 mil domicílios particulares permanentes na Bahia ainda utilizando meios inadequados para escoar seu lixo e totalmente desprovidos de serviços de limpeza pública ou privada.

Na área rural, como seria de supor, 90% dos domicílios não submetem seus resíduos a nenhuma espécie de coleta. Já no meio urbano, apenas 13% dos domicílios não possuem coleta de lixo, em 1999. Contudo, trata-se de um percentual relativamente alto para a área urbana, onde vários fatores concorrem para o aumento da quantidade e da diversidade do lixo gerado: (I) o maior adensamento populacional evidenciado pelo maior número de domicílios; (II) o grau mais elevado de rendimentos; (III) um padrão de consumo distinto, e, em consequência, com uma variedade e uma quantidade maiores de bens e serviços consumidos.

O maior adensamento populacional resulta, em potencial, em maior volume de lixo gerado na área urbana em relação ao espaço rural, podendo trazer dificuldades para uma forma de coleta eficaz, que concorra para a manutenção de adequadas condições de saúde e de vida de toda a coletividade. Os outros dois

aspectos, determinados por fatores econômicos, contribuem para a mudança qualitativa do lixo urbano, tornando-o mais nocivo ao meio ambiente, incorporando mais detritos químicos e industriais. Desse modo, o lixo que não é coletado nas cidades pode dificultar a drenagem das águas das chuvas, causando problemas graves como entupimentos de redes coletoras de esgoto, contaminação de redes pluviais e de redes de abastecimento de água, e gerando enchentes²¹ e deslizamentos de encostas, principalmente nas áreas menos urbanizadas e de geografia mais acidentada, típicas zonas habitacionais de classes com menor poder aquisitivo. Dessa forma, a disposição inadequada do lixo residencial prejudica a limpeza urbana e a conservação do meio ambiente, constituindo-se em importante item de saneamento básico devido as suas implicações diretas na saúde e qualidade de vida da população.

No que concerne ao rendimento auferido pelos moradores do domicílio, infere-se que as formas de destinação adequadas do lixo doméstico (coletas direta e indireta) possuem uma relação diretamente proporcional com as classes de renda, como pode ser observado na Tabela 16. Entretanto, as tendências de aumento do número de domicílios baianos que dispõem seus lixos por coleta direta ou indireta são diferenciadas quanto à renda, ao longo da década de 90. A coleta direta, apesar de ser predominante nos domicílios baianos, apresentou-se menos sensível aos aumentos de rendimento, pois a sua variação, na década, foi de 41% para os domicílios com até 1 salário mínimo e de 66% para aqueles com mais de 5 salários mínimos. Já os domicílios atendidos por coleta indireta tiveram, para essas mesmas classes de renda, 88% e 127% de incremento respectivamente.

Tabela 16

Domicílios Particulares Permanentes, Segundo os Tipos de Destino do Lixo e as Classes de Renda				
Bahia, 1992-1999				
Classes de Rendimento Domiciliar (Salário Mínimo)	Total	Coletado Diretamente	Coletado Indirectamente	Outro (%)
1992				
Total	2.767	32,8	9,1	58,0
Até 1	742	17,6	5,7	76,6
Mais de 1 a 2	765	25,8	7,4	66,7
Mais de 2 a 3	386	36,5	10,6	52,8
Mais de 3 a 5	311	48,7	14,2	36,8
Mais de 5	363	64,7	15,2	19,8
1999				
Total	3.236	41,9	16,5	41,6
Até 1	614	29,9	13,0	57,0
Mais de 1 a 2	820	31,0	14,3	54,7
Mais de 2 a 3	538	39,8	16,7	43,4
Mais de 3 a 5	525	49,9	16,8	33,2
Mais de 5	577	67,7	21,8	10,5

Fonte: IBGE/PNAD.

²¹ As enchentes representam riscos potenciais para a vida da população, principalmente para as pessoas de baixa renda, que residem em encostas, pela possibilidade de ocorrerem deslizamentos. Um outro aspecto perigoso são algumas doenças que podem proliferar nas enchentes, como a leptospirose, por exemplo.

Quanto aos domicílios com descarte inadequado do lixo produzido, observa-se que o fator nível de renda incide de forma inversa nessa proporção. Enquanto, em 1999, 57% dos domicílios baianos que recebiam até 1 salário mínimo davam um destino precário para o lixo residencial, 10% dos domicílios com renda superior a 5 salários faziam o mesmo. O comportamento da destinação de lixo, conforme o nível de rendimentos dos domicílios, mantém uma tendência similar à apresentada em 1992, ocorrendo, na década, uma diminuição das práticas inadequadas de destinação do lixo nos domicílios de todos os estratos de renda, o que reflete a ampliação do serviço através de coletas no estado.

Os domicílios no meio urbano caracterizam-se por serem, geralmente, melhor dotados de infra-estrutura de serviços, influenciando o comportamento dos distintos tipos de disposição de lixo nos domicílios segundo as diferentes classes de rendimentos, na Bahia. Em 1999, os domicílios que coletavam seus lixos direta ou indiretamente estavam positivamente correlacionados com o nível de renda, destacando-se que havia uma maior participação dos domicílios com coleta direta em todos os níveis de rendimentos. No estrato de mais de 5 salários mínimos, no qual os serviços normalmente atingem sua maior taxa de cobertura, havia 73% de domicílios com coleta direta e apenas 24% com o lixo coletado indiretamente, em 1999. Já os domicílios que davam outras destinações a seu lixo estavam inversamente correlacionados com o nível de rendimentos: havia 26% de domicílios urbanos com renda de até 1 salário mínimo e escoando seu lixo de forma precária na Bahia, enquanto com esse tipo de destinação se registraram apenas 3% de domicílios com mais de 5 salários, em 1999.

Quanto à relação entre renda e formas de descarte de lixo nos domicílios rurais, percebe-se que esses se caracterizam, como esperado, pela significativa participação de outras formas de destino do lixo: nas faixas de renda até 3 salários mínimos, essas formas precárias geram em torno de 90% em 1999, destacando-se, inclusive, entre os domicílios do maior estrato de renda (mais de 5 salários mínimos), dos quais 80% destinavam precariamente o lixo que produziam. Ressalta-se, porém, a melhoria conferida ao destino de lixo nessa faixa de renda durante a década de 90, pois a proporção de domicílios rurais com renda de mais de 5 salários e disposição inadequada do lixo era de 90% em 1992.

Conforme as Tabelas 17 e 18, observa-se que a Bahia foi o 20º estado na coleta direta e indireta de lixo nos domicílios urbanos (86,7%) em 1999. Dos nove estados nordestinos, a Bahia foi o 6º em destinação adequada do lixo doméstico, posicionando-se abaixo da Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Além disso, o quadro se agrava quando é observada a proporção de domicílios urbanos que queimavam ou enterravam seu lixo na Bahia (13,3%), que é a oitava maior em relação aos demais estados brasileiros. As únicas regiões que apresentaram médias superiores à da Bahia foram a Norte (18,6%) e a Nordeste (15,4%).

Tabela 17

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com o Lixo Coletado Direta e Indiretamente, Segundo as Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Coletado Direta e Indiretamente (%)	Ranking
Distrito Federal	487	99,3	1
São Paulo	9.355	99,2	2
Santa Catarina	1.077	98,2	3
Paraná	2.133	98,0	4
Roraima	48	97,4	5
Rio Grande do Sul	2.411	97,1	6
Paraíba	588	96,7	7
Goiás	1.113	96,6	8
Rio de Janeiro	3.994	95,8	9
Rio Grande do Norte	428	95,7	10
Mato Grosso do Sul	462	94,8	11
Alagoas	436	94,6	12
Minas Gerais	3.618	94,3	13
Espírito Santo	615	93,5	14
Mato Grosso	476	93,1	15
Sergipe	307	90,9	16
Rondônia	216	88,4	17
Pernambuco	1.485	87,9	18
Amapá	82	87,8	19
Bahia	2.039	86,7	20

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

Tabela 18

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com o Lixo Queimado ou Enterrado e Outro, Segundo as Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Queimado ou Enterrado e Outro (%)	Ranking
Maranhão	558	51,2	1
Piauí	378	36,4	2
Acre	88	23,4	3
Pará	703	23,3	4
Tocantins	182	21,0	5
Amazonas	426	15,5	6
Ceará	1.165	15,1	7
Bahia	2.039	13,3	8

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

Adequação dos domicílios quanto ao saneamento básico

Considerando o provimento adequado dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo²², nota-se que a Bahia se classifica na nona posição no conjunto das unidades da federação em 1999, possuindo 44,3% de domicílios urbanos dispondo desses serviços em moldes satisfatórios (Tabela 19). Isso indica que menos da metade dos domicílios baianos situados nas zonas urbanas tinham saneamento básico adequado no final dos anos 1990. Essa proporção, entretanto, possibilitou à Bahia ocupar o primeiro lugar

²² Segundo a Síntese de Indicadores 2000/IBGE, o saneamento básico é adequado quando o abastecimento d'água se dá com canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio e é proveniente de rede geral; o esgotamento sanitário se faz via rede coletora ou fossa séptica ligada à rede pluvial e o lixo é coletado.

no *ranking* dos estados nordestinos, demonstrando que tais serviços são bastante precários na região Nordeste (32,5%), que possui um dos desempenhos mais baixos do país, somente superior ao da região Norte (13,6%).

Tabela 19

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Adequados e Lixo Coletado, Segundo o Brasil, Nordeste, Sudeste e Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Adequados e Lixo Coletado (%)	Ranking
Brasil	34.871	62,3	–
Nordeste	7.384	32,5	–
Sudeste	17.582	85,5	–
São Paulo	9.355	91,1	1
Distrito Federal	487	89,9	2
Minas Gerais	3.618	82,4	3
Rio de Janeiro	3.994	77,3	4
Espírito Santo	615	71,7	5
Rio Grande do Sul	2.411	60,1	6
Santa Catarina	1.077	51,8	7
Paraná	2.133	46,9	8
Bahia	2.039	44,3	9

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

Relacionando a disponibilidade dos serviços de abastecimento de água, esgoto e destino do lixo nos domicílios urbanos com as classes de renda, percebe-se que, na menor faixa de rendimentos (até 1/2 salário mínimo per capita), a Bahia tem um tratamento adequado de saneamento básico em apenas 28,4% dos domicílios aí classificados, ocupando a nona melhor posição entre os estados brasileiros em 1999 (Tabela 20). Tal proporção está acima apenas das médias das regiões Centro-Oeste (24%), Nordeste (19,9%) e Norte (6,6%) na mesma classe de renda, refletindo a relação direta entre a renda e a disponibilidade ou acesso adequado aos serviços de saneamento básico. Na comparação regional a desigualdade é bastante marcante. Os

Tabela 20

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Adequados e Lixo Coletado, Segundo a Classe de Rendimento Domiciliar Per Capita de Até 1/2 Salário Mínimo, Por Brasil, Nordeste, Sudeste e Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Até 1/2 Salário Mínimo de Renda Domiciliar Per Capita (%)	Ranking
Brasil	34.871	34,1	–
Nordeste	7.384	19,9	–
Sudeste	17.582	67,8	–
São Paulo	9.355	80,3	1
Distrito Federal	487	78,6	2
Minas Gerais	3.618	63,0	3
Espírito Santo	615	58,4	4
Rio de Janeiro	3.994	55,9	5
Rio Grande do Sul	2.411	40,0	6
Santa Catarina	1.077	36,3	7
Paraná	588	29,0	8
Bahia	2.039	28,4	9

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

domicílios baianos mais pobres da área urbana estão sujeitos a condições mais precárias do que os equivalentes na região Sudeste: os domicílios urbanos dessa região, com até 1/2 salário mínimo per capita, com disponibilidade adequada dos serviços básicos de saneamento, representavam 67,8% do total de moradias nessa classe de renda, mais que o dobro da proporção na Bahia.

Por outro lado, a proporção de 86,8% dos domicílios urbanos com mais de 5 salários mínimos de renda domiciliar per capita dispondo de serviços de saneamento básico adequados coloca a Bahia no quinto lugar dentre os estados brasileiros em 1999, abaixo apenas da média da região Sudeste (96,5%) (Tabela 21). Esse desempenho determinou a primeira posição da Bahia, na região Nordeste, em adequação no atendimento de serviços de saneamento básico nos domicílios urbanos de maior rendimento e a segunda posição nos estratos de menor renda (abaixo apenas da Paraíba), demonstrando que a Bahia se destaca, em relação aos outros estados nordestinos, em ambos os casos.

Tabela 21

Total e Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Adequado e Lixo Coletado, Segundo a Classe de Rendimento Domiciliar Per Capita de Mais de 5 Salários Mínimos, Por Brasil, Nordeste, Sudeste e Unidades da Federação, 1999

Unidades da Federação	Total de Domicílios Urbanos (Em Mil)	Mais de 5 Salários Mínimos de Renda Domiciliar Per Capita (%)	Ranking
Brasil	34.871	86,5	—
Nordeste	7.384	66,6	—
Sudeste	17.582	96,5	—
São Paulo	9.355	97,7	1
Minas Gerais	3.618	95,9	2
Rio de Janeiro	3.994	95,0	3
Distrito Federal	487	93,1	4
Bahia	2.039	86,8	5

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000; Microdados da PNAD (IBGE).

Iluminação elétrica

A iluminação elétrica é um imprescindível serviço prestado à sociedade, sendo o item de infra-estrutura básica investigado pela PNAD que possui a melhor cobertura na Bahia. Os dados da pesquisa não diferenciam a procedência da energia utilizada nos domicílios, no caso, se essa é obtida através de rede geral ou de outras formas (como, por exemplo, ligação clandestina à rede geral de distribuição ou o conhecido “gato” de luz). Assim, as informações restringem-se à existência de iluminação elétrica no domicílio.

O número de domicílios com iluminação elétrica na Bahia foi ampliado em 30% na década de 90. Conforme se observa na Tabela 22, 71% dos domicílios baianos eram atendidos por esse serviço em 1992, percentual que aumenta para 79% (ou cerca de 2.567 mil domicílios) em 1999. Os domicílios urbanos registraram um incremento de 23%, evidenciando uma cobertura da quase totalidade no estado (97% em 1999). O atendimento dos domicílios

os rurais, no entanto, a despeito do avanço verificado, não atinge sequer a metade deles no final da década: em 1992, apenas um terço dos domicílios rurais tinham iluminação elétrica na Bahia, e, em 1999, essa proporção aumenta para 49%. A ampliação do serviço no meio rural (66%) teve um incremento superior ao registrado no urbano, em função da menor possibilidade de expansão da iluminação elétrica em uma área como a urbana, onde a quase totalidade de domicílios já é atendida. Vale ressaltar que, embora esse serviço esteja generalizado nos domicílios urbanos, nada pode ser afirmado com relação à sua qualidade.

Tabela 22

Domicílios Particulares Permanentes Segundo a Existência de Iluminação Elétrica e a Situação Domiciliar

Bahia, 1992-1999

(%)

Iluminação Elétrica	1992			1999		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total de domicílios	2.767	1.686	1.081	3.236	2.039	1.197
Tinham	71,2	95,9	32,7	79,3	97,2	48,9
Não tinham	28,7	4,0	67,2	20,6	2,8	51,1

Fonte: IBGE/PNAD.

O acentuado distanciamento observado entre as áreas urbana e rural é histórico e proveniente de distintas condições de provimento e operacionalização da infra-estrutura básica. A zona rural apresenta inúmeras características (densidade rarefeita, níveis mais baixos de renda, etc) que determinam o desempenho dos serviços de infra-estrutura básica (água, esgoto e destinação do lixo) e, especialmente, de iluminação elétrica, em moldes completamente diversos do contexto urbano, sobretudo no que diz respeito à estruturação dos serviços em rede (caso da iluminação elétrica, por exemplo). Assim, a situação é desfavorável para os domicílios rurais, nos quais a disseminação e a manutenção operacional dos serviços, como o de iluminação elétrica, através dos meios convencionais, é dificultada, perpetuando os diferenciais de qualidade de vida das populações urbana e rural.

Quanto à relação entre o nível de rendimentos e a existência de iluminação elétrica, há uma correlação direta entre as variáveis. O mais baixo nível de rendimento (até 1 salário mínimo), por exemplo, tem uma proporção menor de domicílios com esse serviço (67% em 1999) enquanto os maiores estratos de renda ampliam sua cobertura até alcançar 97% dos domicílios na classe mais elevada (mais de 5 salários mínimos).

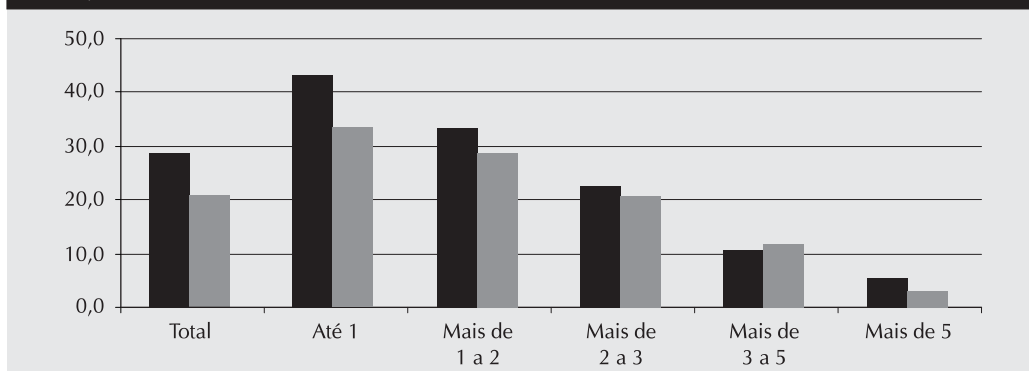
Inversamente (Gráfico 5), nota-se que a falta de iluminação elétrica e o nível de rendimentos se apresentam com uma forte correlação negativa. Na Bahia, a proporção maior de domicílios sem iluminação elétrica ocorre nos menores níveis de renda, tendo as duas primeiras classes de rendimento (até 2 salários mínimos) participação de 66% no total de domicílios sem iluminação elétrica em 1999; enquanto isso, na classe de mais de 5 salários foram registrados apenas 3% de domicílios. Durante a década de 90, houve uma queda no número absoluto de domicílios sem iluminação elétrica em todas as classes de rendimento, exceto nas classes de mais de 2 a 3 salários míni-

mos e mais de 3 a 5 salários, únicas que tiveram incrementos, 26% e 86%, respectivamente, no período.

Contudo, apenas os domicílios que recebiam mais de 3 a 5 salários mínimos aparecem no Gráfico 5 com uma maior proporção percentual entre 1992 e 1999, porque somente eles apresentaram um incremento superior ao registrado pelo total de domicílios baianos nesse mesmo nível de renda. Finalmente, os dados revelam que está havendo de fato uma ampliação da cobertura do serviço de iluminação elétrica na Bahia, independentemente de que isso ocorra através de uma rede geral de distribuição ou não.

Gráfico 5

**Domicílios Sem Iluminação Elétrica Por Classe de Renda (Em Salários Mínimos)
Bahia, 1992-1999 (Em %)**



Fonte: IBGE/PNAD

Uma vez que os domicílios urbanos de todas as classes de rendimentos registraram participações elevadas de provimento desse serviço tanto em 1992 quanto em 1999, a iluminação elétrica constituiu-se no serviço com melhor desempenho na Bahia. Em 1999, 92% dos domicílios urbanos com até 1 salário mínimo (menor classe de renda) já tinham energia elétrica e, a partir da faixa de mais de 5 salários mínimos, todos os domicílios urbanos do estado possuíam esse serviço.

Nos domicílios rurais a situação se inverte, pois, entre aqueles com renda até 1 salário mínimo, 60% não tinham iluminação elétrica em 1999. Essa proporção decresce conforme se elevam os níveis de renda, sendo que as faixas superiores a 5 salários mínimos apresentam 24% de domicílios no meio rural sem energia elétrica no último ano da década de 1990.

DÉFICIT HABITACIONAL

A Fundação João Pinheiro, em convênio com outras instituições, realizou o trabalho *Déficit Habitacional no Brasil 2000* – uma reavaliação e atualização de estudo semelhante feito em 1995 – cujo objetivo foi traçar um perfil desse setor no país. Como principais produtos obteve-se o cálculo do déficit habitacional e da inadequação das moradias para 2000.

Utilizou-se como fonte de dados dois levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil (IBGE), a PNAD 1999 e algumas infor-

mações do Censo Demográfico 2000, disponibilizados à época da realização do trabalho. As estimativas do déficit e da inadequação de moradias em 2000 foram feitas a partir da estrutura de dados da PNAD 1999 “ajustando-a ao total dos domicílios particulares permanentes de 2000” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001). Em virtude dessas observações, os números do déficit habitacional baiano apresentados a seguir não podem ser comparados com os dados domiciliares apresentados anteriormente neste capítulo.

O trabalho da Fundação João Pinheiro parte de dois pressupostos metodológicos. O primeiro é que, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, as necessidades habitacionais não devem ser padronizadas para todos os estratos de renda. E o segundo é que a questão da habitação está relacionada com outras problemáticas e não pode ser simplesmente reduzida ao déficit habitacional *stricto sensu*.

Em razão desses pressupostos houve uma flexibilização do conceito de déficit habitacional que passou a figurar como um subitem das *necessidades habitacionais*. Esse conceito, mais abrangente, envolve três segmentos:

- I. O *déficit habitacional* – está diretamente ligado às deficiências do estoque de moradias. Tal deficiência pode ter, de acordo com o trabalho em pauta, duas origens. A primeira diz respeito ao déficit por incremento de estoque, provocado pela existência da coabitação familiar, do ônus excessivo com aluguel e dos domicílios improvisados. A segunda diz respeito ao déficit por reposição parcial de estoque, dado pelos domicílios rústicos, mais aqueles que sofreram desgaste da estrutura física em função do tempo (depreciação).
- II. A *inadequação de moradias* – diz respeito às habitações que não apresentam aceitáveis condições de habitabilidade, sem, contudo, tornar necessário a construção de novas moradias. As moradias consideradas como inadequadas foram circunscritas às áreas urbanas e regiões metropolitanas. Teve-se o cuidado, no desenvolvimento da metodologia, de não se confundir *inadequação de moradias* com o *déficit habitacional*. Por fim, os domicílios foram classificados como inadequados em função de cinco componentes: a carência de infra-estrutura, o adensamento domiciliar, a inadequação fundiária urbana e a depreciação²³.
- III. A *demanda demográfica* – entendida como dimensionamento das moradias que devem ser construídas para acomodar o crescimento da população, não foi considerada para efeito do déficit habitacional. Dessa maneira, não foi abordada no trabalho da Fundação João Pinheiro.

²³ Parcela das moradias do componente “depreciação” foi definida como déficit habitacional (item 1). As demais, nessas condições, foram contabilizadas como domicílios inadequados.

Existem diferenças metodológicas significativas entre os trabalhos de 2000 e de 1995, que não permitem uma comparação direta entre ambos²⁴. Sendo assim, é importante destacar que os comentários metodológicos que se seguem dizem respeito exclusivamente à publicação do ano 2000 e ao conceito de déficit habitacional, acompanhados dos dados relativos ao déficit baiano, comparados com as médias estaduais, nordestinas e nacionais.

Como vimos, o déficit habitacional está diretamente ligado às demandas por *incremento* e por *reposição* do estoque de domicílios, configurando dois subtipos de déficit.

Déficit por incremento de estoque

O déficit por incremento de estoque é constituído pelos componentes da coabitação familiar, do ônus excessivo com aluguel e dos domicílios improvisados, sendo caracterizado pela necessidade de construção de novas moradias em virtude das situações apresentadas a seguir.

a) Coabitação familiar

O componente coabitação familiar é constituído pela soma das famílias conviventes secundárias – constituídas por no mínimo duas pessoas e que residem junto com a família denominada principal – mais aquelas que viviam em cômodos cedidos ou alugados. A justificativa, segundo a Fundação João Pinheiro, para a inclusão desses elementos como um componente do déficit habitacional é que, para as famílias conviventes, toda família nuclear deve ter acesso a um lar exclusivo. Com relação aos cômodos cedidos e alugados, fenômeno tipicamente urbano, chegou-se a conclusão de que mascararam uma situação de coabitação em domicílios formalmente distintos.

b) Ônus excessivo com aluguel

O *ônus excessivo com aluguel* foi incluído como parte do déficit habitacional porque, para determinada parcela da sociedade, pagar aluguel não é uma opção, mas o limite da degradação social. Sendo assim, de acordo com a metodologia desenvolvida, o ônus excessivo com aluguel foi caracterizado para as famílias vivendo em casas e apartamentos urbanos com rendimentos de até 3 SM que dispendiam 30% ou mais do seu rendimento mensal com aluguel.

c) Domicílios improvisados

Os domicílios improvisados são aqueles que, embora construídos sem fins residenciais, servem como moradia, o que indica diretamente a carência de novas unidades domiciliares. Calcularam-se os domicílios improvisados to-

²⁴ Para comparação dos dados entre os dois trabalhos pode-se consultar o capítulo 6 da publicação *Déficit habitacional no Brasil 2000*, em que os autores desenvolvem um procedimento metodológico que permite tal cotejo.

mando-se como base a participação desses na Contagem de População de 1996, do IBGE, e, em seguida, estimando-se os valores para 2000. Tal procedimento se deveu à baixa representatividade estatística dos domicílios improvisados na PNAD de 1999 e ao fato de os dados do Censo Demográfico 2000 ainda não estarem disponíveis à época da realização do trabalho.

Déficit por reposição do estoque

O déficit por reposição do estoque é constituído pelos domicílios rústicos e pela depreciação do estoque de moradias. É caracterizado pelo fato de que os domicílios já existentes, enquadrados em algum desses itens, não dispõem de boas condições de habitabilidade, sendo necessária a construção de novas moradias.

a) Domicílios rústicos

Os domicílios rústicos são aqueles que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e que, segundo a Fundação João Pinheiro, “(...) representam não apenas desconforto para seus moradores como risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de salubridade, devendo portanto serem repostos (...)” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, p.10). Destaca-se que este é o único componente do déficit habitacional cuja predominância é maior no meio rural.

b) Depreciação do estoque de moradias

A depreciação do estoque de moradias foi considerada como parte do déficit habitacional e restrita à área urbana, uma vez que “(...) devido ao grande êxodo rural brasileiro ocorrido a partir da década de 1950, não faz sentido a preocupação com a reposição de domicílios rurais que foram abandonados (...)” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, p. 12).

Os procedimentos básicos adotados para o cálculo da depreciação levam em consideração o tempo de vida útil para as moradias – a Fundação João Pinheiro adotou 50 anos ou mais como padrão – e um percentual desses domicílios que necessita de reposição. Realizou-se um estudo de caso no município de Belo Horizonte, em que ainda estavam em uso residencial cerca de 23% do total dos domicílios recenseados em 2000 e que tinham 50 anos ou mais de existência. Entretanto, nem todas essas moradias necessitavam serem repostas, uma vez que muitas delas passaram por reformas sucessivas.

Assim, o trabalho citado tomou como referência, para as regiões metropolitanas, os mesmos 23% calculados para Belo Horizonte, sendo que, desse percentual, 15% necessitavam serem repostos. Para as demais regiões urbanas estimou-se em 20% a proporção dos domicílios com mais de 50 anos ainda sendo utilizados com funções residenciais, sendo que, desses, 10% necessitavam serem repostos. As demais habitações com mais de 50 anos não necessitavam de cuidados especiais.

Déficit habitacional baiano

Segundo os dados da Fundação João Pinheiro, observados na Tabela 23, o déficit habitacional baiano, em 2000, foi de 581.441 domicílios, ficando atrás apenas de São Paulo com 1.161.757, e Minas Gerais, com 632.057, à frente inclusive do Rio de Janeiro, que tem população superior à da Bahia.

Tabela 23

Estimativa do Déficit Habitacional Brasil e Unidades da Federação, 2000 (%)						
Brasil e Unidades da Federação	Déficit Habitacional			Percentual em Relação ao Total dos Domicílios Particulares Permanentes		
	Total (Em Mil)	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Nordeste	2.632	65,7	34,3	23,0	21,2	27,5
Maranhão	575	43,8	56,2	46,4	33,3	67,0
Piauí	158	65,3	34,7	23,8	24,0	23,5
Ceará	408	67,4	32,6	23,2	21,3	28,5
Rio Grande do Norte	164	74,2	25,8	24,4	24,2	25,1
Paraíba	139	75,3	24,7	16,4	16,4	15,2
Pernambuco	388	81,3	18,7	19,7	20,3	17,3
Alagoas	131	72,6	27,4	20,2	20,7	18,9
Sergipe	87	75,4	24,6	19,9	20,5	18,1
Bahia	581	68,2	31,8	18,3	18,0	19,0
Sudeste	2.412	93,6	6,4	11,9	12,2	8,8
Minas Gerais	632	86,7	13,3	13,3	13,8	10,5
Espírito Santo	113	87,4	12,6	13,4	14,5	8,9
Rio de Janeiro	505	97,8	2,2	11,9	12,1	7,1
São Paulo	1.162	96,1	3,9	11,2	11,5	7,1
Sul	690	85,3	14,7	9,6	9,9	7,8
Paraná	261	87,9	12,1	9,8	10,4	6,8
Santa Catarina	120	83,1	16,9	8,0	8,3	6,8
Rio Grande do Sul	309	84,1	15,9	10,2	10,4	9,2
Centro-Oeste	488	87,5	12,5	15,4	15,6	14,5
Mato Grosso do Sul	91	84,5	15,5	16,1	16,2	15,9
Mato Grosso	91	73,0	27,0	14,0	12,8	18,6
Goiás	196	90,5	9,5	14,0	14,5	10,6
Distrito Federal	110	96,9	3,1	20,1	20,4	14,9
Brasil (1)	6.657	81,3	18,7	14,8	14,5	16,5

Fonte: Dados básicos: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1999 (microdados).

(1) Exclui-se o déficit habitacional rural dos municípios de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Note-se que nesta tabela não estão presentes os déficits urbanos dos estados da região Norte.

Observando-se o déficit para a região Nordeste tem-se que a Bahia – apesar de apresentar o maior valor absoluto na região – possui um dos menores percentuais de déficit em relação ao total de domicílios particulares permanentes (18,3%), superior apenas ao estado da Paraíba (16,4%). A média baiana é, assim, relativamente baixa se comparada com a do Nordeste (23%) e bastante contrastante com a do Maranhão (46,4%). Mas apesar de ter a segunda melhor média nordestina, a Bahia permanece com média superior a todas as demais unidades da federação, excluindo-se o Distrito Federal.

Esses dados evidenciam a gravidade do problema do déficit habitacional nordestino, cuja proporção é superior às do país e demais regiões. A questão fica ainda em maior evidência quando se observa o déficit em termos absolutos, com o Nordeste representando 40,1% do total do déficit habitacional nacional e a Bahia concentrando 22% do déficit habitacional nordestino. Mas para que se possa qualificar melhor esse déficit é necessário observá-lo por situação de residência.

O Nordeste tinha 34,3% de seu déficit na zona rural, contra 18,6% da média nacional, o que significa que essa demanda, ao menos em termos relativos, é mais grave na região Nordeste. O déficit habitacional baiano segue de perto o comportamento nordestino, sendo também intenso na zona rural, com um percentual de 31,8%. As maiores contribuições das áreas rurais – nordestina e baiana – para a composição do déficit podem ser explicadas tanto pelo grande contingente populacional rural aí encontrado (a Bahia, por exemplo, abriga a mais numerosa população rural do país) como pela concentração, nessas áreas, de boa parte da pobreza nacional.

No que diz respeito aos componentes do déficit, como pode ser observado na Tabela 24, a seguir, tem-se que para todas as unidades geográficas consideradas a *coabitação familiar* foi o componente que mais pesou, seguido pela *habitação precária*. No caso do Nordeste e da Bahia observa-se ainda que o peso do componente coabitação familiar foi menor que o verificado para a média nacional, ao contrário da habitação precária, mais presente nos déficits nordestino e baiano que no brasileiro.

Tabela 24

Participação dos Componentes no Déficit Habitacional Estimado			
Brasil, Nordeste e Bahia, 2000			(%)
Especificação	Brasil	Nordeste	Bahia
Habitação precária (domicílios improvisados e domicílios rústicos)	24,0	40,6	35,6
Coabitação familiar (famílias conviventes e cômodos alugados e cedidos)	56,1	46,6	51,5
Ônus excessivo com aluguel	18,2	11,8	11,7
Reposição por depreciação (estimativa do déficit habitacional por depreciação)	1,8	1,0	1,2
Déficit habitacional	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

Observa-se ainda que, no caso do Brasil, a diferença entre habitação precária e ônus excessivo com aluguel não foi tão pronunciada como para o Nordeste e para a Bahia. Isso, provavelmente, porque tais unidades geográficas apresentavam significativas populações vivendo em zonas rurais, áreas mais sujeitas, como vimos anteriormente, ao fenômeno da habitação precária.

A Tabela 25, a seguir, apresenta o déficit habitacional por classes de renda, excetuando o componente déficit por depreciação que não pôde ser calculado segundo tal variável. Confirma-se que o déficit está concentrado na classe de até 3 SM (que também deve abrigar o universo de habitações precárias visto anteriormente), sendo que, para o Nordeste e a Bahia, essa con-

centração é ainda maior. Há uma redução drástica do déficit habitacional nas demais classes de rendimento para as três unidades geográficas em observação, enquanto para o Brasil tal tendência é um pouco menos acentuada que a observada para a região Nordeste e Bahia.

Tabela 25

Déficit Habitacional Por Classes de Rendimento			
Brasil, Nordeste e Bahia, 2000			(%)
Classes de Rendimento	Brasil	Nordeste	Bahia
Até 3 SM	83,3	91,3	90,4
de 3 a 5 SM	8,4	5,1	5,5
de 5 a 10 SM	5,4	2,1	2,9
Mais de 10 SM	2,0	0,7	0,6

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da década de 90, a Bahia contava com 63% dos seus domicílios localizados em áreas urbanas, o que resultava do avanço do seu processo de urbanização, ainda que em um ritmo menos intenso que o vivenciado na década precedente. A grande concentração de moradias nas classes mais inferiores de renda (até 3 salários mínimos de rendimento médio mensal) continua a marcar o quadro habitacional no estado: elas representavam 68,5% e 61% nos anos de 1992 e 1999 respectivamente. Foi a ascensão das habitações das faixas até 2 SM para outras imediatamente superiores o fator responsável por essa diminuição relativa dos domicílios mais pobres. Mesmo assim, no final da década, cerca de 44% dos domicílios baianos não chegavam a atingir os dois salários mínimos de renda mensal. É compreensível, portanto, a correlação entre esse quadro e um padrão habitacional precário, que não chega a ser significativamente modificado pela mobilidade ascendente de domicílios nas classes de renda. De fato, rendimentos domiciliares tão baixos estão, primordialmente, comprometidos com outros itens de subsistência das famílias, impedindo-as de se constituírem como demanda para a produção convencional de habitação popular e colocando-as na dependência dos programas oficiais que, nos anos 1990, retraíram-se em consequência da crise do Estado e dos ajustes macroeconômicos. A alternativa, historicamente constituída pela maioria absoluta das famílias mais empobrecidas, tem sido a apropriação de terrenos (dos loteamentos populares às invasões) combinada com a autoconstrução da moradia, processo que tem resultado num padrão habitacional precário.

Com relação à tipologia habitacional do estado, mantém-se como traço essencial a presença quase absoluta de *casas* (92%), contra apenas 7% de *apartamentos*. Os domicílios baianos continuam a ser ocupados, fundamentalmente, na condição de *próprios* (82%), fenômeno que, diante dos baixos níveis de renda predominantes, que impossibilitam uma demanda efetiva para o mercado – público ou privado – de habitações, não pode resultar senão do processo de autoprodução da moradia já referido. Trata-se de uma

realidade visível sobretudo nos grandes centros urbanos, mas também nas periferias das cidades de médio e pequeno portes, que experimentam a proliferação de invasões e ocupações de todo tipo, já fartamente estudadas.

A década de 90 foi também marcada pela disseminação cada vez mais acentuada de bens duráveis nas residências da Bahia, com destaque para a televisão que, no final dos anos 1990, ultrapassa a geladeira na escalada de consumo dos lares baianos. Mais enfática no meio urbano, a generalização dos bens de consumo duráveis também se verificou nas áreas rurais, onde a proporção de domicílios com televisão quase que triplica, o percentual de habitações com geladeira duplica e onde, bem mais que no contexto urbano, as famílias priorizam a televisão em detrimento da geladeira. Em 1999, fogão, rádio, televisão, geladeira, filtro de água, freezer e máquina de lavar eram, nessa ordem, os bens mais presentes nos lares baianos. Os três primeiros existiam em mais de 70% das moradias, enquanto telefone, máquina de lavar e freezer mantiveram-se como privilégio de uma minoria.

A incidência dos bens por domicílio em duas grandes classes de rendimento – até 3 SM e mais de 10 SM – mostrou que o uso de fogão é generalizado nas moradias mais pobres. As diferenças de consumo aparecem, contudo, com relação aos demais bens. Destaca-se, na classe de até 3 SM, a maior valorização dada à televisão em relação à geladeira. Trata-se de um fenômeno observável em todo o Brasil, embora sem o grau de prioridade revelado na Bahia, e que deve ser atribuído tanto ao menor custo da televisão como ao fato de a TV ter se constituído como uma das principais alternativas de lazer e de socialização dos membros da família, habilitando-os para a vida moderna.

De modo geral, os serviços de infra-estrutura básica (abastecimento de água, esgotamento e instalação sanitários, destino do lixo e iluminação elétrica) registraram um melhor desempenho ao longo da década de 90 na Bahia. Essa foi a primeira tendência observável, condizente com os investimentos públicos realizados na área de saneamento básico. Outras características encontradas correspondem às distinções qualitativas entre os domicílios localizados nas áreas urbana e rural, bem como à sua diferenciação de acordo com as respectivas classes de rendimento médio mensal.

Aos domicílios urbanos correspondem essencialmente as formas adequadas de provimento dos serviços – existência de canalização interna (para pelo menos um cômodo do domicílio) e rede geral para o abastecimento de água; rede coletora e fossa séptica para o esgotamento sanitário e existência de banheiro ou sanitário (instalação sanitária); coletas direta e indireta como formas predominantes de destinação do lixo doméstico, e existência de iluminação elétrica – ao passo que os domicílios rurais, pelo contrário, destacam-se tipicamente pela precariedade desses serviços. Essa conformação, diametralmente oposta, responde pela manutenção do acentuado diferencial entre as condições de infra-estrutura básica dos espaços urbano e rural do

estado e, grosso modo, entre os seus níveis de qualidade de saúde e vida da população. Ademais, esse diferencial, na Bahia, está respaldado em apenas 44% de domicílios urbanos adequados quanto ao saneamento básico, proporção que, embora coloque o estado na melhor posição na região Nordeste, constitui um desafio a ser superado.

A despeito da melhoria ocorrida nos níveis de cobertura dos serviços de infra-estrutura básica, ao longo da década, para todos os estratos de rendimento, a renda é o outro atributo que tem forte relação com a qualidade desses serviços. Enquanto nos domicílios baianos com rendimentos muito baixos a incidência de alternativas precárias é alta, comprometendo o convívio saudável em sociedade, nos domicílios de elevado poder aquisitivo ocorre justamente o contrário, pela disseminação de formas adequadas de provimento da infra-estrutura domiciliar.

Como a Bahia destaca-se por possuir uma alta concentração de renda, o quadro revelado é grave. Levando-se em consideração que todos os serviços de infra-estrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) são oferecidos pelo Poder Público – de modo direto ou indireto – em associação com os investimentos privados dos moradores (no interior dos seus domicílios), as limitações enfrentadas pela parte da população residente em domicílios pobres impedem uma boa acessibilidade a esses serviços, pois, nem sempre, o avanço da cobertura dos serviços em rede é acompanhado (ou complementado) por intervenções no âmbito domiciliar, empreendidas pelo próprio morador. A atuação conjunta entre os moradores e o Poder Público permitiria, por exemplo, “completar” o fornecimento de água via rede geral com a canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio ou que a existência de rede coletora de esgotos (ambiente externo) correspondesse à presença de instalação sanitária dentro do domicílio. Diante disso, somente os domicílios dotados de rendas mais elevadas têm capacidade para dar consequência, em moldes recomendáveis, ao próprio avanço dos serviços em rede, estruturados pelas políticas públicas nos espaços públicos. Dessa forma, a resolução da precariedade para os domicílios baianos pobres é um desafio, não representando apenas um problema localizado ou da esfera do morador, mas de política pública, e envolvendo não apenas uma visão mais ampla da questão do saneamento básico e da habitação, mas a percepção da necessidade de uma melhor distribuição de renda em geral.

Segundo os dados da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional baiano em 2000 (581 mil domicílios) foi o terceiro maior do país, em termos absolutos, mesmo com a Bahia detendo a quarta maior população do país. Apesar desse expressivo valor, a situação baiana é, em termos relativos, uma das melhores do Nordeste, pois, quando se compara o déficit em relação ao total de domicílios particulares permanentes existentes, verifica-se que a Bahia possui um dos menores percentuais nordestinos, superior apenas ao do estado da Paraíba. Mas apesar de a Bahia ter a segunda melhor posição nordestina, permanece com média superior a todas as demais unidades da federa-

ção, excluindo-se o Distrito Federal, o que evidencia a gravidade da questão na região Nordeste.

Cerca de 1/3 do déficit habitacional baiano, assim como do nordestino, diz respeito à zona rural, diferentemente do resto do país, onde esse peso é bem menor, fato que pode ser explicado tanto pelos grandes contingentes de população rural existentes na Bahia e no Nordeste como pela concentração nordestina de boa parte da pobreza nacional. Por fim, diante do fato de que a quase totalidade do déficit habitacional está concentrada nas classes mais inferiores de renda, as diferenças regionais ficam bastante esmaecidas, apesar de que, também nesse aspecto, as carências de Nordeste e Bahia sobressaem em relação ao Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Roberto Moussallem de. O saneamento na Bahia: situação atual e perspectivas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 7, n.1, p.5-12, Jun. 1997.

BARRETO, Maurício *et al.* Saneamento básico: impacto epidemiológico do Programa Bahia Azul. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.7, n.1, p.24-38, Jun. 1997.

COSAN; GEOHIDRO CONSULTORIA E OPERAÇÃO DE SISTEMAS; ECODIT INCORPORATED. Avaliação sanitária e de saúde no Estado da Bahia: metodologia e primeiros resultados. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.7, n. 1, p.13-23, Jun. 1997.

DÉFICIT Habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estatística e Informações, 2001. 203 p.

FRANCO, Ângela; SERRA, Edelcique. Habitação e infra-estrutura. In: *Bahia: indicadores sociais na década de 80*. Salvador: SEI, 1992. p. 139-168.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 369 p. (Série estudos e pesquisas, 5).

PERFIL DA MORBI-MORTALIDADE NA BAHIA NA DÉCADA DE 1990

161

ZENAIDE CALAZANS OLIVEIRA*
ANGELA FRANCO**

PERFIL DA MORTALIDADE

Para a análise do estado de saúde de uma população baseada nos dados de mortalidade deve-se, em princípio, atentar para a sua qualidade e representatividade, apontando os limites e as possibilidades desses registros. As informações referentes à mortalidade se originam de um evento único e incontestável, a morte, sendo a mesma de registro e notificação obrigatórios às instituições judiciárias e de saúde. A propósito, observa-se que os dados disponíveis apresentam considerável defasagem entre as notificações e as estimativas ao longo do tempo. Assim, tomando-se como parâmetro uma taxa de mortalidade geral de 6,0 óbitos por 1.000 habitantes, valor mínimo aceito pelo Ministério da Saúde, o estado da Bahia tem apresentado uma média de subnotificação em torno dos 30% desde a implantação do Sistema de Informação de Mortalidade/SIM, no final da década de 1970, com discreta redução nos últimos anos, porém bem acima dos 15% da média nacional desde o início da década de 1990 (BRASIL, 2002).

Além dos problemas quantitativos acima relacionados, também são consideráveis as questões qualitativas relacionadas às causas de morte, evidenciadas na elevada proporção dos óbitos classificados como *causas mal definidas*, que vem se mantendo em torno dos 32,0% desde 1980 (Tabela 1/Anexo I). Deve-se ressaltar que mais de 75% das mortes sem diagnóstico preciso são devidas à falta de assistência médica, o que revela as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e às tecnologias médicas disponíveis para grande parcela da população baiana.

No entanto, em que pesem todas as deficiências nos registros e na qualidade dos dados de mortalidade, as análises de séries históricas são capazes de apontar tendências e modificações no padrão de mortalidade e no nível de saúde da população ocorridos ao longo do tempo (POSSAS, 1989; DUCHIADE, 1990). Porém, considerando que o sub-registro e a baixa qualidade dos dados de mortalidade afetam particularmente os registros dos menores de um ano, utilizaram-se as taxas de mortalidade infantil estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, bem como as de mortalidade geral, visando uniformizar as informações referentes aos indicadores demográficos disponíveis.

* Médica sanitária da Diretoria de Informação e Comunicação em Saúde/DICS da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia/SESAB.

** Arquiteta, gerente da SEI e professora da UNIFACS.

Evolução demográfica e padrão de mortalidade

O nível de saúde de uma comunidade é resultante de inúmeros fatores, em geral difíceis de serem identificados, como o demonstram os muitos estudos nessa área, em que se evidencia sua estreita relação com as condições gerais de vida e de atenção à saúde em particular. Nas últimas décadas, inúmeros trabalhos têm demonstrado o impacto do desenvolvimento socioeconômico, ocorrido ao longo dos séculos, na melhoria do nível de saúde da população. Assim é que os avanços econômicos, sociais e culturais decorrentes da Revolução Industrial, nos países desenvolvidos, propiciaram uma redução progressiva das taxas de mortalidade, resultando no aumento da esperança de vida da população, paralelamente ao declínio da fecundidade, com o conseqüente e gradativo envelhecimento das gerações posteriores. A conjugação de tais indicadores, ao longo do tempo, constitui a base do processo de mudança da estrutura etária da população, conformando o que se denomina de transição demográfica. A esta corresponde um processo de transformação do padrão de mortalidade – caracterizado pela evolução de um perfil de alta mortalidade por doenças infecciosas para um outro, em que predominam os óbitos por doenças cardiovasculares, neoplasias, causas externas e outras doenças crônico-degenerativas – descrito como transição epidemiológica (PRATA, 1992).

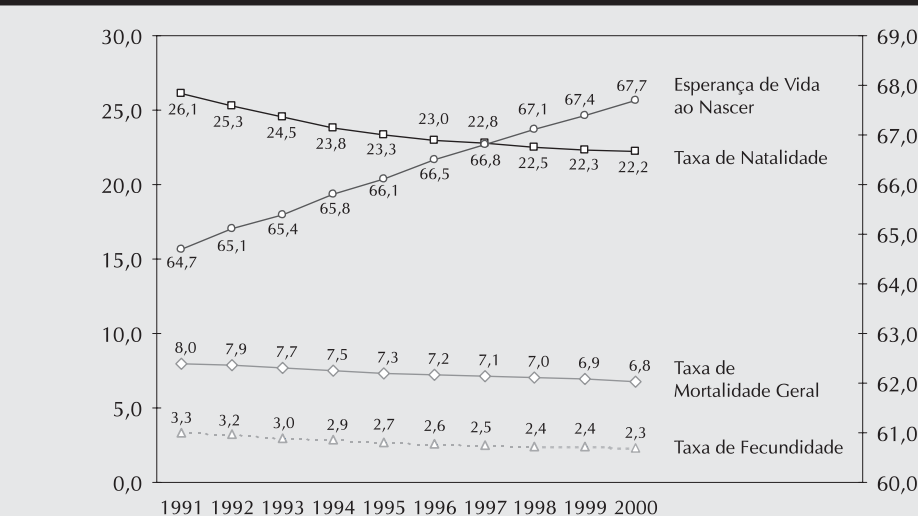
Fenômeno como esse, só foi observado nos países menos desenvolvidos bem tardiamente, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, especialmente na América Latina, incluindo o Brasil (OMRAM, 1971; POSSAS, 1989; FRENK, 1991; DUARTE, 1992; PRATA, 1992; BARRETO *et al*, 1993; BARRETO & CARMO, 1994).

No estado da Bahia, tal expressão da melhoria nas condições de vida e de saúde, já em processo há algumas décadas, pode ser visualizada, especificamente para a década de 1990, no Gráfico 1, no qual observamos um ganho de três anos na esperança de vida ao nascer, resultante da queda de 17,5% nas taxas de mortalidade, no período. Nesse espaço de tempo, o número de filhos por mulher passou de 3,3 para 2,3, enquanto o número de nascimentos na população geral também apresentou um decréscimo de 15%, passando de 26,1 para 22,2 Nascidos Vivos por 1.000 habitantes.

A progressão e o aprofundamento da transição demográfica refletem-se no lento envelhecimento da população, com a redução de 27% na proporção dos menores de 15 anos, que passaram de 43,9%, em 1980, para 32,0% da população total, em 2000. No mesmo período, os idosos (65 anos ou mais de idade) tiveram um crescimento de 35%, saltando de 4,2% para 5,7% da população baiana (SEI, 2002). Modifica-se, portanto, o desenho das pirâmides etárias, mediante um estreitamento da sua base, decorrente da diminuição dos menores de cinco anos num primeiro momento e, progressivamente, nas demais faixas, como resultado da continuada redução da natalidade (DUCHIADE, 1990; LAURENTI *et al*, 1985; SEI, 2002).

Gráfico 1

Evolução de Alguns Indicadores Demográficos Bahia, 1991-2000

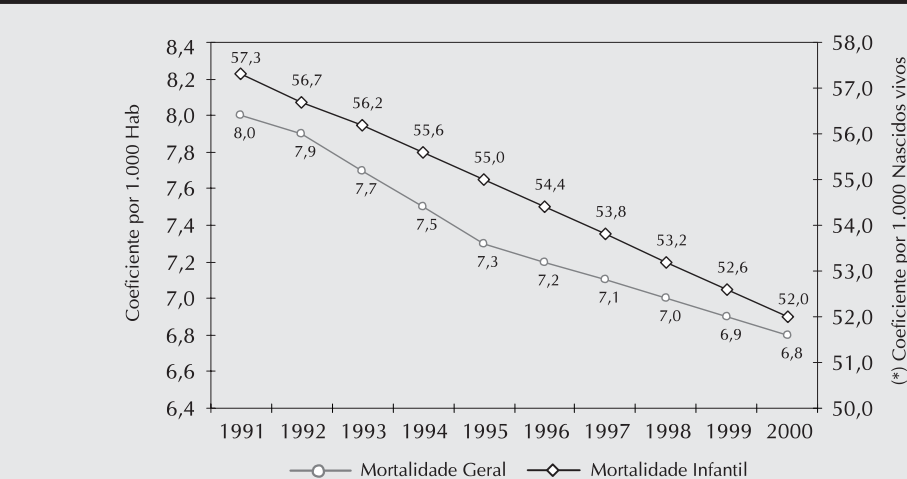


Fonte: IBGE e SESAB/DISCS/SIM

Também na Bahia, os processos de transição demográfica e epidemiológica acompanharam o padrão de mortalidade observado em outras áreas geográficas em momentos diferenciados – primeiramente nos países desenvolvidos e, bem mais tardiamente, nos menos desenvolvidos, como o Brasil –, no qual a queda da mortalidade geral se dá, inicialmente, às custas do declínio da mortalidade infantil (FRENK *et al*, 1991; DUCHIADE, 1990; BARRETO & CARMO, 1994). Desse modo, podemos entender a grande diferença de redução na Taxa de Mortalidade Infantil/TMI entre as duas últimas décadas: nos anos 1980, a TMI apresentou um decréscimo de 35,%, ao cair de 88,2 óbitos por 1.000 NV, em 1980, para 57,3/1.000 NV, em 1991 (SEI, 2002), enquanto nesta última década o declínio dessa taxa foi de apenas 9,0%, chegando a 52,0/1.000 NV em 2000 (Gráfico 2). Esses valores mostram também que, na Bahia, as chances de uma criança morrer ainda no primeiro

Gráfico 2

Evolução dos Coeficientes de Mortalidade Geral e Infantil* Bahia, 1991-2000



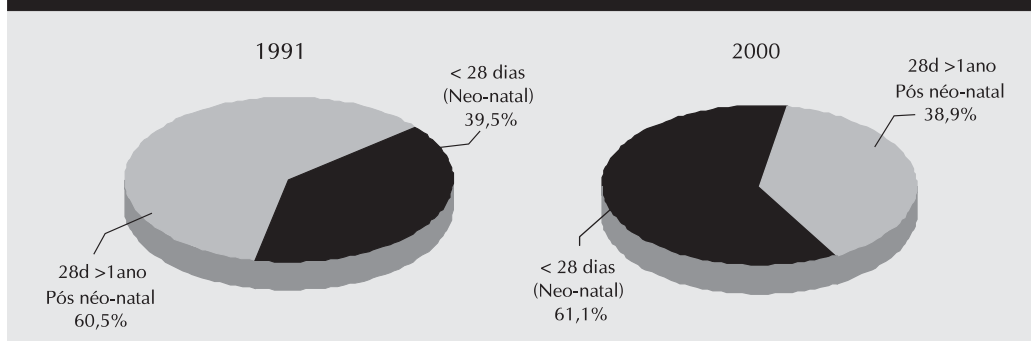
Fonte: IBGE.

ano de vida superam, em mais de três vezes, as do Rio Grande do Sul – paradigma brasileiro da boa qualidade de vida – onde as taxas chegaram a 15,1/1.000 NV. Tais dados evidenciam as desigualdades regionais existentes no país e a heterogeneidade que permeia o seu processo de transição, já salientadas em vários estudos (POSSAS, 1989; FRENK *et al*, 1991; BARRETO & CARMO, 1994).

A maior contribuição para a queda dos óbitos de menores de um ano se deu entre as crianças acima dos 28 dias de vida, um dos componentes da mortalidade infantil denominado de pós-neonatal e, reconhecidamente, o grupo mais afetado pelas condições ambientais e socioeconômicas, refletindo, portanto, as mudanças nas condições gerais de vida da população ocorridas, nos últimos anos, no estado. No entanto, somente na segunda metade dos anos 1990 ocorreu a inversão dos componentes no total dessas mortes, com a maior proporção, registrada em 2000, de óbitos no período neonatal (<28 dias), os quais dependem, basicamente, da assistência ao pré-natal e ao parto e do acesso à tecnologia médica disponível para a sua redução (Gráfico 3).

Gráfico 3

Mortalidade Infantil Proporcional (MIP) Segundo Seus Componentes Bahia, 1991-2000



Fonte: SESAB/DICS/SIM

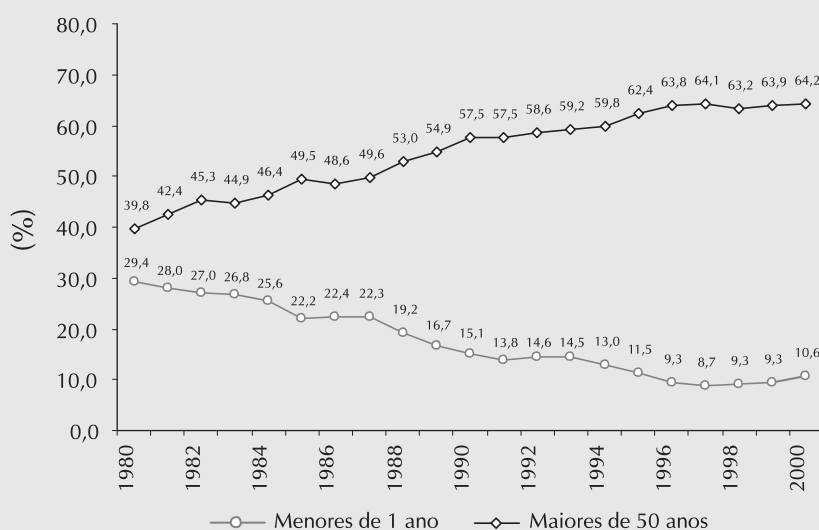
Essas transformações refletiram-se positivamente na estrutura da mortalidade por faixa etária, por si só um indicador do nível de saúde de uma população (LAURENTE *et al*, 1985; NAOMAR & ROUQUAYROL, 2002). No Gráfico 4, a razão de Mortalidade Infantil Proporcional/MIP e os Índices de Swaroop & Uemura (razão de mortalidade proporcional dos maiores de 50 anos), para a Bahia, apresentaram uma evidente melhora entre 1980 e 2000, com um declínio de 64% na participação dos óbitos entre os menores de um ano no total das mortes (de 29,4% para 10,6%) e um aumento de 61% entre os maiores de 50 anos, no mesmo período.

Nessa mesma linha, o Gráfico 5, que apresenta as mudanças ocorridas na curva da mortalidade proporcional, mostra uma melhora nos níveis de saúde nesses 20 anos, com redução das mortes entre as crianças e adolescentes e maior contribuição de óbitos entre os adultos e idosos. Chama a atenção o crescimento de 26,0% nas mortes entre os adultos jovens nesse período, provavelmente em decorrência da elevação das mortes violentas, mais fre-

qüentes nesse grupo populacional (SOUZA & MINAYO, 1990; AGUDELO, 1991). Deve ser ressaltado que, em qualquer um desses índices, os diferenciais de mortalidade são sempre defasados em relação aos de regiões mais desenvolvidas do país, como o Sudeste e o Sul, fato apontado em diversos estudos, dentre os quais se destacam o de Mello Jorge e Gotlieb sobre a situação de saúde no Brasil (2000) e as estatísticas de mortalidade divulgadas pelo Rio Grande do Sul (2001).

Gráfico 4

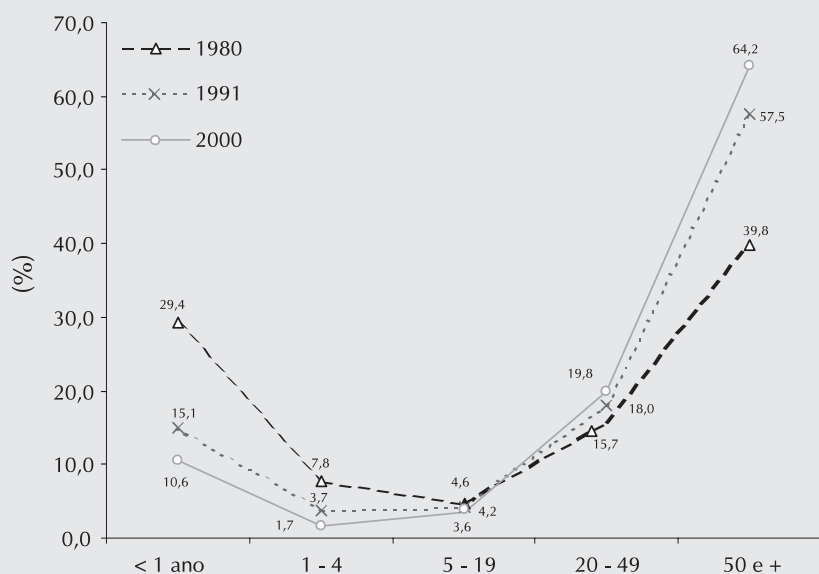
**Razão de Mortalidade Proporcional de Menores de Um Ano e de Maiores de 50 Anos
Bahia, 1980-2000**



Fonte: SESAB/DICS/SIM.

Gráfico 5

**Mortalidade Proporcional Por Faixa Etária e Ano de Ocorrência
Bahia, 1980-1991-2000**



Fonte: SESAB/DICS/SIM.

Estrutura da mortalidade por causas

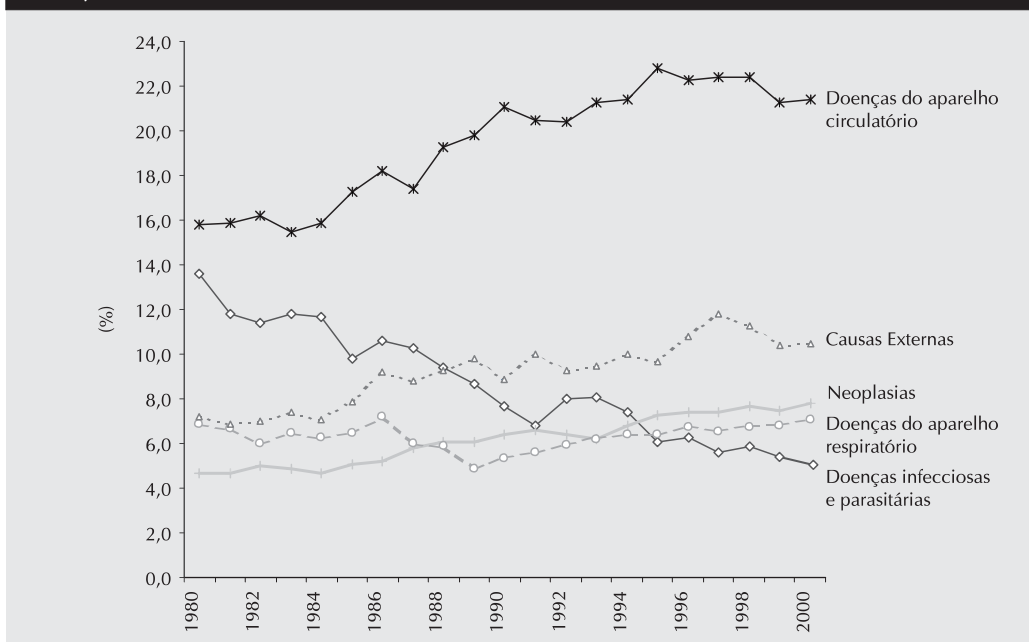
As mudanças na estrutura de causas da mortalidade são a mais importante consequência desse processo de transição, como podemos visualizar nos Gráficos 6 a 9 e nas Tabelas 1 a 10 (Anexo I), contendo a evolução das taxas relativas a cada causa, bem como sua contribuição no total das mortes.

Assim, nos Gráficos 6 e 7, são apresentados os cinco principais grupos de causas de morte que, permanecendo os mesmos nos 20 anos estudados, sofreram apenas mudanças na direção e na intensidade da sua participação no total das mortes e no risco de morrer por essas causas. A participação desses cinco grupos de causas, no total das mortes, ficou em torno dos 50% entre 1980 e 2000, chegando a mais de 80% quando se desconsideram as causas mal definidas, cuja participação isolada foi de mais de 30%, no mesmo período (Tabela 1/Anexo I).

Os agravos que mais freqüentemente têm levado os indivíduos ao óbito estão concentrados nos grupos das Doenças Infecciosas e Parasitárias/DIP, Doenças do Aparelho Circulatório/DAC, das Neoplasias, das Doenças do Aparelho Respiratório/DAR e das Causas Externas. Esses grupos representam, de forma satisfatória, as doenças pré-transicionais – no caso das DIP e das Infecções Respiratórias Agudas/IRA, no grupo das DAR –, e as pós-transicionais, denominadas, em seu conjunto, de doenças crônicas e degenerativas, além das causas externas, agravos produzidos pelo homem (FRENK, 1991; MELLO JORGE, 2000).

Gráfico 6

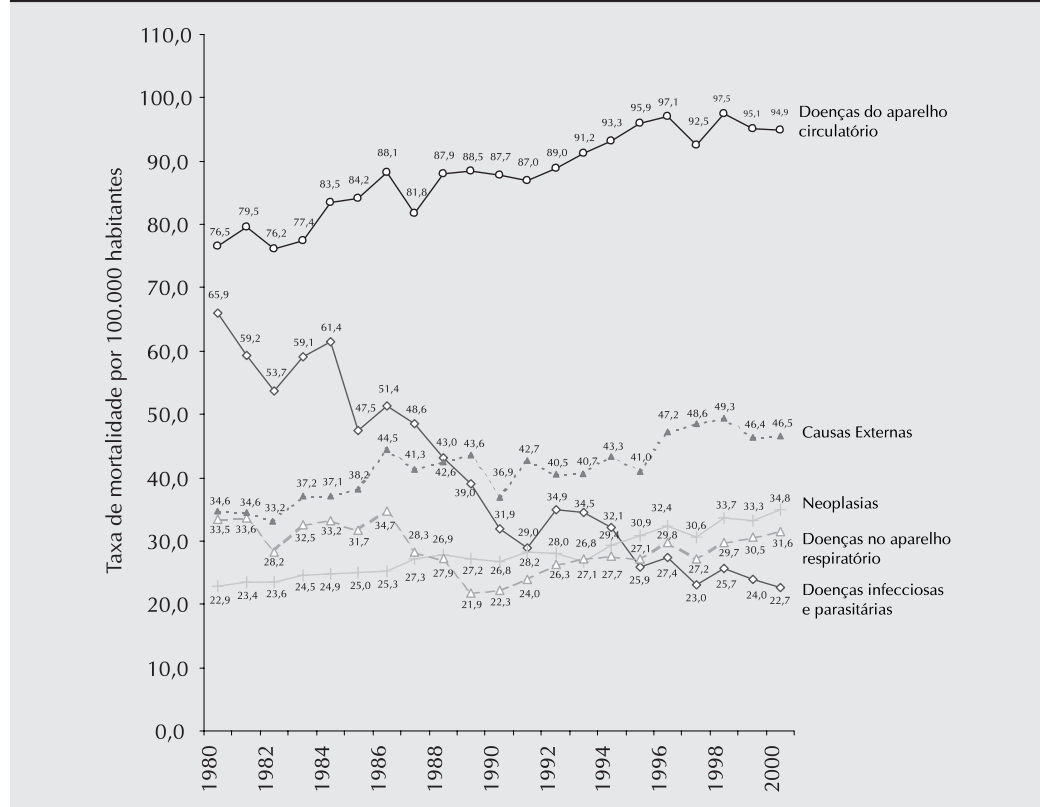
Mortalidade Proporcional Segundo Principais Grupos de Causa e Ano de Ocorrência Bahia, 1980-2000



Fonte: SESAB/DICS/SIM

Gráfico 7

Taxa de Mortalidade Segundo Principais Grupos de Causa e Ano de Ocorrência
Bahia, 1980-2000



Fonte: SESAB/DICS/SIM

Dentre os grupos de causas de morte mais freqüentes, apenas as **Doenças Infecciosas e Parasitárias/DIP** tiveram sua participação reduzida nas duas décadas analisadas, enquanto os demais grupos elevaram sua participação no total das mortes no mesmo período. As DIP eram responsáveis por 13,6% das mortes em 1980, reduzindo-se em mais de 60% até 2000, quando contribuíram com 5,1% das mesmas, encontrando-se como a quinta maior causa de morte (Tabela 1/Anexo I). As Doenças Infecciosas Intestinais/DII são a principal causa desse grupo, cujo peso relativo (68,5%), em 1980, caiu para 43,5% dos óbitos por DIP, em 1991, chegando a 20% em 2000. Quanto ao risco de morrer pelas DIP, o Gráfico 7 mostra que as suas taxas acompanharam a tendência declinante da sua proporção, repetindo a colocação entre os demais grupos de causa, passando da segunda posição, com uma taxa de mortalidade de 65,9 óbitos por 100.000 habitantes, em 1980, para a última, em 2000, com 22,7 óbitos por 100.000 habitantes (Tabela 2/Anexo I).

Conforme dados apresentados nas Tabelas de 5 a 8 (Anexo I), pode-se confirmar que as doenças infecciosas acometem, com maior freqüência e intensidade, as crianças menores de um ano, sendo que a redução expressiva ocorrida nesse grupo de causas contribuiu, de forma decisiva, para a queda da mortalidade infantil salientada neste trabalho. Das mortes por DIP, 18% foram registrados nessa faixa etária, em 1991, proporção que caiu para 8,5%, em 2000, sendo que o risco passou de 467,0 para 198,8 óbitos/100.000 menores de um ano, no mesmo período.

Também as Doenças Infecciosas Intestinais/DII tiveram suas taxas reduzidas à metade na década de 90, passando de 9,9 para 4,7 óbitos por 100.000 habitantes (Tabelas 3 e 4/Anexo I). Apesar da importante redução observada na frequência e nas taxas de mortalidade das DIP, os valores desses indicadores permanecem bem superiores aos apresentados, por exemplo, pelo Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002), Unidade da Federação onde esse grupo de causa de morte não se encontra nem entre os dez grupos mais frequentes.

As **Doenças Cardiovasculares/DAC** são as causas mais frequentes de morte no mundo e, tal como as DIP, possibilitam demarcar a evolução do processo de transição epidemiológica de uma região. As primeiras informações referentes à mortalidade disponíveis para o país datam de 1930, quando as DIP representavam 45,7 % do total de óbitos e as DAC, 11,8%, e mostram a lenta mudança na estrutura das causas de morte para as capitais brasileiras. A inversão desses valores se deu na década de 70, quando as DAC foram responsáveis por 24,8% do total das mortes e as DIP por 15,7% (FIOCRUZ, 1984).

Em Salvador, capital do estado da Bahia, as DAC assumiram a condição de primeira causa de morte somente em 1980, com 24,1%, enquanto as DIP ficaram com 19,7% do total de mortes. Nesse ano, na Bahia, as DAC já representavam a primeira causa de morte, com 15,8% do total, elevando-se para 21,3% em 2000. Deve ser lembrado que esse aumento se deu basicamente na década de 80, uma vez que seu incremento nos anos 1990 foi de apenas 4,0%, contra os 34,0% do período anterior.

As taxas de mortalidade também apresentaram um incremento, de 24,0%, passando de 76,5 óbitos por 100.000 habitantes, em 1980, para 94,9/100.000 habitantes, em 2000. Nos países desenvolvidos, as doenças cardiovasculares já vinham apresentando redução nas suas taxas há muitas décadas (LESSA, 1991), observando-se, também na Bahia, um arrefecimento na velocidade de aumento desses indicadores. Os eventos relacionados às DAC são a principal causa de morte nos indivíduos maiores de 40 anos, mas já aparecem como a segunda mais importante causa de morte desde os 15 anos de idade.

As **Neoplasias** registraram oscilação na sua frequência, até metade dos anos 1990, quando passaram a representar a terceira causa mais importante de morte, sustentando sua tendência de crescimento, com taxas variando de 22,9 a 34,8 óbitos/100.000 habitantes, entre 1980 e 2000. Os tipos de agravos mais frequentes, dentro do grupo, são os cânceres de pulmão e estômago, para ambos os sexos. Para câncer de pulmão, as taxas foram de 2,6 e 2,9/100.000 habitantes, respectivamente para 1991 e 2000, enquanto, no mesmo período, as taxas de câncer de estômago foram de 3,0 e 2,8 óbitos por 100.000 habitantes. Entre os homens, o câncer de próstata é o mais frequente, com um crescimento de 75,0% nos anos 1990, passando de 3,5 para 6,1 óbitos por 100.000 habitantes, enquanto, para as mulheres, o câncer de mama é o principal, com coeficientes de 3,8 e 5,2 óbitos/100.000 habitantes, representando uma elevação de 37,0% no mesmo espaço de tempo. As

neoplasias representam a segunda causa de morte mais importante entre os indivíduos acima dos 40 anos, padrão seguido pelo conjunto do país.

Desde o início da década de 1980, as **Causas Externas** já eram a terceira causa de morte na Bahia, assumindo a segunda posição em 1989, em que se manteve durante toda a década de 90. Com elevação de 34,4%, nesse período, suas taxas passaram de 34,6 (em 1980) para 46,5 óbitos por 100.000 habitantes (em 2000) (Tabela 2/Anexo I). Esses valores refletem o aumento da violência no estado, atestado também pelo incremento do peso relativo dessas mortes no total, que variou de 7,2% a 10,5%, nesse espaço de tempo (Tabela 1/Anexo I). Trata-se de uma tendência observada na maioria dos países, especialmente naqueles da América Latina, caso do Brasil, onde, entre 1980 e 1999, a proporção de óbitos por essas causas elevou-se de 9,4% para 12,7% do total das mortes (YUNES, 1993; CASTILLO *et al*, 1999; BRASIL, www.datasus.gov.br).

Os acidentes de trânsito e os homicídios são os eventos que mais contribuíram para o crescimento das mortes por **Causas Externas**, nesta última década: nos primeiros, as taxas passaram de 5,5 para 8,5 óbitos por 100.000 habitantes, enquanto o risco de morrer em decorrência de agressões quase duplicou, passando de 5,0 para 9,1 óbitos por 100.000 habitantes, entre 1991 e 2000 (Tabelas 3 e 4/Anexo I).

As causas de morte violenta são as principais para os indivíduos com idade entre 5 e 39 anos, embora com frequência variável segundo faixas etárias específicas. Acometem, com maior intensidade, os adolescentes e adultos jovens (15 a 29 anos), respondendo por mais de 50% das mortes nesse grupo etário, tanto no início quanto no final da década de 90 (Tabelas 5 e 6/Anexo I). As taxas de mortalidade naquele segmento mantêm níveis acima da média geral na década de 90, atingindo em 2000: 40 óbitos por 100.000 habitantes na faixa de 15 a 19 anos; de 70,0/100.000 habitantes na de 20 a 29 anos e 65,3/100.000 habitantes no grupo de 30 a 39 anos (Tabela 7/Anexo I). O fato de serem atingidos indivíduos na sua faixa etária mais produtiva acarreta grandes perdas socioeconômicas para toda a sociedade, razão pela qual a violência constitui-se num dos mais importantes problemas de saúde pública em todo o mundo e, no Brasil, em particular (MINAYO, 1994).

As **Doenças Respiratórias/DAR**, que se apresentaram de forma oscilante nos anos 1980, revezando posições com as Neoplasias, definiram sua tendência de crescimento no final daquela década, mantendo-se como a quarta causa de morte em 2000. As infecções respiratórias agudas são as mais importantes causas desse grupo, atingindo com maior frequência os menores de cinco anos e os mais idosos, o que pode explicar as oscilações assinaladas, em vista das modificações ocorridas nesses grupos populacionais ao longo da série temporal.

Por fim, embora não-incluídas entre as cinco principais causas de morte, vale salientar alguns agravos com importância na composição da estrutura

da mortalidade no estado. É o caso das *Afecções Originadas no Período Perinatal*, principal causa das mortes dos menores de um ano e que já se apresentam com taxas mais elevadas do que as DIP, em 2000, inclusive considerando o risco na população geral, chegando a 960,0 óbitos por 100.000 nascidos vivos, naquele ano. As *Doenças Endócrinas* também se destacam, especialmente nos anos 1990, com taxas de mortalidade equiparadas às das DIP, sendo que o seu crescimento, na década, se deu às custas das doenças crônicas do grupo, como a Diabetes Mellitus, cujos coeficientes passaram de 9,9 para 16,3 óbitos por 100.000 habitantes, um aumento, portanto, de 65% do risco de morrer por essa causa.

Distribuição da mortalidade na Bahia

Os dados referentes às causas de mortalidade por Diretoria Regional de Saúde/DIRES, regiões administrativas da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia/SESAB, mostram o diferencial nos riscos de morrer, segundo os grupos de doenças selecionados, existente entre os subespaços baianos (Tabelas 9 e 10/Anexo I).

As grandes discrepâncias observadas nas taxas de mortalidade, por esses grupos de causas, entre as 30 DIRES que compõem o Estado, devem estar refletindo a complexidade e a heterogeneidade, tanto econômica quanto social, dos municípios que compõem as Regionais de Saúde. Tais diferenças repercutem nas questões gerenciais dessas regionais, especialmente no que diz respeito à oferta de serviços de saúde e assistência médica, fazendo com que a grande maioria dos óbitos nelas ocorridos não tenha causa definida. Assim, as taxas de mortalidade aí encontradas podem não estar refletindo o risco real de morrer por determinada causa.

Ao analisar o comportamento da mortalidade para Salvador, capital do estado e sede da 1ª DIRES, podemos observar que, embora seguindo o mesmo padrão de mortalidade apresentado pelo estado, os valores da participação relativa no total de óbitos bem como das taxas de mortalidade relacionadas a cada causa de morte encontram-se bem acima da média estadual. Isso porque a maior concentração de serviços de saúde e o seu alto grau de complexidade tecnológica, características do município-sede, têm garantido um baixo percentual de óbitos sem diagnóstico, mantido em cerca de 2,8% do total de mortes desde 1980 (Gráficos 8 e 9 e Tabela 3/Anexo I).

Mais de 30% dos óbitos ocorridos na Bahia são de residentes no município de Salvador, que, no entanto, concentra cerca de 18% da população baiana. Esse volume de ocorrência e a boa qualidade da informação são responsáveis pelo padrão de mortalidade do estado, especialmente em relação à 1ª DIRES, da qual Salvador detém mais de 80% das mortes registradas.

Embora todas as demais Regiões de Saúde tenham apresentado tendência à redução do grupo das causas mal definidas, as proporções ainda mantiveram-se bastante elevadas nos últimos dez anos, variando de 30% na 7ª DIRES/

Itabuna, a 78,5% na 23ª DIRES/Boquira, em 1991, e de 66,8% na 28ª DIRES/Senhor do Bonfim, a 22,2% na 29ª/Amargosa, em 2000.

Gráfico 8

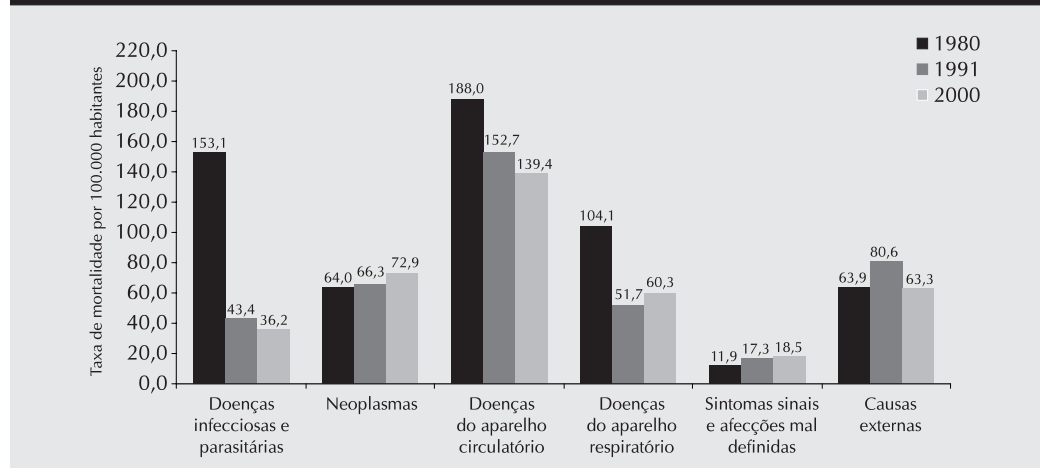
Mortalidade Proporcional Segundo Principais Grupos de Causas e Ano de Ocorrência Salvador-Bahia, 1980-1991-2000



Fonte: SESAB/DICS

Gráfico 9

Taxa de Mortalidade Segundo Principais Grupos de Causa e Ano de Ocorrência Salvador-Bahia, 1980-2000



Fonte: SESAB/DICS/SIM

Para os demais grupos de causas de morte, os dados das Tabelas 9 e 10 (Anexo I) relativos às taxas de mortalidade segundo as regionais de saúde, são reveladores. Quanto às Doenças Infecciosas e Parasitárias/DIP, a maioria das regiões apresentou redução nas taxas entre 1991 e 2000. Nesse ano, os maiores coeficientes couberam à 17ª DIRES/Mundo Novo (44,7 óbitos/100.000 habitantes), uma das poucas exceções à tendência de queda assinalada, e à 1ª DIRES/Salvador (36,2 óbitos/100.000 habitantes). Entre as regiões com as menores taxas, por esse grupo de causas, em 2000, encontravam-se a 4ª DIRES/Santo Antônio de Jesus, a 10ª DIRES/Paulo Afonso e a 28ª/Senhor do Bonfim, também situadas entre aquelas regionais que apresentavam as maiores proporções de mortes por causas mal definidas. Vale ressaltar que aquelas duas primeiras DIRES estavam entre as regionais com taxas mais elevadas, em 1991 (38,2 e 40,0/100.000 habitantes, respectivamente), ficando entre as de menores taxas, em 2000, com 3,2 e 5,5/100.000 habitantes, respectivamente, queda que, no entanto, foi acompanhada do aumento expressivo do peso das causas mal definidas.

A probabilidade de morrer por Neoplasias, Doenças Cardiovasculares/DAC e do Aparelho Respiratório/DAR aumentou em quase todas as regionais de saúde. No caso das **Neoplasias**, as maiores taxas, em 2000, foram registradas na 1ª DIRES/Salvador (70,0 óbitos por 100.000 habitantes), na 7ª DIRES/Itabuna e na 3ª DIRES/Alagoinhas. Nesta última, o risco por essa doença teve um crescimento de 53%, passando de 26,2 para 40,2 óbitos/100.000 habitantes, entre 1991 e 2000.

Quanto às **DAC**, a 7ª DIRES/Itabuna foi a que mais elevou a probabilidade de morrer por essa causa (incremento de 32%), no período, passando de 123,4 para 162,4 óbitos/100.000 habitantes, ao contrário da 1ª DIRES/Salvador, que teve uma redução de 4,2%, seguindo a tendência da capital, chegando a 138,1/100.000 no final da década. As **DAR** também se apresentaram com maior frequência na população da 7ª DIRES/Itabuna, com um taxa de 54,0 óbitos/100.000 habitantes, em 2000, abaixo apenas da 1ª DIRES/Salvador, com 59,0 óbitos/100.000 habitantes.

Quanto às mortes por **Causas Externas**, a 1ª DIRES/Salvador teve um decréscimo de 18,2% no seu coeficiente de mortalidade na década de 90, passando de 78,2 para 64,0 óbitos/100.000 habitantes e deixando de ser líder no risco de morrer por esse agravo, em 1991, para ocupar a terceira posição, em 2000. Essa redução se deu às custas da capital, onde a elevação de 26,3% nas taxas ocorridas na década de 80 foi anulada, na mesma proporção, nos anos 1990, sendo assim mantidas em torno dos 64 óbitos/100.000 habitantes para os dois extremos do período 1980/2000. Com as maiores taxas de mortalidade por esses agravos registradas na 8ª DIRES/Eunápolis, 9ª DIRES/Teixeira de Freitas e na 7ª DIRES/Itabuna, variando entre 70,0 e 75,0 óbitos/100.000 habitantes, em 2000, pode-se observar uma tendência de crescimento da violência em outros centros urbanos periféricos da Bahia, sinalizada pelo aumento das taxas de mortalidade por causas externas em todas as regionais de saúde, à exceção de na 1ª DIRES/Salvador, já comentada, e da 4ª DIRES/Santo Antônio de Jesus.

Comentários finais sobre mortalidade

Os dados apresentados mostram que o estado da Bahia vivenciou significativos avanços na situação geral de saúde da população nos últimos 20 anos, expressos na queda da mortalidade geral e, especialmente, daquela de menores de um ano. Também foram registrados progressos na área sociodemográfica, com ganhos importantes em anos de vida e redução do número de filhos por família. Tais indicadores, todavia, ainda encontram-se muito aquém dos níveis exibidos por outros estados mais desenvolvidos da Federação (DUARTE *et al*, 2002; MELLO JORGE & GOTLIEB, 2000), constatação sinalizadora da persistência local de graves problemas a serem ainda enfrentados.

A associação daqueles fatores contribuiu para a mudança no perfil da mortalidade, no estado, com a redução acentuada das mortes por doenças infec-

ciosas e parasitárias e a concomitante elevação das doenças crônicas e degenerativas.

Ademais, as desigualdades existentes entre os municípios que compõem as 30 Diretorias regionais de Saúde/DIRES, ficaram explicitadas nas diferentes taxas de mortalidade relativas às causas de morte aqui abordadas, demonstrando a heterogeneidade desses subespaços baianos em face do perfil estadual de mortalidade. De um modo geral, em todos os grupos de causas estudados, os valores dessas taxas foram mais baixos nas regiões localizadas, predominantemente, nas porções norte, nordeste e centro-oeste do estado, consideradas menos desenvolvidas econômica e socialmente e mais carentes na atenção à saúde. Não por acaso, portanto, foram essas as regionais que apresentaram as maiores proporções de mortes sem diagnóstico, impossibilitando a revelação do risco real de cada tipo de causa para a população nelas residente e salientando a questão da desigualdade na distribuição dos serviços de saúde e de assistência médica entre as regionais de saúde no estado.

A complexidade do perfil epidemiológico desenhado nos últimos 20 anos, na Bahia, no qual se apresentam, simultaneamente, as doenças infecciosas e parasitárias (antigas e novas) – e ainda com peso relativo importante como causa de morte – e as crônico-degenerativas e os agravos violentos – com elevada e crescente participação –, impõe um grande desafio a seus governantes e responsáveis pelas políticas públicas de saúde. Com efeito, lidando com tamanha complexidade, as medidas e ações de saúde, bem como as intersetoriais, devem ser elaboradas e implementadas visando reduzir a morbimortalidade por essas causas e as desigualdades observadas, tanto em relação a outras Unidades da Federação, quanto dentro do próprio estado.

PERFIL DA MORBIDADE

O quadro de morbidade na Bahia, ao longo da década de 90, é aqui traçado a partir dos dados de incidência das doenças transmissíveis de notificação obrigatória integrantes da lista da Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Tais informações, como as de mortalidade, padecem da baixa cobertura e da subnotificação, referidas principalmente à rede particular de atenção à saúde. Além disso, apenas para algumas doenças transmissíveis existe uma fonte de registro contínuo, enquanto para as demais são utilizados resultados de inquéritos não-sistemáticos realizados por pesquisadores.

Contornando essa deficiência, o procedimento mais usual tem sido o de analisar as séries históricas das estatísticas, valorizando as tendências verificadas nos eventos de saúde, embora não se descarte a comparação pontual entre subespaços nacionais, facilitada com o progresso da informatização dos dados e importante para a avaliação dos avanços e desafios vividos localmente.

Conforme a SESAB (1999), “todas as doenças transmissíveis de notificação obrigatória contidas na lista da Secretaria (...) são passíveis de prevenção,

controle e/ou erradicação, seja por ações de saúde específicas e/ou através de programas desenvolvidos e implementados por outros setores". Nessa linha, essas doenças podem ser agrupadas, como faz a SESAB, de acordo com suas especificidades, em três grandes grupos: doenças redutíveis por programas de imunização ou imunopreveníveis; doenças redutíveis por programas especiais desenvolvidos pelo setor da saúde e as doenças redutíveis por saneamento básico.

Como se pode notar, embora estejam todas sujeitas às determinações das condições de vida de um modo geral e de políticas de saúde, especificamente, as doenças do último grupo estão mais dependentes de políticas públicas amplas – em diferentes áreas – como é o caso do saneamento básico.

Doenças imunopreveníveis

Os dados resultantes das notificações de 1991 a 2000 (Gráfico 10) indicam que os esforços desenvolvidos para a prevenção e controle das doenças transmissíveis têm se mostrado bastante efetivos em relação a esse grupo de doenças. Com efeito, sua incidência vem registrando uma tendência de redução desde o início da década, à exceção do Sarampo, que apresentou um surto em 1997, retomando em seguida a tendência declinante e registrando coeficiente de incidência nulo no final do período, e da Coqueluche, cuja frequência volta a subir em 2000, embora seja prematuro concluir-se, a partir daí, pela inflexão da curva descendente que essa doença desenhava ao longo dos anos 1990.

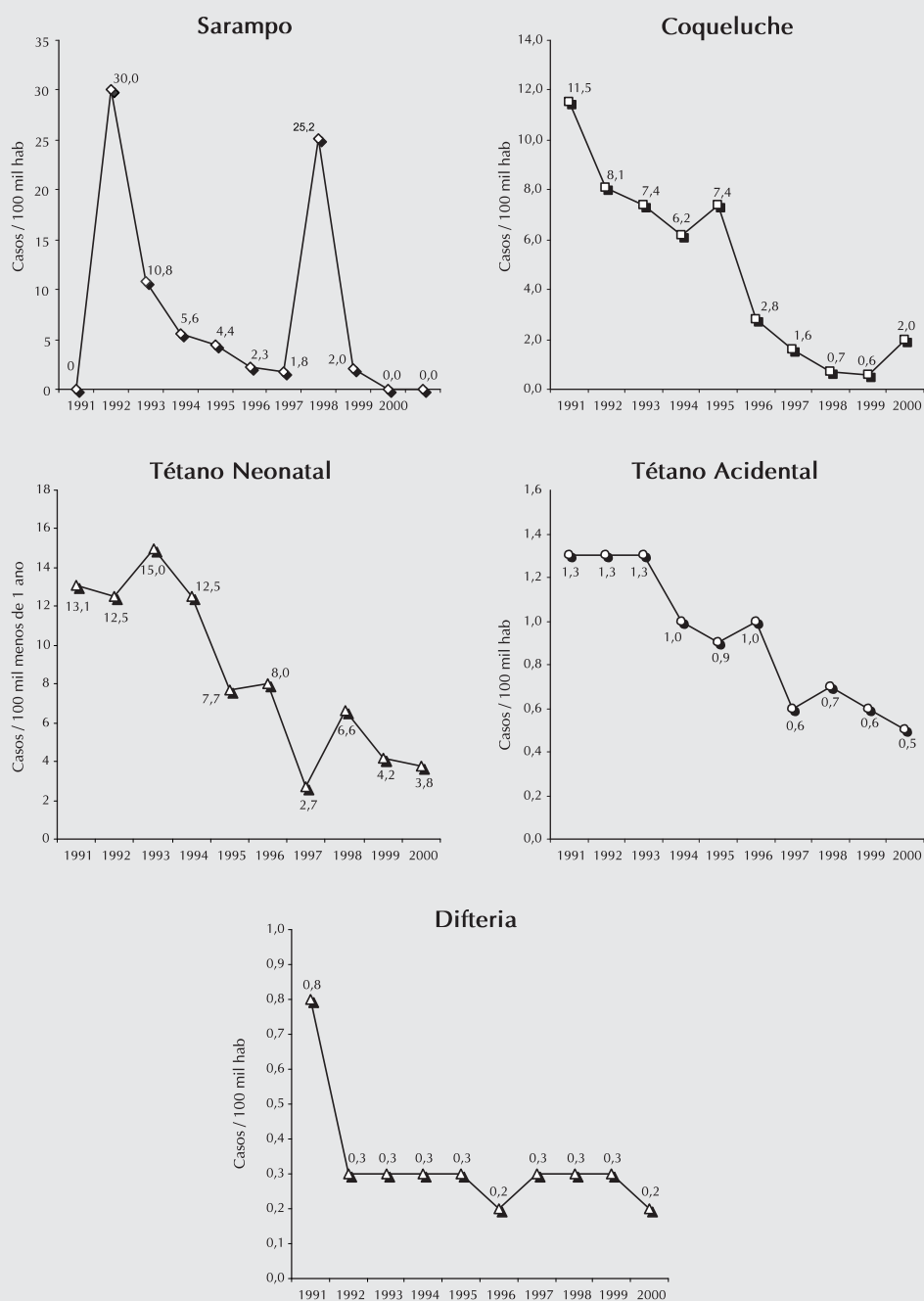
Os coeficientes de incidência das doenças imunopreveníveis, na Bahia, encobrem grandes diferenças entre os subespaços baianos – Diretorias Regionais de Saúde e respectivos municípios – como demonstram os dados para 1998, os mais recentes publicados pela SESAB (Tabela 1/Anexo II). Com relação ao **Sarampo**, observa-se que, naquele ano, a quase totalidade dos casos ocorreu no interior, principalmente na 17ª DIRES/Mundo Novo, e na 21ª DIRES/Irecê, com 13,7 e 11,5 casos por 100 mil habitantes, respectivamente, enquanto no total do estado ocorreram 2,0 casos por 100 mil habitantes.

A incidência da **Coqueluche**, em torno de 0,7 casos por 100 mil habitantes na Bahia, em 1998, superou a média baiana na 1ª DIRES/Salvador e atingiu a marca dos 3,0 casos/100 mil nas DIRES de Eunápolis e Jequié. A **Difteria**, detectada em apenas oito das regionais de saúde (inclusive na de Salvador), apareceu nas DIRES de Cícero Dantas e Ibotirama, com o quádruplo da incidência estadual.

Nesse grupo de doenças merece destaque o Tétano, nas suas duas formas de apresentação. O **Tétano neonatal**, com 6,6 casos/100 mil menores de 1 ano notificados na Bahia, em 1998, teve mais da metade dessas ocorrências na 11ª DIRES/Cícero Dantas (50,0/100 mil menores de 1 ano), 9ª DIRES/Teixeira de Freitas (37,4/100 mil menores de 1 ano) e 3ª DIRES/Alagoinhas

Gráfico 10

Taxa de Incidência* de Algumas Doenças Imunopreveníveis
Bahia, 1991-2000



Fonte: SESAB/DICS

Nota: (*) Casos notificados, independentes de confirmação

(35,1/100 mil menores de 1 ano). A propósito, nesse mesmo ano, a cobertura vacinal para a Anatoxi-tetânica entre as gestantes apresentou valores inferiores a 50% em todas as regionais de saúde (variando de 13,3%, na 13ª DIRES/Guanambi, a 48,8% na 8ª DIRES/Eunápolis), perfazendo a média estadual de 33% (SESAB, 1999).

Já o **Tétano acidental**, com 0,7 casos /100 mil habitantes no estado, em 1998, teve 1/3 dos casos registrados na 1ª DIRES (Salvador), atingindo os

mais altos coeficientes na 4ª Dires/Santo Antônio de Jesus e na 8ª Dires/Eunápolis, com 1,6 e 1,8 casos/100 mil habitantes, respectivamente.

Como visto, apesar da redução significativa da incidência das doenças imunopreveníveis na Bahia, ao longo da década, persiste o desafio sinalizado pelos elevados índices em algumas regionais de saúde e pelas ainda baixas coberturas vacinais, como é o caso da Anatoxi-tetânica que previne contra o tétano neonatal, no conjunto das Dires. A comparação das taxas da Bahia com as brasileiras e as nordestinas, em 2000 (Tabela 2/Anexo II), aponta para a magnitude dessa tarefa: os coeficientes baianos¹ de incidência da Coqueluche, Difteria, Tétano neonatal e Demais formas de tétano são mais elevados que os do Brasil e, nos casos da Difteria e do Tétano neonatal, também superam os coeficientes do Nordeste.

Doenças redutíveis por programas especiais²

Esse grupo de doenças compreende a Tuberculose, a Hanseníase, as Leishmanioses, as Meningites, a Raiva e a AIDS (dentre as doenças sexualmente transmissíveis). Para o seu controle e prevenção são desenvolvidas várias ações de saúde, que devem ser complementadas com atividades próprias de outros setores e políticas públicas, o que parece ter resultado insuficiente para a redução desses agravos na Bahia, nos anos 1990. Com efeito, ao longo do período, as doenças desse grupo apresentaram tendência à elevação de sua incidência (casos da Leishmaniose tegumentar, Hanseníase e AIDS) ou, quando registraram tendência declinante, atingiram, no ano 2000, coeficientes superiores aos do início da década (Meningites) ou muito próximos deles (Raiva e Tuberculose) (Gráfico 11).

Dentre as **Leishmanioses**, a **tegumentar** é a forma predominante na Bahia. Trata-se de doença infecciosa das mais importantes, não só pela frequência, mas principalmente pelas dificuldades terapêuticas e pelas deformidades e seqüelas que pode acarretar, situando-se, para a Organização Mundial de Saúde, entre as seis doenças infectoparasitárias de maior destaque.

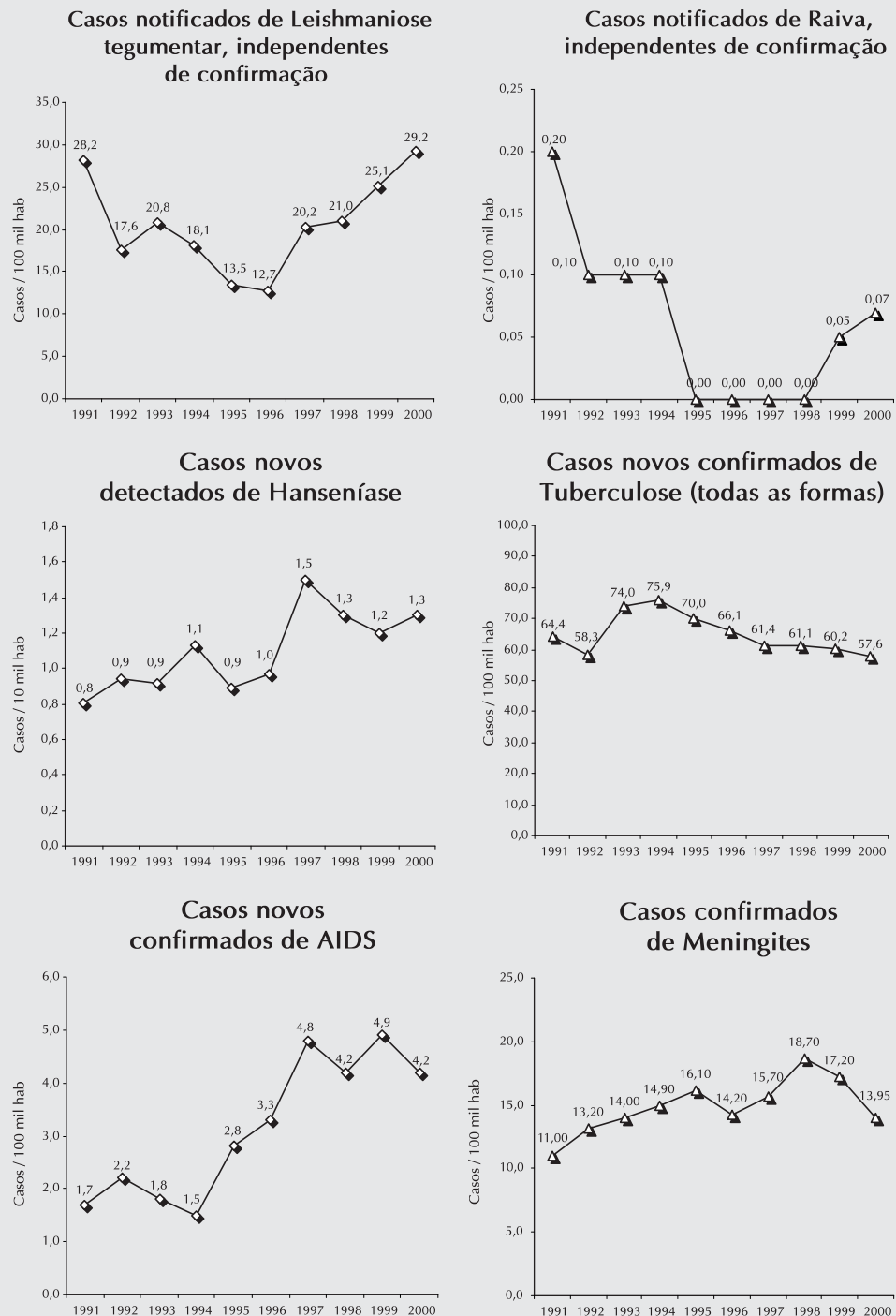
Em franca expansão geográfica no Brasil, nas últimas décadas³, vem sofrendo mudanças no seu comportamento epidemiológico: inicialmente agravo que acometia, ocasionalmente, pessoas em contato com florestas, a Leishmaniose Tegumentar começou a ocorrer em áreas rurais já desmatadas e em regiões periurbanas, com surtos epidêmicos associados a fatores decorrentes do funcionamento de atividades econômicas como garimpos, expansão de

¹ Esses coeficientes de incidência diferem daqueles da Tabela 1/Anexo II (cuja fonte é a SESAB, que trabalha com casos notificados, independentemente de confirmação), pois se referem aos casos confirmados (cuja fonte é MS/FUNASA/CENEPI).

² A breve caracterização das doenças desse grupo tem como principal fonte de informação o site [www.funasa.gov.br/guia de doenças](http://www.funasa.gov.br/guia%20de%20doencas).

³ Há registros de casos em todas as Unidades da Federação e a região Nordeste concentra o maior número de casos, conforme informações da Fundação Nacional de Saúde (www.funasa.gov.br/guiadedoencas).

Gráfico 11

Taxa de Incidência de Algumas Doenças Redutíveis Por Programas Especiais
Bahia, 1991-2000

Fonte: SESAB/DICS; MS/FNS/CENEPI/CRPHF e SESAB/DICS para tuberculose

fronteiras agrícolas e extrativismo, conformando condições ambientais altamente favoráveis à transmissão da doença. As medidas de controle, portanto, extrapolam o âmbito da saúde, abrangendo, necessariamente, políticas de preservação e manejo ambiental.

Os coeficientes de incidência da doença, na Bahia, em ascensão na década (sobretudo na sua segunda metade), atingem mais intensamente alguns

subespaços estaduais, como mostram os dados da Tabela 3 (Anexo II) referentes a 1998: enquanto o estado registrava 21,0 casos por 100 mil habitantes, algumas Diretorias Regionais de Saúde configuravam graves situações epidêmicas, com destaque para a 5ª DIRES/Gandu (214,8); 29ª DIRES/Amar-gosa (208,1) e 6ª DIRES/Ilhéus (100,5 casos/100 mil habitantes).

Os dados do ano 2000, referentes aos casos confirmados (Tabela 4/Anexo II), demonstram estar a Bahia com taxa de incidência de Leishmaniose Tegumentar (29,07 casos /100 mil habitantes) superior às da região Nordeste (27,39) e do Brasil (19,86), sinalizando para a maior gravidade local desse problema de saúde pública.

Uma das mais antigas a acometer o homem, a **Hanseníase** é uma doença crônica proveniente da infecção causada por um bacilo com grande capacidade de infectar numerosos indivíduos, mas que, pela sua baixa patogenicidade, provoca o adoecimento de poucos deles. Essa propriedade não é função apenas de características intrínsecas, dependendo sobretudo de sua relação com o hospedeiro e com o grau de endemicidade do meio: o domicílio é apontado como importante espaço de transmissão, embora ainda existam lacunas no conhecimento de prováveis fatores de risco implicados, especialmente aqueles relacionados ao ambiente social. Em outras palavras, sendo o homem reconhecido como a única fonte de infecção, a exemplo de outras doenças infecciosas essa infecção se converte em doença (hanseníase) a depender de interações entre fatores individuais e ambientais. Não é sem razão que a Hanseníase é endêmica nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, contexto no qual o Brasil se colocava, em 1997, em segundo lugar no mundo, em número absoluto de casos, sendo superado apenas pela Índia. A melhoria das condições de vida e o avanço do conhecimento científico modificaram significativamente a evolução mundial da doença que, hoje, tem tratamento, justificando a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) de eliminá-la como problema de saúde pública até o ano 2005, reduzindo a sua prevalência (casos existentes) para 1/10 mil habitantes. O Brasil tem apresentado uma redução expressiva da prevalência da Hanseníase (de 16,4 casos por 10 mil habitantes em 1985, para 4,7 em 2000), acercando-se da meta estabelecida pela OMS, da qual a Bahia mostra-se ainda mais próxima (2,75 casos existentes por 10 mil habitantes em 2000)⁴.

Segundo a Fundação Nacional de Saúde, tal resultado vem sendo obtido inclusive pelo aumento da detecção de novos casos, o que, numa doença contagiosa como a Hanseníase, constitui fator importante para reduzir a possibilidade de que casos não diagnosticados e tratados continuem alimentando a cadeia de transmissão da doença. Para tanto, a estratégia está centrada na integração da atenção básica, de maneira a tornar mais acessíveis o diagnóstico e o tratamento, envolvendo uma série de medidas de controle

⁴ Dado extraído de datasus.gov.br/Indicadores e dados básicos Brasil – 2001 (IDB/2001)\Indicadores de morbidade e fatores de risco

que passam pelas relações entre unidades de saúde e comunidade e por ações nas áreas de educação e comunicação.

Assim, a elevação dos coeficientes de detecção de novos casos de Hanseníase, na Bahia, nos anos 1990, se de um lado aponta um crescente e grave problema de saúde pública, por outro traz a possibilidade de maior controle da transmissão de indivíduo para indivíduo. A propósito, dentro do estado, merecem particular atenção as regionais de saúde que superam, em muito, a taxa baiana registrada em 1998 (12,9 casos novos /100 mil habitantes): 8ª DIRES/Eunápolis (58,0); 21ª DIRES/Irecê (48,8); 9ª DIRES/Teixeira de Freitas (44,6); 25ª DIRES/Barreiras (43,9); 26ª DIRES/Santa Maria da Vitória (42,9) e 22ª DIRES/Ibotirama (39,1), para citar as situações mais preocupantes (Tabela 3/Anexo II).

No final da década, em 2000, com 1,12 novos casos detectados por 10 mil habitantes, a Bahia situava-se abaixo das taxas do Brasil (2,56) e do Nordeste (2,83), conforme mostra a Tabela 4 (Anexo II)⁵.

Integrando o grupo das doenças sexualmente transmissíveis destaca-se a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (**SIDA/AIDS**), considerada pelo senso comum a “peste” do fim do milênio por sua alta capacidade de propagação e elevadíssima letalidade. Na mesma medida, tem sido alvo de amplas campanhas, envolvendo não apenas o setor saúde, mas também várias instâncias e organismos da sociedade civil, no Brasil e no mundo.

Ainda predominante no sexo masculino, com tendência a se tornar crônica em decorrência da redução da mortalidade e letalidade nos últimos anos, sua evolução indica a elevação da participação feminina como resultado do crescimento da incidência da doença entre os heterossexuais que, na Bahia, já contribuem com mais da metade dos casos.

Em escalada ascendente nos anos 1990, a AIDS teve, na Bahia, em 1998, mais de 70% dos casos ocorridos na 1ª DIRES/Salvador, correspondentes a 13,3 casos confirmados por 100 mil habitantes, contra um coeficiente de 4,2/100 mil habitantes para o total do estado, sendo essa a única regional de saúde a superar a taxa de incidência baiana (Tabela 3/Anexo II).

As estatísticas do Ministério da Saúde, relativas aos casos novos confirmados em 2000 (Tabela 4/Anexo II), colocam a Bahia (com 3,95 casos/100 mil habitantes) com níveis de incidência menor que o Brasil (8,84) e maior que o Nordeste (3,54)⁶.

⁵ Os dados da Tabela 4 (Anexo II), cuja fonte é a Fundação Nacional de Saúde (Funasa)/Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI), diferem daqueles do Gráfico 11, elaborado com as estatísticas da SESAB/DICS. Mesmo assim, ambas as fontes são aqui utilizadas por permitirem a comparação nacional (no caso da primeira) e a montagem da série 1991/2000 (no caso da segunda).

⁶ A propósito da pequena diferença entre os coeficientes para 2000, entre a Tabela 4/Anexo II e o Gráfico 11, ver nota anterior.

Quanto às **Meningites**, infecções do sistema nervoso central correspondentes a múltiplas etiologias, o diagnóstico precoce e o início imediato de tratamento são determinantes no seu prognóstico. Dentre elas destacam-se as meningocócicas, de especial importância para a saúde pública pelo seu poder de transmissão, embora, para o correto acompanhamento da doença, seja necessário que todas as etiologias sejam investigadas e tratadas. Nesse sentido, as medidas de controle estão relacionadas a cada agente etiológico, mas para as meningites de um modo geral são preconizadas medidas globais de prevenção de doenças, como as de higiene e alimentação.

Em elevação ao longo dos anos 1990, na Bahia, as meningites atingiram incidência máxima em 1998 (18,7 casos/100 mil habitantes), quando então delinearam tendência de queda, apresentando todavia níveis superiores aos registrados no início da década.

A distribuição no estado (Tabela 3/Anexo II) mostra que, ainda no ano de 1998, mais de 60% das meningites foram notificadas pelas: 1ª DIRES/Salvador, com 45% dos casos e um coeficiente de 39,1/100 mil habitantes; 21ª DIRES/Irecê (36,1); 3ª DIRES/Alagoinhas (24,4) e 7ª DIRES/Itabuna (21,7).

Transmitida ao homem pela inoculação do vírus rábico contido na saliva do animal infectado, a **Raiva** apresenta uma letalidade de 100% e elevado custo na assistência preventiva às pessoas expostas ao risco de adoecer e morrer. Conhecida desde a antigüidade, mantém-se como um problema de saúde pública nos países em desenvolvimento, sobretudo aquela transmitida por cães e gatos, em áreas urbanas, com a persistência da cadeia de transmissão animal doméstico/homem. No Brasil, a Raiva é endêmica em diferentes graus, de acordo com a região – o Nordeste respondeu por mais de 60% dos casos humanos registrados desde os meados dos anos 1980 até 1996, seguido das regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, nessa ordem –, sendo cães e gatos os responsáveis pela transmissão de 77% dos casos humanos registrados. Com a redução no número de casos registrados por ano, nas duas últimas décadas, e a sua quase total eliminação da região Sul e de alguns estados do Sudeste, mais recentemente, coloca-se a perspectiva da erradicação da raiva humana em todo o país, até o ano de 2003.

Na Bahia, o declínio da doença a levou a coeficientes nulos durante quatro anos consecutivos (de 1995 a 1998), quando então volta a incidir crescentemente, embora abaixo dos níveis do início da década. Mas mesmo implicando coeficiente nulo para o estado como um todo, em 1998, época dos últimos dados publicados pela SESAB, na 9ª DIRES/Teixeira de Freitas houve notificação de três casos de raiva humana e um coeficiente de 0,8 casos/100 mil habitantes (Tabela 3/Anexo II).

Com relação ao Brasil e ao Nordeste e levando em conta os casos confirmados em 2000, as estatísticas do Ministério da Saúde (Tabela 4/Anexo II) mostram a equivalência dos coeficientes nacional e baiano (0,02 casos/100 mil habitantes), ambos inferiores ao nordestino (0,03 casos/100 mil habitantes).

Conforme a Fundação Nacional de Saúde, a **Tuberculose** continua sendo um importante problema de saúde pública, especialmente nos países em desenvolvimento, onde atinge a todos os grupos etários, com predomínio nos indivíduos economicamente ativos, enquanto nos países desenvolvidos acomete com maior frequência as pessoas idosas, as minorias étnicas e os imigrantes estrangeiros. Com o aparecimento da AIDS, no início dos anos 80 do século passado, vem sendo observado, em ambos os tipos de países, um crescente número de notificações de tuberculose em pessoas infectadas com o vírus da imunodeficiência humana (HIV), combinação que, nos dias atuais, agrava ainda mais o problema, pois pode conduzir ao aumento da morbidade e da mortalidade por tuberculose.

No Brasil estima-se que, do total da população, entre 35 e 45 milhões de pessoas estejam infectadas pelo *M. tuberculosis*, com o surgimento de cerca de 100 mil novos casos por ano. Para tal situação têm influenciado o modelo de controle aqui adotado – de excessiva centralização da assistência –, o longo tempo exigido para os tratamentos atualmente disponíveis (mínimo de seis meses) e o adensamento populacional nas periferias das grandes cidades associado a precárias condições socioeconômicas e sanitárias, entre outros fatores. Acrescente-se ainda a mencionada associação com a AIDS: 25,5% dos casos ocorridos no país apresentam tuberculose como doença associada, o mesmo acontecendo com a Bahia, onde, em média, 26,5% dos casos de AIDS estão associados com tuberculose ao longo da década de 90.

Diante de tal situação,

[...] a tuberculose tem sido objeto de ações e investimentos recentes do Ministério da Saúde e demais instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), visando descentralizar o atendimento e adotar novas formas de garantir a continuidade do tratamento, para ampliar a capacidade de detecção de novos casos e aumentar o percentual de cura ([www.funasa.gov.br/guia de doenças](http://www.funasa.gov.br/guia%20de%20doencas)).

Tal atitude justifica-se uma vez que, na presente era quimioterápica, praticamente todos teriam chance de cura diante de um diagnóstico precoce e tratamento corretamente administrado, como esclarece o próprio Ministério.

Na Bahia, conforme o Gráfico 11, a Tuberculose é uma daquelas doenças redutíveis por programas especiais que experimentaram redução de incidência ao longo dos anos 1990. A despeito disso, mantinha-se, localmente, em 1999, com coeficiente de incidência (60,2 casos novos/100 mil habitantes) superior aos do Brasil (48,0) e da região Nordeste (50,5), conforme os dados da Tabela 4 (Anexo II).

Internamente ao estado, os dados de 1998 (Tabela 3/Anexo II) demonstram a concentração de quase 45% dos novos casos na 1ª DIRES/Salvador (correspondentes a 122,9 casos por 100 mil habitantes), contra um coeficiente estadual de 61,1 casos/100 mil habitantes. Sobressaem ainda, por apresentarem os maiores riscos, as seguintes regionais de saúde: 9ª DIRES/Teixeira

de Freitas (72,2 casos novos/100 mil habitantes); 7ª Dires/Itabuna (71,3) e 30ª Dires/Guanambi (70,3).

Conforme as informações do Anuário Estatístico: Informações de Saúde (SESAB, 1999), ainda para 1998, o perfil da doença na Bahia não apresentou grandes mudanças, caracterizando-se por atingir, em sua maioria, indivíduos acima de 40 anos de idade.

Doenças redutíveis por saneamento básico

Integram esse grupo aquelas doenças que, direta ou indiretamente, são transmitidas por veiculação hídrica e estão associadas à presença de condições sanitárias precárias, como a Febre Tifóide, a Leptospirose, a Hepatite, a Esquistossomose, a Cólera e a Dengue.

A melhoria significativa dos níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico ocorrida na Bahia, na década de 90, por certo fundamenta, em grande parte, a trajetória declinante da incidência dessas doenças no mesmo período, conforme ilustra o Gráfico 12. A exceção fica por conta da Esquistossomose, que, ao contrário, finalizava a década com o preocupante comportamento de elevação do risco.

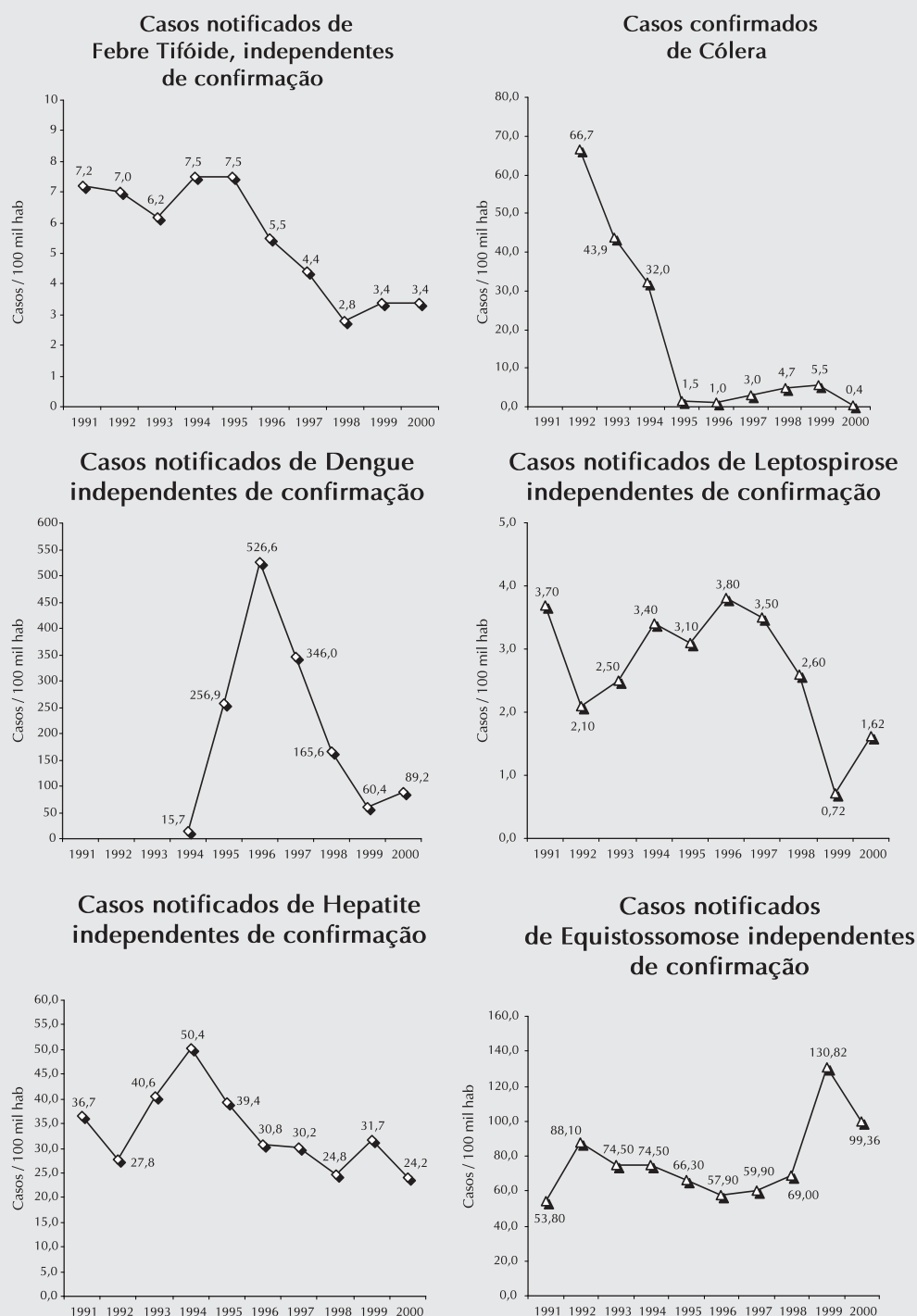
De todo modo, o fato de a Bahia persistir, no final dos anos 1990 – e a despeito do avanço verificado –, com mais da metade dos seus domicílios (no meio urbano, observe-se bem) desprovidos de condições adequadas de saneamento básico⁷ também explica os ainda elevados coeficientes de incidência de algumas doenças desse grupo, bem como o ressurgimento de outras, como a cólera e a dengue.

Tipificadas como os eventos característicos da década, a dengue e a cólera se reinstalaram como endêmicas no estado. A **Dengue** experimentou uma escalada vertiginosa a partir de 1994, atingindo o elevadíssimo coeficiente de 526,6 casos/100 mil habitantes, em 1996, quando declina até atingir os 89,2 casos/100 mil habitantes, no final da década. Sua ocorrência, generalizada em todas as 30 regionais de saúde do estado, marcou mais intensamente, em 1998 (ano das mais recentes estatísticas publicadas pela SESAB), a 30ª Dires/Guanambi (729,1 casos/100 mil habitantes); a 5ª Dires/Gandu (723,3) e a 9ª Dires/Teixeira de Freitas, quando a média baiana era de 165,6 casos por 100 habitantes. (Tabela 5/Anexo II)

Quanto à **Cólera**, estabiliza-se, na segunda metade da década de 90, em patamares bastante mais baixos que os registrados até 1995. No entanto, os dados para 1999, fornecidos pela SESAB (Tabela 5/Anexo II), mostram que o coeficiente de 5,5 casos/100 mil habitantes, para o conjunto do estado, encobria situações comparáveis ao quadro do início da década, como nos

⁷ Ver, a respeito, o texto “Padrão habitacional e infra-estrutura básica na Bahia dos anos 1990” que integra esta publicação.

Gráfico 12

Taxa de Incidência de Algumas Doenças Redutíveis Por Saneamento Básico
Bahia, 1991-2000

Fonte: SESAB/DICS

casos das 4ª Dires/Santo Antônio de Jesus e 14ª Dires/Itapetinga, com 61,1 e 63,7 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Com relação ao Brasil e ao Nordeste, e a ambas as doenças, os dados relativos a casos confirmados, em 2000, mostram uma posição mais confortável da Bahia, conforme a Tabela 6 (Anexo II).

Com clara tendência de declínio nos anos 1990, na Bahia, a **Febre Tifóide** suscita preocupação pelas elevadas incidências em algumas regionais de saúde, em 1998, caso da 13ª DIRES/Jequié, com 27,4 casos/100 mil habitantes contra 2,8 casos/100 mil na média do estado (Tabela 5/Anexo II). Além disso, em 2000, com base nas informações da Fundação Nacional de Saúde, para os casos confirmados, o coeficiente baiano era significativamente maior que os do Brasil e do Nordeste (Tabela 6/Anexo II).

Outra referência importante nesse grupo de doenças é a da **Leptospirose**, cujo comportamento, de queda mas com oscilações, na década de 90, demonstra o ainda insuficiente controle, sobretudo se for levado em conta que mais de 70% dos casos notificados, em 1998, por exemplo, o foram na 1ª DIRES/Salvador, em especial na capital, correspondendo a um coeficiente de 10,0 casos/100 mil habitantes, muito superior à média estadual de 2,6 casos/100 mil habitantes (Tabela 5/Anexo II)

Também seguindo tendência declinante, mas com elevadas freqüências, destaca-se a **Hepatite**, com casos notificados em todas as regionais de saúde do estado. Em 1998, ano das últimas estatísticas publicadas pela SESAB, as incidências variaram de 8,1 casos/100 mil habitantes, na 15ª DIRES/Juazeiro, a 60,0 na 17ª DIRES/Mundo Novo, perfazendo a média estadual de 24,8 casos/100 mil habitantes. A 1ª DIRES/Salvador, com uma taxa de 36,3 casos/100 mil, concentrou 1/3 dos casos notificados na Bahia (Tabela 5/Anexo II).

As estatísticas de casos confirmados, para 2000, referentes à Hepatite B, explicitam uma incidência, na Bahia, inferior às médias do Brasil e do Nordeste (Tabela 6/Anexo II).

Por fim, salienta-se a **Esquistossomose**, tanto pelo volume de casos notificados no estado como, sobretudo, pela tendência à elevação de sua incidência nos anos 1990, situação ímpar dentre as doenças redutíveis por saneamento básico, acompanhadas pela SESAB. Após vivenciar momentos de queda, nos meados da década, a Esquistossomose atingiu, em 1999, um pico de 130,8 casos/100 mil habitantes, após o que volta a cair, situando-se, em 2000, em patamar bastante superior ao do início da década. Ademais, as estatísticas de 1998 sinalizam para gravíssimas situações no interior do estado, com índices muito superiores à média baiana para esse mesmo ano (69,0 casos/100 mil habitantes): 4ª DIRES/Santo Antônio de Jesus (365,8); 14ª DIRES/Itapetinga (280,8); 29ª DIRES/Amargosa (249,6); 5ª DIRES/Gandu (242,7), para citar os maiores desafios (Tabela 5/Anexo II).

Comentários finais sobre morbidade

O quadro traçado é elucidativo de que, a despeito dos avanços experimentados pela Bahia, persistem sérios problemas aqui tipificados nos agravos à saúde. Mesmo aquelas doenças com incidência declinante situam-se ainda em níveis bastante elevados, não raras vezes superiores àqueles registrados no início da década. Ademais, vive-se o ressurgimento de doenças já erradi-

cadadas, como os casos da cólera e da dengue. Outras, já sob completo controle em países desenvolvidos ou em outras regiões do país, recrudescem ou teimam em se manifestar, a exemplo da hanseníase, das leishmanioses, etc.

Diante de tais fenômenos, é grande a complexidade da Bahia, dadas as suas profundas desigualdades internas, sinalizadas pelas graves situações epidemiológicas de muitas de suas regionais de saúde, mesmo naqueles casos nos quais a ação pública se demonstrou mais eficaz. Como se viu, essa maior eficácia recaiu nas políticas de controle das doenças imunopreveníveis e, em menor grau, naquelas redutíveis por saneamento básico. Já o grupo das doenças redutíveis por programas especiais demonstrou ainda constituir um grande desafio, principalmente por contar com novos eventos, como o da AIDS, ou com antigos agravos, como a tuberculose, agora perigosamente associados com os males da modernidade. Ambos, como visto, não prescindem dos tradicionais cuidados – e das tradicionais políticas – mais gerais, que dizem respeito às condições sanitárias, de nutrição, enfim, de bem-estar. Cuidados e políticas que, também com relação aos demais grupos de doenças, devem ser observados, sob pena de ocorrerem retrocessos no quadro de morbidade do estado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUDELO, S. F. La violencia: un problema de salud pública que se agrava en la región. *Bol. Epidemiol. OPS*, v. 11, n. 2, p. 1-7. 1990.

ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, M. Z. *Introdução à epidemiologia*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002. 293 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO – INFORMAÇÕES DE SAÚDE: dados por município. Salvador: SESAB/SUPECS/DICS, 1992/1998, 1999. (no prelo).

ARAÚJO, J. D. de. Polarização epidemiológica no Brasil. *Informe epidemiológico do SUS*, Fundação Nacional de Saúde, v. I, n. 2, jul. 1992.

BARRETO, M. L; CARMO, E. H. Situação de saúde da população brasileira: tendências históricas, determinantes e implicações para as políticas de saúde. *Informe epidemiológico do SUS*, jul./dez. 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Informações sobre mortalidade*. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2002.

CASTILLO - SALGADO, C.; MUJICA O.; LOYOLA, E. Análise de la situación de salud y sus tendencias en las Américas por subregión, 1990-1998. *Boletín Epidemiológico, OPS*, v. 20, n. 1, 1999.

DUARTE, E. C. et al. *Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. 123 p. il.

DUCHIADE, M. P. População brasileira: um retrato em movimento. In: MINAYO, M. C. S. *Os muitos brasis: saúde e população na década de 80*. Rio de Janeiro: HUCITEC; ABRASCO, 1990. 355 p.

FRANCO, Ângela. Saúde. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Indicadores sociais: a Bahia na década de 90*. Salvador: SEI, 1995. (Série estudos e pesquisas, 27). p 47-66.

_____. A Cólera não voltou por acaso. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.2, n.3, p. 81-89, dez. 1992.

FRENK J. et al. La Transición epidemiológica en América Latina. *Bol. of Sanit Panam.*, v. 111, n. 6, 1991.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). *Guia de doenças*. Brasília: FNS, 2002. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br>>. Acesso em: set. 2002.

LAURENTI, R. et al. *Estatísticas de saúde*. São Paulo: EPU, 1985. 186 p.

LESSA, I. Tendência crescente da mortalidade proporcional pelas doenças cardiovasculares nas capitais brasileiras de 1950 a 1998. *Bol. Oficina Panam.*, v. 119, n. 3, 1995.

MELLO JORGE, M. H. P. de; GOTLIEB, S. L. D. *As condições de saúde no Brasil: retrospectiva de 1979 a 1995*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. 280 p.

MORTALIDADE nas capitais brasileiras 1930-1980. (Dados coletados por Mário Magalhães da Silveira e Lúcia Batista, e organizados por Sérgio Góes de Paula e Gustavo Bayer). *FIOCRUZ-RADIS*, Rio de Janeiro, n. 2, n. 7, ago. 1984.

NUNES, A.. et. al. *Medindo as desigualdades em saúde no Brasil*. Brasília: OPAS/OMS, 2001. (www.opas.org.br).

OLIVEIRA, Zenaide Calazans. A Cólera na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 2, n. 3, p. 90-95, dez. 1992.

OMRAM, A. R. The epidemiological transition: a theory of the epidemiology chage. *Milbank Men. Fund. Quart.*, v.49, p. 509-583, 1971.

OPAS/OMS. *A saúde no Brasil*. Brasília, 1998. Disponível em: <www.opas.org.br>

POSSAS, C. *Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1989. 271 p.

PRATA, Pedro Reginaldo. A transição epidemiológica no Brasil. *Cad. de Saúde Púb.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 168-165, abr./jun. 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado. Coordenadoria de Informações em Saúde. *Estatísticas de saúde: mortalidade 2000*. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 2001. v. 25.

SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. S. O impacto da violência social na saúde pública do Brasil: década de 80. In: MINAYO, M. C. S. *Os muitos brasis: saúde e população na década de 80*. Rio de Janeiro: HUCITEC; ABRASCO, 1995. 356 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia em números*. Edição bilingüe: português e inglês. Salvador: SEI, 2002. v. 3 (no prelo).

WÜNSCH FILHO, V. ; MONCAU, J. E. Mortalidade por Câncer no Brasil-1980 1995: padrões regionais e tendências temporais. *Rev. Assoc. Méd. Bras.*, v. 48, n. 3, p. 250-7, jul./set. 2002.

ANEXO I
TABELAS DE
MORTALIDADE

Tabela 1

**Mortalidade Proporcional Segundo Principais Grupos de Causa e Ano de Ocorrência
Bahia, 1980-2000**

Ano	Doenças Infecciosas e Parasitárias	Neoplasias	Doenças do Aparelho Circulatório	Doenças do Aparelho Respiratório	Causas Externas	Causas Mal Definidas
1980	13,6	4,7	15,8	6,9	7,2	35,1
1981	11,8	4,7	15,9	6,7	6,9	37,3
1982	11,4	5,0	16,2	6,0	7,0	38,1
1983	11,8	4,9	15,5	6,5	7,4	36,9
1984	11,7	4,7	15,9	6,3	7,1	38,2
1985	9,8	5,1	17,3	6,5	7,9	36,7
1986	10,6	5,2	18,2	7,2	9,2	33,4
1987	10,3	5,8	17,4	6,0	8,8	34,8
1988	9,4	6,1	19,3	5,9	9,3	32,2
1989	8,7	6,1	19,8	4,9	9,8	33,0
1990	7,7	6,4	21,1	5,4	8,9	32,8
1991	6,8	6,6	20,5	5,6	10,0	33,4
1992	8,0	6,4	20,4	6,0	9,3	32,1
1993	8,1	6,2	21,3	6,3	9,5	31,5
1994	7,4	6,8	21,4	6,4	10,0	30,9
1995	6,1	7,3	22,8	6,4	9,7	30,3
1996	6,3	7,4	22,3	6,8	10,8	28,6
1997	5,6	7,4	22,4	6,6	11,8	27,9
1998	5,9	7,7	22,4	6,8	11,3	28,2
1999	5,4	7,5	21,3	6,9	10,4	30,2
2000	5,1	7,8	21,4	7,1	10,5	29,9

Fonte: SESAB/DICS/SIM

Tabela 2

**Taxa de Mortalidade Segundo Principais Grupos de Causa e Ano de Ocorrência
Bahia, 1980-2000**

Taxa de Mortalidade Por Grupos de Causa por 100.000 Habitantes						
Ano	Doenças Infecciosas e Parasitárias	Neoplasias	Doenças do Aparelho Circulatório	Doenças do Aparelho Respiratório	Causas Externas	Causas Mal Definidas
1980	65,9	22,9	76,5	33,5	34,6	170,2
1981	59,2	23,4	79,5	33,6	34,6	187,2
1982	53,7	23,6	76,2	28,2	33,2	179,5
1983	59,1	24,5	77,4	32,5	37,2	184,8
1984	61,4	24,9	83,5	33,2	37,1	201,0
1985	47,5	25,0	84,2	31,7	38,2	178,1
1986	51,4	25,3	88,1	34,7	44,5	162,2
1987	48,6	27,3	81,8	28,3	41,3	163,5
1988	43,0	27,9	87,9	26,9	42,6	146,9
1989	39,0	27,2	88,5	21,9	43,6	147,3
1990	31,9	26,8	87,7	22,3	36,9	136,7
1991	29,0	28,2	87,0	24,0	42,7	142,1
1992	34,9	28,0	89,0	26,3	40,5	139,5
1993	34,5	26,8	91,2	27,1	40,7	135,0
1994	32,1	29,4	93,3	27,7	43,3	134,3
1995	25,9	30,9	95,9	27,1	41,0	127,7
1996	27,4	32,4	97,1	29,8	47,2	124,5
1997	23,0	30,6	92,5	27,2	48,6	115,2
1998	25,7	33,7	97,5	29,7	49,3	122,9
1999	24,0	33,3	95,1	30,5	46,4	134,7
2000	22,7	34,8	94,9	31,6	46,5	132,6

Fonte: SESAB/DICS/SIM

Tabela 3

Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Segundo a Causa
Bahia, 1991

Causa (CID9 BR2)	Número de Óbitos	Taxa de Mortalidade/ 100.000 Habitantes
1. DOENÇAS INFECCIOSAS INTESTINAIS	1.497	12,61
Infeções intestinais mal definidas	1.177	9,92
As demais	35	0,29
2. DOENÇAS IMUNOPREVENIVEIS	80	0,67
Difteria	1	0,01
Coqueluche	2	0,02
Tétano acidental	43	0,36
Tétano neonatal ¹	24	8,13
Poliomielite aguda e efeitos tardios	1	0,01
Sarampo	9	0,08
3. DOENÇAS INFECCIOSAS REDUTÍVEIS P/ DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO PRECOSES	453	3,82
Tuberculose e efeitos tardios	439	3,70
Hanseníase	3	0,03
Sífilis	11	0,09
4. DOENÇAS INFECCIOSAS REDUTÍVEIS P/ SANEAMENTO, CONTROLE DE VETORES E OUTRAS MEDIDAS	545	4,59
Hepatites virais	35	0,29
Raiva	5	0,04
Leishmaniose	21	0,18
Tripanossomíase	410	3,45
Leptospirose	48	0,40
Esquistossomose	26	0,22
5. SEPTICEMIA	766	6,45
6. MENINGITES (INCLUSIVE MENINGOCOCIA E EXCLUSIVE TUBERCULOSA)	306	2,58
7. NEOPLASMAS MALIGNOS	3.253	27,41
Esôfago	127	1,07
Estômago	357	3,01
Cólon	107	0,90
Laringe	57	0,48
Traquéia, brônquios e pulmão	304	2,56
Mama feminina ²	227	3,78
Colo do útero ²	157	2,61
Leucemia	134	1,13
Os demais neoplasmas malignos	1.783	15,02
8. NEOPLASIAS BENIGNAS E CARCINOMA DE COMPORTAMENTO INCERTO E NÃO ESPECIFICADO	90	0,76
9. DIABETES MELLITUS	1.185	9,98
10. DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS E ANEMIAS CARENCIAIS	608	5,12
Deficiências nutricionais	436	3,67
Anemias carenciais	172	1,45
11. TRANSTORNOS MENTAIS	158	1,33
Síndrome da dependência do álcool	124	1,04
Os demais transtornos mentais	34	0,29
13. FEBRE REUMÁTICA E DOENÇA REUMÁTICA DO CORAÇÃO	98	0,83
14. DOENÇA HIPERTENSIVA	996	8,39
15. DOENÇA ISQUEMICA DO CORAÇÃO	2.073	17,47
Infarto agudo do miocárdio	1.656	13,95
As demais	417	3,51

Tabela 3 (continuação)

Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Segundo a Causa
Bahia, 1991

Causa (CID9 BR2)	Número de Óbitos	Taxa de Mortalidade/100.000 Habitantes
16. DOENÇA DA CIRCULAÇÃO PULMONAR E OUTRAS FORMAS DE DOENÇA DO CORAÇÃO	3.051	25,71
Insuficiência cardíaca	1.952	16,45
As demais	1.099	9,26
17. DOENÇA CEREBROVASCULAR	3.715	31,30
Doença cerebrovascular aguda mal definida	2.767	23,31
As demais	948	7,99
18. DOENÇAS DAS ARTÉRIAS, ARTERÍOLAS E CAPILARES	202	1,70
19. INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS AGUDAS	1.140	9,61
Infec agudas das vias resp sup e bronq aguda	43	0,36
Pneumonia e gripe	1.097	9,24
20. DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA E AFECÇÕES AFINS	578	4,87
21. EDEMA AGUDO E OUTRAS DOENÇAS DO PULMÃO	407	3,43
22. DOENÇAS DO ESÔFAGO, ESTÔMAGO E DUODENO	165	1,39
23. APENDICITE, HÉRNIA DA CAVIDADE ABDOMINAL E OUTRAS AFECÇÕES INTESTINAIS E PERITONIAIS	384	3,24
24. DOENÇA CRÔNICA DO FÍGADO E CIRROSE	484	4,08
25. DOENÇAS DO APARELHO URINÁRIO	625	5,27
26. DOENÇAS DOS ÓRGÃOS GENITAIS MASCULINOS ³	23	0,39
27. DOENÇAS DOS ÓRGÃOS GENITAIS FEMININOS ²	6	0,10
28. COMPLICAÇÕES DA GRAVIDEZ DO PARTO E DO PUERPÉRIO ¹	79	26,77
Aborto	15	5,08
As demais	64	21,68
29. ANOMALIAS CONGÊNITAS	418	3,52
30. AFECÇÕES ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL ¹ (exceto tétano neonatal)	2.615	22,03
Prematur baixo peso nasc e cresc fetal retard	370	125,36
Hipoxia e asfixia ao nasc e out afec respirat	1.263	427,91
Infec espécie período perinatal exc tet neonat	376	127,39
As demais	606	205,31
31. ACID DE TRANSITO DE VEÍCULO A MOTOR	655	5,52
32. ACIDENTES EXCLUINDO OS DE TRANSPORTE DE VEÍCULO A MOTOR E EFEITOS ADVERSOS	3.707	31,24
Fratura de causa não especificada	171	1,44
Afógamento accidental	470	3,96
Os demais	3.009	25,35
33. SUICÍDIOS	97	0,82
34. HOMICÍDIOS	596	5,02
35. LESÕES EM QUE SE IGNORA SE FORAM ACIDENTAIS OU INTENCIONAIS	8	0,07
36. TODAS AS OUTRAS DOENÇAS E LESÕES (DEFINIDAS)	2.496	21,03
37. SINAIS SINTOMAS E AFEÇÕES MAL DEFINIDAS	16.865	142,10
Total	50.424	424,87

Fonte: SESAB/DICS/SIM

1. Taxa de mortalidade por 100.000 nascidos vivos

2. Taxa de mortalidade por 100.000 mulheres

3. Taxa de mortalidade por 100.000 homens

Tabela 4

Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Segundo a Causa
Bahia, 2000

Causa (CID10 BR2)	Número de Óbitos	Taxa de Mortalidade/ 100.000 Habitantes
ALGUMAS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	2.980	22,69
Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias	614	4,67
Cólera	2	0,02
Diarréias e Gastroenterite de origem infecciosa presumível	549	4,18
Outras Doenças Infecciosas Intestinais	63	0,48
Febres Tifoide e Paratifoide	4	0,03
TUBERCULOSE	432	3,29
Tuberculose Respiratória	410	3,12
Outras Tuberculoses	22	0,17
OUTRAS DOENÇAS BACTERIANAS	886	6,75
Leptospirose	24	0,18
Hanseníase	6	0,05
Tétano	20	0,15
Tétano neonatal ¹	3	1,02
Tétano acidental	17	0,13
Infecção meningocócica	30	0,23
Septicemia	764	5,82
Infecções com transmissão predominantemente sexual	2	0,02
DOENÇAS VIRAIS	383	2,92
Raiva	2	0,02
Hepatite Viral	52	0,40
Doenças pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)	321	2,44
DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ARTROPODES	549	4,18
Malária	1	0,01
Leishmaniose	32	0,24
Doença de Chagas	513	3,91
Toxoplasmose	3	0,02
HELMINTÍASES	51	0,39
Esquistossomose	39	0,30
Cisticercose	1	0,01
Restante de Helmintíases	11	0,08
Restante de algumas doenças infecciosas e parasitárias	65	0,49
NEOPLASIAS	4.578	34,85
Neoplasia maligna do lábio, cavidade oral e faringe	234	1,78
Neoplasia maligna do esôfago	167	1,27
Neoplasia maligna do estômago	373	2,84
Neoplasia maligna do colo reto e anus	218	1,66
Neoplasia maligna do fígado e vias biliares intrahepáticas	240	1,83
Neoplasia maligna do pâncreas	127	0,97
Neoplasia maligna da laringe	70	0,53
Neoplasia maligna da traqueia brônquios e pulmões	388	2,95
Neoplasia maligna da pele	10	0,08
Neoplasia maligna da mama ²	339	5,19
Neoplasia maligna do colo do útero ²	198	3,03
Neoplasia maligna de corpo e partes não especificadas do útero ²	112	1,72
Neoplasia maligna do ovário ²	89	1,36
Neoplasia maligna da próstata ³	402	6,08
Neoplasia maligna da bexiga	79	0,60
Neoplasia maligna da meninge, encéfalo e outras partes do Sistema Nervoso Central	179	1,36
Linfoma não-Hodgkin	112	0,85
Mieloma múltiplo e neoplasia maligna de plasmócitos	43	0,33
Leucemia	160	1,22
Neoplasias In situ Benignas de Comportamento Incerto	44	0,33
Restante de neoplasias malignas	994	7,57

Tabela 4 (continuação)

Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Segundo a Causa Bahia, 2000		
Causa (CID10 BR2)	Número de Óbitos	Taxa de Mortalidade/ 100.000 Habitantes
DOENÇAS DO SANGUE E ÓRGÃOS HEMATOPOÉTICOS E ALGUNS TRANSTORNOS IMUNITÁRIOS	385	2,93
Anemias	300	2,28
Restante doenças sangue org hemat e alg. transt. imunitários	85	0,65
DOENÇAS ENDOCRINAS NUTRICIONAIS E METABÓLICAS	2.985	22,73
Diabetes Mellitus	2.138	16,28
Desnutrição	518	3,94
Rest doenças endocr nutricion e metabol	329	2,50
TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS	273	2,08
Transtornos mentais e comportamentais uso substâncias psicoativas	232	1,77
Transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool	226	1,72
Rest transtornos mentais e comportamentais	41	0,31
DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO	520	3,96
Meningite	91	0,69
Doença de Alzheimer	38	0,29
Epilepsia	70	0,53
Restante das doenças do Sistema Nervoso	321	2,44
DOENÇAS DOS OLHOS E ANEXOS	1	0,01
DOENÇAS DO OUVIDO E DA APOFISE MASTOIDE	8	0,06
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	12.470	94,94
Febre reumática aguda e doença reumática crônica do coração	85	0,65
Doenças hipertensivas	1.637	12,46
Doenças isquêmicas do coração	2.687	20,46
Infarto agudo do miocárdio	2.209	16,82
Outras doenças cardíacas	3.362	25,60
Doenças cerebrovasculares	4.311	32,82
Aterosclerose	76	0,58
Rest doenças do Aparelho Circulatório	312	2,38
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO	4.145	31,56
Influenza (Gripe)	5	0,04
Pneumonia	976	7,43
Out infecções agudas das vias aéreas inferiores	45	0,34
Bronquiolite	10	0,08
Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	1.031	7,85
Asma	166	1,26
Restante doenças do Aparelho Respiratorio	2.088	15,90
DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO	2.103	16,01
Úlcera gástrica duodenal e peptica	140	1,07
Peritonite	92	0,70
Doenças do Fígado	1.007	7,67
Doença alcoólica do fígado	267	2,03
Fibrose e Cirrose do Fígado	340	2,59
Outras doenças do Fígado	400	3,05
Colecistite	25	0,19
Rest doenças do Aparelho Digestivo	839	6,39
DOENÇAS DA PELE E TECIDO SUBCUTANEO	130	0,99
DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR E TECIDO CONJUNTIVO	140	1,07
DOENÇAS DO APARELHO GENITURINARIO	741	5,64
Doenças glomerulares e renais túbulo-intersticiais	105	0,80
Insuficiência renal	427	3,25
Rest doenças do Aparelho Geniturinario	209	1,59

Tabela 4 (continuação)

**Número de Óbitos e Taxa de Mortalidade Segundo a Causa
Bahia, 2000**

Causa (CID10 BR2)	Número de Óbitos	Taxa de Mortalidade/ 100.000 Habitantes
GRAVIDEZ PARTO E PUERPERIO ¹	116	39,44
Gravidez que termina em aborto	11	3,74
Outras mortes obstétricas diretas	76	25,84
Mortes obstétricas indiretas	5	1,70
Restante de Gravidez Parto e Puerperio	24	8,16
ALGUMAS AFECÇÕES ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL ¹	2.825	960,62
Feto e recém-nascido afetados por fatores maternos e complicações da gravidez	262	89,09
Transtornos relacionados c/ duração da gestação e crescimento fetal por fatores maternos e complicações da gravidez	229	77,87
Traumatismo de parto	10	3,40
Transtornos respiratórios e cardiovasculares específicos do período perinatal	1.772	602,56
Rest Afec originadas no período perinatal	552	187,70
MALFORMAÇÃO CONGÊNITA, DEFORMAÇÕES E ANOMALIAS CROMOSSÔMICAS	405	3,08
Malformações congênitas do Sistema Nervoso	85	0,65
Malf congênitas do aparelho circulatório	150	1,14
Rest de Malf Cong Deform e Anomal Cromoss	170	1,29
SINTOMAS, SINAIS E ACHADOS ANORMAIS DE EXAMES CLÍNICOS E LABORATORIAIS NÃO CLASSIFICADOS EM OUTRA PARTE	17.605	134,03
Senilidade	108	0,82
Morte sem assistência médica	13.036	99,24
Rest Sint Sin e ach anorm clín e labor	4.461	33,96
CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	6.110	46,52
Acidentes de transporte	1.118	8,51
Quedas	143	1,09
Afogamento e submersões acidentais	494	3,76
Exposição ao fumo ao fogo e as chamas	140	1,07
Envenenamentos e intoxicações por exposição a substâncias nocivas	62	0,47
Lesões autoprovocadas voluntariamente	197	1,50
Agressões	1.200	9,14
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	1.627	12,39
Todas as outras causas externas	1.129	8,60
Total	58.520	445,52

Fonte: SESAB/DICS/SIM

* Dados preliminares, sujeitos a retificação posterior

¹ Taxa de mortalidade por 100.000 nascidos vivos² Taxa por 100.000 mulheres³ Taxa por 100.000 homens

Tabela 5**Mortalidade Proporcional Segundo Principais Grupos de Causa e Faixa Etária
Bahia, 1991**

Grupos de Causa	Faixas Etárias										
	<1 Ano	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +	Total ⁽¹⁾
Doenças infecciosas e parasitárias	18,1	20,5	11,3	8,3	6,2	4,9	7,6	6,6	5,9	2,9	6,8
Neoplasmas	0,1	2,5	5,9	5,3	4,3	3,6	6,5	9,4	13,0	7,8	6,6
Doenças do aparelho circulatório	0,2	1,4	5,2	8,1	8,1	9,0	14,9	22,9	29,1	29,1	20,5
Doenças do aparelho respiratório	7,5	14,5	7,2	6,2	4,7	2,9	4,2	4,6	4,0	5,5	5,6
Afecções mal definidas	25,1	37,0	23,4	19,1	12,5	16,0	19,6	25,0	25,5	43,0	33,4
Causas externas	0,3	10,2	32,4	35,2	53,1	51,8	30,9	14,9	6,8	2,1	10,0

Fonte: SESAB/DICS/SIM

(1) Incluindo os óbitos com idade ignorada

Tabela 6**Mortalidade Proporcional Segundo Principais Grupos de Causa e Faixa Etária
Bahia, 2000**

Grupos de Causa	Faixas Etárias										
	<1 Ano	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	8,5	14,8	8,3	5,0	4,3	5,6	8,7	7,8	5,2	3,2	5,1
Neoplasias (tumores)	0,2	2,6	8,1	7,3	5,2	4,0	6,5	10,8	13,1	8,6	7,8
Doenças endócrinas e metabólicas	2,8	4,7	1,6	2,0	1,6	1,6	2,4	4,4	6,6	6,3	5,1
Doenças do aparelho circulatório	0,5	2,4	4,8	9,1	6,7	6,5	12,6	22,4	27,8	28,0	21,3
Doenças do aparelho respiratório	5,9	21,8	10,9	6,5	5,6	4,7	5,6	5,9	5,9	7,7	7,1
Sint sinais e achad anormais (mal definidas)	28,1	21,9	17,6	14,7	12,0	13,3	19,5	19,8	23,0	37,7	30,1
Causas externas	0,9	18,5	32,8	39,7	55,2	55,1	31,1	16,2	8,0	2,4	10,4

Fonte: SESAB/DICS/SIM

Tabela 7**Taxa de Mortalidade* Segundo Principais Grupos de Causa e Faixa Etária
Bahia, 1991**

Grupos de Causa	Faixas Etárias										
	<1 Ano	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +	Total
Doenças infecciosas e parasitárias	467,0	26,7	4,2	2,8	4,7	6,7	16,7	24,9	42,6	87,8	29,0
Neoplasmas	3,7	3,2	2,2	1,8	3,3	5,0	14,2	35,6	93,3	232,6	28,2
Doenças do aparelho circulatório	5,6	1,9	1,9	2,7	6,2	12,4	32,7	86,8	208,3	864,9	87,0
Doenças do aparelho respiratório	194,4	18,8	2,7	2,1	3,6	4,0	9,1	17,4	29,0	163,2	24,0
Afecções mal definidas	647,2	48,1	8,7	6,4	9,5	21,9	42,8	95,0	183,0	1280,8	142,1
Causas externas	7,4	13,3	12,1	11,8	40,5	71,1	67,5	56,5	48,4	63,2	42,7

Fonte: SESAB/DICS/SIM

* Taxa de mortalidade por 100.000 habitantes

Tabela 8**Taxa de Mortalidade* Segundo Principais Grupos de Causa e Faixa Etária
Bahia, 2000**

Grupos de Causa	Faixas Etárias										
	<1 Ano	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	198,8	12,9	2,4	1,5	3,2	7,6	18,2	32,2	41,3	101,7	22,7
Neoplasias (tumores)	4,2	2,3	2,3	2,1	3,8	5,4	13,6	44,4	104,0	274,6	34,9
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	66,0	4,1	0,5	0,6	1,1	2,2	5,0	18,0	52,7	199,5	22,7
Doenças do aparelho circulatório	10,6	2,1	1,4	2,7	4,9	8,8	26,4	92,4	220,8	893,5	94,9
Doenças do aparelho respiratório	137,0	19,1	3,1	1,9	4,1	6,3	11,7	24,3	46,7	247,2	31,6
Doenças do aparelho digestivo	13,3	1,2	0,6	0,5	0,9	3,6	12,7	31,9	50,9	95,1	16,0
Sintomas e achados anormais clínicos e laboratoriais	657,5	19,2	5,1	4,3	8,7	18,1	40,8	81,8	182,7	1201,4	134,0
Causas externas	20,5	16,2	9,5	11,6	40,2	74,6	65,3	67,0	63,9	77,9	46,5

Fonte: SESAB/DICS/SIM

* Taxa de mortalidade por 100.000 habitantes

Tabela 9

Taxa de Mortalidade* Segundo Principais Grupos de Causa e DIRES de Residência Bahia, 1991

DIRES	Grupos de Causas					
	DIP	NEO	DAC	DAR	Causas Externas	Causas mal Definidas
01 - Salvador	44,0	59,4	144,1	48,3	78,2	21,3
02 - Feira de Santana	19,8	27,3	83,6	17,6	35,1	155,0
03 - Alagoinhas	25,4	26,2	99,1	25,0	38,5	173,2
04 - Sto Antonio de Jesus	38,2	33,6	146,2	20,3	35,5	228,0
05 - Gandu	23,8	13,0	78,1	23,5	25,2	120,2
06 - Ilhéus	30,8	26,3	78,7	19,5	41,6	145,1
07 - Itabuna	55,0	36,1	123,4	38,8	45,0	173,7
08 - Eunápolis	31,6	13,1	81,9	20,1	50,2	159,2
09 - Teixeira de Freitas	22,7	20,6	58,4	16,2	46,7	210,7
10 - Paulo Afonso	40,0	15,4	50,2	17,2	26,8	99,0
11 - Cícero Dantas	2,2	6,2	13,8	2,5	7,6	72,6
12 - Serrinha	11,7	12,4	42,0	9,4	17,1	208,1
13 - Jequié	31,8	24,2	76,6	22,4	28,3	217,0
14 - Itapetinga	22,6	19,5	82,3	19,0	22,6	170,8
15 - Juazeiro	25,1	15,5	53,1	13,1	41,2	169,8
16 - Jacobina	21,5	9,6	52,6	12,6	22,8	146,1
17 - Mundo Novo	21,5	12,6	58,5	11,8	11,1	185,9
18 - Itaberaba	36,9	12,7	60,1	18,2	25,5	240,7
19 - Brumado	18,9	14,9	56,3	10,4	14,9	176,4
20 - Vitória da Conquista	18,1	20,2	78,4	13,2	44,6	148,0
21 - Irecê	6,9	9,4	26,3	5,3	16,6	104,9
22 - Ibotirama	16,4	12,6	51,0	8,2	24,5	191,4
23 - Boquira	7,0	7,0	23,3	2,8	19,7	272,1
24 - Caetité	18,9	18,5	64,4	14,1	17,7	215,2
25 - Barreiras	14,7	7,4	24,8	8,9	34,5	157,5
26 - Sta Maria da Vitória	19,4	11,1	30,5	10,8	17,7	205,7
27 - Seabra	9,7	7,3	47,8	8,5	13,9	197,9
28 - Senhor do Bonfim	13,0	11,3	42,3	10,0	22,3	106,1
29 - Amargosa	36,0	25,1	128,6	27,0	27,6	197,3
30 - Guanambi	15,9	17,9	49,7	15,4	27,5	180,9
Total	29,0	28,2	87,2	24,0	42,6	142,0

Fonte: SESAB/DICS/SIM

* Taxa de mortalidade por 100.000 habitantes

Tabela 10

Taxa de Mortalidade* Segundo Principais Grupos de Causa e DIRES de Residência Bahia, 2000

DIRES	Grupos de Causas					
	DIP	NEO	DAC	DAR	Causas Externas	Causas mal Definidas
01 - Salvador	36,2	70,0	138,1	59,0	64,0	23,8
02 - Feira de Santana	15,7	38,1	116,4	25,5	50,1	112,0
03 - Alagoinhas	25,5	40,2	121,5	35,4	54,5	130,1
04 - Sto Antonio de Jesus	3,2	3,6	12,9	3,2	3,6	16,9
05 - Gandu	19,3	21,1	75,9	28,8	41,9	94,3
06 - Ilhéus	18,1	23,5	69,8	17,9	49,9	156,4
07 - Itabuna	33,7	49,4	162,4	54,0	69,7	172,9
08 - Eunápolis	26,1	20,1	93,2	36,3	74,1	98,8
09 - Teixeira de Freitas	18,8	13,3	57,7	21,5	70,1	165,1
10 - Paulo Afonso	5,5	18,6	47,9	9,9	31,7	177,9
11 - Cícero Dantas	8,6	14,2	36,3	11,2	29,9	235,1
12 - Serrinha	9,0	17,6	50,3	16,4	27,3	209,1
13 - Jequié	17,1	25,4	92,1	24,3	35,3	202,1
14 - Itapetinga	15,5	28,2	103,0	27,0	37,8	159,9
15 - Juazeiro	18,5	13,7	47,2	14,3	47,9	146,5
16 - Jacobina	17,7	13,5	62,8	16,9	31,2	164,7
17 - Mundo Novo	44,7	26,3	80,7	16,7	36,0	258,7
18 - Itaberaba	31,0	22,7	78,9	20,6	27,3	203,9
19 - Brumado	18,3	21,0	67,5	20,6	26,3	220,6
20 - Vitória da Conquista	13,4	23,9	75,4	17,4	46,6	175,5
21 - Irecê	24,0	25,5	64,8	26,7	40,2	122,7
22 - Ibotirama	17,4	14,0	54,7	14,5	26,2	190,8
23 - Boquira	12,4	14,8	71,0	14,2	20,7	196,5
24 - Caetité	10,8	21,2	74,2	24,1	26,4	190,4
25 - Barreiras	14,6	11,1	42,3	11,4	37,8	162,3
26 - Sta Maria da Vitória	11,9	6,6	36,7	12,9	21,8	175,9
27 - Seabra	20,4	12,9	65,0	21,5	23,1	215,9
28 - Senhor do Bonfim	9,6	12,1	30,3	10,9	21,1	228,8
29 - Amargosa	23,0	37,9	160,3	38,5	37,4	115,4
30 - Guanambi	17,3	23,1	65,5	24,1	45,3	132,9
Total	22,7	34,9	94,9	31,5	46,5	134,0

Fonte: SESAB/DICS/SIM

* Taxa de mortalidade por 100.000 habitantes

ANEXO II

TABELAS DE

MORBIDADE

Tabela 1

Casos Notificados* e Coeficiente de Incidência (por 100.000 Hab) de Algumas Doenças Imunopreveníveis Segundo Diretoria Regional de Saúde Bahia, 1998

DIRES	Doenças									
	Coqueluche		Difteria		Sarampo		Tétano			
							Neonatal ⁽¹⁾		Acidental	
	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef
01 - Salvador	24	0,8	23	0,8	2	0,1	0	0	28	1
02 - Feira de Santana	5	0,5	0	0	26	2,8	1	5,4	11	1,2
03 - Alagoinhas	1	0,2	0	0	15	2,8	4	35,1	2	0,4
04 - Sto Antonio de Jesus	1	0,2	0	0	6	1,3	0	0	7	1,6
05 - Gandu	1	0,3	1	0,3	2	0,6	0	0	0	0
06 - Ilhéus	4	1	3	0,7	6	1,5	1	13,2	6	1,5
07 - Itabuna	2	0,4	0	0	2	0,4	0	0	6	1,1
08 - Eunápolis	8	3	0	0	0	0	0	0	5	1,8
09 - Teixeira de Freitas	1	0,3	0	0	12	3,4	3	37,4	3	0,8
10 - Paulo Afonso	0	0	0	0	4	1,6	0	0	0	0
11 - Cícero Dantas	1	0,4	3	1,1	3	1,1	3	50	2	0,7
12 - Serrinha	1	0,2	0	0	18	3,2	0	0	3	0,5
13 - Jequié	16	3	0	0	5	0,9	1	9,5	1	0,2
14 - Itapetinga	0	0	1	0,4	8	3,2	1	20,3	2	0,8
15 - Juazeiro	3	0,7	0	0	14	3,2	0	0	1	0,2
16 - Jacobina	0	0	0	0	19	5,3	0	0	1	0,3
17 - Mundo Novo	0	0	0	0	16	13,7	0	0	0	0
18 - Itaberaba	4	1,7	1	0,4	5	2,1	1	18,3	0	0
19 - Brumado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20 - Vitória da Conquista	13	2,4	0	0	15	2,8	0	0	0	0
21 - Irecê	2	0,6	0	0	39	11,5	0	0	1	0,3
22 - Ibotirama	2	1,2	2	1,2	0	0	0	0	0	0
23 - Boquira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24 - Caetité	1	0,4	0	0	7	2,5	0	0	0	0
25 - Barreiras	1	0,4	1	0,4	5	1,8	1	14,3	2	0,7
26 - Sta Maria da Vitória	0	0	0	0	4	1,3	0	0	0	0
27 - Seabra	0	0	0	0	8	4,4	0	0	0	0
28 - Senhor do Bonfim	0	0	0	0	6	1,9	0	0	2	0,6
29 - Amargosa	0	0	0	0	5	2,8	0	0	2	1,1
30 - Guanambi	0	0	0	0	5	2,4	1	22,7	0	0
TOTAL ESTADO ⁽²⁾	92	0,7	35	0,3	262	2,0	17	6,6	85	0,7

Fonte: SESAB/DICS

* Independentes de confirmação

(1) Por 100.000 menores de um ano

(2) Incluindo os casos de residentes em municípios ignorados

Tabela 2

Taxa de Incidência de Algumas Doenças Imunopreveníveis Brasil, Nordeste e Bahia, 2000

Doença	Brasil	Nordeste	Bahia
Coqueluche ⁽¹⁾	0,73	1,16	0,80
Difteria ⁽¹⁾	0,03	0,04	0,06
Tétano neonatal ⁽²⁾	1,28	1,81	2,29
Demais formas de Tétano ⁽¹⁾	0,30	0,45	0,32

Fonte: Ministério da Saúde/Funasa/CENEPI

(1) Casos confirmados por 100 mil habitantes

(2) Casos confirmados por 100 mil menores de 1 ano

Tabela 3

Casos Notificados* e Coeficiente de Incidência (por 100.000 Hab) de Algumas Doenças Redutíveis por Programas Especiais, Segundo Diretoria Regional de Saúde Bahia, 1998

DIRES	Doenças											
	Leishmaniose Tegumentar		Raiva		Hanseníase ⁽¹⁾		Tuberculose Todas as Formas ⁽²⁾		AIDS ⁽³⁾		Meningites	
	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef
01 - Salvador	13	0,5	0	0,0	287	10,0	3.515	122,9	381	13,3	1.118	39,1
02 - Feira de Santana	24	2,6	0	0,0	98	10,5	510	54,4	35	3,7	116	12,4
03 - Alagoinhas	8	1,5	0	0,0	19	3,6	219	41,3	8	1,5	129	24,4
04 - Santo Antonio de Jesus	44	9,9	0	0,0	27	6,1	246	55,2	9	2,0	81	18,2
05 - Gandu	677	214,8	0	0,0	5	1,6	189	60,0	9	2,9	44	14,0
06 - Ilhéus	403	100,5	0	0,0	33	8,2	224	55,9	10	2,5	70	17,5
07 - Itabuna	122	23,2	0	0,0	66	12,6	374	71,3	17	3,2	114	21,7
08 - Eunápolis	41	15,1	0	0,0	157	58,0	175	64,6	11	4,1	31	11,4
09 - Teixeira de Freitas	10	2,8	3	0,8	158	44,6	256	72,2	8	2,3	51	14,4
10 - Paulo Afonso	1	0,4	0	0,0	32	13,0	64	26,0	1	0,4	11	4,5
11 - Cícero Dantas	3	1,1	0	0,0	3	1,1	72	26,7	1	0,4	25	9,3
12 - Serrinha	2	0,4	0	0,0	19	3,4	171	30,2	3	0,5	58	10,3
13 - Jequié	313	58,4	0	0,0	6	1,1	230	42,9	6	1,1	64	11,9
14 - Itapetinga	116	46,9	0	0,0	8	3,2	172	69,5	2	0,8	31	12,5
15 - Juazeiro	3	0,7	0	0,0	78	18,0	99	22,8	1	0,2	17	3,9
16 - Jacobina	85	23,6	0	0,0	20	5,6	121	33,6	2	0,6	48	13,3
17 - Mundo Novo	13	11,1	0	0,0	2	1,7	41	35,2	3	2,6	8	6,9
18 - Itaberaba	27	11,5	0	0,0	36	15,4	84	35,9	5	2,1	10	4,3
19 - Brumado	58	22,9	0	0,0	17	6,7	60	23,7	3	1,2	29	11,5
20 - Vit. da Conquista	54	10,0	0	0,0	34	6,3	164	30,3	16	3,0	71	13,1
21 - Irecê	3	0,9	0	0,0	166	48,8	144	42,3	3	0,9	123	36,1
22 - Ibotirama	8	4,7	0	0,0	66	39,1	48	28,4	0	0,0	6	3,6
23 - Boquira	9	5,5	0	0,0	3	1,8	49	30,2	0	0,0	10	6,2
24 - Caetité	8	2,9	0	0,0	8	2,9	52	18,9	1	0,4	23	8,3
25 - Barreiras	3	1,1	0	0,0	123	43,9	114	40,6	0	0,0	33	11,8
26 - Santa Maria da Vitória	169	56,2	0	0,0	129	42,9	93	30,9	0	0,0	14	4,7
27 - Seabra	27	14,8	0	0,0	26	14,3	71	39,0	1	0,5	8	4,4
28 - Sr. do Bomfim	71	22,8	0	0,0	15	4,8	86	27,7	0	0,0	10	3,2
29 - Amargosa	376	208,1	0	0,0	2	1,1	58	32,1	0	0,0	27	14,9
30 - Guanambi	2	1,0	0	0,0	10	4,9	145	70,3	1	0,5	13	6,3
TOTAL ESTADO ⁽⁴⁾	2.694	21,0	3	0,0	1.653	12,9	7.846	61,1	537	4,2	2.404	18,7

Fonte: SESAB/DICS

* Independentes de confirmação

(1) Incluindo os casos de forma clínica não registrada

(2) Casos novos confirmados

(3) Casos confirmados fornecidos pela DIVEP

(4) Incluindo os casos de residentes em municípios ignorados

Tabela 4

Taxa de Incidência de Algumas Doenças Redutíveis por Programas Especiais Brasil, Nordeste, Bahia, 2000

Doença	Brasil	Nordeste	Bahia
Leishmaniose tegumentar ⁽¹⁾	19,86	27,39	29,07
Raiva ⁽¹⁾	0,02	0,03	0,02
Hanseníase ⁽²⁾	2,56	2,83	1,12
Tuberculose todas as formas (1999) ⁽³⁾	48,00	50,50	60,20
AIDS ⁽⁴⁾	8,84	3,54	3,95

Fonte: Ministério da Saúde/Funasa/CENEPI e MS/SPS/Coordenação de DST/AIDS

Notas:

(1) Casos confirmados por 100 mil habitantes

(2) Casos novos detectados por 10 mil habitantes

(3) Casos novos confirmados por 100 mil habitantes, fornecidos por MS/FNS/CENEPI/CRPHF e SESAB/DICS

(4) Casos novos confirmados

Tabela 5

Casos Notificados* e Coeficiente de Incidência (por 100.000 Hab) de Algumas Doenças Redutíveis por Saneamento Básico, Segundo Diretoria Regional de Saúde Bahia, 1998

DIRES	Doenças											
	Febre Tifóide		Cólera ⁽¹⁾		Dengue		Leptospirose		Hepatite		Esquistossomose	
	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef	Nº	Coef
01 - Salvador	45	1,6	50	1,7	2.521	88,2	286	10,0	1.038	36,3	634	22,2
02 - Feira de Santana	2	0,2	31	3,3	444	47,4	6	0,6	216	23,0	392	41,8
03 - Alagoinhas	0	0,0	13	2,4	959	181,0	8	1,5	115	21,7	262	49,5
04 - Santo Antonio de Jesus	2	0,4	275	61,1	902	202,6	7	1,6	74	16,6	1.629	365,8
05 - Gandu	5	1,6	1	0,3	2.280	723,3	6	1,9	32	10,2	765	242,7
06 - Ilhéus	10	2,5	10	2,5	868	216,5	10	2,5	87	21,7	89	22,2
07 - Itabuna	37	7,0	52	10,0	2.000	381,1	6	1,1	48	9,1	245	46,7
08 - Eunápolis	2	0,7	1	0,4	351	129,6	0	0,0	54	19,9	527	194,6
09 - Teixeira de Freitas	22	6,2	5	1,4	2.247	634,0	0	0,0	73	20,6	49	13,8
10 - Paulo Afonso	0	0,0	16	6,4	186	75,5	0	0,0	106	43,0	3	1,2
11 - Cícero Dantas	1	0,4	5	1,9	536	199,0	0	0,0	81	30,1	25	9,3
12 - Serrinha	2	0,4	11	1,9	566	100,0	3	0,5	86	15,2	5	0,9
13 - Jequié	147	27,4	40	7,4	1.238	230,9	1	0,2	96	17,9	1.178	219,7
14 - Itapetinga	16	6,5	159	63,7	751	303,4	1	0,4	102	41,2	695	280,8
15 - Juazeiro	8	1,8	24	5,4	577	133,0	0	0,0	35	8,1	4	0,9
16 - Jacobina	0	0,0	6	1,6	95	26,4	0	0,0	84	23,3	198	54,9
17 - Mundo Novo	11	9,4	1	0,9	155	132,9	1	0,9	70	60,0	32	27,4
18 - Itaberaba	2	0,9	0	0,0	13	5,6	1	0,4	55	23,5	51	21,8
19 - Brumado	1	0,4	26	10,1	21	8,3	0	0,0	58	22,9	536	211,8
20 - Vit. da Conquista	6	1,1	4	0,7	863	159,3	0	0,0	89	16,4	321	59,3
21 - Irecê	22	6,5	0	0,0	177	52,0	1	0,3	50	14,7	15	4,4
22 - Ibotirama	11	6,5	0	0,0	233	138,1	1	0,6	26	15,4	1	0,6
23 - Boquira	1	0,6	0	0,0	37	22,8	0	0,0	96	59,1	2	1,2
24 - Caetité	2	0,7	2	0,8	697	252,9	0	0,0	78	28,3	557	202,1
25 - Barreiras	2	0,7	1	0,4	54	19,3	0	0,0	49	17,5	78	27,8
26 - Santa Maria da Vitória	0	0,0	0	0,0	269	89,4	0	0,0	82	27,3	27	9,0
27 - Seabra	1	0,5	0	0,0	3	1,6	0	0,0	29	15,9	29	15,9
28 - Sr. do Bomfim	2	0,6	1	0,3	451	145,0	0	0,0	53	17,0	58	18,7
29 - Amargosa	2	1,1	1	0,5	283	156,6	2	1,1	57	31,6	451	249,6
30 - Guanambi	0	0,0	0	0,0	1.503	729,1	0	0,0	61	29,6	3	1,5
TOTAL ESTADO (2)	362	2,8	735	5,5	21.280	165,6	340	2,6	3.184	24,8	8.861	69,0

Fonte: SESAB/DICS

* Independentes de Confirmação

Notas:

(1) Dados de 1999

(2) Incluindo os casos de residentes em municípios ignorados

Tabela 6

Taxa de Incidência* de Algumas Doenças Redutíveis por Saneamento Básico Brasil, Nordeste, Bahia, 2000

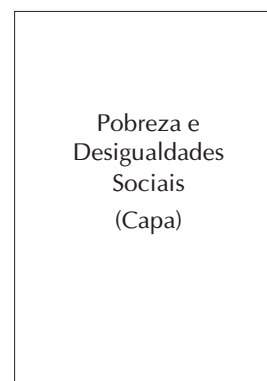
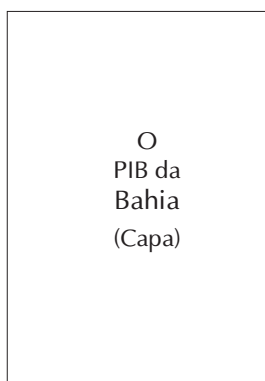
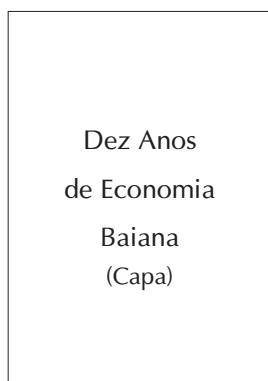
Doença	Brasil	Nordeste	Bahia
Cólera	0,43	1,54	0,05
Dengue	141,27	254,48	83,39
Febre tifóide	0,51	0,83	1,15
Hepatite B	4,17	1,23	1,09

Fonte: Ministério da Saúde/Funasa/CENEPI

Notas:

(*) Casos confirmados por 100 mil habitantes

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS



PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

Desenvolvimento e Território na Bahia

Dinâmica Demográfica da Bahia

Emprego e Desemprego

Mercado de Trabalho

Rochas Ornamentais

BAHIA ANÁLISE E DADOS

(Revista Temática Trimestral)

COLEÇÃO BAHIA EM DADOS – ANUAL

Anuário Estatístico da Bahia

Classificação dos Municípios Baianos

Anuário Estatístico da Educação

Bahia em Números

BOLETINS EXECUTIVOS E MAPAS

Tel.: (71) 370.4704 - Fax: (71) 371.1853

www.sei.ba.gov.br – sei.info@bahia.ba.gov.br